



Escola Superior Gallecia

Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Processo
de Transformação
da Estrutura Urbana

Paulo Jorge da Cruz Moreira

Vila Nova de Cerveira, Setembro de 2014



A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Processo
de Transformação
da Estrutura Urbana

PREÂMBULO

Dissertação desenvolvida para a obtenção do grau de Mestre em arquitetura e Urbanismo, apresentada na Escola Superior Gallaecia e elaborada pelo aluno Paulo Jorge da Cruz Moreira, n.º 541-08, enquadrada na Unidade Curricular Projeto Dissertação do Mestrado Integrado de Arquitetura e Urbanismo. Foi orientada pelo Professor Doutor David Viana entre Novembro 2012 e Setembro de 2014.

Esta investigação enquadra-se no âmbito de Urbanismo, cujo título é “A Forma Urbana de Macedo de Cavaleiros. Processo de Transformação da Estrutura Urbana” e tem como objeto de estudo a análise morfológica do tecido urbano de Macedo de Cavaleiros com o objetivo de identificar os principais elementos que contribuíram para a transformação morfológica da Cidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Arquiteto David Viana, pelo apoio e dedicação dispensada ao longo desta Dissertação.

À Escola Superior Gallaecia, todos os professores e colaboradores, pelo profissionalismo, exigência e qualidade de ensino.

À Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, ao Presidente e Vice-Presidente, Dr.º Duarte Moreno e Eng.º Carlos Barroso, por toda a informação disponibilizada.

Ao Arquiteto Jorge Guerreiro e Dr. Alcino Loureiro pela amizade, disponibilidade e interesse na elaboração deste trabalho.

A todos os funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros pelo apoio e empenho durante a pesquisa documental.

Ao Arquiteto João Baptista Ortega, por ter sido o meu mestre, uma referência e um amigo.

À empresa DOLMU, Arquitetura e Engenharia, Lda. colaboradores e clientes por me terem proporcionado todos os conhecimentos e experiências profissionais.

A todos os meus amigos, em especial ao Jorge Lage e Sérgio Gonçalves pelo companheirismo demonstrado em todos os momentos.

À Júlia Rodrigues, pelo apoio na revisão de textos.

E por último, a toda a minha família, em especial aos meus pais e irmãs, pelo apoio que sempre me deram.

RESUMO

A Cidade de Macedo de Cavaleiros, localizada no centro do Distrito de Bragança, no Interior Norte de Portugal, foi o caso de estudo escolhido para a realização desta Dissertação.

Na análise do processo de transformação da estrutura urbana – desde a origem do aglomerado até ao final do Século XX – foi estudada a influência da história, das características económicas, demográficas e socioculturais na transformação da forma urbana e nos distintos modelos que caracterizaram o seu desenvolvimento – desde o crescimento linear à expansão subordinada ao zonamento funcional.

A abordagem morfológica foi organizada em dois grandes períodos de expansão. O primeiro inclui as primeiras quatro fases, entre o Século XVII e o Século XX. No segundo são estudadas as décadas de 1970 até 2000, correspondentes à quinta e última fase de expansão. As duas estradas nacionais que atravessavam a Vila são consideradas os elementos morfológicos decisivos na estruturação do espaço urbano. Também a linha férrea, inaugurada em 1905, desencadeou o crescimento da área envolvente à Estação. O desenvolvimento da Vila, economicamente dependente da agropecuária foi também, potenciado pela instalação de novas Escolas Primárias e pelo Hospital que assegurou a prestação de cuidados de saúde desde 1929. Este equipamento, à semelhança de outros, foi evoluindo. Alguns foram demolidos, outros requalificados, outros ainda conheceram novas utilizações. Até à década de 1990, o parque habitacional foi sempre diminuto face às necessidades reais. A construção de alguns equipamentos originou novas carências habitacionais e motivou a implantação de novos bairros habitacionais nas suas proximidades. Tais como a Escola Superior Jean Piaget que resultou no afluxo de uma comunidade de estudantes, nas décadas de 1990 e 2000. O declínio da procura desta Escola, pelas condicionantes nacionais de emprego, já na década de 2010, provocou uma queda da economia local.

Atualmente, Macedo de Cavaleiros, à semelhança de outros aglomerados do interior do País, é um território envelhecido e desertificado, que vive essencialmente da prestação de serviços. Por cada 100 jovens, existem 240 idosos. Os objetivos do planeamento urbanístico passarão inevitavelmente pela promoção de estratégias inovadoras consubstanciadas em questões urbanísticas sustentáveis.

Em Macedo de Cavaleiros o espaço urbano estará, como no passado, em contínua transformação espacial e social.

Palavras-chave: Forma Urbana, Análise Morfológica, Macedo de Cavaleiros

ABSTRACT

The city of Macedo de Cavaleiros, located in the district of Bragança in the interior North of Portugal was chosen a case of study for this Dissertation.

The analysis of the process of transformation of the urban structure – from the origin of agglomeration until the end of XX Century – studied the influence of history, its economic, demographic and socio-cultural characteristics in the transformation of urban sintering and the distinct models that characterize its development – from its birth through to the expansion of functional areas.

The morphological approach was organized into two long periods of expansion. The first period includes the first four phases, between the XVII and XX Centuries. In the second period the decades from 1970 through to 2000 are studied, which correspond to the fifth and last phase of expansion. The two national roads that pass through the town are considered the decisive morphological elements in the structure of urban space. The railway line, inaugurated in 1905, sparked development in the area surrounding the station. The town's development, economically dependent of animal growth, was also potentiated by the erection of new primary schools and the hospital that assured medical care since 1929. This equipment, similar to others, evolved. Some were demolished, others were upturned, and yet others met other uses. Until the 1990's decade, housing was minimal in contrast with demand. The construction of some equipment originated new scarcities of housing and motivated the establishment of new districts in their neighborhood. The establishment of the Escola Superior Jean Piaget resulted in the rush of a student community between the decades of 1990 and 2000. The quest for this school diminished considerably by the national job restrictions and in 2010 caused a severe blow in local economy.

Today, Macedo de Cavaleiros, similar to other agglomerations throughout the country, is a aged and deserted territory which lives mainly of services. There are 240 elderly people for 100 teenagers. The purpose of urban planning will inevitably go through the promotion of innovative strategies embodied in sustainable urban questions.

In Macedo de Cavaleiros the urban space will be, as in the past, in continuous transformation both special and social.

Keywords: Urban Form, morphological analysis, Macedo de Cavaleiros

RESUMEN

La ciudad de Macedo de Cavaleiros, situada en el interior norte de Portugal, concretamente en el distrito de Braganza fue considerada objeto de estudio para la realización de esta Disertación, con especial atención al estudio de su proceso de transformación de su estructura urbana.

Desde el origen de la población hasta el final de siglo XX fue estudiado la influencia de la historia así como las características económicas, demográficas y socioculturales en la transformación de la estructura urbana e en los diferentes modelos que caracteriza su desarrollo, desde el crecimiento lineal hasta la expansión subordinada a la delimitación funcional.

La caracterización morfológica se organizó en dos grandes grupos de expansión. El primero incluye cuatro fases, entre el siglo XVII y el siglo XX. En el segundo periodo son estudiadas las décadas del periodo 1970-2000, correspondientes a la última fase de expansión. Las dos carreteras nacionales que cruzan la localidad son consideradas como elementos morfológicos decisivos en la estructuración del espacio urbano. Igualmente, el ferrocarril, inaugurado en el año 1905, desencadenó el crecimiento del área circundante a la estación. El desarrollo de la localidad, económicamente dependiente de la actividad agropecuaria, fue también potenciado por la construcción de nuevas escuelas primarias. Además, la construcción del hospital garantizó los cuidados de salud de la población desde 1929. Esta infraestructura, al igual que las otras, también fue evolucionando. Mientras que unas infraestructuras fueron demolidas o recalificadas, otras fueron adaptadas para albergar nuevos servicios. Hasta la década de 1990, el área residencial fue siempre insuficiente de acuerdo con las necesidades reales. La construcción de nuevos equipamiento originó nuevas carencias residenciales lo que motivó la implantación de nuevos barrios residenciales en sus proximidades. Un ejemplo fue la construcción de la escuela superior de Jean Piaget que originó un aumento del flujo de estudiantes, en las décadas de 1990 y 2000. Si bien, la disminución en la búsqueda de este tipo de enseñanza asociado a la crisis económica y de empleo, ya en la década de 2010, provocó una drástica recesión de la economía local.

Actualmente, Macedo de Cavaleiros es una localidad envejecida y desertificada como muchas de las poblaciones del interior del país. Así, por cada 100 jóvenes, se contabilizan 240 personas consideradas como tercera edad. De esta forma, los objetivos del planeamiento urbanístico deben pasar obligatoriamente por el desarrollo de estrategias innovadoras concatenadas con un desarrollo urbanístico sustentable.

El espacio urbano de Macedo de Cavaleiros continuará, como en antaño, en continua transformación espacial y social.

Palabras clave: Forma Urbana, análisis morfológico, Macedo de Cavaleiros

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	American Psychological Association
CHENOP	Central Elétrica da Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal
CMMC	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
CTT	Correios de Portugal
DGOTDU	Direção Geral de Ordenamento Território e Desenvolvimento Urbano
E.N.	Estrada Nacional
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FFH	Fundo do Fomento da Habitação
FNPT	Federação Nacional dos Produtores de Trigo
GAT	Gabinete de Apoio Técnico à Terra Quente Transmontana
GNR	Guarda Nacional Republicana
IANT	Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos
IE	Índice de Envelhecimento
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
PDM	Plano Diretor Municipal
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PGUMC 1952	Anteplano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros 1952
PGUMC 1976	Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros 1976
PIMOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de pormenor
PQURI	Projeto de Qualificação Urbana e Remodelação de Infraestruturas
PS	Plano Sectorial de Incidência Territorial
PSP	Polícia de Segurança Pública
PU	Plano de Urbanização
PUMC	Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros
RAN	Reserva Agrícola Nacional
SIG	Sistema de Informação Geográfico

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Contextualização da problemática	17
1.2. Objetivos	19
1.3. Estrutura e âmbito.....	21
1.4. Transformação urbana	23
1.5. Enquadramento de conceitos.....	33
1.5.1. Forma urbana	33
1.5.2. Morfologia urbana.....	37
1.5.3. Processos de transformação.....	39
1.5.4. Crescimento urbano	43
1.5.5. Construção do espaço urbano	45
1.6. Abordagens morfológicas.....	49
2. CARATERIZAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS	55
2.1 Enquadramento histórico	55
2.2. Dinâmicas e tendências da transformação.....	57
2.3. Suporte físico.....	59
2.3.1. Aspetos geomorfológicos	59
2.3.2. Estruturas e sistemas territoriais	61
2.3.3. Processo urbano até à década de 1960	63
2.4. Características socioculturais	69
2.4.1. População, demografia e densidade.....	71
2.4.2. Dinâmicas económicas, atividades e principais usos do solo.....	73
2.4.3. Principais indicadores sociais e culturais	74
3. O ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS 1952.....	77
3.1. Macedo de Cavaleiros em 1950	77
3.2. O antepiano geral de urbanização de Macedo de Cavaleiros.....	83
3.3. Enquadramento nacional	91
3.4. Enquadramento local	95
4. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1970	99
4.1. A estrutura urbana em 1970	103
4.2. Características, agentes e ações da transformação urbana	107
4.3. Análise à forma urbana	109
4.3.1. Malha viária e infraestruturas.....	109
4.3.2. Construção do tecido edificado	111
4.3.3. Equipamentos e elementos de Referência	117
5. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1980	123
5.1. A estrutura urbana em 1980	125
5.2. Características, agentes e ações da transformação urbana	127
5.3. Análise à forma urbana	129
5.3.1. Malha viária e infraestruturas.....	129
5.3.2. Construção do tecido edificado	129

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

5.3.3. Equipamentos e elementos de referência	135
6. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1990.....	137
6.1. A estrutura urbana em 1990.....	147
6.2. Características, agentes e ações da Transformação Urbana.....	147
6.3. Análise à forma urbana	149
6.3.1. Malha viária e infraestruturas	149
6.3.2. Construção do tecido edificado.....	151
6.3.3. Equipamentos e elementos de referência	153
7. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 2000.....	155
7.1. A estrutura urbana em 2000.....	159
7.2. Características, agentes e ações da transformação urbana.....	163
7.3. Análise à forma urbana	169
7.3.1. Malha viária e infraestruturas	169
7.3.2. Construção do tecido edificado.....	171
7.3.3. Equipamentos e elementos de referência	175
8. SISTEMATIZAÇÃO	177
8.1. Análise do processo de transformação da estrutura urbana	177
8.2. Verificação do estado de arte a partir do caso de estudo.....	184
8.3. Contribuição do caso de estudo de Macedo de Cavaleiros para o estado de arte	185
9. CONCLUSÃO	188
BIBLIOGRAFIA.....	197
Referências Bibliográficas	197
Índice de figuras.....	202
ANEXOS.....	209
Fotografias comparativas. 1976 e Atual.	209
Cronologia.....	226

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da problemática

Macedo de Cavaleiros localiza-se no distrito de Bragança, no interior Norte de Portugal. É atualmente uma Cidade com boas acessibilidades e próxima de grandes eixos viários. Desde finais do Século XIX a centralidade geográfica, a interseção de várias estradas nacionais e a proximidade da Estação de caminho-de-ferro com a Vila, foram fatores decisivos no seu crescimento urbano. Na história da Vila, agora Cidade, foram realizados três planos de urbanização, datados de 1952, 1976 e 1998. O antepiano de 1952, de Arménio Losa não chegou a ser implementado tendo sido publicado em 1992, quarenta anos após a sua elaboração. Em 1976 foi produzido um novo plano, de Barbosa de Abreu que nunca chegou a ser oficializado. No entanto, foi utilizado na prática como um documento regulamentar. Em 1998 foi publicado em Diário da República, o plano de urbanização de Macedo de Cavaleiros, que veio revogar o plano de 1952, encontrando-se atualmente em vigor.

Com a elaboração desta Dissertação pretende-se compreender o processo de transformação da estrutura urbana de Macedo de Cavaleiros, desde a sua origem até à década de 2000. São escassas as publicações sobre Macedo de Cavaleiros, bem como qualquer documento que aborde o seu desenvolvimento urbanístico. Nesse sentido, e ainda que com escassos recursos, foi necessária a produção de desenhos do autor para alcançar os objetivos propostos.

O presente trabalho analisa a transformação da cidade de Macedo de Cavaleiros de um modo transversal até à década de 1960, a partir da qual a análise será realizada década a década. A análise será essencialmente morfológica na medida em que a morfologia estuda a forma urbana nas suas mais diversas variantes e dimensões, bem como as suas características exteriores, físicas, e evolutivas. A forma urbana de Macedo de Cavaleiros resulta das condicionantes que lhe estiveram subjacentes, dos atributos e das deficiências decorrentes da ação dos intervenientes políticos, técnicos e demais população.

Nesta investigação, o caso de estudo integra a composição urbana, os eixos viários principais, as vias secundárias e zonas pedonais, as praças e jardins, construções diversas, habitações, bairros e edifícios públicos mas reflete sobretudo a maneira de pensar, comunicar e viver os espaços que dão vida à cidade, ao longo de toda a sua história.

A Dissertação “A forma urbana de Macedo de Cavaleiros. Processo de transformação da estrutura urbana” pretende ser um contributo para a compreensão das mudanças históricas, para o conhecimento da realidade mas também uma análise consciente e exigente no futuro planeamento urbanístico da cidade.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Na perspetiva do autor Macedense, a Dissertação conquistou o lugar do conhecimento e reposicionou as relações afetivas de uma vida, que é também a vida da cidade.

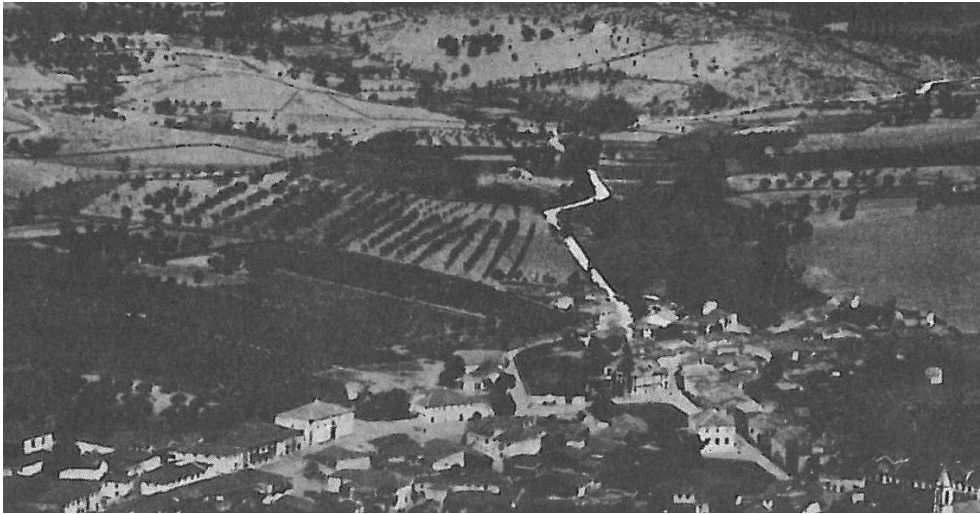


Figura 1. Vistas aéreas. Macedo de Cavaleiros. Em cima, na Década de 1930. No centro e em baixo, na Década de 2000.

1.2. Objetivos

O tema desta Dissertação é a transformação morfológica de Macedo de Cavaleiros, utilizando os conceitos abordados no estado de arte. A análise morfológica será realizada em épocas distintas, de acordo com a evolução temporal e o desenvolvimento da forma urbana.

Vai ser estudada a contextualização socioeconómica, a análise demográfica e seus impactos na forma, tendo em vista a identificação das características, agentes e ações da transformação urbana, de modo interpretativo até à década de 1960 e analítico nas décadas subsequentes até à década de 2000.

Tratando-se de um caso de estudo focado em Macedo de Cavaleiros, a metodologia utilizada suporta-se na aplicação de conceitos sobre urbanismo, morfologia urbana e metodologias de análise morfológica adaptadas ao presente estudo.

Para analisar esta transformação, é fundamental identificar os seguintes objetivos:

a) Identificar a formação e processos de transformação da morfologia urbana de Macedo de Cavaleiros

Refere-se à análise evolutiva da forma urbana da cidade justificada e consubstanciada pela caracterização geográfica, social, demográfica, política, económica e cultural, nos diferentes períodos em estudo.

Analisando a origem e as bases da transformação da cidade, em simultâneo com o enquadramento teórico das principais escolas de pensamento, pretende-se conhecer as questões fundamentais intrínsecas à forma da cidade para compreender as mutações ocorridas até à década de 2000.

A análise documental local servirá para contextualizar e clarificar diferentes conceitos, opiniões e visões na abordagem ao objeto de estudo.

b) Indicar os elementos estruturadores da expansão urbana da cidade

Após a caracterização da cidade importa compreender e visualizar o crescimento urbano. Este objetivo coincide com a análise espacial da cidade, abrangida e delimitada por referências e justificações refletidas na componente gráfica da Dissertação.

Nesta análise é determinante a identificação dos principais elementos morfológicos, bem como a interpretação das peças desenhadas que refletem as alterações da morfologia de Macedo de Cavaleiros.

c) Definir indicadores relativos ao crescimento da estrutura urbana de Macedo de Cavaleiros, verificando prospectivamente contextos morfológicos futuros

Este objetivo corresponde à fase final da Dissertação. Após a identificação dos indicadores precedentes à transformação da cidade, importa definir possíveis trajetórias para o futuro desenvolvimento urbano de Macedo de Cavaleiros.

Como refere *Lacaze* (1995, p.89), a reflexão sobre o futuro, que saiba resistir à tentação da utopia (...) e procure de uma maneira realista, as margens de manobra utilizáveis para infletir as evoluções no sentido dos objetivos que nos fixamos. Ela não exclui em nada a vontade de ação mas, bem pelo contrário, organiza-a em bases sólidas.

O presente trabalho pretende contribuir para a compreensão das transformações urbanas que ocorreram em Macedo de Cavaleiros através de dois vetores: a estruturação do conhecimento sobre o desenvolvimento urbano desde a sua origem até à atualidade e a consolidação dos pilares teóricos inerentes à perceção da transformação da estrutura urbana. O conhecimento da história e do processo evolutivo da Cidade, em permanente mutação, são os alicerces para planear e projetar o futuro.

As bases metodológicas utilizadas no caso estudo de Macedo de Cavaleiros são organizadas em quatro etapas, a seguir representadas.

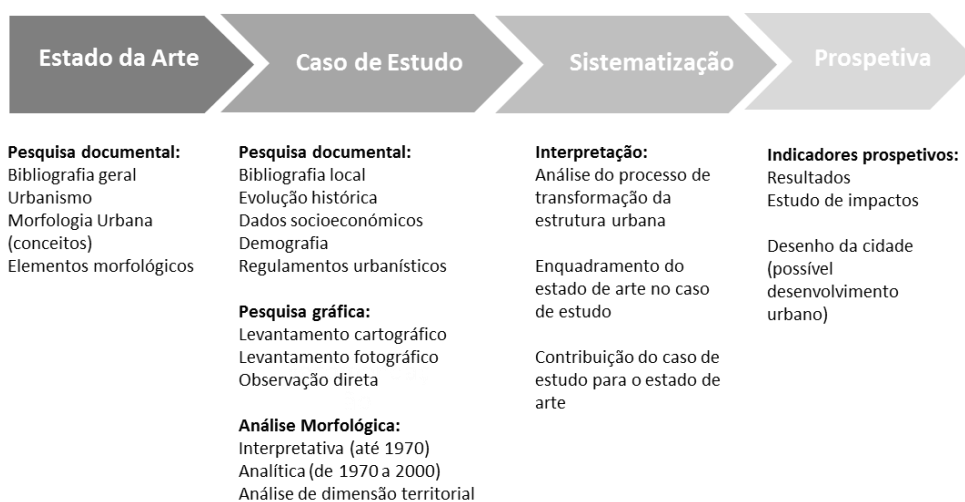


Figura 2. Bases metodológicas

A primeira etapa corresponde ao estado da arte. Constitui a base teórica para a realização desta Dissertação. A pesquisa documental reúne informação de diferentes autores sobre a temática do planeamento urbano, forma e morfologia urbanas, processos de transformação e crescimento urbano. Na morfologia, identificam-se e caracterizam-se distintos elementos morfológicos.

Numa segunda etapa, o caso de estudo de Macedo de Cavaleiros inclui a pesquisa documental e gráfica, bem como a análise morfológica. A contextualização foi estruturada através de consulta a vários autores especialmente dedicados à história do concelho e de acesso a fontes de informação de áreas distintas do conhecimento. Entre estas, destacam-se as características socioeconómicas, dados estatísticos sobre a evolução demográfica, normativas e regulamentos urbanísticos locais. A pesquisa no arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros permitiu a recolha de documentos importantes do edificado e ruas, largos e jardins da Vila. Foram também analisados levantamentos cartográficos e imagens aéreas, de diferentes épocas, resultando em leituras cronológicas da forma urbana. Ver Figuras 41 (p. 120), 49 (p. 134), 55 (p.152), e 69 (p. 174). Foram também realizados levantamentos fotográficos. A observação direta permitiu a recolha de dados sobre o edificado, as tipologias existentes, as vias e equipamentos, bem como o enquadramento do tecido urbano na paisagem.

A análise morfológica integra uma análise interpretativa até à década de 1960 e nas subsequentes, até ao ano 2000, uma análise analítica. Na análise da forma urbana sob diferentes dimensões espaciais, foi considerada a análise urbana e territorial.

Na terceira etapa - a sistematização, é realizada a análise do processo de transformação da estrutura urbana de Macedo de Cavaleiros, o enquadramento do estado de arte no presente caso de estudo e a contribuição do caso de estudo para o estado de arte.

Por último, na etapa quatro organiza-se a informação segundo os resultados e impactos nas transformações urbanas, realizando uma análise prospetiva. É elaborado um desenho da Cidade como hipótese de desenvolvimento urbano futuro de Macedo de Cavaleiros. Ver figura 72 (p. 187).

1.3. Estrutura e âmbito

Tendo como base os objetivos e a metodologia a utilizar na Dissertação, definiu-se a estrutura e âmbito do trabalho, organizados por capítulos, a seguir identificados.

a) Introdução

É o capítulo de apresentação. Trata a apresentação da problemática, identifica os objetivos e a metodologia utilizada na elaboração da Dissertação. É explicada a transformação urbana, com recurso à revisão da literatura, e elaborado o enquadramento histórico e cultural do tema. São abordados alguns dos conceitos teórico-conceptuais de terminologias intrínsecas ao tema: Forma Urbana, Morfologia Urbana, Processos de Transformação, Crescimento Urbano e Construção do Espaço Urbano.

A terminar o capítulo, são tratadas as abordagens morfológicas: histórico-geográfica, normativa, quantitativa e qualitativa, sintetizando o que é aplicado no presente caso de estudo.

Em resumo, este capítulo enquadra o estado de arte no objeto estudado, complementado com conceitos necessários à sua compreensão.

b) Caracterização de Macedo de Cavaleiros

Este capítulo reflete o enquadramento geral da Cidade. Aborda, de forma resumida, uma análise às suas características históricas, físicas, geomorfológicas, territoriais, políticas, sociais, demográficas e culturais que constituem a base para as transformações morfológicas ocorridas.

O espaço urbano, como um ser vivo, modifica-se continuamente. Estas mudanças são enquadradas, num espaço temporal, por Garcia Lamas: “para falar de uma forma urbana, teria de a relacionar com um instante preciso. A morfologia urbana engloba o estudo das cidades no tempo. Qualquer cidade evolui encadeando, pedaço a pedaço, modificações na sua forma” (Lamas, 2010, p. 111). A cidade tem vários tempos, que se desenvolvem no seu próprio ritmo, influenciado ou não por fatores externos.

A contextualização do desenvolvimento urbano de Macedo de Cavaleiros enquadra-se na perspetiva de cidade genérica de *Rem Koolhaas*, que se apresenta como “libertada da clausura do centro (...) se se tornar demasiado pequena simplesmente expande-se. Se ficar velha, simplesmente autodestrói-se e renova-se” (Koolhaas, 2010, p. 35).

c) Antepiano de urbanização de Macedo de Cavaleiros 1952

Este capítulo dedica-se à análise do antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, datado de 1952. Os autores, arquiteto Arménio Losa e Engenheiro Bonfim Barreiros, identificam os problemas da comunidade, propõem regras para o crescimento disciplinado e projetam as bases para a evolução urbana de Macedo de Cavaleiros.

d) Macedo de Cavaleiros nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000

Estes capítulos, de carácter analítico, integram a análise e interpretação da estrutura urbana em períodos temporais distintos. Percorrem, por década, as características, os agentes e ações que promoveram a sua transformação, refletida na malha viária e no tecido edificado. Destacam-se os equipamentos e elementos de referência.

A análise é transposta em elementos gráficos que esclarecem os indicadores físicos e os elementos estruturantes, contribuindo para a compreensão espacial dos principais aspetos morfológicos analisados.

e) Sistematização

Trata-se de uma reflexão teórica e compilação de ideias fundamentais que convergem da análise da transformação urbana de Macedo de Cavaleiros. São identificadas as influências e contrastes do enquadramento teórico do objeto em estudo e evidenciadas as principais contribuições para o estado de arte da matéria.

f) Conclusão

A conclusão recapitula, de forma resumida, os principais objectivos e sintetizam-se as respostas, os resultados e impactos obtidos. Descreve as principais ideias da contextualização do caso-estudo, fundamentais para o enquadramento do objetivo relativo à visão prospectiva da Cidade.

g) Bibliografia

Este capítulo inclui a listagem de todas as fontes e referências bibliográficas consultadas. De igual modo, o Índice de Figuras, enumera e identifica todos os elementos gráficos inseridos na Dissertação – fotografias, gráficos e desenhos. A bibliografia, as referências bibliográficas e as citações foram elaboradas de acordo com as normas da *American Psychological Association (APA)*, 6.^a edição.

1.4. Transformação urbana

Os elementos morfológicos que constituem a cidade – a casa, a rua, a praça, os edifícios públicos e os limites que a definem, assentam em múltiplas variáveis que garantem a sua unicidade.

Para analisar a cidade é necessário conhecer o seu contexto histórico, geográfico, económico, político, sociológico, artístico, literário e arquitetónico. Para compreender o seu processo evolutivo o tempo é fundamental. Rossi (2001, p. 138) defende que “o carácter distintivo de cada cidade” é obtido a partir de tensões em termos de espaço e tempo. O processo evolutivo histórico é essencial para compreender o que a cidade foi, é e poderá ser. *Goitia* (2008, p. 25) reforça esta ideia ao defender que “A cidade, tal como a realidade histórica, nunca é independente das etapas porque passou na sua evolução: é uma atualização dessas etapas e a sua projeção em direção ao futuro.”

Existe um antes e um depois que nos permite compreender a continuidade e posicionar as intervenções, reconhecer a ligação entre fenómenos aparentemente fragmentários, bem como retirar elações sobre os principais elementos impulsionadores.

Rossi (2001, p. 236) acusa a indústria como principal e verdadeira protagonista (fim da homogeneidade física e política) e localiza a origem das transformações da cidade no final da economia doméstica. Contudo, Oliveira (2011) destaca, seguindo uma sequência temporal, que os principais atores na transformação urbana foram a Igreja, as famílias aristocráticas, os proprietários fundiários, o mercado de habitação (proprietários, promotores e arquitetos) e os grandes interesses económicos.

Entre as maiores desvantagens da era industrial sobressai o problema da habitação, resolvido com recurso às casas dos trabalhadores, casas de massas e casas de aluguer, com inevitável expansão do tecido urbano. A partir da Revolução Industrial testemunham-se grandes mudanças estruturais na cidade sustentadas em visões distintas de diferentes urbanistas, que produzem obras de referência, a seguir indicadas, compreendidas nos dois modelos – modelo cultural e modelo progressista.

a) Modelo cultural ou humanista

John Ruskin (A poesia da arquitectura); *William Morris* (Notícias de lugar nenhum); *Patrick Geddes* (Cidades em evolução – *survey, analysis, plan*); *Lewis Mumford* (A cidade na história - A condição do homem); *Camille Sitte* (A construção das cidades segundo seus princípios artísticos); *Ebenezer Howard* (Cidades jardins do amanhã).

b) Modelo progressista

Charles Fourier (Falanstério); *Jean Godin* (Famelistério); *Robert Owen* (Nova vista da sociedade e outros ensaios – vila operária); *Clarence Perry* (unidade de vizinhança); *Clarence Stein* (unidade de vizinhança na qual é sublinhada a separação entre circulação viária e pedonal); *Frank Lloyd Wright* (cidade planeada de baixa densidade); *Auturo Sória y Mata* (cidade linear); *Tony Garnier* – (cidade industrial); *Le Corbusier* (Por uma arquitectura – cidade radiosa).

Muito embora nem sempre bem compreendidos, implementados e duradouros, foram frequentes as visões que deram lugar a Planos, entre as quais se destacam: o Plano da Extensão de Barcelona de *Ildefons Cerdà*; Paris de *Hausmann*; o Plano de Chicago de *Daniel Burham* e *Edward Bennett*; o Plano de Nova Deli e Camberra de *Edwin Lutyens* e *Walter Griffin*; o Plano de Nova Iorque de *Clarence Perry* em colaboração com a *Regional Plan Association* e as Avenidas Novas de Lisboa de *Ressano Garcia*.

Até início do Século XX são apontados, por Lamas, como princípios fundamentais para a determinação da forma urbana, “uma composição equilibrada com recurso a simetrias relativas a eixos e planos, objetivação da composição a partir da subordinação a efeitos espaciais e às perspetivas, (...) a perspetiva fechada através do monumento ou edifício isolado” (Lamas, 2010, p. 200).

O espaço urbano é moldado, criando grandes perspectivas e valorizando edifícios de referência ou formando conjuntos edificados, subordinados à regra do conjunto ainda que seja apreciada a individualidade de cada edifício. As fachadas são as protagonistas para a obtenção do conjunto. A utilização do “edifício quarteirão”, cujas fachadas coincidem com o limite do lote, faz parte de uma intenção ou plano de composição urbana, de composição de conjunto na qual é valorizada a padronização, a modulação, a marcação das inflexões das ruas e a valorização das esquinas – a modelação tridimensional do espaço urbano. Trata-se da constituição da forma urbana a partir dos conjuntos de massas edificadas e dos vazios. Paris de *Haussman* é exemplar na implementação da fácil e cómoda circulação de pessoas e veículos, na eliminação da insalubridade e degradação com recurso a demolição massiva e consequente arejamento e arborização, construção de novos eixos, revalorização e reenquadramento dos monumentos.

No contexto português, nas Avenidas de Lisboa de Ressano Garcia, refere-se ao facto de que a influência de Paris é quase natural, dada a irradiação da “cidade das luzes” e a formação que Ressano Garcia aí recebe. Mas Lisboa não vai renovar o seu casco antigo, como Paris, mas organizar a expansão. A influência haussmaniana é sobretudo técnica e processual.” (Lamas, 2010, p. 224)

Também Arménio Losa e Bonfim Barreiros, no antepiano de urbanização de Macedo de Cavaleiros, apresentado em 1952, propõem uma abordagem análoga à zona antiga da Vila, o Prado de Cavaleiros, como é referido com detalhe no capítulo 3.

Após um período de expansão durante o qual a cidade europeia “equipada e especializada funcionalmente” (Lamas, 2010, p. 297) se desdobrou em regras e regulamentos, esquemas de traçados, localizações funcionais e disposições edificadas, “o período moderno irá produzir uma rutura radical na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade” (Lamas, 2010, p. 297). Como todas as mudanças históricas importantes, a formação da cidade moderna, decorreu em “moldes difíceis de sintetizar, compreendendo um grande número de experiências e formulações teóricas que não seguiram um processo linear nem tiveram origem num único lugar, tempo ou ambiente cultural” (Lamas, 2010, p. 297). Com a cidade moderna, a qualificação do espaço urbano dá lugar à qualificação do espaço privado. A fachada dá lugar à vedação ou à ocupação de lotes sem limites formais. A cidade tradicional dá lugar à cidade moderna.

Neste contexto, consideram-se dois momentos principais inerentes à formação da cidade moderna.

a) O primeiro localizado cronologicamente entre as duas Grandes Guerras Mundiais.

Em oposição ao urbanismo formal assiste-se à formação de teorias e experimentações assentes no avanço tecnológico e científico, no enorme desenvolvimento da máquina e em movimentações sociais. Um dos rostos da experimentação urbanística incide nas cidades periféricas, “dormitório” para trabalhadores. Foi assumida a separação definitiva entre residência e trabalho, impulsionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte. A cidade tradicional já não fornecia respostas eficazes aos problemas do Século XX e nesse sentido é “destruído” e abandonado o quarteirão. A necessidade de reconstrução rápida, a menores custos e com a maior quantidade de alojamentos possível, proporcionando novas condições de vida à população deu lugar à tipologia de blocos e torres.

Em Macedo de Cavaleiros, no antepiano de urbanização de 1952, é abordada a importância da segregação funcional. É proposta a reorganização, em áreas bem delimitadas, das distintas funções urbanas, implicando a arrumação dos serviços e edifícios coletivos em localizações específicas. Projeta-se o zonamento de atividades e funções, potenciando recursos e infraestruturas, privilegiando a hierarquização das vias de circulação, a higienização com recurso à demolição de edifícios insalubres e a instalação de zonas verdes. Prevê-se a separação de espaços urbanos dedicados à habitação, ao trabalho e ao lazer. A organização funcional da Vila, em zonas bem delimitadas, caracterizadas no capítulo 3, marca a nova ideia de aglomerado urbano.

b) O segundo situa-se no período após a II Grande Guerra.

Este segundo momento partilha as grandes necessidades habitacionais com o primeiro período descrito. Assiste-se ao surgimento de grandes conjuntos habitacionais com espaços verdes entre os blocos, que foram assumidos como decisivos na higiene e salubridade dos aglomerados urbanos. O sistema viário predomina como imposição.

O segundo pós-Guerra propiciou o ambiente ideal para a implementação de novas ideias e experimentações. Exigia-se a construção e reconstrução das cidades destruídas, a utilização de novos materiais e tecnologias – o ferro, o aço, o betão armado e o vidro – a industrialização da construção e o uso de ascensores que permitiram o aumento do número de andares em cada bloco.

O antepiano de urbanização de Macedo de Cavaleiros, antes referido, assentava no novo paradigma da “cidade radiosa”, defendido pelo Modernista *Le Corbusier*, na sua obra “Por uma arquitectura - cidade radiosa”. Neste plano, as preocupações com a higiene e a

salubridade das habitações decidem a demolição de construções da zona antiga, tão característica do modernismo.

Projetaram-se desvios de troços das estradas nacionais que atravessavam o aglomerado urbano. Com a criação de novas vias urbanas de acesso local, adviria a libertação das construções lineares ao longo das estradas. Previam-se jardins, parques desportivos e percursos pedonais.

Na perspetiva do Modernismo, um mapa regional seria constituído por um mosaico bem articulado de quatro elementos base: Centros: o principal destino do bairro, cidade ou região; Distritos: áreas com vocações mais especializadas, dominadas por uma determinada função; Reservas: áreas livres, constituindo no seu conjunto uma rede ecológica; Corredores: os elementos de ligação das áreas naturais e as redes de infraestruturas e de transportes.

Na primeira metade do Século XX, Macedo de Cavaleiros não apresentava a coerência e consciência marcadas pelo ritmo e ordem clássicos, caracterizados pelos seus traçados retilíneos, quadrículas e eixos, praças, monumentos e zonas arborizadas. Contudo, a Vila dispunha de zonas verdes como jardins, alamedas e largos ajardinados.

Contrariamente à cidade tradicional, na qual a implantação se funde com a forma urbana, na cidade moderna as tipologias determinam a forma e a preocupação excessiva com a organização e distribuição dos usos do solo. “Não é uma morfologia de espaços urbanos, de ruas, praças, avenidas e largos mas de volumes e objetos pousados no território” (Lamas, 2010, p. 307).

A história da Arquitetura Moderna confunde-se com a história dos edifícios do mesmo período, pela sua qualidade arquitetónica nas proporções, estética, rigor e inovação. No entanto, dececionam pela falta de articulação e descontextualização entre si inibindo o meio urbano da forma.

Em Macedo de Cavaleiros, praticamente até meados do Século XX, a manutenção da frente de rua foi uma prática dominante. Porém, na segunda metade do mesmo século, apresentam-se destacados da articulação com a malha urbana os seguintes edifícios: Edifícios do Complexo da Cooperativa, a Cadeia e o Hospital Concelhio gerido pela Santa Casa da Misericórdia, todos estes equipamentos de utilidade pública.

Após o Período Moderno, reaparece o interesse pelo estudo do pormenor e do desenho urbano. São disso exemplo os trabalhos de *G. Cullen*, de *K. Lynch*, de *A. Rossi* e de *R. Krier*, entre outros, que lançaram as bases para o aparecimento do Novo Urbanismo, com o intuito de (re)evidenciar o desenho da cidade tendo em consideração e como referência a cidade antiga. A cidade antiga, insalubre, passou a ser considerada,

generalizadamente, um “bem precioso, insubstituível e de grande valor” (Lamas, 2010, p. 386). Sobre esta, incidirão novas políticas de conservação e restauro que não colocam de parte a revitalização e integração formal da periferia ao enaltecer um estreito diálogo entre a mesma e o centro urbano, antigo e histórico, tantas vezes desertificado como consequência da expansão urbana descontrolada.

Nesta linha de pensamento *G. Cullen*, no início da década de 1960, reagiu aos estragos causados nos centros históricos e à falta de cuidado estético no desenho, defendendo a “recuperação da História e dos ensinamentos do passado, que influenciaram decididamente os conceitos de património histórico e arquitetónico, ao demonstrar que mesmo as realizações modestas são verdadeiras lições da cidade antiga” (Lamas, 2010, p.398).

Neste contexto de recuperação de núcleos histórico, em Macedo de Cavaleiros destaca-se o Projeto de Qualificação Urbana e Remodelação de Infraestruturas (PQURI) do ano de 2005, incidente na zona antiga do aglomerado urbano, o Prado de Cavaleiros.

Este projeto surgiu com a necessidade de valorizar a cidade, qualificando-a urbanística e paisagisticamente (...) neste espaço, onde predominam habitações desocupadas e extremamente degradadas, pretende-se proceder ao ordenamento, definindo zonas vocacionadas para a circulação automóvel, pedonal e zonas vocacionadas para a estadia. (PQURI, 2005, pp. 1, 4)

O Novo Urbanismo retomou alguns dos valores perdidos com o Movimento Moderno e que estavam presentes na urbanística formal, adaptando-os à realidade do mundo atual. Incorporou, também, os princípios de sustentabilidade ambiental, como a redução do consumo de energia, de água e de outros recursos.

Também *K. Lynch* na “Imagem da Cidade”, publicada em 1960, se concentrou no projeto da cidade, evidenciando a importância da imagem como elemento da conceção urbanística, opositora ao funcionalismo. Introduz um novo conceito, a imaginabilidade, revelando o seu valor potencial como forma de orientação para a edificação e reconstrução das cidades. *Lynch* definiu imagem como sendo o conjunto de sensações experimentadas ao observar e viver em um determinado ambiente. A imagem do espaço urbano era obtida a partir da relação do homem com o espaço, com a imagem e com a realidade da arquitetura e meio ambiente e do desenho e paisagem urbana. Usando três cidades como exemplo, *Lynch* observou que as pessoas geralmente entendem a cidade ao seu redor de maneira consistente e previsível, formando mapas mentais a partir da

“experiência” de cinco elementos principais: as vias, os limites, os bairros, os pontos nodais e os marcos.

- a) **Vias**; as ruas, calçadas, ferrovias, entre outros caminhos. Emolduram, induzem, influenciam o objeto que o observador interpreta individualmente.
- b) **Limites**: são os contornos perceptíveis, tais como muros, construções e a costa. “São os elementos lineares não considerados como ruas” (Lynch, 1989, p.73), considerados como fronteiras, interrupções, cortes, referências secundárias ou costuras.
- c) **Bairros**: são seções relativamente grandes da cidade, distintas por alguma característica que as identifica;
- d) **Pontos nodais**: pontos de convergência de pessoas, tais como cruzamentos ou praças; São pontos estratégicos reforçados pelo poder de decisão pois representam múltiplas hipóteses para a continuidade da deslocação. Estes pontos de convergência, apesar de conceitualmente poderem constituir “pequenos pontos na imagem da cidade, podem, na realidade, ser largos de grandes dimensões, figuras lineares de certo modo extensas, ou até toda a área de um bairro central, no caso de entendermos a cidade em nível lato.” (Lynch, 1989, p.84)
- e) **Marcos**: objetos peculiares que podem servir como ponto de referência. Podem ser o objeto físico ou símbolo, como o edifício, o sinal, a loja, a montanha ou qualquer outra referência. É o contraste com o contexto e o nível de originalidade que lhes incute o aspeto de único e memorável.

Estes elementos urbanos trabalhados em conjunto dependem de um equilíbrio extremamente sensível. Ou se reforçam mutuamente ou se destroem totalmente. *K. Lynch* considerou ainda que os modelos da forma devem considerar tanto a criação como o processo de gestão do crescimento. O crescimento da cidade pode abranger diferentes conceitos quanto à sua dimensão.

Partindo do princípio de que há dimensões ideais para a cidade, o crescimento deve ocorrer num aglomerado populacional, de seguida em outro e assim sucessivamente. Cada um dos aglomerados deve atingir a sua dimensão ideal e depois deve desviar-se o crescimento para um novo aglomerado populacional. (Lynch, 1989, p. 417)

Em oposição à ideia de existirem dimensões ideais para a cidade, é assegurado que “ não há nada de errado com o crescimento, desde que seja bem organizado. De facto, o crescimento é um sinal de saúde e prosperidade, ao passo que o seu fim significa

estagnação.” Um outro ponto de vista suporta que “um crescimento demasiado rápido pode causar ruturas graves e deve ser evitado” (Lynch, 1989, p.417).

Em Macedo de Cavaleiros, na primeira metade do Século XX, fruto de um significativo acréscimo populacional, ocorreu um rápido crescimento urbano resultando em desequilíbrios da forma urbana.

A definição de Modelo, como algo merecedor de emulação – sensação que incita a imitar, é uma imagem de como o ambiente urbano deveria ser construído. A teoria de *Lynch* permite refletir sobre a qualidade do desenho do espaço normalizado que tem vindo a ser produzido. Abordou o problema do detrimento do espaço público, que deveria ancorar a conceção normativa, como elemento estruturador da forma urbana ou seja, aquele que assegura a permanência da cidade. Esta teoria estabeleceu um princípio metodológico na articulação da relação entre forma, norma e preservação. Ao avaliar a forma, as dimensões de desempenho lidam com a norma através do controlo e adequação e com a preservação através da vitalidade e sentido.

Os diversos planos propostos para Macedo de Cavaleiros incidiram neste esquema normativo. Estruturaram as respostas com recurso ao desenho urbano, em sentido lato, de forma a equilibrar, harmonizar e potenciar a forma urbana do aglomerado.

O italiano *Aldo Rossi* publicou, em 1966, “A arquitectura da cidade” onde estudou todo o processo de criação e transformação da cidade. *Rossi* pensou a forma urbana a partir de tipologias que configuram o seu princípio ordenador. Defendeu que, contrariando preceitos modernos, a arquitetura da cidade não é a arquitetura do edifício isolado. *A. Rossi*, cujos projetos são reflexo do seu pensamento teórico, “utiliza o rigor da geometria e das formas puras, continua o neorracionalismo de Boullée e Ledoux, reintroduz no desenho urbano o rigor do traçado e formas tradicionais” (Lamas, 2010, p. 423.) Contestava a relação determinista entre a forma e a função, exaltando a independência do desenho arquitetónico, “cujas motivações de ordem cultural encontram no sítio – no locus – a energia criativa e projeto-concetual da ligação do objeto ao território que o suporta.” (Lamas, 2010, p. 423). Segundo *Rossi*, a criação de um ambiente mais profícuo e o propósito estético são conceitos permanentes da arquitetura que procura organizar e harmonizar os principais problemas da ciência urbana tratando com diferentes métodos o problema do estudo da cidade.

Funcionalismo e organicismo, as duas principais correntes que têm percorrido a arquitectura moderna, evidenciam assim a sua raiz comum e a causa da sua debilidade e do seu equívoco fundamental. A forma é assim

destituída das suas mais complexas motivações; por um lado o tipo reduz-se a um mero esquema distributivo, um diagrama de percursos, por outro a arquitectura não possui qualquer valor autónomo. (Rossi, 2001, p. 57)

Este autor defendeu a hipótese da cidade como manufacto consubstanciada em três proposições: a questão temporal do “antes” e do “depois” no sentido em que a cidade se desenvolve, assente em fenómenos precedentes e interdependentes; a continuidade física da cidade no sentido espacial e territorial; e a existência de elementos espaciais que possibilitam o atraso ou aceleração do processo urbano.

Em Macedo de Cavaleiros, estes propósitos ocorreram em diferentes períodos temporais, coincidentes com épocas de significativas alterações demográficas. O decréscimo populacional, que resultou em atraso do processo urbano, aconteceu em dois períodos. Na década de 1910, que coincidiu com o período da I Guerra Mundial e na década de 1960, com a guerra em África e com a emigração. Contudo, sobretudo na década de 1970, assistiu-se a fluxos migratórios internos, resultando num aumento populacional na sede de concelho em detrimento das freguesias rurais, provocado pela melhoria das acessibilidades e pelo desenvolvimento de equipamentos coletivos, especialmente na área da educação. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, com a instalação de um equipamento de ensino superior, Macedo de Cavaleiros acolheu uma grande comunidade estudantil, que provocou a aceleração do processo de crescimento urbano.

Embora em cada cidade existam personalidades vivas e definidas – e cada cidade possui uma alma pessoal feita de tradições antigas e de sentimentos vivos, bem como de aspirações indecisas – nem por isso é ela independente das leis gerais da dinâmica urbana. (Rossi, 2001, p. 242)

Para Rossi, a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade e existem muitos tempos na forma da cidade. “Com o tempo a cidade cresce sobre si mesma, adquire consciência e memória de si própria. Na sua construção permanecem os motivos originários, mas ao mesmo tempo a cidade esclarece e modifica os motivos do seu próprio desenvolvimento” (Rossi, 2001, p. 31).

Tratando a arquitetura da cidade, Aldo Rossi referiu-se ao “locus” como sendo o princípio característico dos atos urbanos; o “locus”, a arquitetura, as permanências e a história serviram para tentar esclarecer a complexidade dos atos urbanos. “E assim, a

união entre o passado e o futuro está na própria ideia da cidade que a percorre, tal como a memória percorre a vida de uma pessoa, e que para se concretizar se deve sempre formalizar, mas também conformar com a realidade.” (Rossi, 2001, p. 194)

A memória coletiva tornava-se a própria transformação do espaço, a cargo da coletividade. É provável que o valor da história, como memória coletiva, entendida como relação da coletividade com o lugar, permita ou ajude a compreender o significado da estrutura urbana, da sua individualidade, da arquitetura da cidade, que é a forma dessa individualidade.

Desde o final da década de 1970, que *Léon Krier*, um dos primeiros e dos mais críticos ao modernismo arquitetónico, particularmente do zonamento funcional, defendeu a reconstrução do modelo tradicional da cidade europeia. Este conceito influenciou a criação do Movimento Novo Urbanismo nos EUA e na Europa. *Krier* pensava “a arquitectura como método de trabalho para a organização e qualificação da cidade (...) o desenho urbano como processo de resolução dos problemas da cidade.” (Lamas, 2010, p. 427) Entendeu, de modo quase imperativo a importância da herança histórica da cidade, o acumular contínuo de conhecimentos, o estudo do seu processo evolutivo para uma adequada intervenção. Segundo *Krier* citado por Lamas (2010, p 421) “o interesse e valorização da cidade antiga vai-se impondo paralelamente ao alargamento do conceito de património cultural, arquitetónico e urbanístico.”

O atual Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros prevê algumas regras de salvaguarda dos núcleos antigos, nomeadamente a integração dos elementos das fachadas, procurando incentivar a utilização de elementos tipológicos de composição e materiais regionais. Neste contexto, é considerada pertinente a referência de Portas relativa à conservação de áreas antigas e não históricas.

Porque o que nos interessa é encarar os problemas das zonas já existentes e consolidadas (...) “áreas” e não “centros” porque, em geral, quando falamos em centro, referimos apenas a área central onde se concentram os principais comércio e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais, mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitetónico, que podem não constituir uma área central. (Portas, 2005, p.155)

Em Macedo de Cavaleiros, na segunda metade do Século XX, com o reconhecimento de carências habitacionais, problema urbano comum a outros aglomerados, são realizados alguns trabalhos de planeamento urbano. Foram definidos e

concretizados zonamentos funcionais e zonas de proteção. Como na generalidade das cidades em Portugal, foi um processo relativamente recente. Como esclarece Domingues (2006, p. 54), salvo algumas exceções relativas a grandes cidades e obras ocorridas entre as décadas de 1940 e 1960, apenas na década de 1990 se verificam orientações de políticas urbanas operacionais, constantes nos primeiros Planos Diretores Municipais então aprovados.

No início da década de 1990, o debate público sobre a cidade era relativamente consensual. Centrava-se em políticas de contenção urbana, no abrandamento do processo de descentralização e em formas de “centralização descentralizada” aliadas ao rejuvenescimento e revitalização dos centros. Dedicava especial atenção à promoção das zonas verdes, à melhoria da rede de transportes públicos e à implementação de usos mistos.

A cidade é pois, o resultado da permanência e resistência dos elementos urbanos mais fortes, ao longo da sua evolução. Dependente da sua história, a constante atualização consubstancia-se na transformação da edificação e muito raramente na transformação dos elementos mais expressivos dos planos.

1.5. Enquadramento de conceitos

1.5.1. Forma urbana

O conceito de forma urbana pode ser trabalhado em dois referenciais teóricos que se dedicam ao espaço urbano: a arquitetura, em razão dos processos de sua produção e o urbanismo, em razão do desempenho do espaço. A forma urbana é o principal objetivo do urbanismo enquanto corpo ou materialização da cidade. É concebida como resposta aos problemas colocados pela sociedade num determinado contexto intrínseco a essa mesma sociedade.

A forma como elemento significante, portanto, expressão do processo histórico que a determinou, forma que resulta e se explica pela interação de fatores de índole diversa — políticos, militares, económicos, técnicos, religiosos, sociais e culturais — cuja atuação conjunta foi determinante na configuração da cidade, na sua matriz tanto quanto no seu desenvolvimento e consolidação. Quando devidamente descodificadas, as marcas que inevitavelmente deixaram no quadro físico, permitem compreender como numa determinada época se pensou a cidade e como sobre ela se atuou. (Trindade, 2011, p.1)

A forma da cidade é representada pelo seu desenho, pelo desenho urbano. O objetivo do desenho urbano é reorganizar o território para acolher atividades, bem como atuar estética, significativa e comunicativamente na forma.

O desenho urbano exige um domínio profundo (...) de conhecimento do processo de formação da cidade que é histórico e cultural e que se interliga às formas utilizadas no passado mais ou menos longínquo, e que hoje estão disponíveis como materiais de trabalho do arquiteto urbanista. (Lamas, 2010, p. 22)

As formas urbanas permitem analisar a cidade como um todo e são o resultado da sociedade que nela habita, daí a sua especificidade e singularidade. São as condições sociais, económicas e políticas, bem como, a compreensão e aceitação dos erros materializados no passado que permitem compreender o processo de formação e desenvolvimento, a compreensão do traço e o aspeto da forma, que a cidade alcançou. A assimilação e processamento destes conteúdos permitirá intervir futuramente sem desrespeitar o antigo, isto é, em estreito diálogo com o passado permanente.

A forma urbana é um todo. É a primeira impressão da cidade por constituir o primeiro grau da sua leitura físico-espacial e morfológica. É o resultado das relações espaciais entre os objetos arquitetónicos e entre os elementos morfológicos, aplicando-se a todo o espaço construído e ordenado pelo homem. “A noção de forma urbana corresponderia ao meio urbano como arquitectura, ou seja, um conjunto de objetos arquitetónicos ligados entre si por relações espaciais. A arquitectura será assim a chave da interpretação correta e global da cidade como estrutura espacial” (Lamas, 2010, p. 24).

Por outro lado, a forma urbana assume ainda o aspeto plástico da organização funcional e quantitativa, qualitativa e figurativa dos referidos elementos morfológicos, consequência e resultado do aspeto das realidades urbanas quantificáveis e das comodidades próprias de cada capítulo histórico.

Na teoria que *K. Lynch* (2007) desenvolveu na obra “A boa forma da Cidade” projetou um novo mundo citadino formado como uma forma urbana ideal. Para que seja alcançada deverá reunir algumas qualidades, entre as quais a singularidade - menos continuidades e mais contraste, a simplicidade da forma - clareza visual em sentido geométrico e de fácil compreensão, a continuidade - repetição de um intervalo rítmico, harmonia de superfície, forma ou hábito, a predominância - “Esta qualidade, tal como a continuidade, permite a necessária simplificação da imagem por omissão e inclusão” (Lynch, 1989, p. 119), a clareza de ligação - boa visibilidade das ligações e costuras; a

diferenciação direcional, com assimetrias, mudanças e preferências radiais que diferenciam um fim de outro, alcance visual (qualidade que aumenta ou organiza uma possibilidade de visão); a consciência de movimento - “qualidade que tornam o observador sensível ao próprio movimento real ou potencial, através dos sentidos visuais e cinestésicos” (Lynch, 1989, p.120), as séries temporais - ligações simples onde um elemento está associado ao que o precede e segue os nomes e significados - características não físicas, ocasionalmente de localização.

Os elementos morfológicos são os mesmos em todas as formas urbanas e em todas as cidades. É a diferença na sua articulação, inerente à mudança de contexto, que proporciona a unicidade de cada cidade. Que proporciona respostas diferentes em situações distintas, ou seja, a forma e a função ajustadas às atividades desenvolvidas e às necessidades sentidas.

Ao abrigo do funcionalismo extremo, a forma foi desprovida de enriquecimento estético, quando associada ao moderno e precipitadamente entendida como boa. “A concepção da forma não se esgota na correspondência a uma ou mais funções. Tem também motivações mais complexas e profundas - culturais e estéticas” (Lamas, 2010, p. 54). A função era um dos critérios do contexto mas não era o único. No entanto, constituiu-se, paradoxalmente, como uma teoria traduzida por uma imagem estética, em vez da óbvia correlação entre forma e função. Destacava-se, intrinsecamente implicado à produção das formas, um tipo de fenómeno. A estética, ou antiestética, resultava da confusão entre construção civil e ocupação do solo *versus* arquitetura e “arte urbana”.

A partir da década de 1970, o desenho urbano sofreu uma profunda revisão baseada em novos conceitos, métodos e programas. Atualmente, o fenómeno mais comum está associado aos planos urbanísticos resultantes da maior rentabilidade dos solos e à especulação fundiária.

Lynch (2007) descreveu diferentes modelos de configuração do aglomerado urbano, a seguir identificados, que caracterizam a forma urbana.

a) Cidade tipo estrela radial ou asterisco

Em resultado de um crescimento rápido. A forma apresenta um único centro do qual irradiam sistemas de transportes e vias principais, que são pontuados por centros secundários – p.e. Planos de *Washington*, *Copenhaga* e *Moscovo*.

b) Cidade satélite

Relacionada com a anterior. Caracteriza-se por ser uma cidade central rodeada por um conjunto de cidades satélite, cada uma com a sua atividade e centro próprios, separadas da primeira por cinturas verdes ou rurais – p.e. Cidades-Jardim de *Ebenezer Howard*.

c) Cidade linear

Sem centro dominante. Desenvolve-se paralelamente a uma linha contínua de transporte, como por exemplo em localidades balneares ao longo da linha de costa, antigas aldeias de beira de estrada, proposta experimental no subúrbio de Madrid por *Arturo Soria y Mata* e *Broadacre City* de *Frank Lloyd Wright*.

d) Cidade em grelha retangular

A ideia essencial é bastante simples: uma rede retangular de estradas divide o terreno urbano em blocos idênticos e pode ser estendida em qualquer direção. (...) A mudança e o crescimento podem acontecer em qualquer local no interior e também, por prolongamento, para o exterior. (...) o terreno pode ser facilmente marcado, distribuído ou comercializado. (Lynch, 2007, p. 353)

Não excluindo variantes, deverão ser consideradas formas em grelha não retangular e grelha triangular, apesar de serem conceitos pouco aplicados quer pela inutilidade das interseções, quer pela utilização de terrenos incomuns para construção – p.e. Nova Deli.

e) Cidade com forma tipo rede axial, barroca

Constituída por uma rede triangular irregular sobreposta a uma grelha regular retangular, marcada por pontos nodais simbolicamente importantes, memoráveis e monumentais – p.e. *Washington*.

f) Forma tipo rendilhado

Semelhante ao conceito de cidade linear mas adaptado a uma grelha desagregada. É comum em contexto rural e em aglomerados de baixa densidade com vias espaçadas.

Macedo de Cavaleiros representa uma configuração do aglomerado urbano do tipo cidade linear. O seu desenvolvimento foi ocorrendo, até à primeira metade do Século XX, ao longo a eixos viários principais - eixos urbanos e estradas nacionais). Como reforça Arménio Losa no antepiano de urbanização de 1952, “a Vila teve forçosamente que expandir-se ao longo e de um e outro lado dessas estradas. No cruzamento destas, formou-se o centro da Vila” (PGUMC, 1952, p.10).

Atualmente, a forma urbana enquanto finalidade do desenho urbano, interage e dirige-se diretamente a três intervenientes: os produtores, as autoridades públicas e os utilizadores. Um novo fragmento de trabalho incide no desenvolvimento urbano que pretende melhorar o desempenho da cidade em simultâneo com a provisão de maior atratividade e operabilidade.

1.5.2. Morfologia urbana

“A morfologia urbana estuda essencialmente aspetos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura” (Lamas, 2010, p. 37). Para compreender/explicar a forma, o fenómeno físico e construído, é essencial processar os dados interdisciplinares relativos à economia, sociologia, história, geografia e arquitetura, entre outros. “ A morfologia urbana é a disciplina que estuda o objeto - a forma urbana - nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo” (Lamas, 2010, p. 38). Com o conhecimento do passado, do percurso e do processo, conseguem-se reunir as informações constituintes da “ficha técnica”. Deste modo, poder-se-á afirmar que a forma urbana da cidade, fortemente dependente do seu suporte geográfico, incide em conjuntos urbanos de diversas grandezas e complexidades. Sendo definível pela praça, pela rua, pelo bairro, pela cidade e, se for esse o caso, pela área metropolitana.

A morfologia urbana pode analisar a forma urbana sob diferentes dimensões espaciais na paisagem urbana: a dimensão sectorial – escala de rua na qual se situa o observador num ponto, a partir do qual vislumbra o conjunto e consegue distinguir as características e elementos morfológicos; a dimensão urbana – escala de bairro na qual o observador necessita de movimento associado a percursos para ter perceção de estruturas; e a dimensão territorial – escala da cidade, inclui o observador em movimento rápido a partir do qual rara e acidentalmente obtém pontos de vista globais das formas/conjuntos. (J. Lamas, 2010, p.38)

A morfologia urbana estuda a forma urbana – o objeto. Este é considerado o resultado material da articulação física entre os elementos morfológicos que definem o espaço urbano. Ao longo do tempo, os elementos morfológicos raramente se transformam. O que se altera é o modo como se interrelacionam. A análise morfológica pode ser um ponto de partida para a compreensão das relações entre forma, função, estrutura, relação e processo. As múltiplas leituras dependem dos distintos instrumentos de análise, do conhecimento e identificação dos diferentes elementos morfológicos, bem como do respetivo enquadramento em diferentes escalas. Desta forma, aquando da realização de uma análise tipo-morfológica é incontornável não analisar as características descritivas dos elementos morfológicos, isto é, a posição, o contorno – forma, dimensão, proporção das fronteiras - a organização interna das ruas e quarteirões, parcelas, edifícios, espaços, estruturas e materiais. (Oliveira, 2011)

Lamas (2010, p. 98) aponta como principais elementos morfológicos:

- a) **O solo ou o pavimento** que integra a topografia e modelação dos terrenos, os passeios, degraus, lancis, faixas asfálticas, entre outros;
- b) **Os edifícios** considerados os elementos mínimos que são agrupados em tipos de forma e função e estabelecem relações “biunívocas e dialéticas” com a forma urbana. A sua organização e disposição desenham a cidade.
- c) **O lote ou a parcela fundiária** são a génese e o fundamento do edificado, meio e instrumento de planificação. É o lugar onde se limita o espaço público e a área privada.
- d) **O quarteirão** é formado por um conjunto de edifícios, um espaço delimitado por traçados e vias que é dividido em lotes de construção. Trata-se de um modelo de distribuição de terra e de um instrumento de desenho urbanístico até ao Período Moderno.
- e) **A fachada** é a imagem que estabelece a comunicação entre o edifício e o espaço urbano. É o invólucro que permite indagar sobre as características distributivas e o cenário, que tem um significado diferente na cidade tradicional e na cidade moderna, na qual perde a hierarquia principal.
- f) **O logradouro** integra o espaço privado do lote. Inicialmente tratava-se de uma área residual, evoluindo para um espaço complementar e até coletivo. Como refere Lamas (2010, p. 98) “é através da utilização e desenho do logradouro que se faz parcialmente a evolução das formas urbanas do quarteirão até ao bloco construído.”
- g) **O traçado ou a rua** estabelece a ligação entre os vários espaços. É o elemento mais perceptível na forma urbana. Está presente nos vários níveis e escalas.
- h) **A praça** é distintiva da cidade ocidental. Surgiu como um local intencional de encontro e permanência passando a local de prestígio. Com estatuto, a praça foi traduzida por um desenho cuidado e com forte sentido de cenografização.
- i) **O monumento** é um “elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado” (Lamas, 2010, p. 104). Recentemente, o conceito tornou-se mais abrangente com a atenção (re)centrada para as áreas antigas.
- j) **A árvore e a vegetação** são detentoras de uma individualidade muito própria e insuperável. Caracterizam o meio onde se inserem. Ambientalmente contribuem para a climatização e qualificação dos espaços. Funcionalmente definem espaços e “desenham” a cidade.
- k) **O mobiliário urbano** está localizado a uma escala de grande proximidade ou na escala de rua. Apesar da sua fragilidade e efemeridade conferem uma enorme qualidade e comodidade.

Adicionam-se ainda os “fatos urbanos” enumerados por A. Rossi (2001, p. 45): a individualidade, o “*locus*”, o desenho, a memória e a obra de arte. Os fatos urbanos são “uma construção na matéria e, não obstante a matéria, algo diferente: são condicionados, e também condicionantes. Esta artisticidade dos fatos urbanos está muito ligada à sua qualidade, ao seu “*unicum*”; portanto, à sua análise e definição” (Rossi, 2001, p. 47).

No decorrer do processo de desenvolvimento de uma teoria geral de morfologia urbana, Conzen (1960) sublinha a importância de quatro conceitos fundamentais para o estudo da forma urbana: ciclo da parcela burguesa, cintura periférica, estrutura e região morfológica.

- a) O Ciclo da parcela burguesa. Trata-se de uma progressiva ocupação aplicada aos logradouros e subsequente redução de espaço exterior.
- b) A Cintura periférica ocorre por estabilização temporária ou avanço muito lento dos limites periféricos cuja heterogeneidade relativamente ao plano da cidade alterna com áreas naturais contíguas.
- c) A Estrutura morfológica é um conjunto de preexistências formais tais como ruas ou parcelas, protagonistas no processo de transformação.
- d) A Região morfológica corresponde a um mapa de tecidos e usos do solo em áreas de grande homogeneidade formal, distinguindo-se de áreas envolventes. (Oliveira, 2011, pp. 89-91)

A toponímia também constitui uma fonte relevante para o estudo e conhecimento da morfologia e da história da cidade. É um instrumento que facilita a legibilidade dos espaços públicos uma vez que a designação dos lugares vai de encontro às condições do sítio e à própria forma urbana.

Com os novos modelos e processos de expansão nas vilas e cidades desde final do Século XIX, assentes em planos de urbanização, introduzem-se novos topónimos, tais como avenida, alameda, circular, circunvalação, gare, galeria e passagem, entre outros. As inovações toponímicas do Século XX estão diretamente relacionadas com a racionalidade inerente aos planos de cariz modernista.

1.5.3. Processos de transformação

As transformações ocorrem aquando da defrontação da inadaptabilidade da forma urbana ao seu contexto. Os processos de transformação são os motores da urbanização,

consubstanciados ao conjunto de fenómenos sociais da forma urbana na sua evolução temporal e influenciados por diferentes disciplinas que explicam a produção da forma. Tal como é referido por Lamas, (2012, p. 144) “a permanência das mesmas formas urbanas foi possível porque o contexto no qual essas formas foram produzidas não se modificou. As modificações da forma urbana são consequências da vitalidade social e económica das sociedades.”

Por outro lado, a urbanização é estabelecida por muitos indivíduos, num grande período de tempo, adotando regras simples de comportamento e de interação, com capacidade de se organizarem e se adaptarem às mudanças, respondendo eficazmente a novas conjunturas. A transformação da cidade tem como propósito a satisfação plena das necessidades e pretensões da comunidade. A cidade é pois, uma aglomeração humana “cujas estruturas internas e externas se constituem e se desenvolvem por obra da história, para satisfazer e exprimir as aspirações da vida coletiva, não só a que nelas decorre, mas também as da humanidade em geral.” (Goitia, 2008, p. 39).

Ainda que com apontamentos de descontinuidade a cidade é, ao longo dos tempos, uma construção contínua patenteada de transformações, simples alterações ou fenómenos particulares, mas também de guerras, expropriações, privatizações ou outras forças de natureza económica (Rossi, 2001, p. 135).

Se a transformação é verificável nas cidades em que as vicissitudes históricas sempre têm agido no sentido da unificação dos vários elementos, ela é ainda mais evidente no caso das cidades que nunca reuniram ou tentaram reunir, numa única forma, os factos urbanos que as constituem. (Rossi, 2001, p. 136)

Ao longo dos séculos, os processos de transformação contaram sempre com importantes agentes e dinâmicas de transformação urbana. As infraestruturas e os sistemas de mobilidade constituíram uma rutura com a lógica de crescimento da cidade antiga, mudando acentuadamente a sua forma. O uso intensivo do transporte individual, induzido pela rigidez do transporte público nos aglomerados de baixa densidade, contribuíram para a formação de territórios fragmentados. Da mesma forma, as dinâmicas económicas e a emergência de novos padrões refletiram-se na organização das atividades económicas que marcaram, indubitavelmente, os velhos e os novos tecidos urbanos.

Estas dinâmicas resultaram no abandono de territórios agrícolas, ainda que marginais no aglomerado urbano, com consequências óbvias na vitalidade do território. Por outro lado, a criação de novos *clusters* comerciais ditou a crise do comércio tradicional nos antigos centros urbanos. As dinâmicas económicas tiveram, por isso, consequências óbvias na alteração da paisagem urbana e rural.

Verificaram-se tendências de concentração funcional possibilitadas pela fácil acessibilidade inerente à proximidade de eixos de alta velocidade e de estacionamento facilitado. Como exemplos, os centros comerciais, *retails parks* e as lojas do cidadão. Contraditoriamente, as novas áreas funcionalistas ou temáticas reforçaram a diferenciação com os espaços e antigos centros recém-reabilitados.

Equipamentos resultantes de investimento de quadros comunitários, como hospitais, escolas, universidade e politécnicos, museus, casas da cultura, auditórios, centros de exposição, complexos desportivos, tribunais, entre outros, ora participam no rejuvenescimento funcional do centro, ora, pelo contrário, procuram novas lógicas de localização onde os critérios custo/benefício (preço do solo, acessibilidade às novas vias e menor congestionamento) são mais favoráveis. (Domingues, 2006, p. 21)

Os novos modos e estilos de vida refletem-se no modo de habitar e trabalhar no território. A generalidade das pessoas, facilitada a mobilidade, procura loteamentos de habitação coletiva ou unifamiliar ou ainda casas individuais em lote próprio. Esta realidade manifesta-se nos padrões de povoamento atuais.

A liberdade das opções torna-se uma questão de fundo por todas as questões que ela apresenta; do mesmo modo que não acreditamos que hajam questões de valor que possam decidir a favor das casas altas ou das casas baixas, ou seja de soluções arquitetónicas e tipologias diferentes, mas que estas questões apenas podem ser resolvidas a nível arquitetónico urbano, também estamos profundamente convencidos de que a liberdade concreta do cidadão esteja, numa sociedade onde as opções sejam livres, no optar por uma solução em vez de outra. (Rossi, 2001, p. 139)

Em Macedo de Cavaleiros, é óbvio o crescimento urbano intrínseco a novos loteamentos, que formam núcleos residenciais, na envolvente do aglomerado urbano antigo. A sua localização dependeu de alguns fatores específicos, como a disponibilidade de terrenos para construção e a proximidade a vias de acesso local. A mobilidade é conseguida através de transporte próprio, uma vez que não existe uma rede de transporte coletivo.

Como problemas associados a esta nova organização territorial, Domingues (2006, p. 21) aponta:

O gasto excessivo de solo, fragmentação e descontinuidade do tecido construído, rarefação da densidade, déficit de infraestruturação e de desenho urbano, predação de recursos ambientais e paisagísticos, gastos de energia, etc. Se a isto somarmos o papel do imobiliário (...) facilmente se compreende a dimensão da bolha imobiliária.

Há um século o rasgamento de avenidas condicionou a forma como os edifícios se implantaram. A forma das avenidas era definida pela ocupação do edificado. A expansão projetada e a expansão espontânea “serviam” diferentes classes sociais.

A cidade da segunda metade do Século XX assistiu a uma transformação incongruente na medida em que a concentração humana cresceu a um ritmo superior à capacidade de previsão, assimilação e resposta por parte dos responsáveis pelo planeamento – os organismos oficiais, planificadores e urbanistas. Entre as consequências a assinalar está a concentração de população em áreas marginais abandonadas erguendo os “bairros de lata”. Também os centros, anteriormente ocupados por grupos abastados, foram sendo progressivamente abandonados. A ausência de reformas de fundo deu lugar a incongruências, tais como as construções provisórias mantidas por tempo indefinido, as grandes habitações de classe alta que contrastam com a falta de habitação para as classes mais desfavorecidas, bem como o aprisionamento, o atraso e congestionamento dos serviços públicos. As circulações insuficientes resultaram em centros urbanos congestionados e acumulados. (Goitia, 2008) Recentemente, os novos desafios e o debate público centraram-se no espaço público, como refere a seguinte citação:

A primeira geração de projetos de intervenção no espaço público integra-se nos programas de regeneração das áreas centrais, mais ou menos históricas que antes se esgotavam na recuperação física ou social dos edifícios ou quarteirões de maior valor patrimonial. A passagem que então se dá do edifício aos conjuntos urbanos implicava o reconhecimento do papel “catalítico” ou de “contaminação possível” do espaço público renovado como indutor de investimento e iniciativa local. (Portas, 2005, p. 116)

Estas intervenções no espaço público dividiram-se em dois grupos de objetos principais: o primeiro incidia na Pedestrianização, *Boulevards* e Praças, *Parkings*, Frentes de Água ou Parques Urbanos. O segundo, considerado como “Estratégia de cidade” ocorria em espaços coletivos, valorização de transporte intermodal, reconversão de vazios urbanos e no enquadramento de equipamentos de excelência.

Estas intervenções podem ser ajustadas ao presente caso de estudo, designadamente no estudo prévio de instalação do Parque da Cidade. Ver figura 73 (p. 195). Desta forma, a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros beneficiaria com um excelente enquadramento, uma vez que se localiza na proximidade do Parque e tem como principal acesso um dos principais eixos urbanos da Cidade, permitindo uma chegada rápida e des congestionada ao referido equipamento coletivo.

Por último, recorrendo ao argumento da dificuldade política e técnica, ficariam por tratar problemas emergentes, tais como a descontinuidade e fragmentação no território. Nesse sentido, entendem-se como desafios para a urbanística contemporânea a qualificação e estruturação da extensa mancha urbanizada, caracterizada por altas e baixas densidades, a proteção e valorização dos recursos ambientais, das estruturas ecológicas e dos recursos paisagísticos identitários de um território e região.

1.5.4. Crescimento urbano

O enquadramento de diferentes conceitos de crescimento urbano espontâneo é referido na citação de *Rossi*, convergindo com a contextualização apresentada. “ Nenhum crescimento urbano é espontâneo, mas é pelas tendências naturais dos grupos dispersos nas diferentes partes da cidade que se podem explicar as modificações de estrutura ” (*Rossi*, 2001, p. 242).

O crescimento urbano apoia-se, de forma resumida, em dois processos fundamentais, o processo orgânico e o processo regular. O primeiro é caracterizado por uma irregularidade formal que atesta a espontaneidade, o aleatório e o acaso, contudo dotado de regras construtivas, estéticas e urbanísticas. A espontaneidade reside no ritmo vagaroso que permite que cada nova construção se adapte e prolongue à forma pré-existente/ vizinha e mais antiga, resultado da carência de instrumentos de regulação urbanística, prévios aos fenómenos de deflagração da cidade.

O segundo, o processo regular, cuja regularidade formal revela ações deliberadas e racionais, é baseado em planos, ideias e traçados, com níveis de rigor distintos, desde esquemas mentais até planos minuciosos apoiados em esquemas geométricos altamente operacionais. Este processo desenvolve-se em três etapas: o parcelamento (crescimento), a Urbanização (infraestruturação) e a Edificação (construção de edifícios).

Num espectro alargado de formas urbanas existentes, a maioria não se enquadra em nenhuma das categorias ou adapta-se a ambas, orgânica e regular. Estudos recentes têm verificado ações de planeamento em espaços considerados como espontâneos.

Para cada período histórico, existe um determinado modo de desenho urbano, que corresponde a uma configuração específica. Atualmente, o desenho da estrutura rodoviária mostra a evolução recente na cidade que prolifera a partir de distâncias que ultrapassa. Organizada entre polaridades e conexões, sobretudo a partir da década de 1960, a cidade foi-se desenvolvendo ancorada às suas vias enquanto diretrizes. A forma urbana revelava uma expansão fragmentada, como resultado de traçados de má qualidade elaborados na ausência de um plano estratégico, suportada por avultados fundos comunitários. A abundância de centralidades periféricas intensificava os canais de tráfego de uso quotidiano. Anulava-se a intenção de separar eixos funcionais que privilegiariam os percursos curtos complementados pela vertente pedonal e os eixos de mobilidade.

À volta da cidade, entre cidades e dentro da própria cidade ocorreu o fenómeno de dispersão urbana, o *Sprawl*. Ao desaparecer o passeio, físico ou metafórico, quebrou-se a lógica pedonal, e com isso as continuidades, a naturalidade e a espontaneidade da mobilidade. Os motivos repetiram-se, “o terreno é mais barato, as taxas mais baixas, é mais cómodo o uso do automóvel, existem menos vínculos urbanísticos, torna-se real o desejo de viver junto ao verde” (Domingues, 2006, p. 29).

A monocentralidade deu lugar à multicentralidade. A primeira é condensadora de funções urbanas, acessível, referenciável e iconográfica. A segunda está associada à diversidade funcional das zonas urbanas fortemente polarizadoras.

Na cidade dispersa e polarizada existe lugar para os vazios urbanos que induzem o “medo” pela sua ausência de forma. O desejo e a incerteza da multicentralidade banalizam o território a uma paisagem híbrida, ocupada gradualmente pela construção dispersa. Os vazios urbanos podem ser classificados como:

- a) Resíduos ou pequenas frações resultantes do “negativo” das construções que os rodeiam. Completam as malhas urbanas e estreitam o diálogo entre os loteamentos.
- b) Corredores, que se desenvolvem longitudinal e prolongadamente, qualificando o ambiente urbano.
- c) Manchas que são semelhantes aos corredores mas têm a forma de mosaico, interligam e interrompem outras unidades urbanísticas.

Uma estratégia de crescimento estruturada exige sólidas políticas urbanas, muitas vezes dependentes de decisões regionais e ministeriais. Os elevados níveis de endividamento fragilizam a prossecução de planos. Num contexto incerto, débil e cuja resolução dos problemas está dependente de respostas e resultados de projetos e planos decorrentes, é difícil traçar uma prospetiva sobre a tendência do crescimento urbano.

Contudo, alguns problemas flagrantes que carecem de resolução estarão com toda a certeza, no topo das prioridades das futuras políticas urbanas.

Nesta situação encontra-se o problema resultante da incidência nos Centros Históricos e na cidade antiga, em desfavor da intervenção nas áreas das periferias extensivas, onde vive a maior parte da população e onde se encontram os principais défices de infraestrutura [ainda] de transportes [sobretudo coletivos] e de proteção ambiental ou paisagística. (Domingues, 2006, p.76)

1.5.5. Construção do espaço urbano

O espaço urbano está em constante reconfiguração espacial e social. É o resultado de conceções sociais e culturais da sociedade que o caracteriza e o produto social resultante de ações sucessivas fomentadas por diferentes dinâmicas e agentes. Estes adaptam o espaço às necessidades populacionais da classe média e alta através da produção de novas formas e paisagens urbanas. Os excedentes, públicos ou privados, são ocupados pelos mais desfavorecidos. Entende-se como agentes os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais desfavorecidos (Santos, 2009, p. 181)

O crescimento, desregulado e permissivo, desencadeia uma série de impactos negativos na organização do território afetando a qualidade de vida quotidiana. O *laissez-faire* daí proveniente traduz-se na pobreza morfológica que caracteriza muitas cidades contemporâneas.

Porque no último século [Século XIX] período de rápido crescimento da cidade, a experiência provou que toda a cidade, cujo desenvolvimento não está dirigido, não pode vir a ser senão um grande caos. O conjunto de forças cegas e de iniciativas particulares, movidas unicamente por considerações de interesse pessoal ou pela fantasia de cada um, pode trazer apenas uma perfeita desorganização e perdas financeiras. (Lôbo, 1995, p. 46)

Passou a ser urgente a renovação do interesse e valorização da cidade com a otimização, gestão de recursos e intervenções estruturantes.

Na opinião de Lynch (2007, p. 43) a construção da cidade constitui um fenómeno explicável a partir de três teorias, a seguir explicadas.

- a) A teoria do planeamento ou teoria da decisão, baseada em decisões públicas relativas ao desenvolvimento da cidade;
- b) A teoria funcional que questiona o porquê da forma e do seu funcionamento;
- c) A teoria normativa consubstanciada na relação entre os valores humanos e a forma dos aglomerados. É uma ferramenta para conhecer e contribuir para melhores cidades.

Na viragem do Século XX, o plano de urbanização era “o documento onde se definia uma visão para o território, e onde se estabeleciam as regras de ordenamento para a concretização dessa visão” (Oliveira, 2011, p. 76). Na segunda metade do mesmo século, já não importava só a visão do planeador, traduzida no documento, mas também o processo inerente que incluía a pesquisa e a análise. O projeto era considerado a resposta às necessidades recorrendo a modelos de carácter científico, revelando algum distanciamento entre o planeamento e o mundo real. A teoria do planeamento redirecionou-se centrando-se na cidade. Assistiu-se a um renovado interesse pela forma urbana, o que se deveu à “emergência de novas correntes urbanísticas, à discussão sobre o desenvolvimento sustentável, à cidade compacta e à redescoberta do desenho urbano nas suas múltiplas dimensões” (Oliveira, 2011, p. 80).

A necessidade de o planeamento urbano contribuir para o desenvolvimento sustentável vai ao encontro da posição de que (...) apesar de existirem limites a partir dos quais o crescimento e desenvolvimento se tornam insustentáveis, o planeamento urbano pode ser um caminho para tornar esses limites mais flexíveis. (Amado, 2002, p. 44)

O desenvolvimento urbano é conseguido maioritariamente através da transformação do solo. Contudo, a componente sociopolítica tem um papel proeminente na “medida em que a população acompanha, valida e participa na formulação de objetivos, a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável reforça a “evitabilidade” de “decisões de natureza discricionária ou de salvaguarda de interesses dominantes” (Amado, 2002, p. 46). O planeamento urbano deve apoiar-se nas aspirações e visões da comunidade inerente, de modo a poder satisfazer as suas necessidades. “O processo de planeamento urbano sustentável [deverá] garantir uma maior satisfação das necessidades da população, uma mais eficiente gestão dos recursos renováveis e não renováveis e uma garantia da sua monitorização através da participação alargada da população” (Amado, 2002, p. 46).

O planeamento reúne um conjunto de processos que conduz ao crescimento da cidade. Reutiliza partes da cidade, recupera, reabilita, restaura e adapta. Teoricamente concebe e controla as transformações da cidade. Em Portugal, os sistemas de planeamento carecem de maior eficácia no que concerne à articulação do funcionamento dos diferentes níveis da administração territorial, à implementação de novas estratégias integrantes contínuas e adequadas, e à maior flexibilidade e adaptabilidade de zonamentos e normas paramétricas. (Portas *et al.*, 2003, p. 198)

A prática do planeamento organiza-se em diferentes níveis de intervenção, escala e dimensão, de acordo com os quais são considerados distintos métodos, objetivos e conteúdos. Os níveis, apesar de autónomos, estão interligados e interdependentes, não podendo ser substituídos pelo seguinte, nem dispensar o anterior. Cada nível tem o seu próprio domínio:

- a) O **nível do planeamento** incide na programação e planificação de quantidades, áreas a construir e a libertar, traçados, infraestruturas e articulação com a paisagem existente. O território é “arrumado”, cumprindo os objetivos socioeconómicos traçados.
- b) O **nível urbanístico**, o Plano de Urbanização, enquadra e define os objetivos no espaço e no tempo através da definição das metodologias urbanas. Considera as possibilidades físicas no território trabalhando sobre “a forma urbana”, o desenho urbano.
- c) O **nível de construção** que inclui o Projeto ou a materialização do que até este nível não passaram de intenções e a construção da obra.

Atualmente, o sistema de gestão territorial português dispõe de instrumentos de ordenamento que se enquadram em três escalas territoriais diferentes: nacional, regional e municipal. A escala nacional inclui o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e os Planos Sectoriais de Incidência Territorial (PS). Na dimensão regional existem os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). Os municípios elaboraram e implementam os Planos Diretores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de pormenor (PP), a seguir caracterizados.

Segundo Lamas (2010, p. 70) a metodologia urbanística hierarquiza os planos, diferenciando-os quer pela natureza dos problemas quer pela dimensão ou escala de intervenção. A prática portuguesa consubstancia até agora três grandes grupos de intervenção: o Plano Diretor Municipal, de

ação territorial; o Plano de Urbanização, de ação essencialmente urbana (a totalidade da cidade e a sua expansão); e o Plano de Pormenor, incidindo sobre uma parte da cidade ou área urbana.

Estes planos enquadram-se no âmbito municipal acompanhados pelos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIMOT).

O planeamento é interdependente das condições e sistemas - geográficos, económicos, sociais, administrativos, políticos, culturais e outros, através dos quais se efetua a ação do homem no território, sendo do foro do planeamento organizar essas forças com o objetivo de transformar o território. (Lamas, 2010, p. 121)

Desde a institucionalização do planeamento como prática regular, que foi estruturado contingentemente. As suas várias abordagens teóricas e metodológicas revelaram-se complementares e não conflituosas. De todas as abordagens, destacam-se o planeamento racional, o planeamento comunicativo e o planeamento estratégico, a seguir analisados.

- a) **O planeamento racional ou instrumental** tem como principal objetivo a “obtenção da melhor relação entre concretização de resultados e utilização de recursos” (Oliveira, 2011, p. 31). É constituído por três fases. A primeira de consideração de alternativas perante um problema específico. A segunda de avaliação de consequências dependente da adoção de cada alternativa. A terceira seleciona as alternativas cujas consequências melhor se adequam à visão do planeador. Este modelo é dominado pelo desenho e interpretação da figura do plano.
- b) **O planeamento comunicativo, interpretativo, interativo ou planeamento na ótica da interação social**, baseia-se num processo de análise fundamental da racionalidade da comunicação, pela “apreciação contínua do debate de planeamento e da agenda política” (Oliveira, 2011, p. 31).
- c) **O planeamento estratégico** assenta numa visão para o território alicerçada no diagnóstico prospetivo, considerando a gestão urbanística a longo prazo.

Do mesmo modo, é construída “uma ideia de planeamento como lugar de convergência da sociedade civil, do Estado e dos mercados, promovendo a participação, as iniciativas em parceria e a descentralização do processo de deliberação, decisão e implementação” (Cabral & Marques, 1996, p. 109).

O espaço urbano, como antes referido, está em constante reconfiguração espacial e social. A compreensão das novas dinâmicas contínuas facilita o diálogo entre as práticas de planeamento e a realidade. Tratando-se de uma tarefa sempre inacabada permite a reflexão sobre as políticas que orientam e organizam o desenvolvimento das cidades. Neste contexto, o papel do arquiteto é essencial para orientar e incentivar, com o discurso ou projeto de melhores espaços públicos e bairros, e por isso melhores cidades.

Para Lamas, como descreve a seguinte citação, o projeto do edifício começa no desenho da cidade e a intervenção da arquitetura inicia-se no início do processo de produção da cidade. A arquitetura é pois a chave da interpretação correta e global da cidade como estrutura espacial.

A arquitectura, em diferentes contextos e situações, retoma incansavelmente a mesma questão de fundo, ainda hoje em aberto: como colocar os edifícios no terreno articulando-os, dando-lhes significação e resolvendo as organizações funcionais e distributivas necessárias às atividades humanas. Por outras palavras, como formar espaço urbano ou construir a cidade e o território. Lamas (2010, p. 535)

1.6. Abordagens morfológicas

“Não existe uma escola Portuguesa de morfologia urbana” (Oliveira, 2013, p. 44). No entanto, é possível traduzir uma análise das categorias morfológicas, sintetizar o que é identificável em cada categoria e aplica-las no caso de estudo, objeto desta Dissertação. Desta análise resultarão os pilares estruturantes e os indicadores mais importantes para compreender a transformação urbana de Macedo de Cavaleiros.

Entre as diferentes abordagens passíveis de classificação, são desenvolvidas a abordagem histórico-geográfica, a normativa e a quantitativa/qualitativa. As duas primeiras têm enquadramento em três escolas internacionais com consolidada tradição em morfologia urbana. “Cada uma delas sintetiza uma série de preocupações e um conjunto de objetivos que variam entre a descrição e a explicação da geografia urbana Inglesa, a intervenção Italiana e a avaliação Francesa” (Oliveira, 2013, p. 44).

A **abordagem histórico-geográfica** incide na compreensão do processo de desenvolvimento urbano ao longo de determinado período temporal assinalado por acontecimentos históricos, com maior ou menor impacto na forma da cidade. Importa compreender, analisar e refletir sobre os factos históricos e consequentes alterações no desenho urbano. Desde *Schuter*, *Geiser*, *Larkham* e *Whitehand*, a *Conzen*, a abordagem histórico-geográfica inglesa, fortemente influenciada pela geografia alemã, propõe uma

abordagem indutiva, num contexto onde a prática corrente era a abordagem quantitativa. Entre as questões fundamentais sobressai a inquirição da cidade como estrutura consolidada e qual o seu contributo para o contexto regional.

A escola inglesa estuda o “planeamento e desenvolvimento das cidades pré-modernas, e a abordagem aos processos de criação de paisagens urbanas dos séc. XIX e XX (...) [criando] um conjunto de sugestões e contributos para o desenvolvimento de uma teoria geral de morfologia urbana” (Oliveira, 2013, p. 22). Atinge o ápice com a fundação do centro de investigação *Urban Morphology Research Group* em 1974, para o qual convergem os melhores recursos humanos e contributivos do Reino Unido. São acrescentados ao glossário urbanístico conceitos tais como “plano de cidade”, “tecido edificado” e “uso do solo” que constituem e definem a paisagem urbana. Por sua vez, o plano de cidade é definido por ruas, parcelas ou blocos de parcelas, planos de implantação. São produto ou disposição topográfica da ligação das ações humanas na estrutura e carácter da cidade. Estas não são fixas nem imutáveis relativamente ao contexto físico.

A abordagem histórico-geográfica torna-se mais abrangente por incluir as questões económicas e as dinâmicas de edificação.

“**A abordagem normativa** debruça-se sobre situações existentes, com o propósito de melhorar a qualidade do ambiente urbano, e de elaborar uma base conceptual que permite ao planeador manipular a forma urbana” (Oliveira, 2013, p. 33). Os estudos fundadores desta abordagem localizam-se entre as décadas de 1960 a 1980 e resultaram na formulação de uma teoria normativa da boa forma urbana concentrada na qualidade visual e desempenho.

Lynch (2007, p. 54) enumera os “requisitos para qualquer teoria normativa útil da forma da cidade”, a qual deve:

- a) Partir do comportamento intencional e das imagens e sentimentos que o acompanham;
- b) Lidar diretamente com a forma e com as qualidades do aglomerado populacional e não ser uma aplicação eclética de conceitos em outras áreas;
- c) Ligar valores de importância geral e de longo alcance, ações imediatas e práticas, inerentes à forma;
- d) Saber lidar com interesses plurais e concorrenciais, devendo representar clientes ausentes e futuros;
- e) Ser adequada a diversas culturas e variações nas situações de decisão (variação na centralização do poder, na estabilidade e na homogeneidade de valores, no nível de recursos e no grau de mudança);

- f) Ser suficientemente simples, flexível e divisível, para poder ser utilizada em decisões rápidas e parciais, com informações imperfeitas, pelos leigos que sejam utilizadores diretos dos locais em questão;
- g) Saber avaliar a qualidade conjunta do estado e do progresso, à medida que se altera durante um espaço de tempo moderado.

Apesar dos requisitos constituírem a raiz da avaliação da forma do aglomerado populacional, os conceitos devem sugerir novas possibilidades de forma. Em geral, deve ser uma teoria possível e não uma lei.

A abordagem normativa também incide na investigação, fortemente hierarquizada, do resultado ou impacto da criação e aplicação de normas e regras na morfologia urbana.

A configuração espacial e formal dos espaços urbanos antigos é o resultado de diferentes níveis de controlo, nomeadamente do proprietário, do ocupante, dos profissionais da construção e dos funcionários municipais que regulam e fiscalizam as ações construtivas. Resulta de várias normativas que permitiram produzir, prevenir ou replicar comportamentos, mas também de diferentes procedimentos administrativos e judiciais. As normas incorrem desde a regulamentação do edificado até ao planeamento e controlo da forma urbana.

A prática de planeamento generaliza conceitos tais como: Cintura periférica, tecido urbano, níveis de resolução, região morfológica e área de desenho. Estes conceitos tornaram-se ferramentas indispensáveis à compreensão e abordagem dos problemas associados ao zonamento funcional. Este, originário da forma existente, é flexível à mistura de usos e permissivo relativamente à continuidade e transformação. O zonamento funcional divide a cidade em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo. A limitação de zonas, a regulação paramétrica e a limitação do sistema viário são amplamente utilizados para controlar o crescimento urbano, proteger áreas inadequadas à ocupação urbana, minimizar os conflitos entre usos e atividades, controlar o tráfego, conservar os valores das propriedades e do *status quo*. Apesar de a mistura de usos ser reconhecida, a sua localização é controlada e os seus usos e atividades são divididos em categorias. A normalização do tecido edificado tem especial impacto na forma dos espaços urbanos porque determina as relações espaciais que as construções estabeleceram com as restantes estruturas.

A abordagem quantitativa caracteriza-se pela objetividade inerente à descrição dos objetos em estudo, a estruturação e rigor na operabilidade de dados quantitativos - através de uma obtenção de dados igualmente estruturada e a análise dedutiva de dados - partindo do geral para o particular e cingida aos resultados.

Por outro lado, **a abordagem qualitativa** descreve significados que são socialmente construídos e por isso é considerada subjetiva. Assenta em características não

estruturadas, mas é rica em contexto e enfatiza as interações. Analisa subjetivamente os dados qualitativos. O conceito qualitativo é definido por critérios técnicos e é direcionado para identificar os benefícios ou malefícios e os resultados. As leis de uso do solo são essencialmente empíricas e variam segundo a sociedade e o seu nível de desenvolvimento, interferindo na organização espacial do território, de acordo com o planeamento urbano. A abordagem quantitativa lança um paradigma, amplamente discutido, considerando os dois conceitos “*quantitativo versus qualitativo*”. Ambos são entendidos como garantia para o desempenho de uma análise adequada, como é referido a seguinte citação.

Além de desprovido de sentido, é contra produtivo em termos da nossa compreensão falar da vitória dos sinais sobre a diferença ou das regras sobre o particular. (...) Não devemos criticar regras, lógica, sinais e racionalidade em si mesmos. Devemos apenas criticar o domínio destes fenómenos sobre a exclusão de outros (...). Inversamente deve ser igualmente problemático se regras, lógica, sinais e racionalidade forem marginalizados pelo concreto, pela diferença e pelo particular. (Flyvbjerg, 2001, p. 49)

A abordagem quantitativa/qualitativa incide inicialmente na análise da combinação do tipo de uso do solo com o tipo de edificado. Estudam-se e testam-se formas construídas a partir de conjuntos edificados. Quantitativa e matematicamente exploram-se as formas “pavilhonares, cruxiformes e em pátio cruxiforme” (Krüger, 2005, p. 84), procurando obter orientações de rentabilidade e potenciação do uso do solo. Posteriormente foi complementada aquando da perceção da influência da arquitetura nos problemas sociais.

Centra-se na definição de medidas topológicas que quantificam o padrão espacial de relações presentes num sistema (...) integração global, que mede a profundidade relativa de cada linha axial a todas as outras linhas do sistema (...) na integração local, que mede a acessibilidade de cada linha até três passos topológicos. Na conectividade que mede o grau de interação ou acessibilidade de cada linha até um passo topológico. (Oliveira, 2013, p. 36)

De acordo com Hillier (2007) não é óbvio que o espaço, apesar de ser uma propriedade objetiva dos edifícios, possa ser descrito como uma realidade independente do edifício. A maioria das noções comuns não lida com o espaço como uma entidade em

si. Amarram-no às entidades presentes. A noção de espaço é usada como uso, percepção, produção ou conceito. Em todas as expressões, a ideia de espaço é dada ligando-o diretamente ao comportamento humano. A relação do espaço com o movimento é o propósito da análise sintática que “não pode ser separada da questão da forma urbana” (Oliveira, 2013, p. 36).

O objetivo do presente caso de estudo é refletir e interpretar as marcas da evolução histórica no aglomerado urbano e estabelecer a relação entre a realidade socioeconómica e a forma urbana resultante de Macedo de Cavaleiros, ao longo da sua história. São objeto de análise a organização funcional, o zonamento e a relação entre as funções e tipologias existentes. O desenvolvimento urbano de Macedo de Cavaleiros apoiou-se em conceitos, normas e regras que resultaram na construção da atual Cidade com uma forma organizada e estruturada.



Figura 3. Vista geral. Em cima, “Perspetiva de 1929-30 tirada a partir da Bela Vista. (...) A mancha arborizada que se vê “por cima da igreja” ficava na estação de caminho-de-ferro que se nota em contraste e era um eucaliptal. Quase em primeiro plano, à esquerda, estão os medeiros das eiras que ficavam onde é hoje a cooperativa” (Cardoso, 2005, p. 12). Em baixo, perspetiva atual.

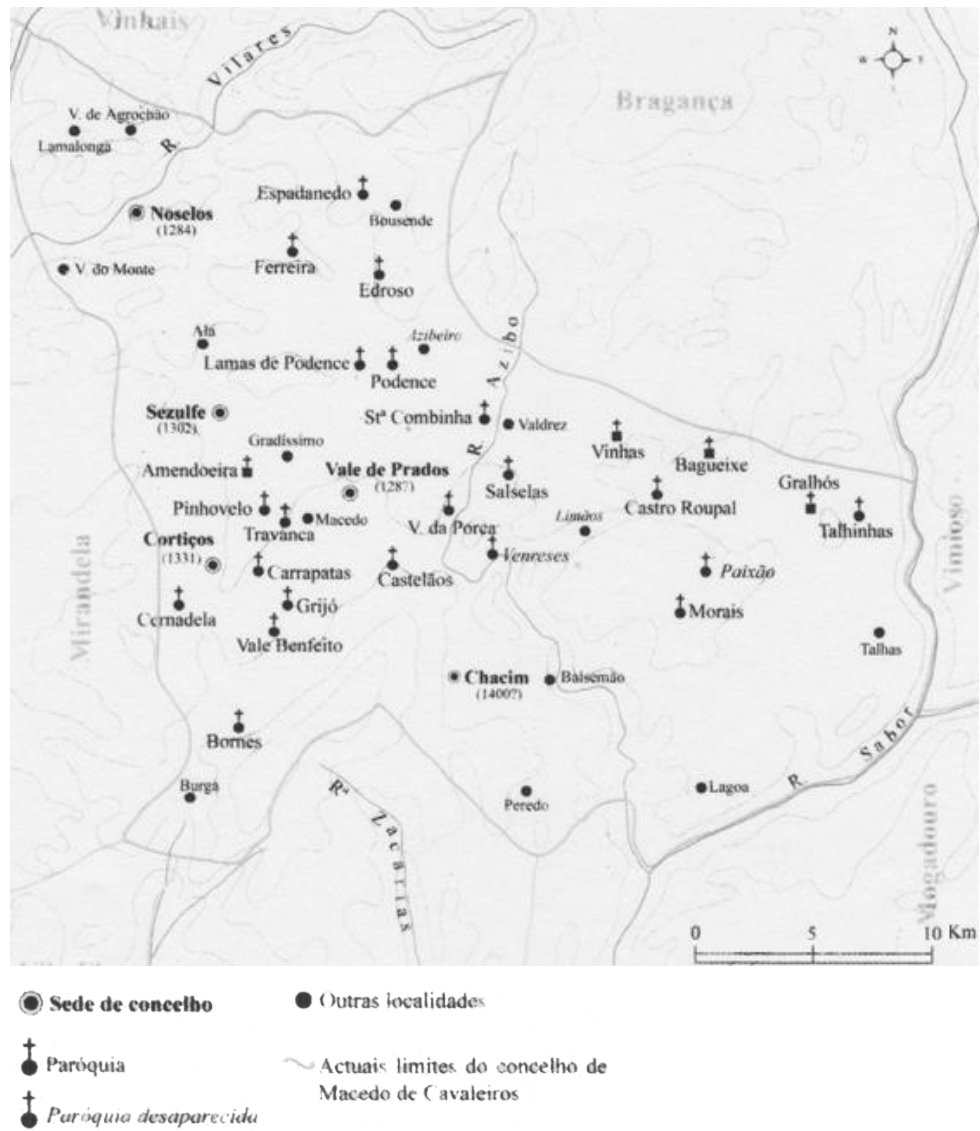


Figura 4. Povoações nas inquirições de D. Afonso III. 1258.



Figura 5. Vista geral. Núcleo habitacional. Década de 1900.

2. CARATERIZAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS

2.1 Enquadramento histórico

A fundação de Macedo de Cavaleiros coincidiu com a sua elevação a sede de concelho em 1853. No entanto, alguns registos, testemunhos e lendas comprovam a sua existência remota. A origem do nome *Masaedo* é atribuída a terrenos propícios ao cultivo da maçã ou a uma casta de uva da região, no período de romanização da Ibéria. A denominação oficial como Macedo foi concedida por D. Afonso, I Duque de Bragança, presumivelmente fundamentado nas culturas agrícolas locais. A primeira referência conhecida a um Senhor da “Terra de Maceda” remonta ao Século XII, João Gomes do Vinhal, cujos descendentes, usaram o apelido Macedo durante mais de três séculos. Um deles foi Martim Gonçalves de Macedo, cavaleiro de D. João I, que lutou na Batalha de Aljubarrota. Segundo as Inquirições de D. Afonso III, em 1258, o território de Macedo pertencia a dois cavaleiros: D. Nuno Martins e a D. Mendes Gonçalves. No entanto, este lugar não seria mais do que uma pequena povoação já que não assumiu, nestes tempos, a importância administrativa de outras localidades suas vizinhas, como por exemplo Nozelos, Vale Prados, Cortiços, Sezulf e Pinhovelo as quais, durante o ímpeto municipalista do reinado de D. Dinis, receberam Cartas de Foral.

Durante os Séculos XII e XIV dá-se conta de uma fortíssima presença senhorial em torno de Macedo de Cavaleiros: Cavaleiros de Podence, Senhores de Travanca, Senhores de Chacim, Senhores de Bornes e Senhores de Macedo. Todos dão razão não só à presença do Mestre e das suas tropas para fazer um Alardo em Castelões como também dá móbil ao acessório “dos Cavaleiros” adossado a Macedo. (Barbosa & Mendes, 2006, p. 99)

No ano de 1385, a alguns quilómetros de Aljubarrota guerreavam espanhóis e o Mestre de Avis, que seria o Rei D. João I e tinha por escudeiro Martim Gonçalves de Macedo. Descrevem várias crónicas o seguinte: “el Rey [D. João I] rezebeo o guolpe (...) e foy luogo alevantado. (...) O rei teria que ter sido socorrido por aqueles que o protegiam e que acabaram por matar o castelhano (...) foi Martim Gonçalves de Macedo” (Barbosa & Mendes, 2006, pp. 62,63)

Foi a partir do Século XIV que *Masaedo* surgiu pela primeira vez em documentos oficiais como Macedo de Cavaleiros. É provável que o facto de seus donatários serem cavaleiros tenha estado na origem deste aditivo. No começo do Século XVI, a grande reforma de D. Manuel concedeu forais novos a Sezulf (1504), a Vale Prados (1510), a Chacim (1514) e aos Cortiços (1517).

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 6. Em cima, antiga Rua da Cadeia. Atual Rua Dr. Francisco Sá Carneiro. No centro, à esquerda, Igreja de S. Pedro. À direita, Portal do Solar. Prado de Cavaleiros. Em baixo, antigos Paços do Concelho. Atual Largo Manuel Pinto de Azevedo. Década de 1910.

Dada a sua pouca importância nos primeiros reinados, só teve foral na segunda dinastia, e este mesmo concedido a Chacim. E D. Manuel, tão pródigo nestes favores, também não houve por bem subtrair Macedo de Cavaleiros à obscuridade em que vivia. Transferido o arquivo municipal para esta terra, ficou a pertencer-lhe o foral. (PGUMC, 1952, p.33)

Em 1722, D. João V passou carta de reguengos da Casa de Bragança aos moradores da “Quinta de Macedo”. Este documento do Século XVIII testemunha ainda a pequena dimensão de Macedo, ao designá-lo como quinta.

Após a extinção dos forais, por Mouzinho da Silveira, em 1832, foi decretada a 1835 uma nova divisão administrativa. Um ano depois, os concelhos reduziram-se a dois - Chacim e Cortiços, que viriam a constituir o núcleo do Concelho de Macedo de Cavaleiros. A aprovação, em 1853 de nova divisão administrativa, instituiu Macedo dos Cavaleiros como Julgado e Concelho, suprimindo os antigos concelhos de Chacim e Cortiços. Um erro gráfico deu forma definitiva ao nome Macedo de Cavaleiros. Em 1863, Macedo de Cavaleiros foi elevada à categoria de Vila.

Entre o início do Século XVIII e a segunda metade do Século de XIX, o crescimento da antiga povoação de *Masaedo* justificou a transformação da quinta de Macedo a sede de concelho e a Vila. No Século XX, a 13 de Maio de 1999, foi votada na Assembleia da República a elevação de Macedo de Cavaleiros à categoria de Cidade.

2.2. Dinâmicas e tendências da transformação

Macedo de Cavaleiros terá tido na sua origem dois núcleos de casas.

Um à volta da velhinha capela de S. Pedro, igreja maior do século XVII e ampliada ainda mais no século XIX, com escassa dezena de vizinhos aglomerados à sua volta. O outro, junto ao ribeiro, de volta de um moinho e a revestir a encosta breve onde está o Bairro do Prado de Cavaleiros, em que terá existido uma casa senhorial. (Cardoso, 2005, p. 9). Ver Figura 1.

Além da centralidade de Macedo de Cavaleiros no distrito de Bragança, foram vários os fatores que contribuíram para o seu processo de urbanização: a chegada do caminho-de-ferro, as atividades económicas e as oscilações demográficas (emigração e descolonização) e a criação de algumas infraestruturas relevantes - estação de caminho-de-ferro, antiga cadeia de comarca, escola primária da Praça das Eiras, Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros, campo de aviação, campo de futebol, cemitério novo, estação dos correios, quartel dos bombeiros e a nova cadeia da comarca. Ver Figura 7.

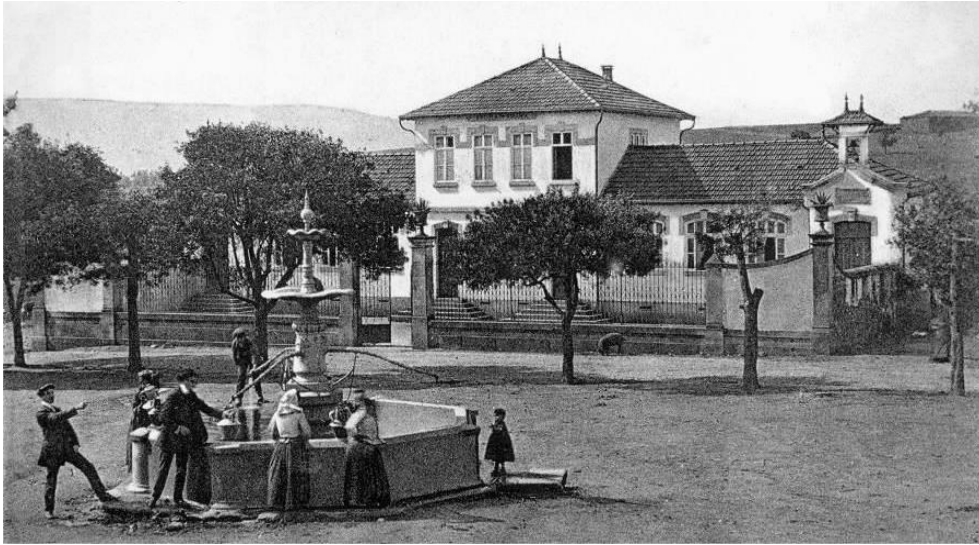


Figura 7. Em cima, Praça das Eiras. Escola Primária. No centro, Hospital Civil. Década de 1910. Em baixo, chegada do primeiro avião. Década de 1920.

Nos primeiros 10 anos após a elevação de Macedo de Cavaleiros na sede de Concelho, assistiu-se à instalação de serviços públicos, à regularização de arruamentos e abastecimento de água. Foram promovidas novas construções e o melhoramento do edificado existente. Desenvolveram-se novas atividades económicas e o aglomerado urbano tornou-se atrativo com o conseqüente aumento da população residente. Esta realidade verificou-se gradualmente até à década de 1960. Excetua-se a conturbada década anterior ao recenseamento de 1920, durante a qual um elevado contingente do Distrito de Bragança foi enviado para a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918.

Macedo de Cavaleiros foi consolidando e dinamizando os seus primeiros núcleos urbanos:

- a) **O núcleo religioso**, nas imediações da Igreja de São Pedro;
- b) **O núcleo administrativo**, atual Largo Manuel Pinto de Azevedo;
- c) **Os núcleos comerciais**, na Praça das Eiras e no “centro da Vila”, local onde hoje se localiza a Praça Agostinho Valente.

Estes foram pontos nodais e impulsionadores do crescimento urbano da Vila.

2.3. Suporte físico

2.3.1. Aspetos geomorfológicos

Macedo de Cavaleiros localiza-se no centro geográfico do Distrito de Bragança, a cerca de 30km, a sudoeste da sede do mesmo. O território do Concelho, formado por 38 freguesias, caracteriza-se por um planalto com 699,2 km² de superfície, com uma altitude média de 600 a 700 metros.

Situa-se no meio de um vale, cercado por vinhas, várzeas e olivais. Tem na “sua frente um cenário grandioso de montanha” - Serra de Bornes e surge na paisagem “com os seus telhados vermelhos e paredes claras” (PGUMC, 1952, p.2).

A nível topográfico, caracteriza-se pela presença de serranias, vales, montes e planícies, entre a Serra de Nogueira e a Serra de Bornes. Constitui a “fronteira” entre duas grandes zonas “fito climáticas” características da Região de Trás-os-Montes: a Terra Fria e a Terra Quente. A Serra de Nogueira protege o território dos ventos gelados de Espanha, predominantes nas estações frias e que caracterizam a Terra Fria – terra de Invernos glaciares, com neve e geada e Verões escaldantes e áridos. O clima de Macedo de Cavaleiros é influenciado, a sudoeste, pelo ar morno ascendente do rio Tua e rio Sabor que caracteriza a Terra Quente - terra de temperaturas baixas no Inverno, mas temperaturas muito superiores no Verão, atingindo com regularidade os 40º C. (Mendes, 2005, p.7)



Figura 8. Em cima, Estação e linha do caminho-de-ferro. Década de 1900. No centro, Prado de Cavaleiros. Década de 1920. Em baixo, Prado de Cavaleiros. Finais da Década de 1940.

A envolvente da Vila é caracterizada por terrenos férteis, que contribuíram para o desenvolvimento económico do Concelho. “A grande extensão do concelho e o caráter acidentado da região, com a consequente variedade climática, determinam uma equivalente variedade de produções agrícolas” (PGUMC, 1952, p. 5). A agricultura do concelho era próspera e a maioria dos terrenos estava cultivado.

2.3.2. Estruturas e sistemas territoriais

Macedo de Cavaleiros localiza-se no centro do Distrito de Bragança, na interseção dos principais caminhos de acesso, quer a partir do Douro e Pocinho, quer a partir do Tua e Mirandela.

Na década de 1870, foi adotada uma nova solução para a ligação entre Vila Real e Bragança. Esta, desligou-se do caminho que vinha de Mirandela e que passava em Macedo, terminando em Bragança. Apesar de ser o centro geográfico do Distrito de Bragança, a Vila foi marginalizada relativamente à primeira grande rodovia Distrital. No final da mesma década (1870), a Câmara de Macedo de Cavaleiros construiu a ligação entre o Vimieiro, Macedo e o Pontão de Lamas e pouco tempo depois, a via de acesso entre Sezulf e Mogadouro.

A linha do caminho-de-ferro chegou a Macedo de Cavaleiros na primeira década do Século XX, concretamente em 1905. Ver Figura 8. O Troço entre Foz-Tua e Mirandela, construído pela Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, foi inaugurado em 1887. Entretanto, já havia a intenção de prolongar a linha, entre Mirandela e Bragança, para atenuar o problema das vias de comunicação regionais.

Esta região representava, na época, uma grande importância económica, sobretudo pela produção pecuária, cereais e minérios, especialmente estanho. Em 1902, tinham sido vendidas para fora da Região, transportadas pelo troço construído da Linha do Tua, mais de 4.000 toneladas de cereais por ano. Nesse mesmo ano, foi organizado em Macedo de Cavaleiros uma assembleia de apoio à construção do troço de Mirandela – Macedo de Cavaleiros – Bragança.

A linha foi concessionada em 1903, à Companhia Nacional de Caminhos de Ferro. Chegou a Macedo de Cavaleiros no dia 15 de Outubro de 1905 e a Bragança. A ligação da Linha do Tua de Mirandela a Bragança foi oficialmente inaugurada a 31 de Dezembro de 1905.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

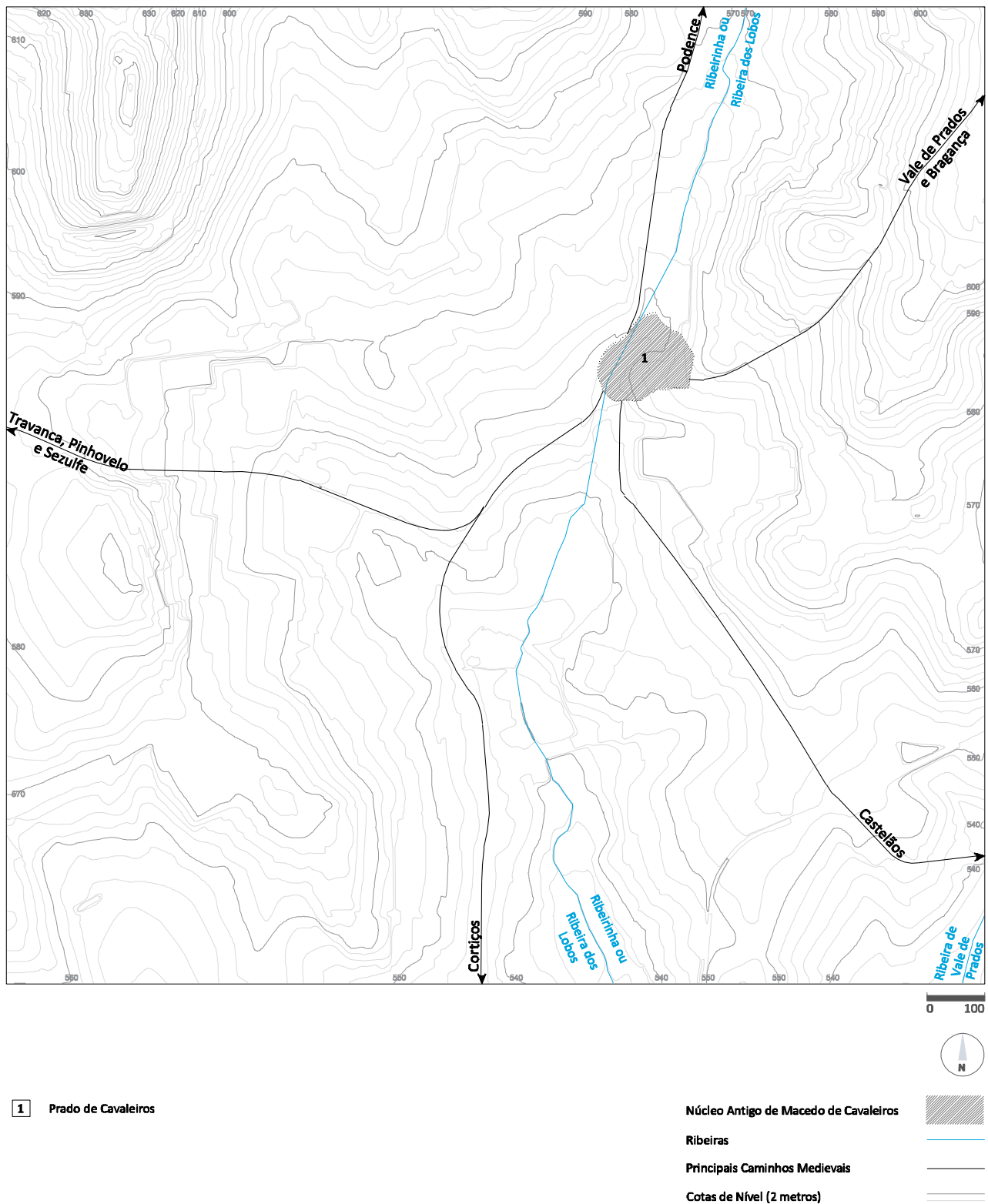


Figura 9. Dinâmicas do crescimento urbano. Núcleo Antigo.

Inicialmente, a instalação da Estação estava prevista para local próximo da Praça das Eiras mas acabou por ser localizada definitivamente afastada do centro da Vila a sul, no caminho de ligação para Castelãos. Este eixo rapidamente ganhou forma, vida e dinâmica. Inicialmente, pelos funcionários da estação e utilizadores, revelando-se também interessante para qualquer oportunidade de negócio. Comerciantes e fidalgos, naturais de Macedo e “imigrantes”, construíram moradias e armazéns. Na década de 1940, esta nova área de expansão da Vila, representou um símbolo de progresso.

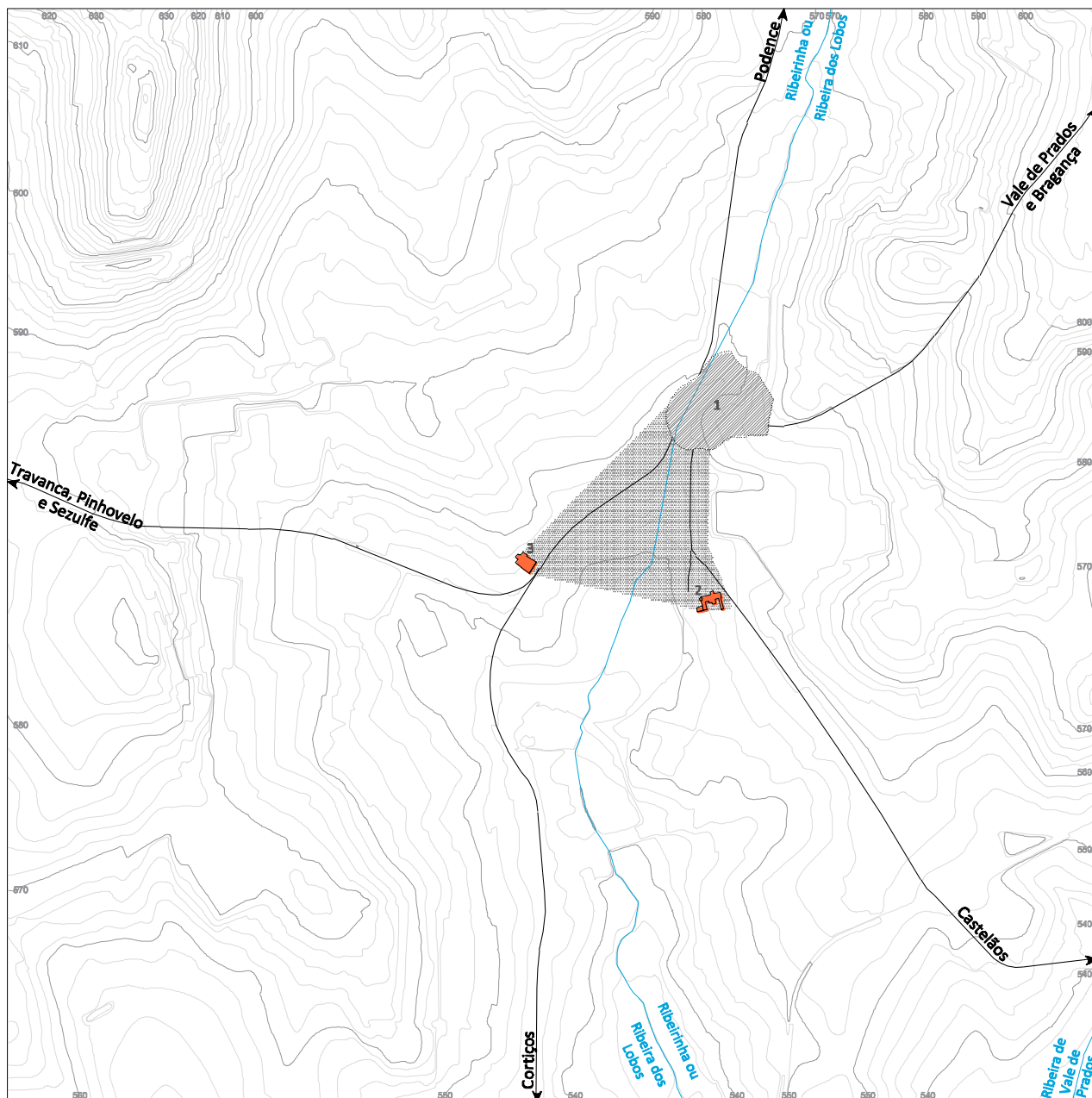
Após três décadas de desenvolvimento de infraestruturas viárias e construções particulares foi construída, em 1958, a Central Elétrica da Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal (CHENOP) - Ver Figura 34 (p. 106), criando um novo Pólo de desenvolvimento da Vila, inicialmente destinada aos funcionários e suas famílias. A sua localização foi junto a um eixo viário que liga Macedo a Travanca, Pinhovel e Sezulfe. Esta situação proporcionou a expansão da Vila num novo sentido. O espaço sobrando entre o centro e o novo “bairro da CHENOP” foi preenchido durante o curto período de uma década.

2.3.3. Processo urbano até à década de 1960

Macedo de Cavaleiros teve a sua origem num aglomerado que povoou a aldeia de Macedo, a partir do Século XII, localizada no núcleo atualmente denominado como Prado de Cavaleiros. Este núcleo iniciou a ocupação da encosta a partir de um moinho e da ribeira. O prado era atravessado por caminhos que faziam parte das rotas do distrito de Bragança, constituindo-se como um ponto de convergência. Ver Figura 9. No Século XVII surgiu outro núcleo em volta da Igreja de São Pedro, construída no mesmo século. Esta localizava-se no largo com o mesmo nome onde terminava a rua retilínea iniciada no Prado, para sul. Com a alteração de traçado mas no seu seguimento, construiu-se o cemitério velho, a caminho de Castelãos. No mesmo período, foi construído o Solar dos Morgados de Macedo a caminho de Cortiços, a Sudoeste do Prado de Cavaleiros. Era uma casa com quinta mas isolada do aglomerado inicial. O Prado e estes dois núcleos, subsequentes, balizaram a primeira expansão de Macedo. Este “triângulo” atravessado, sensivelmente a meio pela Ribeira, permaneceu inalterado durante quase dois séculos, consolidado com um preenchimento relativamente lento. (Cardoso, 2005). Ver Figura 10.

Até à elevação de Macedo a sede de Concelho, em 1853, o crescimento do aglomerado verificou-se de modo lento e oneroso ainda que constituísse ponto de passagem para trocas comerciais e expedição de produtos agrícolas locais e provenientes dos aglomerados que ainda hoje fazem parte do Concelho. Este aspeto refletiu-se positivamente na Vila no Século XIX.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- 1** Prado de Cavaleiros
- 2** Igreja de São Pedro
- 3** Solar dos Morgados de Macedo

Núcleo Antigo de Macedo de Cavaleiros

Ribeiras

Principais Caminhos Medievais

Cotas de Nível (2 metros)

1.ª Fase de Expansão
Entre séc. XVII e XIX



Figura 10. Dinâmicas do crescimento urbano. 1.ª Fase de Expansão. Entre Séculos XVII e XIX.

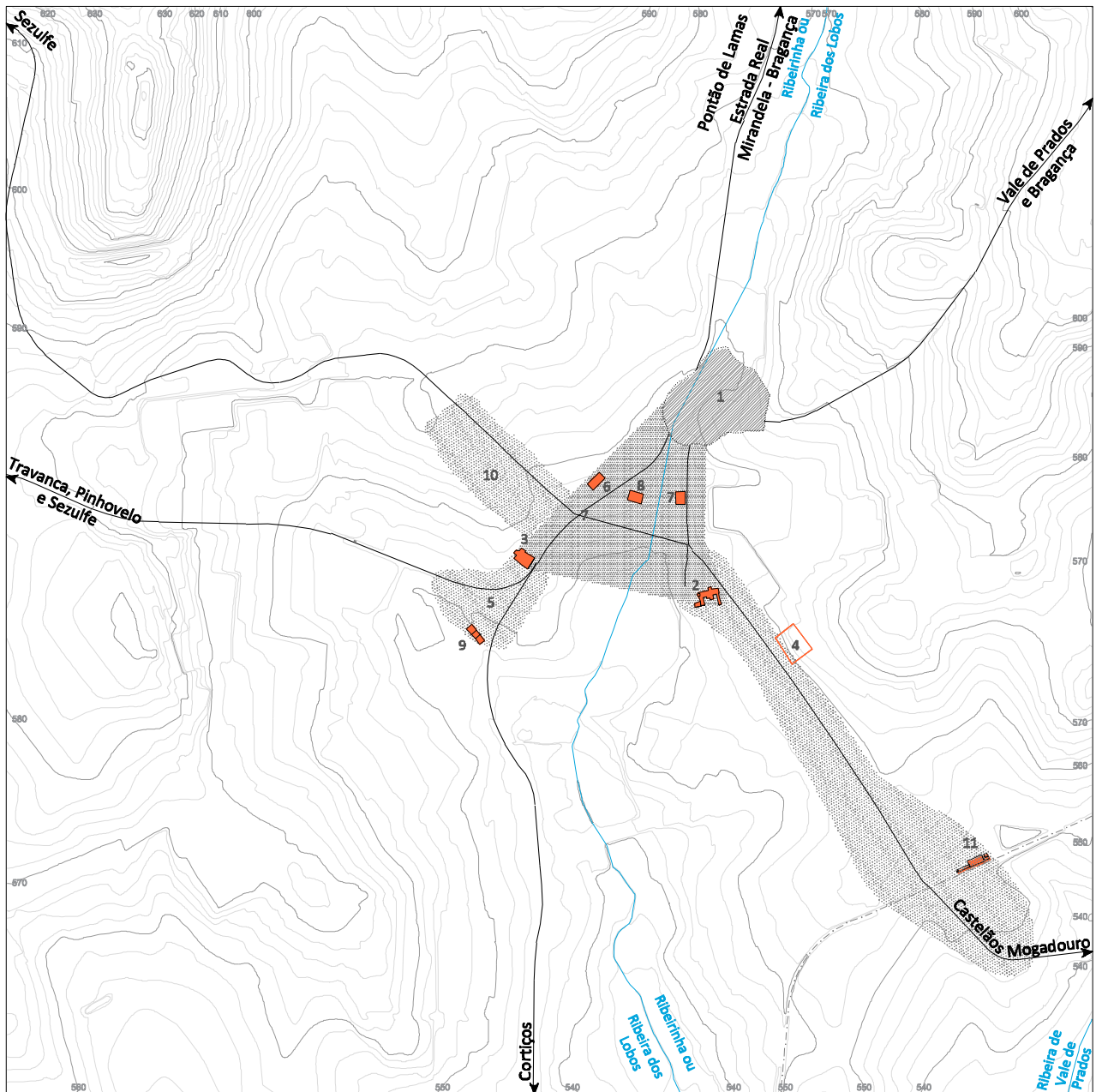
O Largo das Eiras, inicialmente Eira dos Morgados, depois Praça das Eiras era propriedade privada usada pela população, nomeadamente para ocasiões de feira. Gradualmente constituiu-se um núcleo comercial importante para os comerciantes locais e de fora que aí se estabeleceram de modo permanente, mantendo-se como local de feiras e mercados ocasionais (Cardoso, 2005). O Largo das Eiras não resultou de uma localização não estruturada, configurando-se na extensão do centro e na bifurcação de dois caminhos muito importantes: Cortiços - Travanca, Pinhovelo e Sezulfe. Ver Figura 11.

No final do Século XIX, estava consolidado o núcleo comercial localizado na Praça das Eiras e o núcleo administrativo, atual Praça Agostinho Valente. O Largo do Tournal complementava a Praça das Eiras. Neste realizava-se a feira de animais, antes localizada nas Eiras, mas transferida por motivos de higienização e de espaço. A feira era realizada no terreiro do Tournal permanecendo neste local até à década de 1960, sendo transferida nesta altura, para as imediações da Cooperativa.

A viragem de século foi marcada pela inauguração do Antigo Edifício da Cadeia Comarcã localizada no atual Jardim 1.º de Maio. A cadeia foi depois transferida, na década de 1940, para novas instalações localizadas na estrada que estabelecia a nova ligação a Sezulfe, onde atualmente está sedeadada a Guarda Nacional Republicana.

Com a mudança de estatuto político foi conquistada, na década de 1910, a localização da Estação do Caminho-de-ferro. Embora inicialmente prevista para as imediações a sul do Largo das Eiras, por motivos de custo de terraplanagens e de interesses de proprietários, foi localizada na intersecção do Caminho para Castelãos, depois do cemitério. Este novo eixo constituiu uma nova dinâmica no crescimento da Vila. O desenvolvimento que o progresso e o movimento de pessoas e principalmente de bens inerentes à Estação dinamizaram esta nova artéria. Aqui, instalaram-se edificações maiores como celeiros, armazéns, habitações com comércio e habitações com características de solares. Após a sua construção, esta via teve várias designações atribuídas, com diferentes "hierarquias". Desde Rua a Avenida, o nome estava associado à característica predominante da época: Caminho de Castelãos, pela localização na via de acesso a Castelãos, Rua da Estação ou Avenida da Estação, atribuída pela existência da Estação do caminho-de-ferro, no limite a sul desta artéria e *Carçolândia* justificada pela presença de muitos comerciantes provenientes de Carção, concelho de Vimioso. Atualmente, a designação oficial é Avenida D. Nunes Ávares Pereira, apesar de continuar a ser conhecida como Rua da Estação. Ver Figuras 11, p. 66 e 35, p. 108.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------------|--|
| 1 Prado de Cavaleiros | 10 Largo do Toural | Núcleo Antigo de Macedo de Cavaleiros | |
| 2 Igreja de São Pedro | 11 Estação dos Caminhos-de-Ferro | Ribeiras | |
| 3 Solar dos Morgados de Macedo | | Principais Caminhos Medievais | |
| 4 Cemitério Velho | | Cotas de Nível (2 metros) | |
| 5 Largo das Eiras | | 1.ª Fase de Expansão | |
| 6 Centro Cívico Paços do Concelho | | Entre séc. XVII e XIX | |
| 7 Antiga Cadeia Comarcã | | 2.ª Fase de Expansão | |
| 8 Solar Costa Macedo | | Transição do séc.XIX para o séc.XX | |
| 9 Escola Primária (1) | | Caminho de Ferro | |

Figura 11. Dinâmicas do crescimento urbano. 2.ª Fase de Expansão. Transição do Século XIX para o Século XX.

A toponímia oficial desta Avenida deveu-se ao facto de a primeira revista às tropas na história do exército português foi feita na Vilaríça por D. Nuno Alvares Pereira e ficou conhecida como o Alardo da Vilaríça. Após este ato, uma das alas deste exército veio acampar a Castelãos. (Cardoso, 2005, p.20)

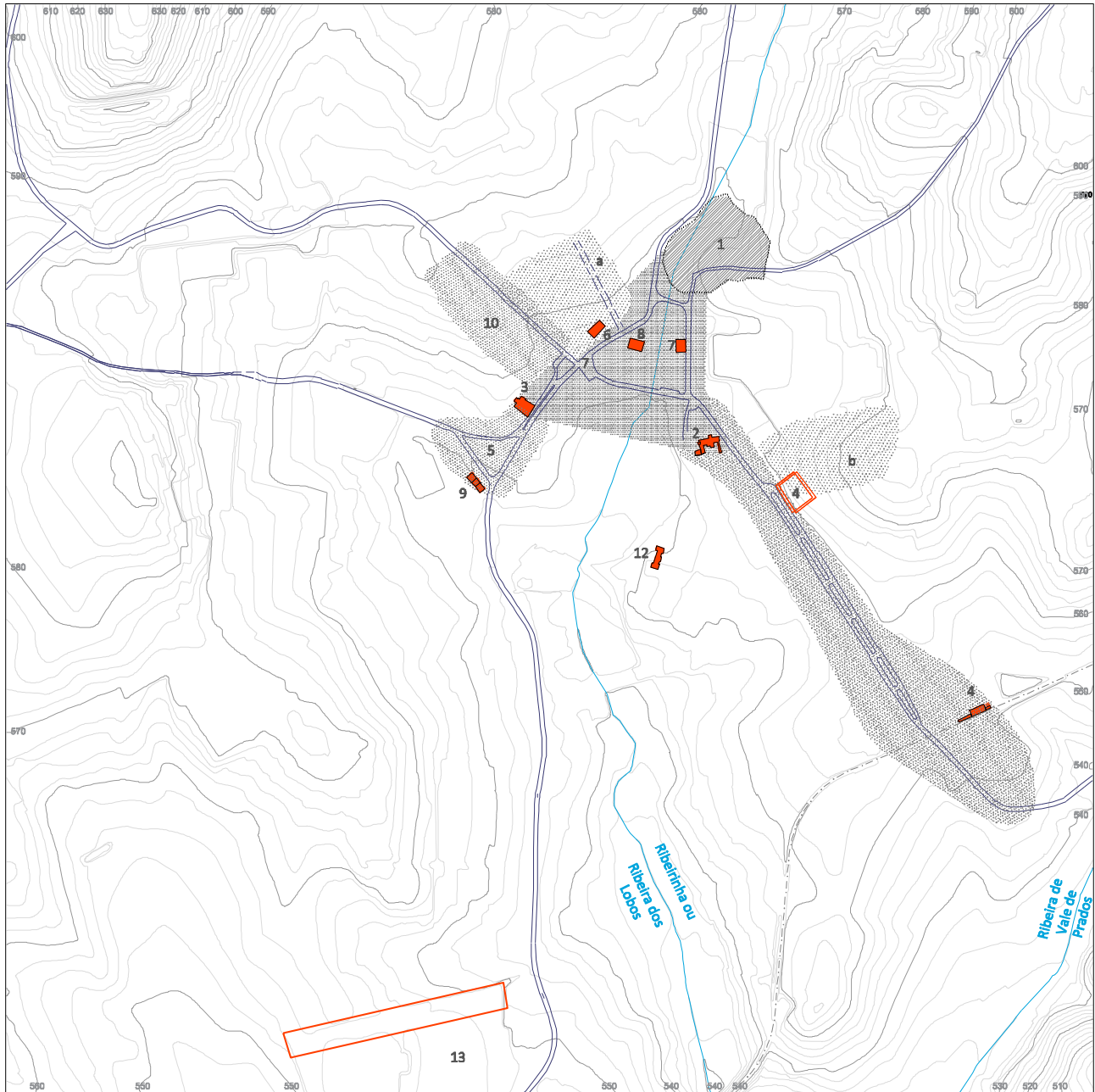
No início do Século XX, em 1910 foi construído o Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros e assistiu-se à chegada do primeiro avião à Vila, a 26 Julho de 1922. Neste período, decorreram obras de abastecimento de água e pavimentação de estradas e a Vila iniciou uma transformação urbana muito rápida, comparativamente com o seu processo de desenvolvimento em finais do Século XIX. Ver Figuras 7, p. 58 e 12, p. 68.

O Campo de Aviação reuniu as melhores condições de utilização na década de 1930 após grandes terraplanagens e obras de beneficiação, dispondo de duas pistas. Contudo, foi desativado na década de 1980, com o argumento da sua deslocação para Morais, o que nunca se verificou. O local é atualmente ocupado pelo Estádio Municipal, Quartel dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros e ainda pelo Heliporto, de construção recente. Ainda no início do Século XX, a Vila cresceu nas imediações a Noroeste do então núcleo administrativo, nomeadamente pela construção de novas habitações na rua que ligava o centro ao novo edifício da Cadeia, localizado na entrada norte da Vila. Foi também construída a Rua Infante D. Henrique, objeto de planeamento urbanístico, por iniciativa do proprietário do Solar Costa Macedo, atual Casa Falcão, localizada no limite sul da via. Surgiu ainda o Bairro habitacional localizado no alçado posterior do cemitério, “cuja designação se deveu ao acampamento do 30 de Infantaria no mesmo local” (Cardoso, 2005, p. 31). Entre a década de 1930 até à década de 1960 realizaram-se um vasto plano de obras. Entre estas, destacou-se o novo edifício dos Paços do Concelho, com maior visibilidade e impacto dado pela nova localização. Foram construídos novos edifícios e desenvolveram-se infraestruturas, nomeadamente a canalização e cobertura da Ribeira que atravessava a Vila. Ver Figura 13, p. 70, Figura 20, p. 80 e Figura 22, p. 84.

O Arquiteto Arménio Losa elaborou, de 1945 a 1951, vários estudos da Vila de Macedo, para conceber o Antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, datado de 1952 e abordado especificamente no Capítulo 3 desta Dissertação.

Na década de 1960 o número médio de pessoas por agregado familiar no Concelho de Macedo de Cavaleiros era superior ao do Distrito de Bragança. Este facto pode ser interpretado como sinal de prosperidade, justificando a transformação que ocorreu em Macedo durante um período inferior a um século, durante o qual a expansão do aglomerado urbano acompanhou o crescimento demográfico.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- | | | | |
|--|--|--|--|
| 1 Prado de Cavaleiros | 10 Largo do Toural | Núcleo Antigo de Macedo de Cavaleiros | |
| 2 Igreja de São Pedro | 11 Estação dos Caminhos-de-Ferro | Ribeiras | |
| 3 Solar dos Morgados de Macedo | 12 Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros | Principais Eixos Viários | |
| 4 Cemitério Velho | 13 Campo de Aviação | Cotas de Nível (2 metros) | |
| 5 Largo das Eiras | a Avenida Infante D. Henrique | 1.ª Fase de Expansão | |
| 6 Centro Cívico Paços do Concelho | b Bairro do Trinta | Entre séc. XVII e XIX | |
| 7 Antiga Cadeia Comarcã | | 2.ª Fase de Expansão | |
| 8 Solar Costa Macedo | | Transição do séc.XIX para o séc.XX | |
| 9 Escola Primária (1) | | Caminho de Ferro | |
| | | 3.ª Fase de Expansão | |
| | | Décadas 10 a 30 do séc.XX | |

Figura 12. Dinâmicas do crescimento urbano. 3.ª Fase de Expansão. Décadas 1910 a 1930.

A par da ação do Município, o Estado e as entidades locais de utilidade Pública, desenvolveram uma ação colaborante da mais alta valia, instalando na Vila novos serviços e constituindo novos edifícios, entre os quais se destacam a Administração Florestal, a Estação Pecuária de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Nova Cadeira Comarcã, a Casa dos Magistrados, o edifício dos C.T.T., as Escolas Primárias, o Dispensário Antituberculoso, o edifício dos Socorros Mútuos, os celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, os Armazéns do Grémio da Lavoura, o Campo de Jogos, o Aeródromo e as novas instalações do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. (PGUMC, 1976, 33). Ver Figura 7, p. 58.

2.4. Características socioculturais

Na primeira década do Século XX, a linha de caminho-de-ferro chegou a Macedo de Cavaleiros. A partir desta década, houve um particular movimento migratório das gentes de Carção, aldeia do concelho vizinho – Vimioso, para a nova Vila.

A comunidade judaica/cristã nova de Carção foi tão importante que o Padre António Vieira chegou a referir-se à sua presença: “existiam no meu tempo povoações inteiras constituídas exclusivamente por cristãos-novos, e a esse número devia pertencer a aldeia dos Carções, no Distrito de Bragança, cuja personalidade de judeus ainda hoje é apontada pelos vizinhos” (Andrade & Guimarães, 2008, p.7). As gentes de Carção eram reconhecidas como tendo génio mercantil e empreendedor, qualidades relacionadas com a sua herança judaica. Estas características motivaram a saída dos Carções da sua terra natal. “Foi em volta da estação de caminho-de-ferro de Macedo de Cavaleiros que os de Carção se fixaram preferencialmente e ainda hoje a generalidade dos moradores da Avenida da Estação tem raízes carçonenses” (Andrade & Guimarães, 2008, p.12). Desta época, existe uma quadra popular que revela o já referido espírito comercial dos Carções, mas também classifica como “invasão” o fluxo migratório das gentes de Carção na Vila, a partir do início do Século XX (Andrade & Guimarães, 2008, p.12).

Vindos dos lados da Arábia

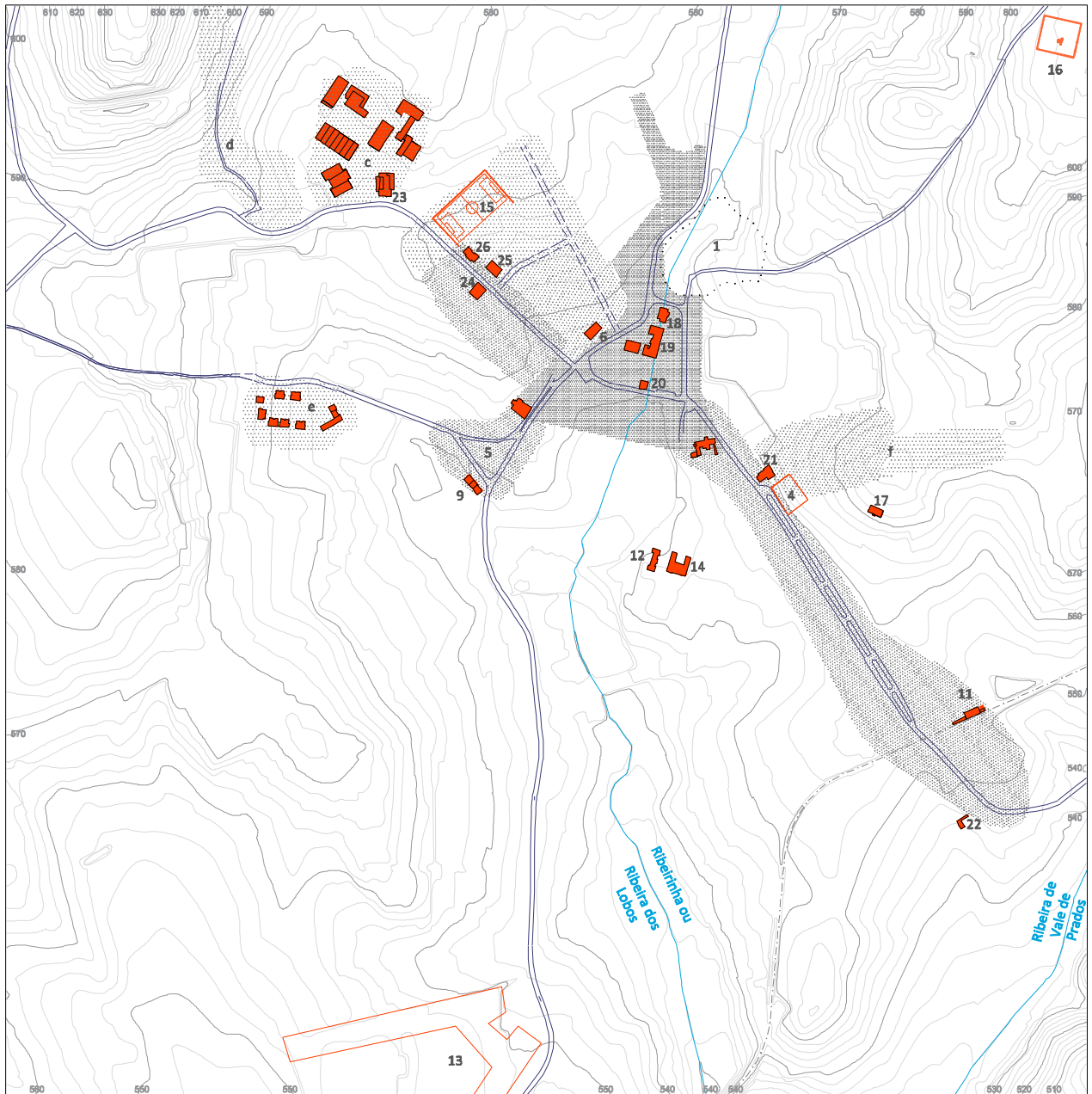
E de balança na mão

Vieram os de Carção

Que com grande lábia

Invadiram a Estação

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- 1** Prado de Cavaleiros
- 4** Cemitério Velho
- 5** Largo das Eiras
- 6** Centro Cívico | Paços do Concelho
- 9** Escola Primária (1)
- 11** Estação dos Caminhos-de-Ferro
- 12** Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros
- 13** Campo de Aviação
- 14** Hospital Novo
- 15** Campo de Futebol
- 16** Cemitério Novo
- 17** Escola Primária (2)
- 18** Estação dos Correios

- 19** Câmara Municipal | Novos Paços do Concelho
- 20** Associação dos Socorros Mútuos
- 21** Cinema
- 22** Matadouro
- 23** Nova Cadeia da Comarca
- 24** Quartel dos Bombeiros
- 25** Escola Primária (3)
- 26** Casa dos Magistrados
- c** Complexo da Cooperativa
- d** Bairro da Bela Vista
- e** Bairro da Chenop
- f** Bairro do Padrão

- Ribeiras
- Principais Eixos Viários
- Cotas de Nível (2 metros)
- 1.ª Fase de Expansão
Entre séc. XVII e XIX
- 2.ª Fase de Expansão
Transição do séc.XIX para o séc.XX
- Caminho de Ferro
- 3.ª Fase de Expansão
Décadas 10 a 30 do séc.XX
- 4.ª Fase de Expansão
Décadas 30 a 60 do séc.XX

Figura 13. Dinâmicas do crescimento urbano. 4.ª Fase de Expansão. Décadas 1930 a 1960.

A centralidade de Macedo de Cavaleiros no distrito de Bragança, a localização da Estação de caminho-de-ferro e a facilidade de acesso à Vila pelas Estradas Nacionais, foram decisivas na escolha de Macedo, em particular do Sul da Vila, próximo da Estação, pelas gentes de Carção. “A proximidade da linha férrea em relação à Vila teve muita influência no seu desenvolvimento económico e consequente expansão, sobretudo devido à imigração dos Carções, muito inteligentemente atraídos por esta favorável situação da Vila” (PGUMC, 1952, p. 14).

Este movimento demográfico foi determinante no desenvolvimento do comércio local e regional, particularmente baseado na “importação e exportação” e no transporte dos mais variados produtos.

Na Vila de Macedo de Cavaleiros praticamente não existia, na década de 1940, vida cultural. Também carecia de equipamentos de cultura e recreio, como se pode concluir da leitura da seguinte citação:

Os centros de atividade recreativa são muito poucos, não havendo nenhum, especialmente dedicado a este fim. Existe um cinema, que necessita de ampliação e melhoramentos. Desta carência geral de meios de cultura e recreio, resulta uma quase inexistência de convivência social, agravada pela nítida separação, e hostilidade até, que se verifica entre a população natural da Vila e a população imigrante (Carções). (PGUMC, 1952, p. 15)

2.4.1. População, demografia e densidade

A freguesia de Macedo de Cavaleiros tem uma área de 15,34 km² e 6.257 habitantes com uma densidade populacional de 407,9 habitantes/km² (INE, 2011).

A população residente de Macedo de Cavaleiros tem vindo a aumentar, ao longo de quase 100 anos (de 1864 a 1960) com exceção de duas décadas, como se pode verificar na seguinte figura.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

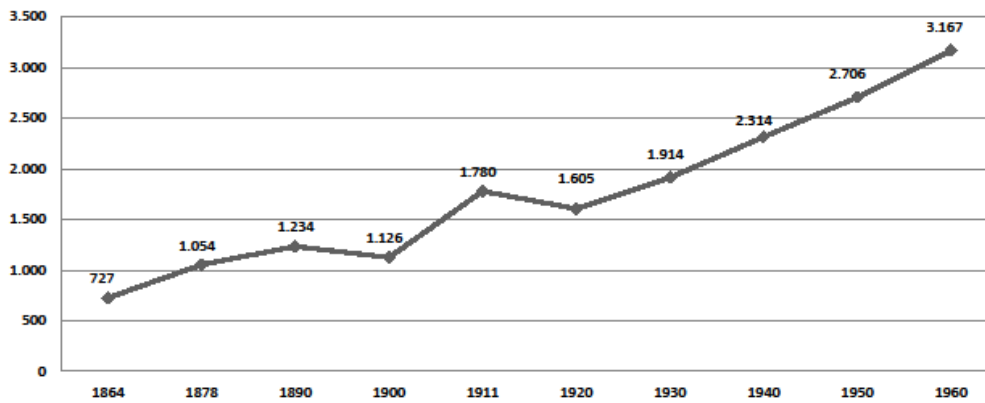


Figura 14. População residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros (1864 e 1960)

Desde o primeiro Recenseamento Geral da População, em Janeiro de 1864, verificaram-se na Freguesia de Macedo de Cavaleiros, dois períodos com decréscimo populacional: na década de 1890-1900 (-9%) e na década de 1911-1920 (-10%), coincidente com o período da 1.ª Grande Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1914 e 1918.

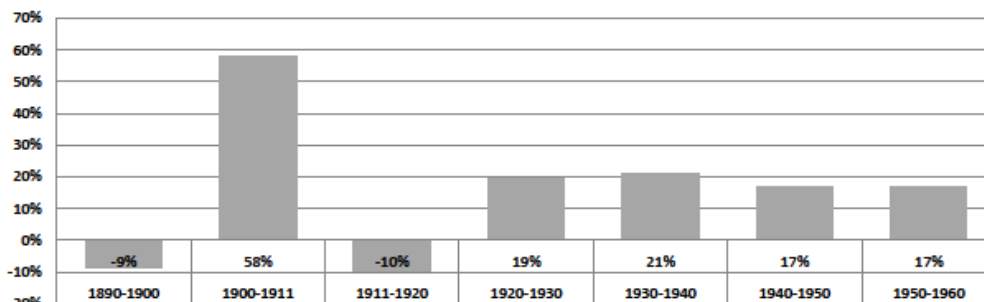


Figura 15. Variação percentual da população residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros por década (1890 e 1960)

Contrariamente à Freguesia, o concelho de Macedo de Cavaleiros conheceu, entre 1890 e 2011, um crescimento populacional em 6 décadas, nos períodos entre 1890 e 1911 e entre 1920 e 1960.

Entre 1930 e 1940 teve o maior aumento, atingindo os 21%. Esta evolução positiva está sobretudo ligada ao aumento do saldo natural possibilitado pelos progressos da medicina que têm permitindo uma dilatação da esperança média de vida e uma redução da mortalidade, até aos dias de hoje.

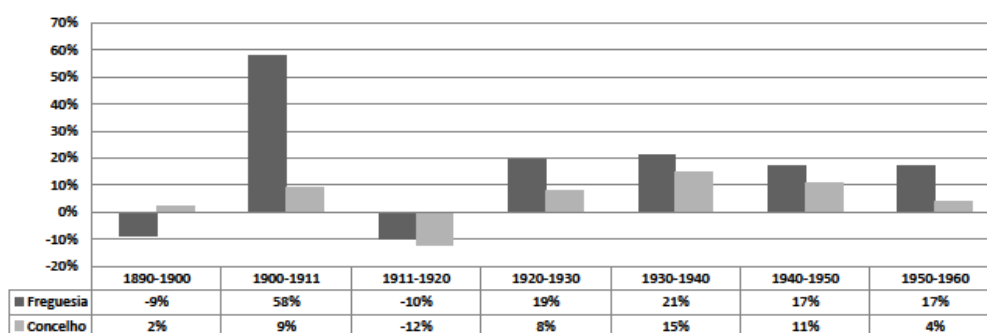


Figura 16. Variação percentual da população residente na Freguesia e no Concelho de Macedo de Cavaleiros por década (1890- 1960)

2.4.2. Dinâmicas económicas, atividades e principais usos do solo

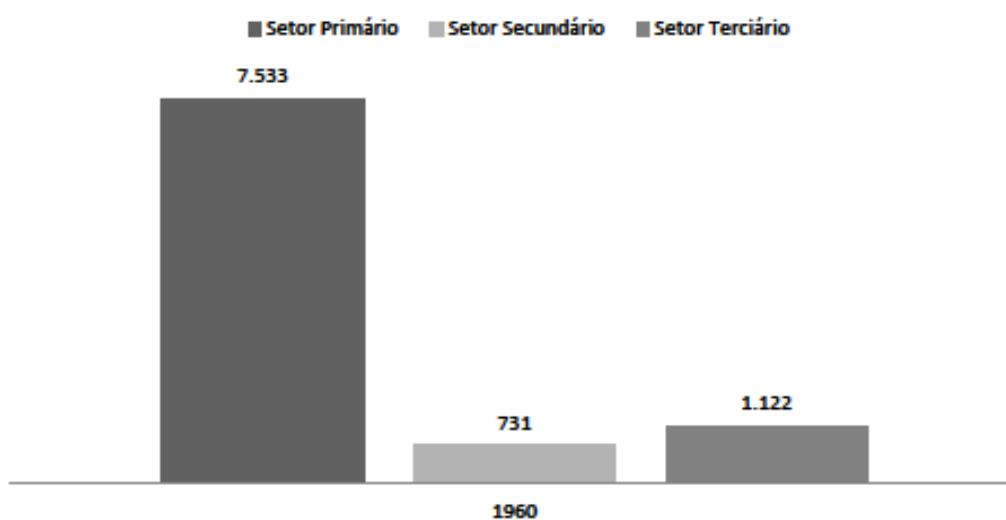


Figura 17. População empregada segundo os Censos por sector de atividade económica no Concelho de Macedo de Cavaleiros (1960)

No concelho de Macedo de Cavaleiros a população empregada, no ano de 1960, era de 9.386 indivíduos. O Setor Primário, que ocupava 7.533 habitantes ativos, correspondia a 80% do total. O setor secundário era o que empregava menos volume de mão-de-obra (8%), enquanto o setor terciário, com 12% do total, encontrava-se repartido pelos serviços da administração pública, principalmente educação e saúde e o subsector do comércio, dominado por microempresas.

A população do concelho de Macedo de Cavaleiros dedicava-se sobretudo à atividade agropecuária, cujas produções abasteciam a Vila e eram comercializadas para outros concelhos.

Verifica-se uma exagerada subordinação da população às atividades agrícolas. Devido ao facto de grande número de famílias procurar tirar dos seus terrenos muito do que lhe é indispensável ao consumo doméstico, muitas terras têm culturas inadequadas. Apesar de tudo a agricultura é próspera e a maioria dos terrenos está cultivado. (PGUMC, 1952, pp. 6,7)

A instalação da Cooperativa agrícola, que integrava importantes infraestruturas como a adegas, armazém e fábricas das frutas e adubos lagar de azeite, parque de máquinas, oficina da ceia e fábrica de plásticos, contribuiu para o impulso da atividade, pela organização da produção e facilitando o escoamento dos produtos agrícolas

A agricultura apresenta uma intensa atividade, sendo considerada “produtiva e próspera, sobretudo nos vales (...) as riquezas agrícolas do concelho incluíam sobretudo cereais, azeite, produção pecuária, cortiça, castanha e vinho (...) grande exportação dos produtos e subprodutos agrícolas” (PGUMC, 1952, pp. 34, 35).

Nesta época, também o setor do comércio tinha uma forte implantação, ligado especialmente à produção agrícola, mas também de outras mercadorias. “O comércio é intenso e próspero. As feiras e mercados frequentes são concorridos e com grande movimento comercial.” (PGUMC, 1952, p. 35). Em atividades ligadas à terra, destaca-se a referência no antepiano de urbanização à caça e pesca. “Há caça em todo o concelho e pesca em algumas ribeiras” (PGUMC, 1952, p. 9).

Em termos de contributo para a economia, as mulheres ocupavam-se do agregado familiar e da casa e trabalhavam sobretudo na agricultura. Por isso, o desemprego apresentava em 1960 taxas residuais, com valores totais de 1,7%. Do total de desempregados 1,8% são Homens e 0,1% são mulheres.

2.4.3. Principais indicadores sociais e culturais

No início do Século XX Macedo de Cavaleiros usufruiu da instalação de novas infraestruturas e edifícios. Entre 1923 e 1926 foram fundadas a Santa Casa da Misericórdia, Associação dos Socorros Mútuos e Associação dos Bombeiros Voluntários. A Vila dispunha, a partir de 1929, de um Hospital permanente. Até à década de 1960, verificou-se um crescendo populacional proporcional ao crescimento urbano.

As novas necessidades habitacionais culminam com o planeamento e materialização, de novos bairros habitacionais.

Podem apontar-se como impulsionadores das atenções e interesses voltados para Macedo, nesta época, a instalação da Central Elétrica e da Cooperativa Agrícola.

Nos indicadores da génese cultural, em particular no setor da educação foi, no início do Século XX, considerada prioritária a construção de duas escolas primárias. Existia também um colégio. As taxas registadas por nível de escolaridade eram muito díspares, concentrando a grande maioria da população residente no escalão mais baixo ou seja sem qualquer instrução.

Em 1960, residiam no concelho de Macedo de Cavaleiros 21.514 pessoas. Do total de população 80% é considerada sem nível de escolaridade. Os restantes 20%, 29% incluem-se no ensino básico 29%, no ensino secundário 1% e somente 71 pessoas tinham o ensino superior.

Por razões de natureza económica e social o distrito de Bragança foi sempre, mesmo no contexto nacional, um distrito “exportador de gente”. Estes fluxos emigratórios têm justificado as perdas populacionais que aconteceram em períodos distintos da história de Macedo de Cavaleiros, como antes referido.

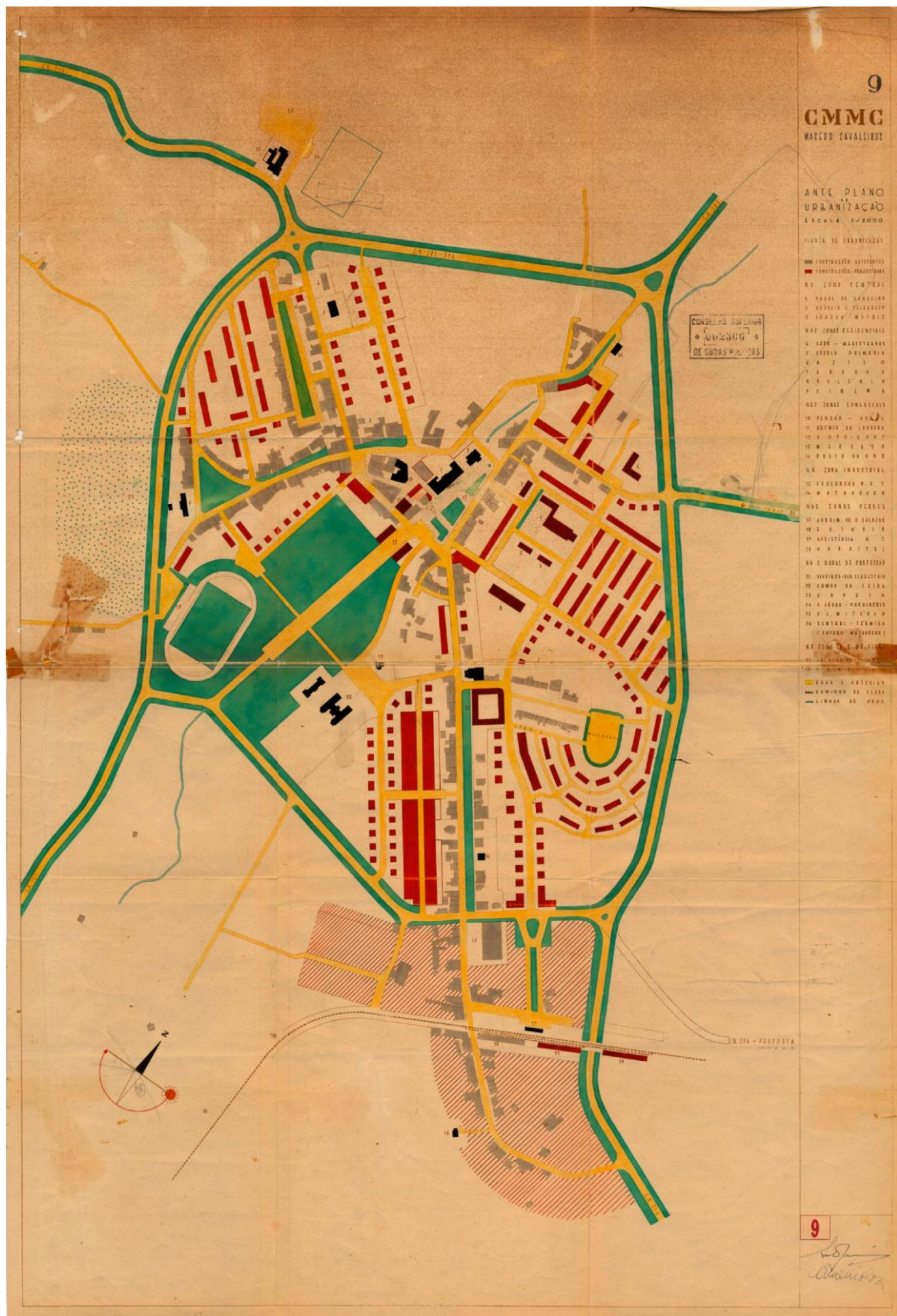


Figura 18. Anteplano de urbanização de Macedo de Cavaleiros. 1952.

3. O ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS 1952

Na pesquisa bibliográfica realizada no estado de arte foi verificada a existência do antepiano de urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1952 (PGUMC 1952), até ao momento, em arquivo na Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Este plano apesar de inovador, não chegou a ser implementado. No entanto, é um documento marcante para o caso de estudo de Macedo de Cavaleiros. Para além de estabelecer, em meados do Século XX, regras para o crescimento disciplinado e harmónico da Vila, procurando dar resposta aos problemas da comunidade, projeta as bases para a evolução urbana de Macedo de Cavaleiros. Foi também um dos primeiros exemplos, da autoria de Arménio Losa, do novo conceito de “cidade radiosa” em Portugal. Como refere Lôbo (1995, p. 215), na Tese de Doutoramento “Planos de Urbanização. À época de Duarte Pacheco” “Macedo de Cavaleiros é um dos primeiros planos que surgem informados por uma nova ideia de aglomerado urbano, que se traduz numa conceção e numa morfologia originais.” Ver figura 18.

3.1. Macedo de Cavaleiros em 1950

Macedo de Cavaleiros foi elevada a sede de concelho, em 1853. Um século depois da sua fundação, Arménio Losa, arquiteto urbanista português, no âmbito dos trabalhos preparatórios do PGUMC de 1952 definiu Macedo de Cavaleiros, como a “capital de um dos maiores e mais prósperos concelhos do distrito de Bragança”, caracterizando-a como uma “Vila progressiva, superior a qualquer outra da região” (PGUMC, 1952, p. 32).

De Norte para Sul, a Vila era atravessada por um ribeiro, coberto na sua parte central, tendo na sua vizinhança terrenos agrícolas férteis que abasteciam a população residente. Existia distribuição domiciliária de água, apesar de possuir pequeno caudal. A rede de esgotos abrangia praticamente todas as zonas. A Vila era abastecida de iluminação elétrica.

No extremo norte da Vila, localizava-se a cadeia. Na sua proximidade realizava-se a feira de gado. O cemitério, devido à expansão urbana da Vila em relação à estação do Caminho-de-ferro, ficava localizado quase no centro da mesma. A Nascente do cemitério situava-se o “Bairro do Padrão” composto por habitações modestas, construídas pelos moradores com apoio municipal. Apesar da maioria dos habitantes ter casa própria, subsistiam muitas habitações insalubres e sem condições. Não existiam prédios de habitação coletiva e verificava-se uma grande falta de habitações “que afeta principalmente as classes médias e trabalhadoras, por se terem construído poucas habitações, em relação às necessidades da população” (PGUMC, 1952, p.21). Ver Figura 13, p. 70.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

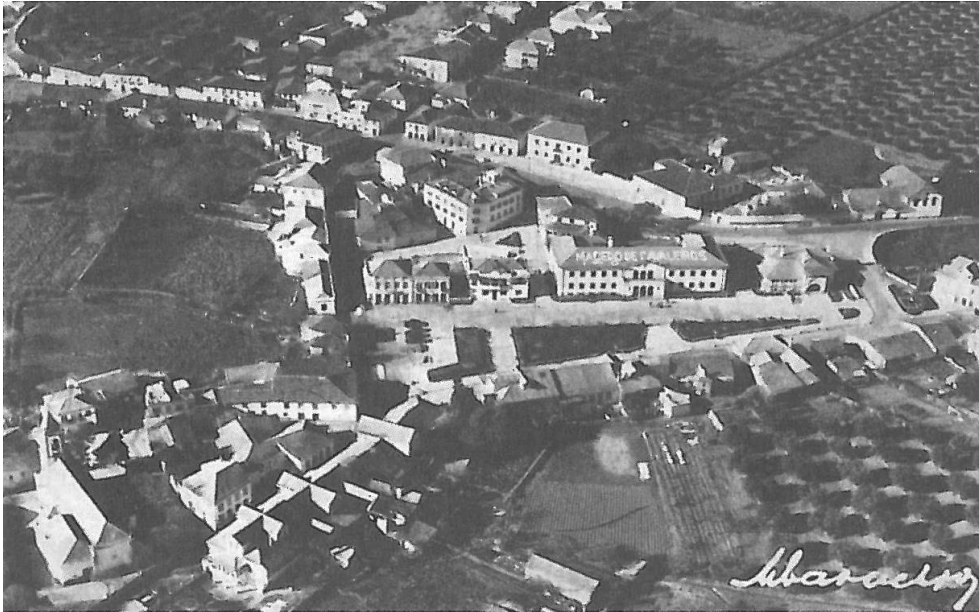


Figura 19. Em cima, vista aérea. Macedo de Cavaleiros. Década de 1950. No centro, terrenos agrícolas. Atual recinto da Feira S. Pedro. Em baixo, Rua dos Merouços. Década 1970.

A Câmara iniciou, tal como referido no antepiano de urbanização de Macedo de Cavaleiros, “a primeira fase de construção de um bairro de casas para pobres, fase que inclui dez moradias, dum total das trinta que serão construídas. Não há quaisquer regulamentos camarários, nem regras ou instruções definidas a respeitar” (PGUMC, 1952, p.24).

Existiam, dispersos pela Vila, comércio retalhistas, várias pensões e hospedarias. Ver Figuras 22, p. 84 e 23, p. 86.

O rápido crescimento da Vila, entre 1900 e 1940, período durante o qual a população residente duplicou e a situação económica próspera deveu-se a três condições principais:

- a) A natureza do solo constituído, na sua maioria, por vales férteis; Ver Figura 19.
- b) Um excelente sistema de comunicações, composto por duas estradas nacionais e pela linha de caminho-de-ferro;
- c) Crescimento do comércio, especialmente devido à linha e estação local.

No concelho existia, na década de 1940, para além da indústria ligada à atividade agrícola, dois lagares de azeite, uma fábrica de cal, uma serração de madeiras, várias fábricas de moagem de cereais e algumas oficinas. A indústria e o comércio por grosso concentravam-se nas imediações da estação de caminho-de-ferro. Não existia uma central de camionagem, entretanto prevista mas nunca construída, nem uma organização no transporte de mercadorias.

A Vila situava-se no cruzamento de duas estradas nacionais, a E.N. 102 e a E.N.216, que unem a Norte, com a Estrada Nacional 15, que liga o Porto a Bragança. Ao contrário das ligações com as capitais de distrito, as comunicações entre a sede e as aldeias do concelho eram deficientes.

Como as vias disponíveis eram praticamente apenas as estradas nacionais - pois a edilidade nunca levava a efeito quaisquer obras de urbanização que permitissem sequer um esboço de organização do aglomerado - a Vila teve forçosamente que expandir-se ao longo e de um e outro lado dessas estradas. No cruzamento destas, formou-se o centro da Vila. (PGUMC, 1952, p.10)

O resultado deste crescimento foi “um conjunto exageradamente alongado, quase sempre de construção contínua, com todos os inconvenientes respetivos” (PGUMC, 1952, p.10), a seguir indicados.



Figura 20. Em cima, Jardim Dr. Oliveira Salazar. “Centro administrativo da Vila em fins dos anos quarenta, Século XX. Este espaço é atravessado, subterraneamente, por um ribeiro que foi tapado em aqueduto durante as décadas de vinte, trinta e quarenta. O edifício dos Correios foi inaugurado em 1947” (Cardoso, 2005, p. 14). Em baixo, Estrada Nacional 216. Nova Cadeia. Década 1940.

- a) O desperdício de terrenos bem localizados apropriados para construção, mas sem acesso a vias de circulação;
- b) O exagero e lentidão das comunicações internas;
- c) Congestionamento das estradas nacionais, pelo trânsito afeto às habitações marginais;
- d) Aumento de custos no funcionamento de serviços de interesse público, com o abastecimento de águas, esgotos, energia elétrica e limpeza.

“Deste conjunto de inconvenientes resultaram grandes despesas e ausências de economias, que poderiam ter revertido a favor de muitos e variados melhoramentos urbanísticos” (PGUMC, 1952, p.11).

A E.N. 102 tinha um traçado pouco sinuoso dentro da Vila. Tinha uma extensão de 700 metros, em sentido Norte-Sul, passando próxima do Jardim Dr. Oliveira Salazar e ladeando a Praça das Eiras. Nas imediações desta Estrada, a sul iniciou-se em 1948, a pavimentação das pistas do campo de aviação, utilizado como campo de recurso. A E.N. 216, de traçado muito irregular, atravessava a Vila, numa extensão aproximada de 1.400 metros, de Noroeste-Sudeste.

O seu troço central designou-se como Rua Almeida Pessanha, próxima do antigo Largo Dr. Oliveira Salazar. O extremo noroeste da E.N. 216 formou a Rua Alexandre Herculano, adjacente do Largo do Toural. “ A primeira construção que a margina (e em situação de evidência) é a cadeia, uma das melhores e mais recentes construções da Vila” (PGUMC, 1952, p.12). Mais a sul, a Casa dos Magistrados, uma escola primária, a Igreja Matriz e o Cinema (a necessitar de melhoramentos), o posto da Guarda Nacional Republicana, os celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT) e o edifício do Grémio da Lavoura, continuando para além da estação do caminho-de-ferro (Linha do Tua). Ver Figura 8, p. 60.

Há, nas proximidades da Vila, três passagens de nível (na E.N. 216), cuja supressão é indispensável, pelos inconvenientes e perigos que envolvem. Uma delas fica junto à Estação. É o único local de atravessamento da linha férrea, para os habitantes da zona que se estende a sul dela. Foi necessário encontrar uma solução que resolvesse radicalmente o problema. (PGUMC, 1952, pp.13,14)

No plano, projetou-se a construção de uma variante que reduzia as três passagens de nível, a uma única e desnivelada. “Esta solução eliminará todos os inconvenientes atuais, referidos no inquérito, permitindo, sem quaisquer obstáculos, fáceis comunicações entre o núcleo a sul da linha férrea e a parte restante da Vila” (PGUMC, 1952, p. 53).



Figura 21. Solar dos Vasconcelos. Externato Trindade Coelho. Troço da Estrada Nacional 102. Em cima e centro, Década de 1960. Em baixo, Década de 1980.

No PGUMC de 1952, a rede viária do novo aglomerado foi concebida para a era do automóvel. Propõem-se parques de estacionamento, cruzamentos desnivelados e vias exclusivamente pedonais. A rede viária apoiava-se numa via periférica, que se desdobra em penetrações no aglomerado. (Lôbo, 1995, p. 215).

Na década de 1940, duas das quarenta escolas primárias do concelho de Macedo de Cavaleiros localizavam-se na Vila. Uma delas foi construída na Rua Alexandre Herculano, na E.N. 216. A outra foi localizada na Praça das Eiras, próxima da E.N. 102. Existia também um colégio, ainda que alojado em instalações consideradas inadequadas, uma Associação de Socorros Mútuos, um Hospital, um pavilhão de isolamento e um Dispensário Antituberculoso. O Hospital, em funcionamento desde 1910, era mantido pela Misericórdia. Ver Figura 7, p. 58.

No centro da Vila, a Câmara Municipal tomou, segundo Arménio Losa, referida no inquérito do antepiano de urbanização, “a primeira e única iniciativa local de carácter urbanístico, ao demolir vários prédios antigos” (PGUMC, 1952, p. 19). Neste lugar, após a canalização e cobertura da Ribeira, nasceu o Jardim Dr. Oliveira Salazar e foram construídos os novos Paços do Concelho, onde funcionava o Tribunal de Comarca e outros serviços públicos e os correios. Ver Figura 20, p. 80.

3.2. O antepiano geral de urbanização de Macedo de Cavaleiros

A Vila de Macedo de Cavaleiros foi considerada, na década de 1940, um “aglomerado irregular”, constituído por três núcleos:

- a) **Uma zona antiga**, que integrava no centro o jardim Dr. Oliveira Salazar, dotado de arruamentos irregulares e estreitos. Esta área tinha, como era habitual na época, poucos espaços livres. A Norte, no Prado de Cavaleiros, existiam numerosas pocilgas, criando condições de salubridade insustentáveis. A oeste-noroeste existia um povoado que circundava o Largo do Tournal e se alongava até à Praça das Eiras;
- b) **Uma zona mais recente** foi considerada desde o centro até ao cemitério;
- c) **Uma zona nova**, de comércio por grosso e industria, que se estendia desde o cemitério até depois da Estação de caminho-de-ferro. Esta área da Vila foi criada e desenvolvida pelos *Carções*, tal como referido no capítulo anterior.



Figura 22. Em cima, Paços do Concelho. Jardim Dr. Oliveira Salazar. Atual Jardim 1.º de Maio. Década de 1950. No centro, “Praça Central”. Atual Largo Agostinho Valente. Ano de 1909. Em baixo, vista do atual Largo Manuel Pinto de Azevedo a partir da Rua Infante D. Henrique. Década 1960.

A quase absoluta ausência de obras de urbanização originou uma expansão puramente espontânea, linear sem nenhuma espécie de disciplina (...) forçadamente ao longo das estradas únicas vias de acesso de que a Vila dispõe: a Rua da Estação e a Rua Alexandre Herculano. (...) Uma e outra são troços de estradas nacionais. (PGUMC, 1952, p. 19)

Em Junho de 1945, a Câmara de Macedo de Cavaleiros manifesta à recém-criada Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) a intenção de elaborar o plano da Vila. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal contrata uma pequena equipa constituída pelo arquiteto Arménio Losa e pelo Engenheiro Bonfim Barreiros. O antepiano é terminado somente seis anos mais tarde, em 1951, sendo aprovado quatro meses depois por despacho ministerial com algumas observações. (Lôbo, 1995, p. 215)

Os autores do Antepiano de Urbanização fixaram como principal objetivo estabelecer as normas fundamentais para o crescimento “*disciplinado e harmónico*” da Vila de Macedo de Cavaleiros. A solução apresentada assentou em três pilares: as necessidades de expansão, as características geomorfológicas do território e a realidade económica da Câmara Municipal. Como os próprios autores assinalaram, “reduzem-se ao indispensável as expropriações e demolições, tendo em conta os limitados recursos camarários (...). O fator económico criou um imperativo que inferioriza um tanto o conjunto urbanístico” (PGUMC, 1952, pp. 43, 44).

O Antepiano apresentado identificou dois sistemas de circulação: a interurbana e a urbana. Em ambos, foi necessário manter total ou parcialmente, algumas vias existentes, corrigir outras de traçado inadequado e construir novas vias. Por isso, projetaram-se: desvios às estradas nacionais - troços que atravessam a Vila seriam reclassificados como circulação urbana - e vias de acesso local, as “*vias de penetração e distribuição*”. Estas últimas ajudariam na distribuição das construções, pelo estímulo à construção em “*zonas de expansão*” bem localizadas, próximas do centro. Contrariavam-se assim duas desvantagens, antes identificadas, como o excessivo crescimento linear da Vila e o desperdício de terrenos adequados à construção. Foram também projetados caminhos pedonais para acessos locais e para jardins e parques.

Com a finalidade de organizar o estacionamento de automóveis, foram previstos vários recintos, em zonas mais necessitadas como nas proximidades do Campo de futebol, Estádio, Centro Cívico, Estação de caminho-de-ferro e de Camionagem. Foi reservado um espaço para localizar a Praça de táxis.



Figura 23. Em cima, zona comercial. Antiga Rua Direita. Atual Rua Pereira Charula. Em cima e no centro, Década de 1930. Em baixo, entre finais da década de 1950 e meados da década de 1960.

No antepiano de 1952, a segregação funcional foi enfatizada. Surgiu a organização, em áreas bem delimitadas, das distintas funções urbanas, implicando a arrumação dos serviços e edifícios coletivos em localizações adequadas. Antão de Almeida Garrett que trabalhou com Arménio Losa, na equipa de planeamento municipal na Câmara Municipal do Porto, justificava o zonamento pelo aumento da eficiência de cada atividade e consequente maximização do lucro obtido.

Em Macedo de Cavaleiros, a organização funcional proposta no antepiano de urbanização, foi condicionada pela localização de construções existentes. Como exemplo, a localização dos Paços do Concelho que determinou o centro da Vila, a Cadeia situada em local muito exposto e o edifício do Salão de Cinema, que opcionalmente se localizaria na Zona Comercial ou no Centro Cívico. Ver Figuras 20, p. 80 e 26, p. 92.

O ante plano de urbanização dividiu a Vila em “unidades residenciais”, conceito definido pelo engenheiro Almeida Garrett, como “uma subdivisão do aglomerado, superior à unidade de vizinhança, com contiguidade e identidade territorial e com autonomia a um certo número de equipamentos” (Lôbo, 1995, p. 215). As três zonas residenciais projetadas no antepiano de 1952 constituíam uma única unidade fracionada. Cada um dos três setores, isolados por uma via de circulação, tinha uma escola primária. O plano sugeria ainda que as duas escolas existentes fossem modificadas em grupos escolares para os dois géneros. As preocupações com a higiene e a salubridade das habitações decidiram a proposta de demolição de construções da zona antiga. Como é referido no PGUMC (1952, p. 39): “As casas decrépitas existentes nas aldeias primitivas – os primeiros embriões da Vila – deverão ser demolidas – logo que seja possível assegurar habitação digna aos seus ocupantes.”

O cálculo da área urbana teve por base o acréscimo das necessidades pelo aumento populacional - novos bairros residenciais e zonas para serviços de utilidade pública, deslocação de famílias instaladas em condições insalubres, criação de parques, jardins, parques desportivos, “alamedas de passeio” e antevisão de construções para indústria. O plano definiu, localizou e descreveu seis zonas e cinco centros de interesse relevante. As Zonas são as seguintes:

a) Zonas residenciais e de reserva

As duas zonas residenciais formavam, no conjunto, uma única unidade residencial. Destinavam-se, em exclusivo a habitações e serviços de apoio como as escolas primárias.



Figura 24. Em cima, vista aérea. No canto inferior esquerdo, Centro Hospitalar. No centro, Hospital após ampliação. Década de 1950. Em baixo, Dispensário antituberculoso. Década de 1930.

Localizavam-se na proximidade dos centros cívico e religioso e da zona comercial principal e eram limitados por arruamentos urbanos.

“As novas habitações dispõem-se, conforme a orientação, em filas contínuas mais ou menos extensas ou em moradias isolada, e sempre afastadas do alinhamento das ruas” (PGUMC, 1952, p. 65). Esta disposição permitiria que todos os novos arruamentos urbanos ficassem adornados com vegetação. Na seleção dos terrenos para estas zonas foi tida em conta a exposição solar.

b) Zona comercial

A zona comercial foi dividida no comércio a retalho, trabalhada pelos habitantes da Vila e o grande comércio. A primeira localizava-se no centro da Vila, ocupando o Rés-do-chão de edifícios particulares. O grande comércio situava-se nas proximidades da estação de caminho-de-ferro, com terrenos apropriados para uma possível expansão.

c) Zona industrial e de armazém

Esta zona localizava-se, como o grande comércio, junto da estação. Ficava separada do aglomerado urbano por uma “cortina de verdura e de proteção”.

d) Zona de proteção do caminho-de-ferro

Era uma área estreita dos dois lados da linha, reservada a futuras ampliações.

e) Zonas verdes

Estes espaços incluíam todas as áreas públicas e privadas arborizadas. O parque constituía a zona verde principal, onde se localizavam “os terrenos desportivos, os jardins de flores, os relvados e os maciços de arvoredo” (PGUMC, 1952, p69). O campo de jogos - estádio, integrava esta grande zona.

f) Zona ou cintura de proteção

A zona de proteção era assinalada “para além dos limites de expansão previstos, estabeleceu-se uma faixa de mil metros de largura, que constitui a zona de proteção à área a urbanizar” (PGUMC, 1952, p.56).

Os centros, referidos no antepiano de urbanização, são a seguir indicados:

a) Centro cívico

Tratava-se de um espaço amplo, dotado de uma zona de jardins e árvores, uma alameda de passeio e um parque de estacionamento. Existiam, neste local, o edifício dos Paços do Concelho, onde estava instalado o Tribunal e várias repartições públicas, os correios e o hotel pensão. O plano proposto projetava locais para a instalação de uma “garagem de autocarros” e para o Grémio da Lavoura.



Figura 25. Em cima, “O Largo numa vista clássica de cerca de 1929, portal ilustrado da Coleção Casa Parente.” (Cardoso, 2005, p.52). Ao centro, Antigos Paços do Concelho. Atual Estalagem do Caçador. Década de 1930. Em baixo, vista a partir do Largo Agostinho Valente. Década de 1950.

b) Centro religioso

Dado o estado de ruína da Igreja Matriz, foi planeada uma nova Igreja, dotada de outros edifícios para educação religiosa e recreio dos paroquianos ligada diretamente ao centro cívico.

c) Centro desportivo

Era constituído pelo estádio e campos menores. Esta área seria o centro de atração da juventude desportiva. “A situação deste centro, o ambiente natural que o rodeia e a proximidade com todas as zonas do aglomerado são condições bastantes para o afirmar como um dos maiores motivos de orgulho da população” (PGUMC, 1952, p. 42).

d) Centro hospitalar

Reunia, no mesmo local, os serviços de saúde à população. O Hospital, o Pavilhão de isolamento e o Dispensário antituberculoso ficariam na proximidade de outros edifícios, reclamados pela Câmara, tais como o dispensário de higiene social e o centro de puericultura. Ver Figura 24, p. 88.

A proposta de Antepiano de Urbanização para Macedo de Cavaleiros, de 1952, foi influenciada pelos princípios do Urbanismo Moderno. Compartilhavam as premissas essenciais da resposta habitacional a classes desfavorecidas, a reorganização e o zonamento de atividades e funções, enfatizando e potenciando recursos e infraestruturas. Por outro lado, privilegiavam a hierarquização das vias de circulação, exórdios deste período, a higienização com recurso à demolição de edifícios insalubres e a conceção de superfícies verdes. Em resumo, a habitação, o trabalho, o lazer e o transporte. O Plano resultou da decomposição da Vila em elementos morfológicos e da análise, reformulação e adaptação de cada um deles aos problemas inquiridos e assinalados, sem, contudo, deixarem de se complementar.

3.3. Enquadramento nacional

A legislação de 1865 marcou a origem do urbanismo em Portugal, numa perspetiva clara de intenção política e assente em dois vetores dominantes: a higiene e a circulação. Nesta época, o objetivo principal do processo de parcelamento baseava-se na disponibilidade de terrenos para construir, descuidando a forma urbana.

Com a publicação de nova legislação em 1934, pela mão do Eng.º Duarte Pacheco, a terminologia “Planos Gerais de Melhoramentos”, foi substituída por “Planos Gerais de Urbanização”. Estes pretendiam responder a novas necessidades, criando uma “imagem urbana” com que o Regime ditatorial do Dr.º Oliveira Salazar se identificasse. “Era toda uma imagem urbana que havia que cuidar, porque nela se afirmava e consolidava o regime político” (Lôbo, 1995, p. 46).



Figura 26. Em cima, antigo edifício da Associação dos Socorros Mútuos, construído na década de 1920. Foto da Década de 1950. Em baixo, Cinema. Construído na década de 1940. Foto da Década de 1980.

Dessas “arquitecturas de cinema”, (...). Mais do que todos, é o singelo corpo de envidraçado cilíndrico, rematado por ampla pala de betão, da frente do Cinema de Macedo, que simboliza a urgência de “poética de futuro” que fazia nascer estas obras provincianas. Sobre uma anónima “avenida da Estação”, gélida de Inverno ou escaldante no Verão - mas sempre deserta - erguia-se este esforço, este hino ao cinema e ao “sonho das imagens”, em plena serrania transmontana! (Fernandes, 2005, p. 109)

O Eng.º Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e mentor do novo diploma que tornava obrigatória a elaboração de planos gerais de urbanização para todos os aglomerados urbanos com mais de 2.500 habitantes é uma figura relevante da transformação do território urbano em Portugal.

A nova legislação, mais ambiciosa, veio condicionar a realização de melhoramentos nos aglomerados urbanos, redes de saneamento básico, equipamentos coletivos e residenciais, jardins, parques e arruamentos urbanos à existência de planos de conjunto, que estabelecessem regras de ordenamento urbano e articulassem funções de áreas e espaços. O Diploma fixava em três anos o prazo obrigatório de conclusão dos planos, após a disponibilização de informação topográfica, facto que viria a justificar o atraso na sua conclusão, uma vez que não existia qualquer registo cartográfico no País a escalas que permitissem um trabalho competente.

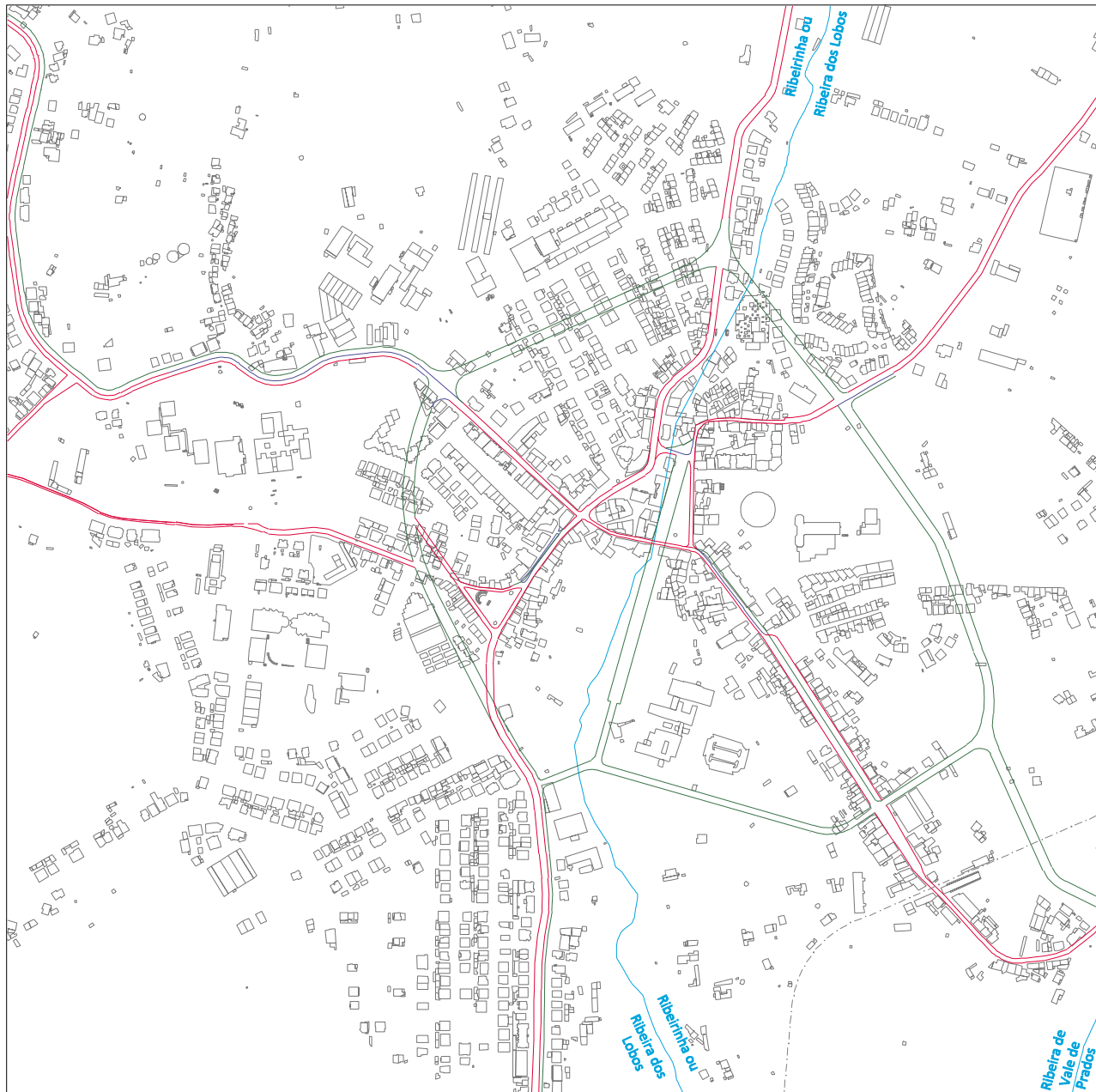
Apesar da organização dos planos gerais de urbanização ter sido atribuída aos Municípios, toda a dinamização do processo foi realizada pelo Governo.

“Os planos gerais de urbanização só viriam a ser concluídos após a realização dos levantamentos topográficos, entre 1941/43, e os planos até 1954. Posteriormente entrava-se num período de adormecimento quanto à produção de planos urbanos” (Guerreiro, 2009, p.73).

A criação, em finais do ano de 1944, de uma entidade pública dedicada ao urbanismo, a Direção Geral dos Serviços de Urbanização, foi determinante para alcançar o auge na produção e avaliação de planos. Ainda em meados da década de 1940, foi evidente o afastamento de conceitos entre a elaboração dos planos, pelos urbanistas municipais, sob influência da escola francesa e a avaliação e a aprovação dos mesmos, por técnicos dos serviços centrais, com formação anglo-saxónica.

Os planos tornaram-se processos demorados, conduzindo à diminuição dos honorários dos urbanistas, que originou dificuldades acrescidas na contratação de especialistas pelas Câmaras. Ao longo deste período, a nomenclatura dos planos foi sendo sucessivamente alterada. Ao plano geral de urbanização, fruto da gestão do processo de aprovação da Administração Central, sucedeu o antepiano. Sem suporte legal, o antepiano correspondia a uma etapa do processo de conceção do plano definitivo. No entanto, alguns urbanistas apresentavam anteprojetos de planos que a administração denominou como antepianos, legalmente estabelecidos em 1946.

A polémica em torno do estatuto do plano definitivo ou antepiano foi ainda marcada pela proposta de *Etienne de Göer*, urbanista francês, que considerou um antepiano apresentado como plano diretor.



0 100



- Ribeiras —
- Implantação atual da Edificação (2003) —
- Caminho de Ferro - - -
- Eixos principais | Antepiano de 1952 —
- Eixos principais | Actuais —
- Sobreposição/ Coincidência de Eixos —

Figura 27. Sobreposição/coincidência entre os principais eixos viários do antepiano de 1952 e atual base edificada (2003).

O urbanismo deste período – entre 1944 e 1948 – reunia o “urbanismo formal” e a visão tardia da “cidade jardim” de *Göer*, “numa ambiguidade entre a ruralidade prevalente e a inovação tecnológica da moradia isolada e geminada” (Lôbo, 1995, p. 145).

No ano de 1948 realizou-se, em Lisboa, o I Congresso Nacional dos Arquitetos, onde surgiu o novo paradigma da “cidade radiosa”, que assinalaria uma profunda mudança no urbanismo em Portugal. Apesar do efeito predominante em planos parciais ou planos de pormenor, alguns urbanistas portugueses, como Arménio Losa, elaboraram propostas de planos gerais de urbanismo, assente neste conceito de cidade. Os planos de Vila Nova de Gaia e Macedo de Cavaleiros foram os seus primeiros exemplos.

3.4. Enquadramento local

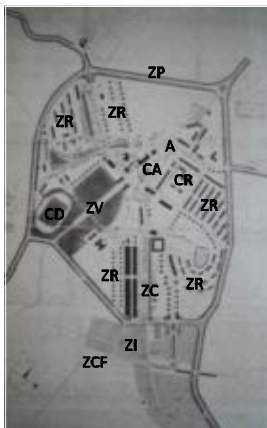
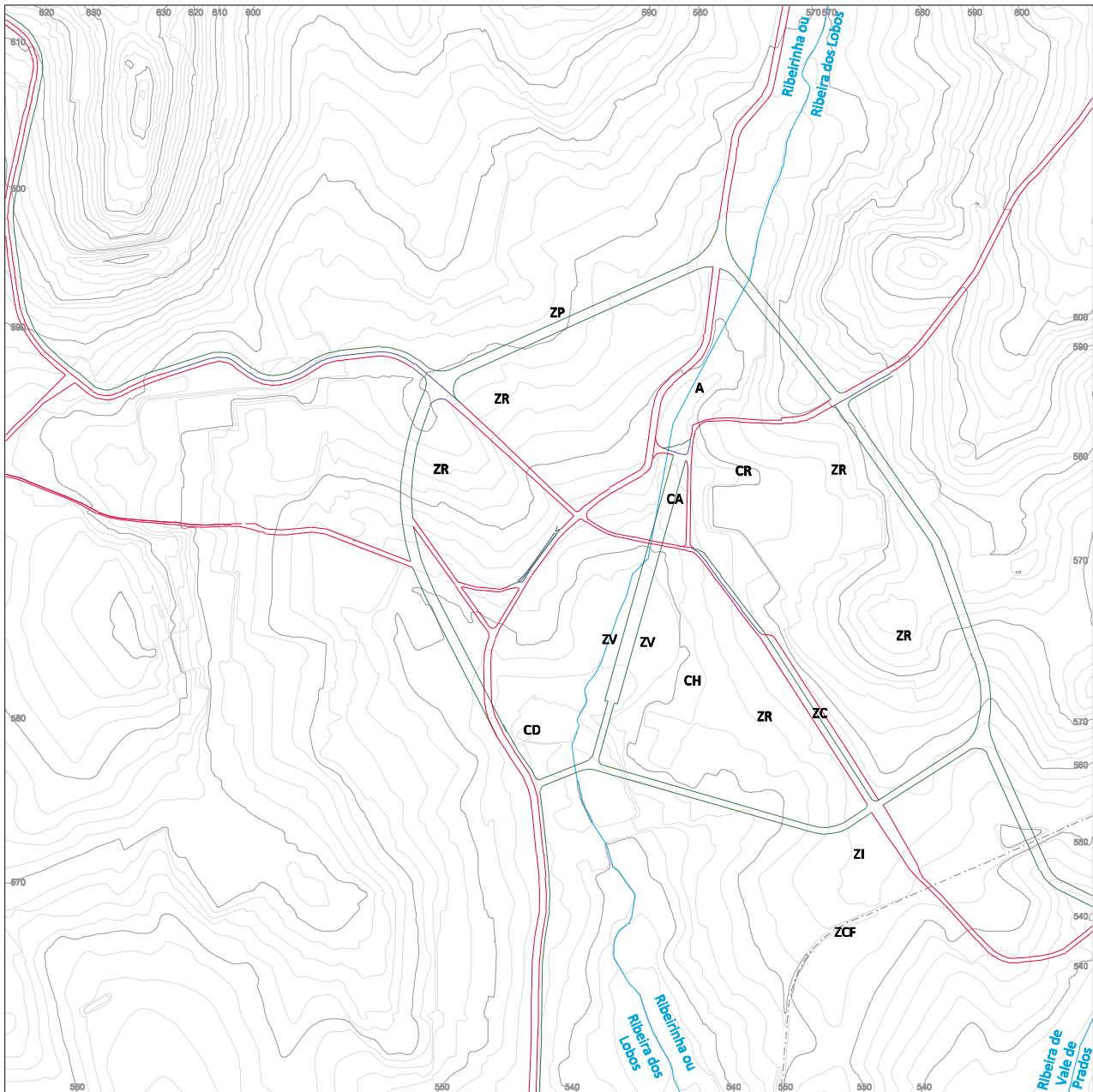
Tendo como objetivo a elaboração do Antepiano de Urbanização da Vila de Macedo de Cavaleiros a Câmara contratou, em 1945, uma pequena equipa formada pelo arquiteto Arménio Losa e pelo Engenheiro Bonfim Barreiros. O Antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros ficou concluído em 1951, tendo sido aprovado com algumas observações.

O parecer da administração foi, em alguns aspetos, negativo: pela autonomia das construções em banda, antes marginais às estradas (por não estar previsto o loteamento do terreno) mas também pelo tamanho excessivo da nova rede viária. O Conselho Superior de Obras Públicas não identificou, por questões técnicas, o caráter inovador do documento. “O que há de verdadeiramente inovador no Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros é o anúncio de uma nova forma. Os edifícios em banda libertam-se da rede viária e da malha cadastral” (Lôbo, 1995, p. 215).

Neste período denotava-se um visível fascínio pelos edifícios isolados, ou justapostos, que por si só não podem desenhar a cidade mas que marcam a sua forma. Como Lamas refere, a morfologia urbana deste período assemelha-se ao agrupamento de edifícios isolados. (Lamas, 2010, p. 307)

“A maior parte dos edifícios em banda encontram-se rigorosamente orientados com as fachadas a nascente e poente, constituindo um conjunto ritmado e repetitivo, que só a imposição da via circular obriga a infletir e dobrar sobre si mesmo” (Lôbo, 1995, p. 215).

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- A** Prado de Cavaleiros | Núcleo Antigo
- CA** Centro Cívico
- CR** Centro Religioso
- CD** Centro Desportivo
- CH** Centro Hospitalar
- ZR** Zonas Residenciais
- ZC** Zona Comercial
- ZI** Zona Industrial e de Armazém
- ZCF** Zona de Proteção do Caminho-de-Ferro
- ZV** Zona Verde
- ZP** Zona ou cintura de proteção

- Ribeiras
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Eixos principais | Antepiano de 1952
- Eixos principais | Actuais
- Sobreposição/ Coincidência de Eixos

0 100



Figura 28. Sobreposição/coincidência entre os atuais eixos viários principais e o antepiano de urbanização de 1952.

O Antepiano de Urbanização de Macedo Cavaleiros incluiu um regulamento que estabelece as regras gerais de urbanização, salvaguardando impedimentos em zonas específicas do aglomerado urbano. Concluiu, sublinhando que “nenhum novo arruamento será aberto por iniciativa oficial ou particular, se não estiver integrado num plano parcial de execução” (PGUMC, 1952, 83).

Em Portugal, os ideais e a estética do Movimento Moderno só se implementaram, progressivamente, a partir da década de 1950. Os planos eram facilmente alterados ou abandonados. Os municípios debatiam-se com as debilidades disciplinares, profissionais e financeiras. A ausência de escolas nacionais, não possibilitava uma orientação definida. Havia grande dificuldade em obter documentação de registo sistemático. “Em Portugal, não existiam condições (...) para a obsessiva implementação das doutrinas modernas. Prospera a “decomposição” da iniciativa privada proporcionalmente à perda de autoridade e incapacidade do Estado em ordenar o território” (Lamas, 2010, p. 453).

Macedo de Cavaleiros viu inviabilizada uma oportunidade de fruir da experiência do desenho urbano nos diferentes níveis de produção do espaço à dimensão territorial. Doze anos depois, em 1976, a Câmara contactou o arquiteto Viana de Lima, com o objetivo de elaborar uma revisão do plano, trabalho que nunca chega a ser oficializado. A disparidade entre os honorários propostos pelo urbanista e a tabela oficial da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, com valores muito inferiores, inviabilizou a revisão do plano.

O Antepiano de Urbanização de 1952, apesar de aprovado por Despacho Ministerial é publicado quarenta anos depois e revogado em 1998.

A Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros aprovou, em 30 de Junho de 1994, a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas que acompanharam a suspensão do Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1952, ratificadas em 3 de Julho de 1992 e publicadas no Diário da República, II série, n.º 230, de 6 de Outubro de 1992. (Portaria n.º 885/94 de 3 de Outubro, p. 6052)

“É expressamente revogado o Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1952, publicado no Diário da República, 2.a série, n.º 230, de 6 de Outubro de 1992” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/98 de 25 de Novembro, p. 6533).

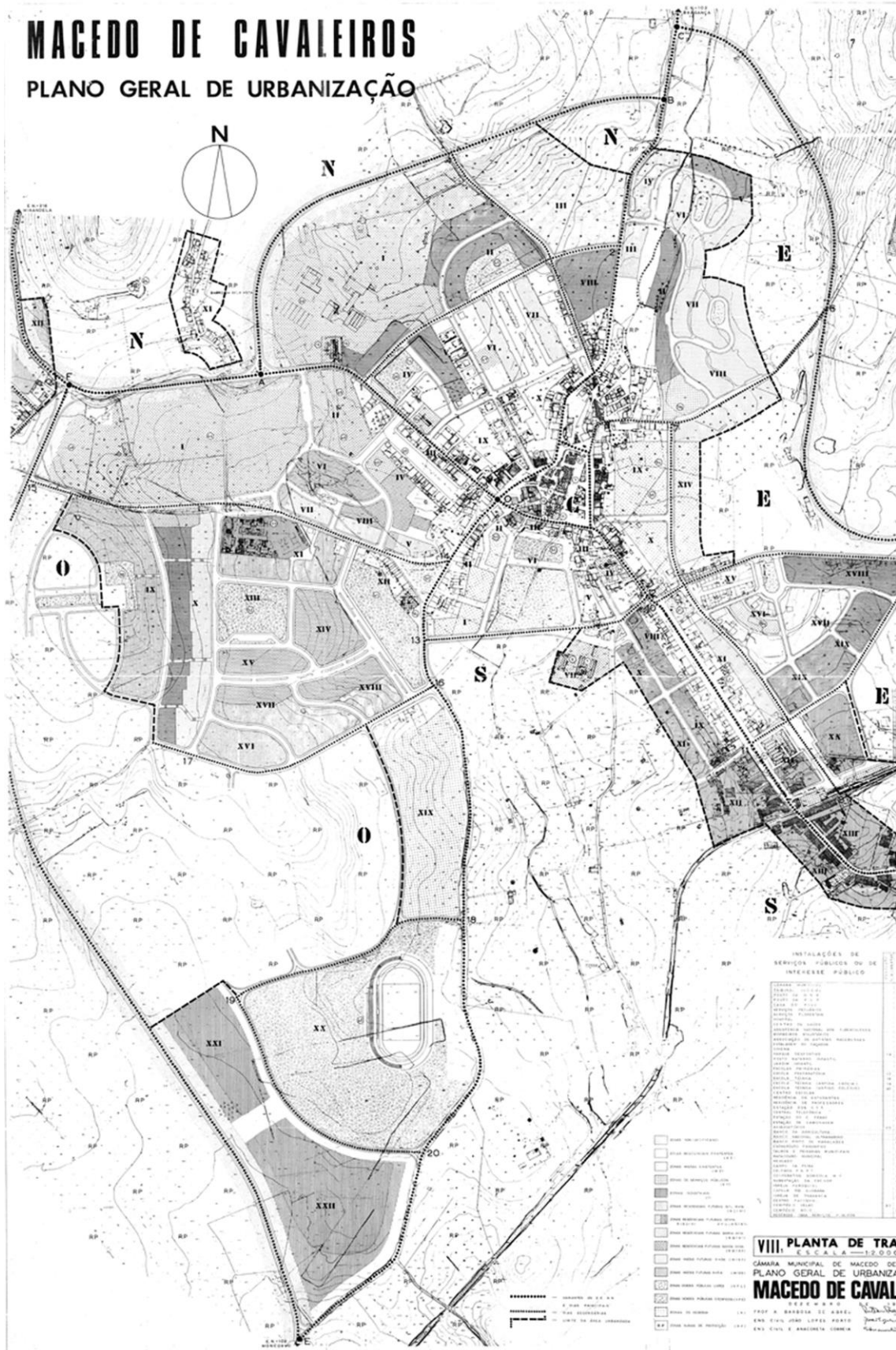


Figura 29. Plano Geral de Urbanização. Barbosa de Abreu. 1976.

4. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1970

Após a abordagem transversal realizada no capítulo 2, que inclui a caracterização de Macedo de Cavaleiros até à década de 1960 e o estudo do antepiano de urbanização de 1952, no capítulo 3, pretende-se agora realizar uma análise concreta da forma urbana do aglomerado na década de 1970 como meio de ajustar as questões teóricas abordadas.

Os critérios de análise deste capítulo consubstanciam-se no estudo dos seguintes elementos gráficos:

- a) Orto-fotos datadas de 1965 e da década de 1970. Ver Figura 30, p. 100;
- b) Desenhos da mancha urbana da Cidade desenvolvido pela Câmara Municipal. Estudos para o Plano Geral de Urbanização (1971). Ver Figura 31, p. 102;
- c) Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros (1976). Ver Figura 29, p. 98.

As plantas da década de 1970 reúnem, para além dos processos transformativos e planeados nesta década, toda a anterior informação de desenvolvimento urbano.

Na década em análise, a população da Vila aumentou 2%, situando-se nos 3.241 habitantes, contrariamente à queda populacional verificada no concelho (-15%). Estas alterações demográficas tiveram origem no êxodo rural, uma vez que “na década de 1970, o interior rural representava a principal origem dos fluxos internos e estes orientavam-se, essencialmente, para os principais centros urbanos e seus subúrbios” (Ribeiro & Fernandes, 2008, p. 5).

O concelho de Macedo de Cavaleiros estava “submetido ao agravamento da rarefação populacional que incide em todo o Nordeste. A sua densidade desceu de 37,6 para 30,7 habitantes/km², de 1960 para 1970” (PGUMC, 1976, p. 115). Estava previsto no inquérito incluído no Plano de 1976, o aumento relativo do setor secundário e sobretudo do terciário, face à evolução da prestação de serviços, contudo manteve-se o grande predomínio do setor primário. “O concelho deve ser muito beneficiado por uma série de aproveitamentos hidroagrícolas, dos quais o mais importante será o do Azibo, também previsto para abastecimento de água às populações.” (PGUMC, 1976, p. 114) Em situação oposta ao concelho, como já referido, encontrava-se a Vila. O Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1976 (PGUMC 1976) previu que, em meados da década de 1970, a população atingisse os 3700 habitantes. A economia do concelho mantinha-se focada na atividade agropecuária. A exploração agrícola estava “fragmentada por um elevado número de pequenas unidades e poucas grandes unidades, encontra-se em fase incipiente de reorganização. Consta-se o recurso a uma progressiva mecanização e ao apoio da Cooperativa Agrícola ” (PGUMC, 1976, p. 118). Estava prevista, no inquérito do plano de urbanização de 1976, a reorganização da agricultura incentivada pelos regadios a partir da Albufeira do Azibo. Esta rede incluía também o aglomerado urbano.



Figura 30. Orto-fotos datadas de 1965 e da década de 1970.

O local onde a Vila se situa resulta abrangido por um dos blocos de rega a partir da Albufeira do Azibo. Em consequência, o traçado dos canais e canalizações para rega terá que ser adaptado às expansões urbanas do presente plano. (PGUMC, 1976, p. 121)

Por outro lado, a indústria mantinha o papel secundário das décadas anteriores. Excetuando as instalações junto à estação do caminho-de-ferro (moagem, serração), a cooperativa agrícola e pequenas unidades de transformação de produtos agrícolas, vestuário, construção e transportes, na Vila não existia atividade industrial. Contudo, pelo desenvolvimento previsto para a agricultura, foi proposta no plano de urbanização, a criação de zonas industriais próximas a Macedo de Cavaleiros. Na expansão do aglomerado urbano foi considerado, no mesmo inquérito, o núcleo primitivo – a norte da Praça do Município. Esta primeira expansão, ocorrida ainda no Século XIX, desenvolveu-se até à Praça das Eiras, verificando-se o crescimento para sudeste.

Nesta década proliferaram vários loteamentos, legais e ilegais. As novas construções eram de utilização mista “já que muitas vezes a habitação sobrepõe-se ao comércio e à indústria” (PGUMC, 1976, p. 54). É neste contexto de crescimento populacional na Vila do qual resultou a expansão do aglomerado, que justificou a elaboração, deste novo plano de 1976, da autoria do Arquiteto António Barbosa de Abreu.

Neste Plano foi reconhecida a urgência da resposta habitacional, da reorganização do território de modo a conter a proliferação da construção de “beira de estrada” – sinónimo de encargos financeiros insustentáveis para o Município e do zoneamento da sede de concelho. Pretendia-se promover maior conforto, salubridade e dignidade aos edifícios, em particular aos equipamentos públicos instalados e projetados, como o caso do Tribunal e Secretarias Anexas. O PGUMC 1976 caracteriza-se pelo aspeto reorganizativo da Vila. Para além de propor a construção de novas instalações para os problemas prementes, recomendou a reutilização de edifícios, tal como a reinstalação da Guarda Nacional Republicana no Edifício da Cadeia Comarcã. Este plano identificou os seguintes propósitos, alguns dos quais, aquando da apresentação do plano, ainda em fase de estudo:

- a) A realocização do Tribunal implicava a reorganização e ampliação o Edifício da Câmara Municipal e a instalação do centro desportivo a sul de Macedo (antigo campo de aviação);
- b) A instalação de um novo centro escolar constituído por duas escolas primárias, uma escola preparatória e uma escola polivalente (técnica e liceal);
- c) A construção de instalações para a educação pré-primária;
- d) A criação de um centro paroquial;



Figura 31. Estudos para o Plano Geral de Urbanização. 1971.

- e) Construção de um Mercado, coordenado com um novo campo de feira;
- f) A instalação de um interposto frigorífico, até então em funcionamento no edifício da antiga central elétrica;
- g) Ampliação das instalações da Cooperativa Agrícola;
- h) Ampliação do novo cemitério e a reutilização condigna do antigo;
- i) Ampliação da capacidade dos depósitos de água da Bela Vista e revisão e adaptação da rede de distribuição;
- j) Revisão e ampliação da rede de esgotos;
- k) Reorganização dos serviços de limpeza da Vila;
- l) Reorganizar a rede de espaços verdes;
- m) Estudo e previsão das áreas de expansão residencial com inclusão de exigências na compartimentação e higienização das habitações.

O Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1976 não foi publicado em Diário da República. O documento sucessor foi o Plano de Urbanização datado de 1998 que assenta em diretrizes decorrentes dos quesitos da época da sua concretização, distintas das questões colocadas em 1976.

4.1. A estrutura urbana em 1970

Macedo de Cavaleiros foi um aglomerado cingido a dois núcleos de escala reduzida até meados do Século XIX, como ilustra a Figura 10, p. 64. A mancha edificada que se observa na Figura 41, p. 120, relativa à década de 1970, ocorreu em apenas um século. Uma das consequências deste rápido crescimento foi a desorganização territorial inerente à falta de planos e demais instrumentos de planificação. Este foi um dos problemas mais recorrentes com o qual a forma urbana se deparou nas décadas de 1960 e 1970 (Pereira, 1998), facto confirmado com a análise das “Áreas Dispersas” da Figura 40, p. 118.

Desde o início do Século XX até à década de 1970, os principais eixos viários da Vila mantiveram-se, não havendo interferência na leitura de cada um deles nem no seu funcionamento geral.

Na fase de inquérito do plano de urbanização, foram consideradas como áreas de expansão do aglomerado urbano: o núcleo primitivo – a norte da Praça do Município; uma primeira expansão ainda no Século XIX – até à Praça das Eiras; o crescimento para sudeste, no Século XX, em direção à estação do caminho-de-ferro e as restantes zonas dispersas correspondentes à “deflagração” urbana na década de 1970. “Só por exceção é que se encontram zonas exclusivamente habitacionais, como sucede em alguns arruamentos recentes; por regra os serviços e a indústria (oficinas) coexistem com a habitação” (PGUMC, 1976, p. 122).



Figura 32. Avenida Infante D. Henrique. Em cima, Década de 1970. Em baixo, atual.



Figura 33. “Foto aérea do início dos anos setenta, provavelmente de 1973. (...) Um circo estava acampado nos terrenos do Campo de Futebol, estando a tenda sobre o local onde houve um pavimento de cimento para ténis e hóquei.” (Cardoso, 2005, p.17)

Os espaços verdes limitavam-se a algumas praças e arruamentos ajardinados - Praça do Município, Largo Pinto de Azevedo, Praça das Eiras e Avenida Infante D. Henrique - Ver Figura 32, Rua Fonte do Paço e Avenida D. Nuno Álvares Pereira.

Durante a década de 1970 a Vila apresentava uma configuração de beira de estrada ou linear, segundo os preceitos de Lynch (2007, p.249), uma vez que o seu desenvolvimento ocorreu ao longo dos seus principais eixos viários. Foi o traçado que definiu a forma. Contrariamente às circunstâncias predominantes desta década, a quadrícula foi inserida no desenho urbano da Cidade devido a iniciativas privadas sob a forma de loteamentos.

Como é possível confirmar, na Figura 40, p. 118, a “Área Densa” do aglomerado urbano sobrevém nos núcleos antigos e no seu prolongamento ao longo do eixo que os ligava à Estação do caminho-de-ferro. Funcionalmente, esta mancha reunia as principais atividades e movimentações quotidianas, com incidência na prestação de serviços e no comércio, partilhadas com habitação, quer na horizontal, quer no preenchimento de parcelas e lotes sobrantes. Até à década de 1970, esta área apresentava-se, relativamente ao preenchimento urbano, consolidada. Utilizando a arquitetura para interpretar a forma, esta caracterizava-se como simples, clara e facilmente compreensível. Predominava a clareza das ligações e a instintividade dos nomes e significados *versus* características físicas e não físicas e de localização. No Plano de Urbanização de 1976, Barbosa de Abreu considerou fundamental “ordenarmos as expansões em curso e equiparmos esta Vila de acordo com as suas funções tanto a nível concelhio como dentro da sub-região em que ela se situa “ (PGUMC, 1976, p. 7).

Na renovação e crescimento do aglomerado foram indicadas quatro áreas de expansão urbana: a Poente do Centro - próximo às previstas instalações do Centro Escolar; para Norte, com a ocupação da área entre a Avenida Infante D. Henrique e a Rua Álvaro de Castro; no setor Nascente, com a localização do Loteamento da Cortinha do Moinho apoiado no acesso ao novo cemitério; e a Sul foi prevista a ordenação das zonas envolventes do Hospital da Santa Casa da Misericórdia. “Na extremidade sul da área arborizada, na zona onde na atualidade existem as duas pistas do aeródromo, é localizado o parque desportivo (...) e uma zona industrial” (PGUMC, 1976, p. 8).

Neste documento foram colocados alguns problemas no reordenamento urbano da Vila, propondo a realização de estudos de pormenor em algumas áreas específicas. Como exemplo: o “Centro” da Vila, a zona Norte da Praça das Eiras, a área de instalação do Mercado, na zona Norte do Hospital e a projetada Alameda entre a Avenida Infante D. Henrique e a Rua Álvaro de Castro. Também foi proposta a realização de estudos detalhados na zona de instalação do Centro Paroquial e o reordenamento de alguns loteamentos como o Bairro da Bela Vista e dos bairros existentes a Nascente e a Norte do Largo do Padrão.



Figura 34. Subestação elétrica. Bairro da Chenop. Atual.

4.2. Características, agentes e ações da transformação urbana

Em Macedo de Cavaleiros surgiram, entre finais da década de 1950 e início da década de 1960, dois novos pólos de desenvolvimento, o Complexo da Cooperativa e a Chenop. Ver Figura 34. Estes atraíram numerosa mão-de-obra com a resultante necessidade de alojamento imediato ou a muito curto-prazo. Estas carências habitacionais precederam a capacidade de resposta planeada e a vitalidade económica da comunidade, que fluiu em novos padrões urbanos. A transformação urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros durante a década de 1970 sugere a inadaptação das suas necessidades à realidade da época.

O Bairro da Bela Vista, localizado na vertente do Alto da Curvaceira, revela um processo de crescimento orgânico consequente à inexistência de provisionamento de alojamento para os trabalhadores do vizinho Complexo da Cooperativa, a Este. Apesar da topografia acidentada da ausência de infraestruturas, este local revelou-se atrativo para a construção de habitações dos operários pela proximidade com o local de trabalho, ficando resolvido o sistema de mobilidade. Por outro lado, as dificuldades e custos inerentes à topografia resultaram no desinteresse e consecutiva marginalização deste local por parte das entidades governamentais e por investidores privados. O resultado foi uma clandestinidade consentida ou *laissez-faire*. Ver Figura 41, p. 120.

Ainda na década de 1960, assistiu-se ao planeamento e implementação dos primeiros loteamentos da Vila. Um de iniciativa Camarária, o Bairro da Cortinha do Moinho, e outro de iniciativa privada, o loteamento Duarte Moreno.

O primeiro localizou-se a Noroeste do Prado de Cavaleiros, na encosta onde se desenvolveu o acesso a Vale de Prados. A sua implantação resultou num elemento gráfico orgânico, no entanto este efeito foi uma ilusão criada pela sua adaptação a morfologia do local.

O segundo, o loteamento Duarte Moreno introduziu um novo desenho na malha urbana da Cidade, com a introdução da quadrícula, cuja perceção não foi tão intuitiva como no Bairro da Cortinha do Moinho. Paradoxalmente ao objetivo da figura do plano, o loteamento Duarte Moreno veio fomentar o preenchimento ocasional entre o mesmo e a malha urbana consolidada, como é possível observar na Figura 40, p. 118.

O vazio remanescente foi propício ao preenchimento avulso que resultou da não implementação do PGUMC 1976, apesar de este incluir a delimitação da área e de enquadrar a tipologia própria com indicadores específicos.



Figura 35. Estradas e arruamentos.

Em cima e no centro “a poente na saída da Vila para Moncorvo”. Década de 1970 e atual.
Em baixo, “a nascente seria utilizado o traçado existente da E.N. 216, a caminho de Mogadouro”. Rua da Estação. Década de 1970.

Mais uma vez ressalta daqui a necessidade imperiosa de se frenar a deflagração de loteamentos periféricos e se estabelecer uma lista de prioridades para as diferentes expansões previstas no presente plano geral, de forma a poder haver uma equilibrada colaboração do Município e dos particulares na gestão do solo urbano. (PGUMC, 1976, p. 19)

4.3. Análise à forma urbana

4.3.1. Malha viária e infraestruturas

Na década de 1970, os principais eixos viários mantiveram-se inalterados, conservando a mesma configuração que tiveram ao longo do último século. O traçado absorveu o impacto das sucessivas transformações ocorridas até à década de 1990. Contudo, neste período, surgiram novos arruamentos, que davam acesso aos loteamentos construídos. O inquérito do PGUMC 1976 destacou a heterogeneidade da pavimentação (paralelepípedo ou cubos de granito, betonilha esquartelada ou macadame betuminoso) dos arruamentos da Vila.

O plano de urbanização de 1976 baseava-se no esquema de variantes das estradas nacionais E.N. 102 e E.N. 216, junto à Vila de Macedo de Cavaleiros. Foram previstos quatro novos troços: a Noroeste do centro - entre a saída da Vila e Mirandela, a Nascente - entre a Vila e o alto de Santa Bárbara (nas proximidades do cemitério novo), a Poente na saída da Vila para Moncorvo e a Nascente seria utilizado o traçado existente da E.N. 216, a caminho de Mogadouro.

Nas vias internas foram considerados como vias principais os trajetos existentes das estradas nacionais, que se cruzam no centro da Vila e os troços radiais, que dividem a Vila a partir do centro. “Com interesse secundário aparecem (...) os arruamentos que subdividirão os quatros setores da área urbana e que, por regra, se apoiam nas variantes e nas vias principais.” (PGUMC, 1976, p. 6) Os setores Norte - entre Avenida Infante D. Henrique e a Rua Álvaro de Castro - e Nascente - atual acesso ao cemitério novo e na zona norte da estação do caminho-de-ferro, o setor Sul - fundamentalmente para acesso ao Hospital e o Poente - a partir da Praça das Eiras, em direção a Torre de Moncorvo.

Na Vila localizava-se a subestação elétrica “ cuja distribuição cobre praticamente o distrito de Bragança” (PGUMC, 1976), contudo cerca de 10% das construções da sede de concelho não dispunham de ligação à rede. Relativamente ao abastecimento de água a distribuição domiciliária existente foi sendo, desde 1934, progressivamente ampliada de acordo com as necessidades intrínsecas à expansão urbana. No plano de urbanização de 1976, foi proposta a ampliação dos depósitos de água, localizados no topo do Bairro da Bela Vista.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 36. Complexo da Cooperativa Agrícola. Em cima, Década de 1970. As seguintes, atual.

Os esgotos domésticos foram, na década de 1970, um problema pendente. Na zona antiga da Vila existia uma rede, cujos efluentes eram conduzidos para a ribeira “após tratamento numa fossa séptica” (PGUMC, 1976).

Este plano previa a revisão e ampliação da rede de esgotos domésticos. Esta questão estava assinalada com resolução prevista, entretanto suspensa. “A futura estação resultará localizada já fora do levantamento topográfico, cerca de 1.200 m a sul do Hospital.” (PGUMC, 1976, p. 126). A Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) iniciou o seu funcionamento na década de 1980.

4.3.2. Construção do tecido edificado

A estrutura morfológica de Macedo de Cavaleiros na década de 1970 foi protagonista do processo de transformação urbana até à atualidade, uma vez que a Vila se desenvolveu sobre os seus principais eixos viários, que ainda hoje se mantêm com idêntica importância funcional.

O tecido edificado foi implantado e adaptado à topografia existente. Não se verificaram modelações significativas dos terrenos nem terraplanagens consideráveis. O solo foi um elemento morfológico utilizado de acordo com as suas características originais, dando um caráter singular às sucessivas transformações.

Os edifícios organizaram-se a partir do binómio forma e função, aliado à localização. Analisando a Figura 40, p. 118, na área mais densa predominavam as edificações com dois e três pisos, vãos dispostos de modo ritmado e regular, com rés-do-chão dedicado a habitação, comércio ou garagem. Os lotes e parcelas eram ocupados na totalidade ou dispunham de uma área sobrance de dimensões exíguas, dedicado a logradouro. O conjunto de edifícios desenhava o quarteirão, as fachadas alinhavam a rua e a praça.

A configuração inicial do Largo das Eiras resultou do emolduramento proporcionado pelas fachadas que o contornava. A vegetação existente caracterizou e contribuiu para complementar a primeira impressão da forma da Cidade. Ver Figura 21, p. 82; Figura 23, p. 86; Figura 25, p. 90; Figura 37, p. 112 e Figura 62, p. 160. Os bairros e loteamentos desenvolvidos nesta década enfocam uma alteração na leitura da Vila. Apresentavam-se muito homogêneos mas distintos entre si. Como exemplo, os Bairros da Bela Vista e da Cortinha do Moinho e o loteamento Duarte Moreno.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

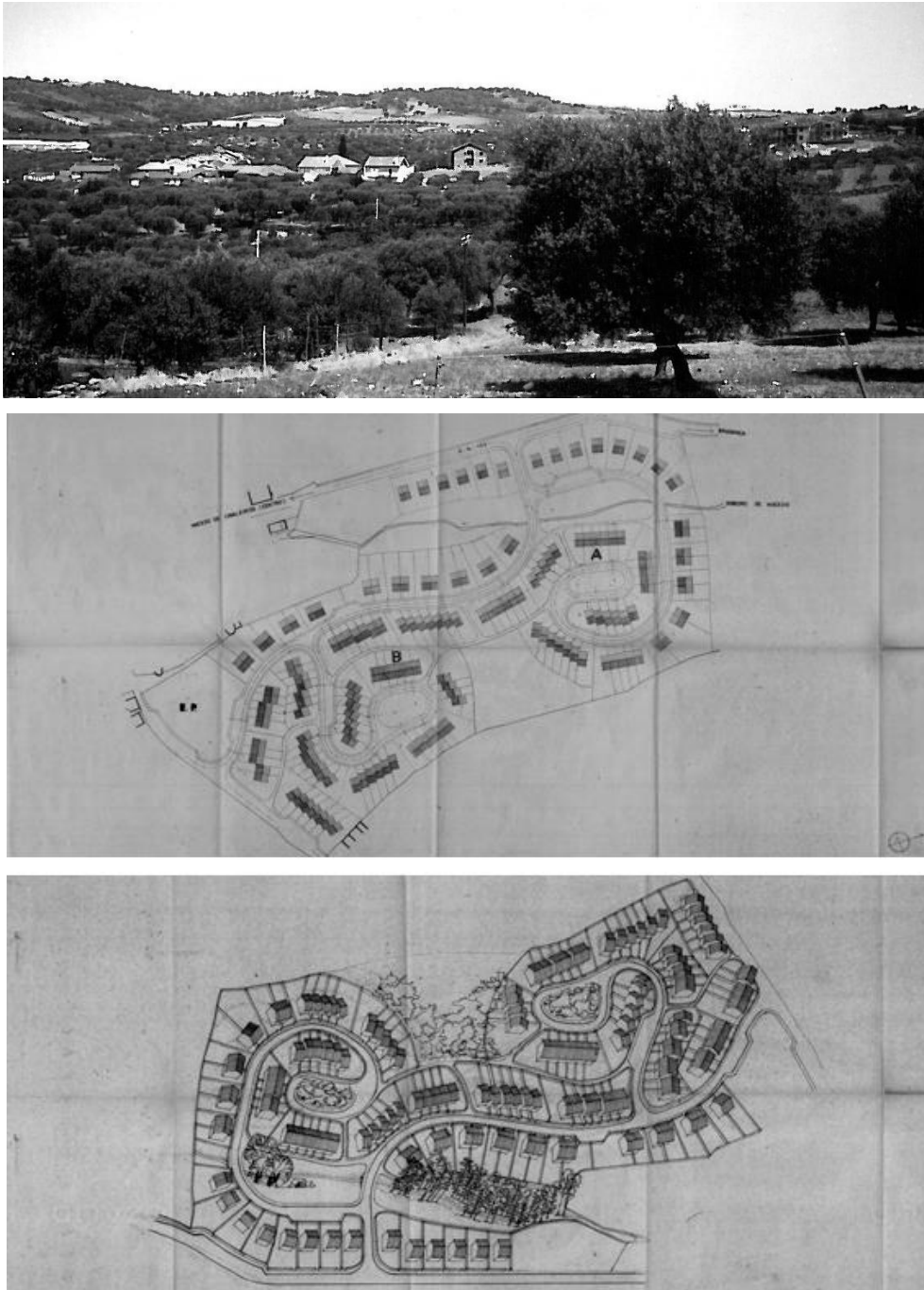


Figura 37. Em cima, vista geral. Macedo de Cavaleiros.

No centro e em baixo, “Talhonamento” relativo ao Bairro da Cortinha do Moinho. Arq. A. Cabral. Década 1970.

O Bairro da Bela Vista não resultou de uma intenção planeada a partir do desenho urbano. Desenvolveu-se linearmente ao longo de um eixo viário sinuoso perpendicular às curvas de nível de inclinação acentuada. No edificado predominava a função habitação e a forma de dois pisos. Ao analisar o tecido edificado - ver Figura 41, p. 120, sobressai a configuração orgânica, o desalinho das construções relativamente à via e a falta de ritmo na distribuição. A rua foi desenhada pelas fachadas, mas não intencionalmente nem com “arte”, segundo os princípios de Rossi (2001, p. 45).

O Bairro da Cortinha do Moinho resultou de um Plano de iniciativa pública e revelou a intenção e a sensibilidade próprias de desenho urbano. A sua implantação curvilínea ocorreu da adaptabilidade à topografia. As ruas eram favoráveis às curvas de nível. Predominava a função habitacional, uma carência predominante nesta década. Prevaleram conjuntos de edifícios em banda, constituídos por dois e três pisos. O quarteirão foi substituído por lotes e o ritmo deixou de ser obtido pelos desenhos dos vãos das fachadas, passando ser marcado pelos limites de implantação do edificado. À escala da Figura 41 a rua era o espaço sobrance e não confinado ou desenhado.

O loteamento Duarte Moreno foi implantado num terreno com características distintas dos anteriores. Também apresentava inclinação, todavia menos acentuada e acidentada. A função repetiu-se ou seja, predominantemente habitacional. Numa primeira linha, com frente de lote na Rua Comendador António Joaquim Ferreira, predominavam três pisos, com o Rés-do-Chão dedicado a comércio e serviços. Nos lotes posteriores prevaleciam dois pisos de habitação. Do mesmo modo o desenho de quarteirão, a partir de um conjunto de fachadas, foi substituído por lotes e pelo ritmo de implantação dos edifícios existentes.

O antigo Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros foi construído em 1910. Nas proximidades do Hospital funcionavam o dispensário antituberculoso e o pavilhão de isolamento. Este último foi, do conjunto das instalações de saúde de Macedo de Cavaleiros, o único a ser demolido na década de 1980. Duas décadas depois, em 1949, já designado como Hospital Concelhio e gerido pelo Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros (entretanto fundada na década de 1920) foi objeto de obras de ampliação.

Em 1974 foi elaborado um projeto para a realização de obras de conservação e beneficiação “neste quarto de século o tempo conduziu os tetos de fasquiado e estuque do 2.º piso, bem como as caixilharias, e outras partes físicas do edifício à urgente necessidade de encarar obras de conservação e beneficiação” (Correia & Correia, 1974, p. 1). Ver Figura 38, p. 114.

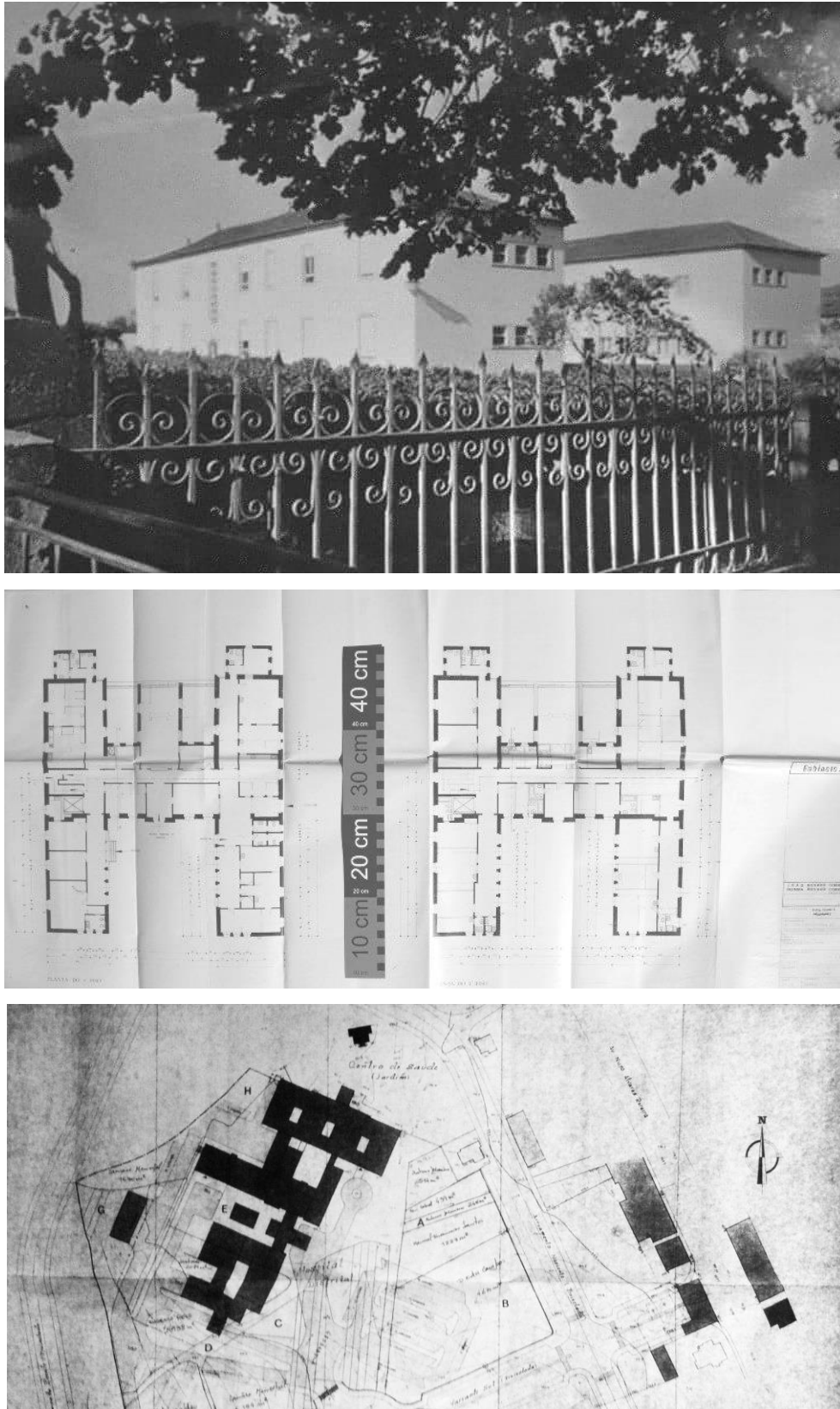


Figura 38. Em cima, Hospital da Santa Casa da Misericórdia. No centro e em baixo, projeto remodelação e ampliação. Décadas de 1970 e 1980.

Neste documento há uma referência ao novo Serviço Nacional de Saúde, àquela época em discussão nacional, pelo enquadramento do projeto naquele Sistema.

Da análise mais detalhada do projeto é fácil inferir que ali se reúnem os Serviços da Previdência, das Casas do Povo, do IANT – Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, dos Centros de Saúde e do Hospital, ficando este com o número de camas aumentadas e ainda com serviço de pediatria e maternidade, carências bastante sentidas. (Correia & Correia, 1974, p. 1).

Esta obra dotaria o concelho de um equipamento de referência e tinha a vantagem do Hospital de Macedo de Cavaleiros ficar inserido no esquema Nacional de Saúde Pública.

Em 1975, a Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais de Macedo de Cavaleiros solicitou à tutela a realização das obras projetadas no entanto, propõe a elaboração de novo projeto de ampliação do edifício, tendo em vista à realização das obras em simultâneo. As instalações foram consideradas “insuficientes para albergar todas as pessoas que a elas têm necessidade de recorrer, agravado com a proposta desta Comissão de, no mesmo Hospital, serem centralizados todos os serviços de saúde locais” (Pinto, A., 1975, p.1)

No Plano de Urbanização de 1976, há uma referência à ampliação deste Hospital. “Está a ser elaborado o projeto de ampliação das atuais instalações do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, insuficiente para as funções de Hospital concelhio” (PGUMC, 1976, p. 123).

O projeto do Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros, elaborado em 1978, resultou de uma remodelação e ampliação do Hospital existente. O estudo prévio e o anteprojecto, aprovados em 1977 e 1978, aproveitaram a maior parte das instalações existentes “confirmando o ponto de vista da Direção Geral das Construções Hospitalares, resultando desta opção uma economia sensível em relação a uma construção de raiz” (Correia & Correia, 1978, p. 3).

Tratando-se de um projeto de remodelação da construção existente e de um aumento, os autores procuraram criar “um desenvolvimento volumétrico adequado”, bem como adequar a envolvente à nova ocupação.

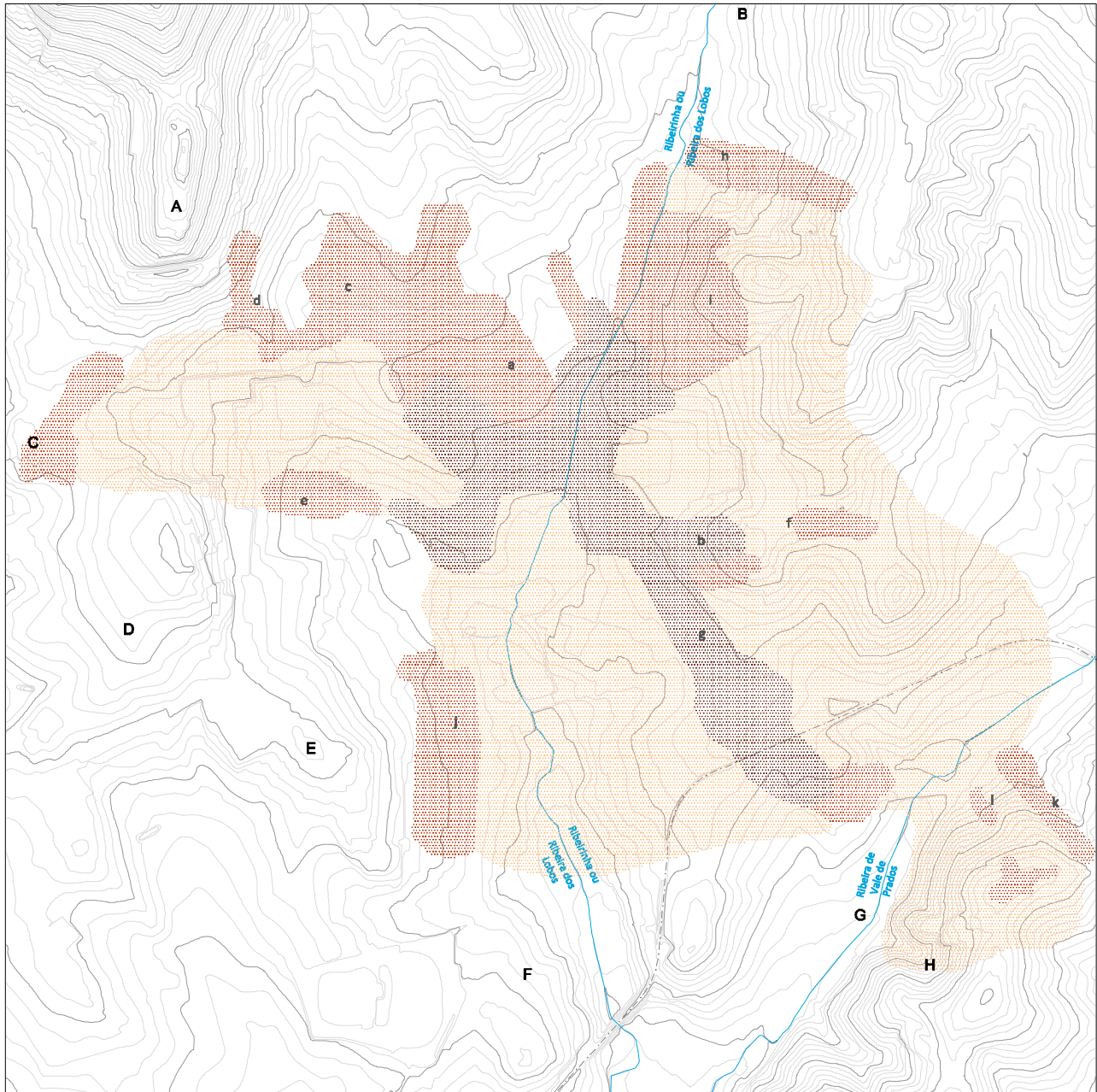
4.3.3. Equipamentos e elementos de Referência

De acordo com o listado no inquérito do Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1976, os edifícios e construções de interesse público mais importantes e em funcionamento à época, são os seguintes:

1. Câmara Municipal, Tribunal e Repartições Públicas
 2. G.N.R.
 3. P.S.P.
 4. Casa do Povo
 5. Serviços Pecuários
 6. Serviços Florestais
 7. a 9. Serviços de Saúde e assistência
 10. Bombeiros Voluntários
 11. Associação de Artistas Macedenses
 12. Instalações Turísticas – Estalagem do Caçador
 13. Cinema
 14. Parque Desportivo
 15. a 20. Instalações Escolares
 21. Instalações dos Correios
 22. Instalações do Caminho-de-ferro
 23. e 24. Reservatório de Água
 25. a 27. Instalações bancárias
 28. Talho e peixaria Municipais
 29. Matadouro
 30. Campo da Feira
 31. Celeiros da Federação Nacional de Produtores de Trigo.
 32. Cooperativa Agrícola de Macedo de Cavaleiros
 33. Subestação elétrica da CHENOP
 34. a 36. Instalações Paroquiais
 37. e 38. Cemitérios
- Ver Figura 39.

O plano geral de urbanização de 1976 explica de forma detalhada a deslocalização, reorganização e a criação de novos equipamentos. Em resumo, foram feitas algumas propostas, a seguir referidas, organizadas seguindo a numeração dos edifícios e construções de interesse público, indicadas no inquérito.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- a** Avenida Infante D. Henrique
- b** Bairro do Trinta
- c** Complexo da Cooperativa
- d** Bairro da Bela Vista
- e** Bairro da Chenop
- f** Bairro do Padrão
- g** Av. D. Nuno Álvares Pereira (Av. da Estação)
- h** Loteamento Altino Coelho
- i** Bairro da Cortinha do Molinho
- j** Loteamento Duarte Moreno
- k** Bairro da Alegria
- l** Parque Florestal

- A** Alto da Curvaceira
- B** Vale Pertiga
- C** Travanca
- D** Casal
- E** Cabeço da Santa
- F** Revolta
- G** Vale do Ginço
- H** Corda

- Ribeiras
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Área Densa
- Área Dispersa
- Área Residual/ Espectante

0 100



Figura 40. Dinâmicas de crescimento urbano. Década de 1970.

A manutenção das instalações da Câmara Municipal (1) e construção do novo Tribunal para a área das instalações desportivas (campo de futebol). A GNR e a PSP (2 e 3) poderiam vir a ocupar, como se veio a verificar, o edifício da antiga cadeia da comarca.

O plano de 1976 considerou satisfatórios os seguintes equipamentos: a Casa do Povo e os serviços pecuários e florestais (4, 5 e 6), os Bombeiros Voluntários, a sede da Associação e a Estalagem do Caçador (10, 11, 12), o Cinema (13), as instalações dos Correios (21), as instalações do Caminho-de-ferro (22), as instalações bancárias (25 a 27) e os Celeiros da Federação Nacional de Produtores de Trigo (31).

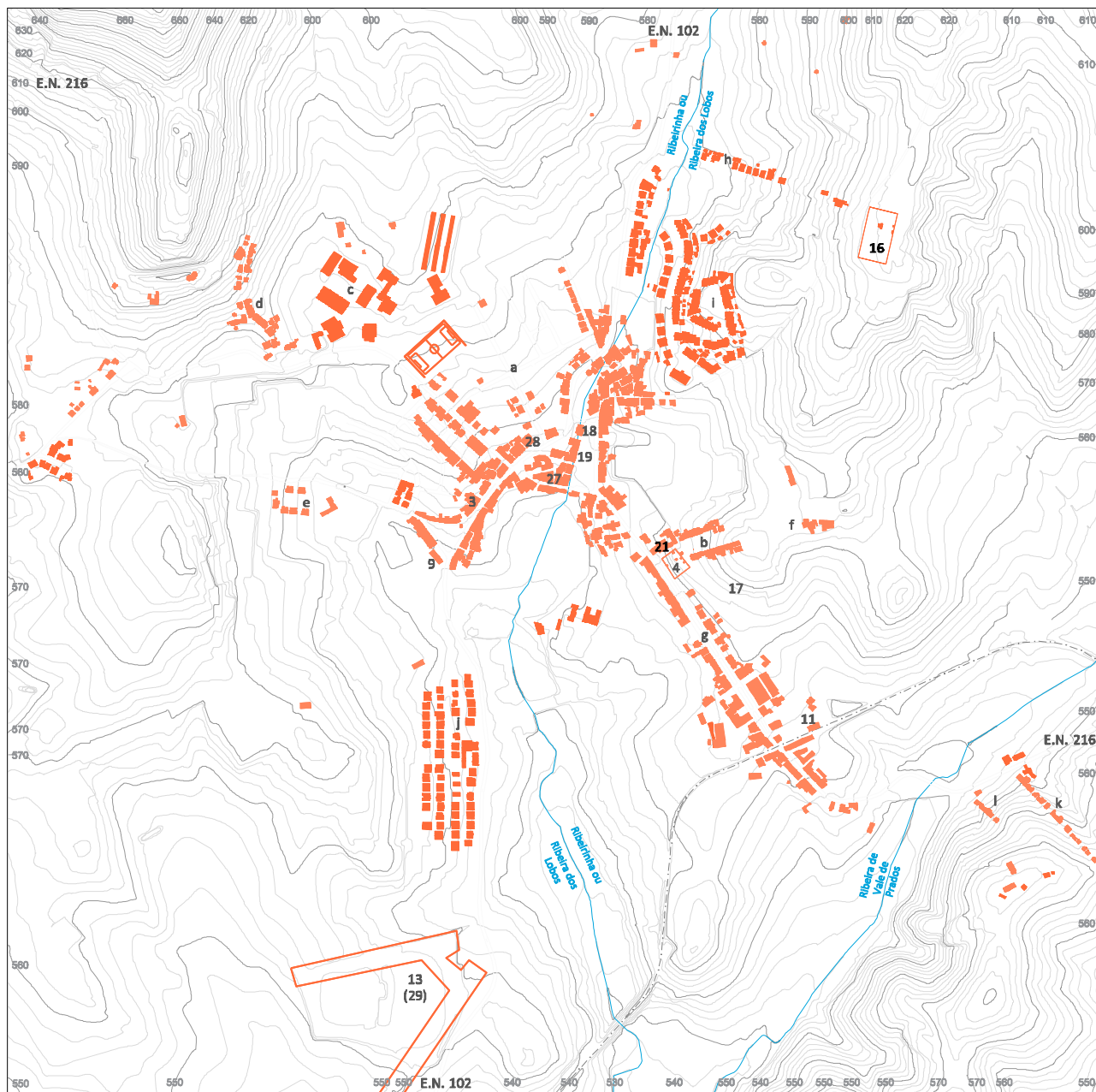
Estava prevista a ampliação das instalações do Hospital (7 a 9) e a possível demolição do dispensário que permitia o arranjo do largo em frente ao Hospital. Foi considerada uma nova localização do parque desportivo (14) ocupando parte das pistas do Aeródromo, a sul da Vila. A desocupação da área onde estava anteriormente instalado possibilitava o arranjo local previsto para a zona Poente de Macedo de Cavaleiros, nas proximidades do planeado centro escolar.

Nas instalações escolares (15 a 22), foi proposta a construção de mais dois jardins infantis, a localizar no terreno desocupado do cemitério velho e no topo da Alameda prevista entre a Av. Infante D. Henrique e a Rua Álvaro de Castro. Para além das três escolas primárias existentes - Praça das Eiras, Rua Alexandre Herculano e Lugar do Padrão, foram previstas duas novas instalações. Uma, a localizar no loteamento da Cortinha do Moinho e a outra, no novo centro escolar. O ensino preparatório e secundário integravam o novo centro escolar.

Apesar das instalações do Caminho-de-ferro (22) serem satisfatórias, incluiu-se a valorização das áreas urbanas envolventes, bem como a ligação rodoviária à variante, por nascente, das E.N. 102 e E.N. 216, libertando a saída para Mogadouro de duas passagens de níveis. Esta solução foi também referida no antepiano de urbanização de 1952, abordado no capítulo 3. As instalações da Estação de camionagem ficariam localizadas no entroncamento com a atual 216, próxima da origem dos passageiros no centro escolar.

No plano de 1976, foi ainda sugerido que o local do primitivo reservatório de água fosse integrado na cooperativa agrícola. Relativamente ao novo reservatório de água (23 e 24) “no monte da Bela Vista pode ser ampliado segundo for exigido pelo sistema de distribuição de água, sem criar qualquer tipo de problemas urbanísticos” (PGUMC, 1976, p. 13).

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- 3** Solar dos Morgados de Macedo
- 4** Cemitério Velho
- 9** Escola Primária (1)
- 11** Estação dos Caminhos-de-Ferro
- 13** Campo de Aviação
- 16** Cemitério Novo
- 17** Escola Primária (2)
- 18** Estação dos Correios
- 19** Câmara Municipal | Novos Paços do Concelho
- 21** Cinema
- 27** Casa do Povo
- 28** Estalagem do Caçador
- 29** Parque Desportivo

- a** Avenida Infante D. Henrique
- b** Bairro do Trinta
- c** Complexo da Cooperativa
- d** Bairro da Bela Vista
- e** Bairro da Chenop
- f** Bairro do Padrão
- g** Av. D. Nuno Álvares Pereira (Av. da Estação)
- h** Loteamento Altino Coelho
- i** Bairro da Cortinha do Moínho
- j** Loteamento Duarte Moreno
- k** Bairro da Alegria
- l** Parque Florestal

- Ribeiras
- Principais Eixos Viários
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Tecido Edificado até 1970
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1970

0 100



Figura 41. Mancha urbana. Década de 1970.

Considerou ainda a integração de novos locais de venda, talho e peixaria municipal (28), nas futuras instalações do Mercado Municipal. Era, na época, previsível que as instalações do matadouro (29) deixariam de ser necessárias, o que veio de facto a acontecer.

O campo da feira (30), localizado em contiguidade com a Praça das Eiras, Rua Pereira Charula e Praça Agostinho Valente, seria deslocalizado para as proximidades do novo mercado. Esta zona estaria sujeita à elaboração de um plano de pormenor.

O plano de urbanização de 1976 considerava nas instalações da Cooperativa Agrícola (32) a “eventualidade da expansão (...) para norte e nordeste, mas sem deixarmos de realizar a sua coordenação com as vizinhas zonas residenciais e de serviços públicos existentes.” (PGUMC, 1976, p. 15)

A longo prazo, deveria ser proposta a deslocalização da subestação elétrica da CHENOP (33) para local afastado do centro da Vila. Nas instalações paroquiais (34 a 36) foi mantida da igreja existente, contudo beneficiando da aplicação de um plano de pormenor para valorização da envolvente.

Foi prevista a construção de um novo centro paroquial que inclui uma nova igreja, na expansão poente da Vila. No local onde estava localizado o antigo cemitério (37 e 38) foi sugerida a instalação de um dos jardins infantis da Vila. Por outro lado, “está garantida a futura ampliação do novo cemitério, segundo for exigida pelo crescimento populacional de Macedo de Cavaleiros” (PGUMC, 1976, p. 16).

Torna-se patente que o presente esquema regulador, embora atendendo a uma série de realidades naturais e baseado em determinadas decisões já tomadas a diversos níveis, corresponde a uma das diversas hipótese admissíveis para o funcionamento do concelho de Macedo de Cavaleiros, por volta do fim do século. (PGUMC, 1976, p. 4)

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 42. “Centro” de Macedo de Cavaleiros. Em cima, década de 1970. Em baixo, atual.

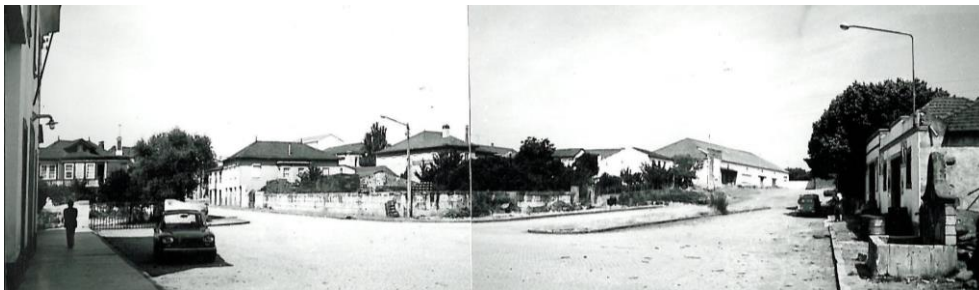


Figura 43. Vista geral. Primeira e segunda, zona envolvente da Estação do Caminho-de-ferro. Década de 1970 e atual. Terceira, vista panorâmica a partir dos Serviços Florestais. Década de 1970. Quarta, Campo de Aviação. Década de 1970. Encerrado Década de 1980.

5. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1980

Na sequência do estudo do processo de transformação da estrutura urbana de Macedo de Cavaleiros, na década de 1970, no qual se destaca o PGUMC 1976, de Barbosa de Abreu, este capítulo pretende analisar as dinâmicas de crescimento a partir da evolução da forma urbana da década de 1980 comparativamente com a década anterior.

São utilizados os mesmos critérios de análise do capítulo 4. A dimensão urbana e a dimensão territorial são favorecidas na escala de análise das Figuras 49, p. 134 e 48, p. 132. Os documentos que estiveram na base destas figuras foram todos os utilizados na década de 1970 - capítulo 4, aos quais foi acrescentada a Orto-foto de 1985. Ver Figura 44, p. 124.

Nos desenhos originais são traduzidas, graficamente, as informações recolhidas a partir da análise de documentos escritos. À medida que se completam as figuras e se reúne informação relativa a diferentes décadas confirma-se o aumento da representação da mancha edificada, comprovada por Orto-foto. A legenda da Figura 49, p. 134 inclui o tecido edificado existente e o proposto nesta década.

Foram concretizadas as expectativas demográficas referidas no Plano de Urbanização de 1976. Entre 1970 e 1981, a Vila de Macedo de Cavaleiros cresceu de 3.241 habitantes para 4.373, representando um aumento de 35% (INE, 2011). Já na década de 1980, o saldo populacional registou um aumento percentual de 12%.

Este acentuado crescimento populacional criou óbvias necessidades habitacionais. Foi neste período que surgiu, em Macedo de Cavaleiros, o contributo do Fundo do Fomento da Habitação (FFH), em prol da promoção da habitação económica. As habitações sociais permitiram instalar a população sem recursos para aquisição ou arrendamento de habitação no mercado livre. Este fundo foi criado na década de 1970 no âmbito do III Plano de Fomento – Planos Integrados, que perspetivava a construção de 50 mil fogos habitacionais em todo o país. (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, 2014, parág. 8)

Na década de 1980, a economia de Macedo de Cavaleiros continuava a ser sustentada, em grande parte, pela agricultura. Com o intuito de potenciar o aproveitamento das terras férteis do concelho, foi construída entre 1980 e 1982, uma barragem em terra batida, a Barragem do Azibo. O rio Azibo atravessa o concelho de Macedo de Cavaleiros, “nasce na Serra da Nogueira, Concelho de Bragança (...) e desagua na margem direita do rio Sabor, perto da ponte medieval de Remondes, na E.N. 216” (Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2012, parág. 1).



Figura 44. Orto-fotos datados de 1985.

5.1. A estrutura urbana em 1980

Em Macedo de Cavaleiros surgiram, ainda na década de 1970, os primeiros loteamentos, de iniciativa pública e privada. A forma urbana começou a desligar-se gradualmente dos seus eixos viários principais e duradouros, compondo o preenchimento das remanescentes. Como se pode verificar na análise da Figura 48, p. 132, a área densa manteve-se mas os seus limites foram alargados. A área dispersa que contemplava os novos loteamentos aumentou significativamente. No entanto, sucederam-se as construções permanentes ao longo dos eixos que preencheram os vazios e se prolongaram fisicamente, como se pode verificar na estrada que ligava a Vila a Sezulfe – Estrada Nacional 216. Ver Figuras 48, p. 132 e 49, p. 134.

Na década de 1980, a forma urbana de Macedo de Cavaleiros foi definida por dois elementos principais: o traçado das vias que se adaptava à morfologia do terreno, assumindo uma configuração fluida e orgânica e a quadricula dos loteamentos, elemento contrastante com a década anterior.

Confirmou-se a tendência de crescimento da Vila para Sudoeste no sentido ascendente, de Travanca e do Cabeço da Santa. Em 1990, a Oeste do Largo das Eiras, implantavam-se os edifícios da Escola Superior de Educação e de Saúde Jean Piaget, integrada no Campus Académico do Nordeste em 1990. Dinamizada por este equipamento surgiu a Urbanização dos Merouços, de iniciativa camarária. No seu topo norte foram instalados os primeiros edifícios do Parque Escolar. A Sul da Vila, é possível observar na Figura 49, p. 134, a ampliação do loteamento Duarte Moreno.

Da análise da Figura 48, p. 132, verificou-se a ocupação do território para além da Ribeira. A mancha edificada aproximava-se do leito da ribeira desde o núcleo administrativo para Norte, até à ligação entre a E.N. 102 e o cemitério novo – Rua Manuel Vasconcelos. A Sul do Jardim 1.º de Maio, os terrenos estavam cultivados.

Os Loteamentos que começaram por se instalar junto aos eixos viários, como o loteamento Duarte Moreno prolongaram-se superando as adversidades morfológicas. O Bairro de São Francisco, construído por fases, desenvolveu-se do mesmo modo.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 45. Em cima e no centro, vista geral do Centro Escolar. Atual. Em Baixo, planta de implantação Centro Escolar. Escola Secundária e Projeto Pavilhão Gimnodesportivo. Década de 1970.

5.2. Características, agentes e ações da transformação urbana

Na década de 1980, comparativamente com a década anterior, prevaleceu a resposta à carência de parque habitacional. Nesta década, surgiram novos núcleos de ocupação: o centro escolar - que ocupava uma área significativa em relação à dimensão territorial da Vila, os edifícios da Escola Superior, a Urbanização dos Merouços – o maior loteamento planejado até à década de 1980 e o Bairro de São Francisco. Ver Figura 46, p. 128.

O Centro Escolar foi localizado a Oeste do Centro da Vila, entre dois acessos hierarquicamente distintos, vias importantes em diferentes períodos temporais, que criaram traçados marcantes na forma da cidade. O Centro Escolar ocupou um terreno com contornos irregulares e declive acentuado. A forma e dimensão do recinto, do conjunto de edifícios e dos espaços verdes constituintes do Centro Escolar marcaram, nesta década, a forma urbana de Macedo de Cavaleiros - Figuras 45, p. 126 e 47, p. 130.

O impacto da instalação da Escola Superior na forma urbana da Vila foi idêntico ao da construção do Centro Escolar. Não obstante assinalam-se algumas diferenças, entre as quais as vias de acesso aos novos edifícios. O Centro Escolar apesar de localizado junto à E.N. 216 não dispunha de um acesso direto, por motivos de segurança e pela existência de um talude. Contudo, nas imediações do recinto foram, desde logo, estabelecidas ligações viárias com a referida E.N. 216 e com o antigo caminho para Travanca – Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça e Rua Engenheiro Moura Pegado, respetivamente.

Na década de 1980, planeou-se a instalação da Escola Superior no antigo campo de tiro, nos terrenos a Sudoeste do Largo das Eiras. O emparcelamento das propriedades envolventes resultou na Urbanização dos Merouços. Este loteamento pretendeu prevenir a ocupação casuística e provável numa zona residencial, atrativa pela instalação de novos equipamentos escolares.

A Urbanização dos Merouços e o Loteamento Duarte Moreno, proporcionaram um novo limite construído do aglomerado urbano, caracterizado por lotes e manchas de implantação proporcionais e equivalentes, com o usufruto de jardins e logradouros.

Nesta área de expansão da cidade, não se verificava a existência do elemento morfológico quarteirão. O traçado das vias era essencialmente retilíneo, reforçando a leitura da quadrícula, embora se verificassem quebras justificadas pela topografia não modelada ou resultantes de desvios de edifícios maiores ou zonas expectantes e programadas, como se pode verificar na Figura 49, p. 134. A leitura desta área contrasta com o edificado de beira de estrada das Áreas Densas.



Figura 46. Em cima e no centro, vista geral. Bairro de S. Francisco. Atual. Em baixo, planta de implantação do Bairro de S. Francisco. Década de 1980.

Na década de 1980, no âmbito da promoção de habitações económicas e das necessidades habitacionais da Vila, foi construído o Conjunto Habitacional de Macedo de Cavaleiros, conhecido como Bairro de São Francisco. Ver Figura 46.

A freguesia de Macedo de Cavaleiros registou nesta década, como antes referido, um aumento populacional significativo, que contrariava a realidade nas restantes freguesias do concelho. As necessidades de realojamento dos que regressaram de África e o êxodo rural, das freguesias para a Vila de Macedo de Cavaleiros foram fatores determinantes para o crescimento populacional e agravamento da carência habitacional.

5.3. Análise à forma urbana

5.3.1. Malha viária e infraestruturas

Na década de 1980 mantiveram-se os eixos viários principais e vias estruturantes, analisados na década anterior. No entanto, os novos loteamentos planeados criaram a necessidade de construir novos arruamentos, ampliar as redes de distribuição elétrica e de água para consumo, bem como rever e reorganizar a rede de esgotos e os serviços de limpeza da Vila.

Da análise da Orto-foto deste período, na Figura 44, p. 124 verificam-se muitos arruamentos não pavimentados, caracterizados como caminhos.

5.3.2. Construção do tecido edificado

O conjunto dos eixos viários iniciais demarcou, o processo de transformação urbana da cidade durante várias décadas. Como se pode verificar pela densidade da mancha construída junto às vias iniciais, o tecido edificado foi inicialmente implantado de acordo com a topografia pré-existente.

À medida que o aglomerado foi crescendo com a implantação de novos loteamentos, a quadrícula intrínseca resultante não apresentou tanta adaptabilidade às curvas de nível. Esta quadrícula regia-se pelos mínimos regulamentares e máximos lucrativos, uma vez que a iniciativa privada não possuía fins filantrópicos nem tinha pretensões de construir elementos urbanísticos de referência.

A Exceção foi o Bairro de São Francisco que denota uma sensibilidade de desenho distinta. Era urgente, como foi mencionado, a promoção da habitação económica de modo a que os mais desfavorecidos e com menores recursos económicos pudessem viver condignamente.

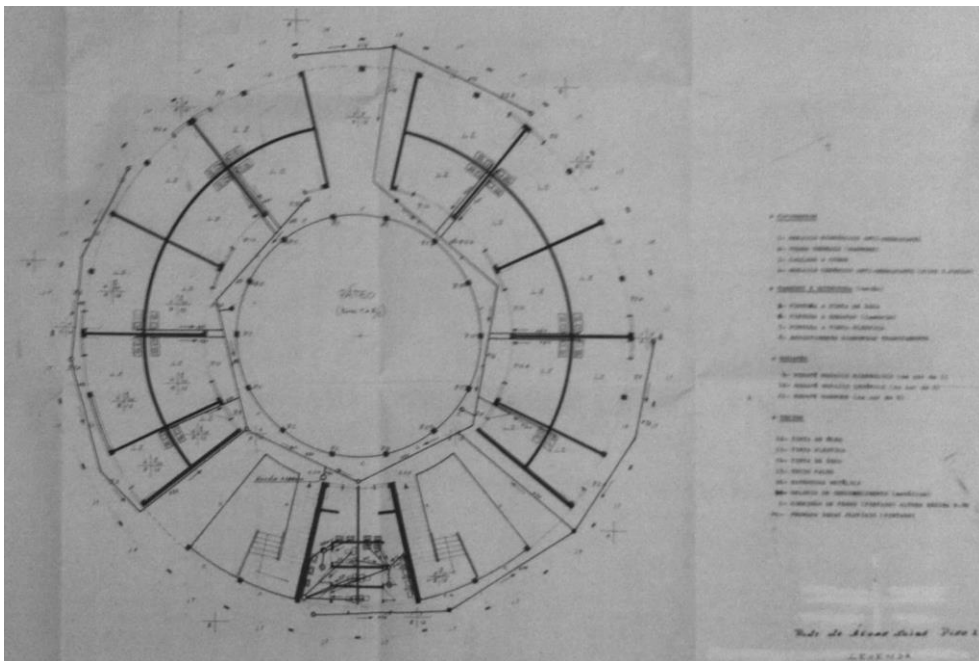


Figura 47. Em cima, Mercado Municipal. Atual. No centro, planta geral. Ano de 1982. Em baixo, Escola Superior – Piaget. Instalações definitivas. Atual.

O Bairro de S. Francisco foi executado em duas fases: A e B, divididas pela atual Avenida Ilha do Sal.

Na fase A, foram construídos vinte e um conjuntos de edifícios de habitação em banda, caracterizados pela tipologia T4, mais cave para arrumos e quatro blocos de apartamentos com rés-do-chão para arrumos e três pisos superiores dedicados a Habitação. A tipologia era alternada entre T3 e T4. Na fronteira entre os edifícios de habitação coletiva e as habitações em banda foi instalada uma escola primária.

Na fase B, foram construídos cinco conjuntos de edifícios de habitação em banda, paralelos entre si. Habitações constituídas por rés-do-chão complementadas com anexos. O Bairro localiza-se a Norte do Prado de Cavaleiros, na encosta oposta à que acede ao cemitério novo.

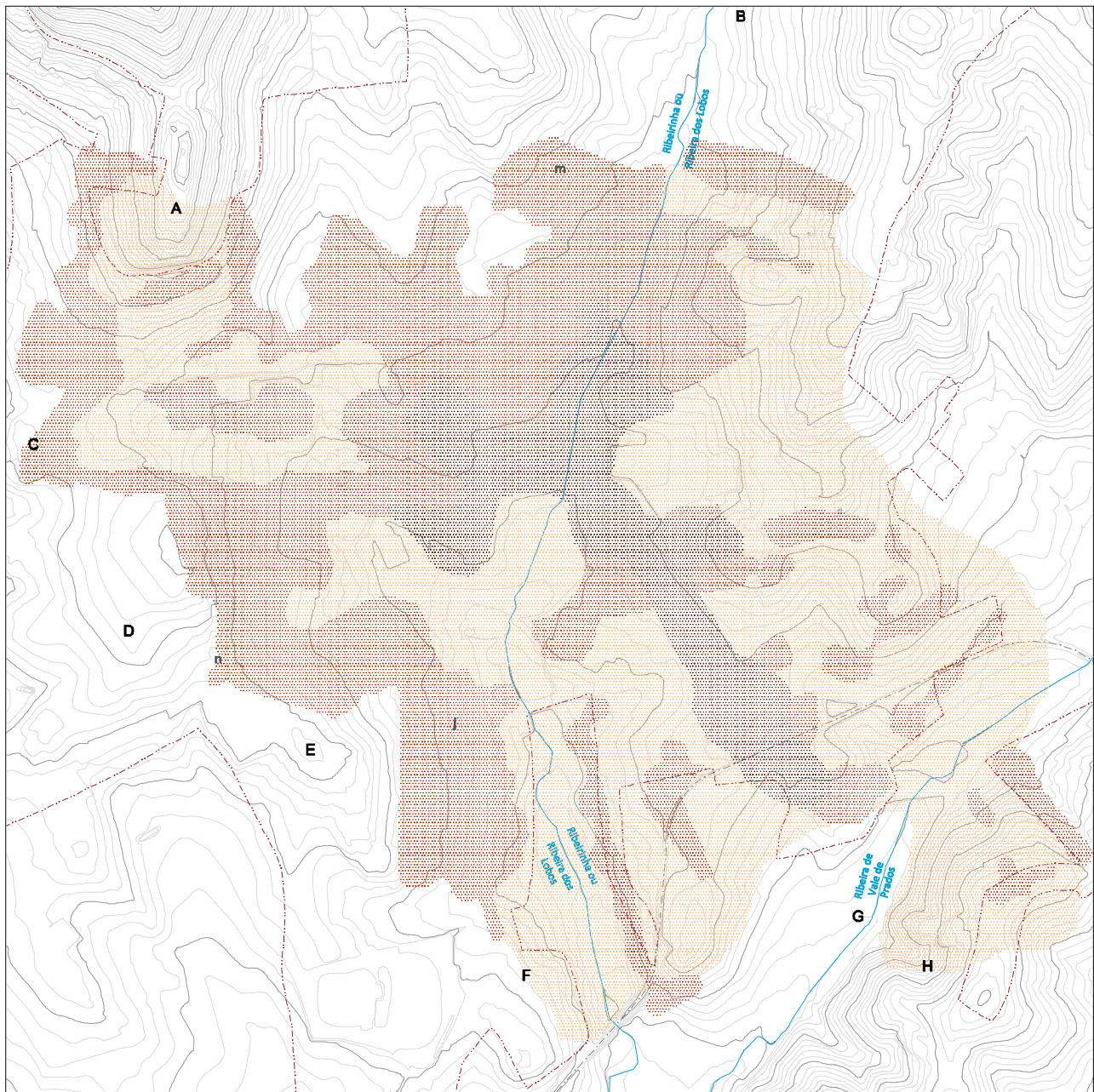
Na década de 1980 foi desativado o campo de aviação de Macedo de Cavaleiros com o propósito da instalação do Aeródromo Regional do Nordeste no planalto de Morais, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Na rede de aeródromo para o interior, os aeródromos de Vila Real e Bragança seriam reclassificados como sub-regionais principais. Nesta zona, foram construídos, nas décadas de 2000 e 2010, o Estádio Municipal, o novo Quartel dos Bombeiros Voluntários - ver Figura 62, p. 160 e o Heliporto.

Foi ainda reconstruído com preservação de parte da fachada a sul, o Solar dos Vasconcelos, onde funcionou nas décadas de 1950 e 1960 o externato Trindade Coelho e posteriormente, na década de 1970, a escola preparatória Eng.^o Moura Pegado. Este Solar, localizado nas proximidades dos Antigos Paços do Concelho, atual Largo Manuel Pinto de Azevedo, foi parcialmente demolido em 1980, tendo sido implantado no mesmo local, na década de 1990, o edifício Translande. Ver Figura 21, p. 82.

A necessidade de instalação de um Mercado Municipal na Vila de Macedo de Cavaleiros foi indicada no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1976. “Perante a falta de um mercado na Vila, tornar-se-ão necessárias instalações permanentes para este setor, em coordenação com as de um novo campo de feira que, no entanto, deverá atender à tradição local das feiras na Praça das Eiras” (PGUMC, 1976, p. 124), Barbosa de Abreu propôs um plano de pormenor para esta zona. Ver Figura 47.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- J** Loteamento Duarte Moreno
- m** Bairro de São Francisco
- n** Urbanização dos Merouços

- A** Alto da Curvaceira
- B** Vale Pertiga
- C** Travanca
- D** Casal
- E** Cabeço da Santa
- F** Revolta
- G** Vale do Ginço
- H** Corda

- Ribeiras
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Área Densa
- Área Dispersa
- Área Residual/ Espectante



Figura 48. Dinâmicas de crescimento urbano. Década 1980.

O novo mercado municipal integrava os novos locais de venda, transferidos da Rua do Moinho, conhecida como Rua dos Talhos, atual Rua Almeida Pessanha, no lado sul da Praça do Município. Até à década de 1980, esta Rua onde existia um conjunto de edifícios municipais das décadas de 1910-1920:

Com grandes vidraças transparentes e quadriculadas em ferro pintado de verde, revestidos nas paredes interiores a azulejos branco. (...) Parte da vida de rotina da Vila fervilhava, pela manhã, à porta destes talhos e peixarias. Que tinham autorização para abrir aos domingos e feriados. (Cardoso, 2005, p. 102)

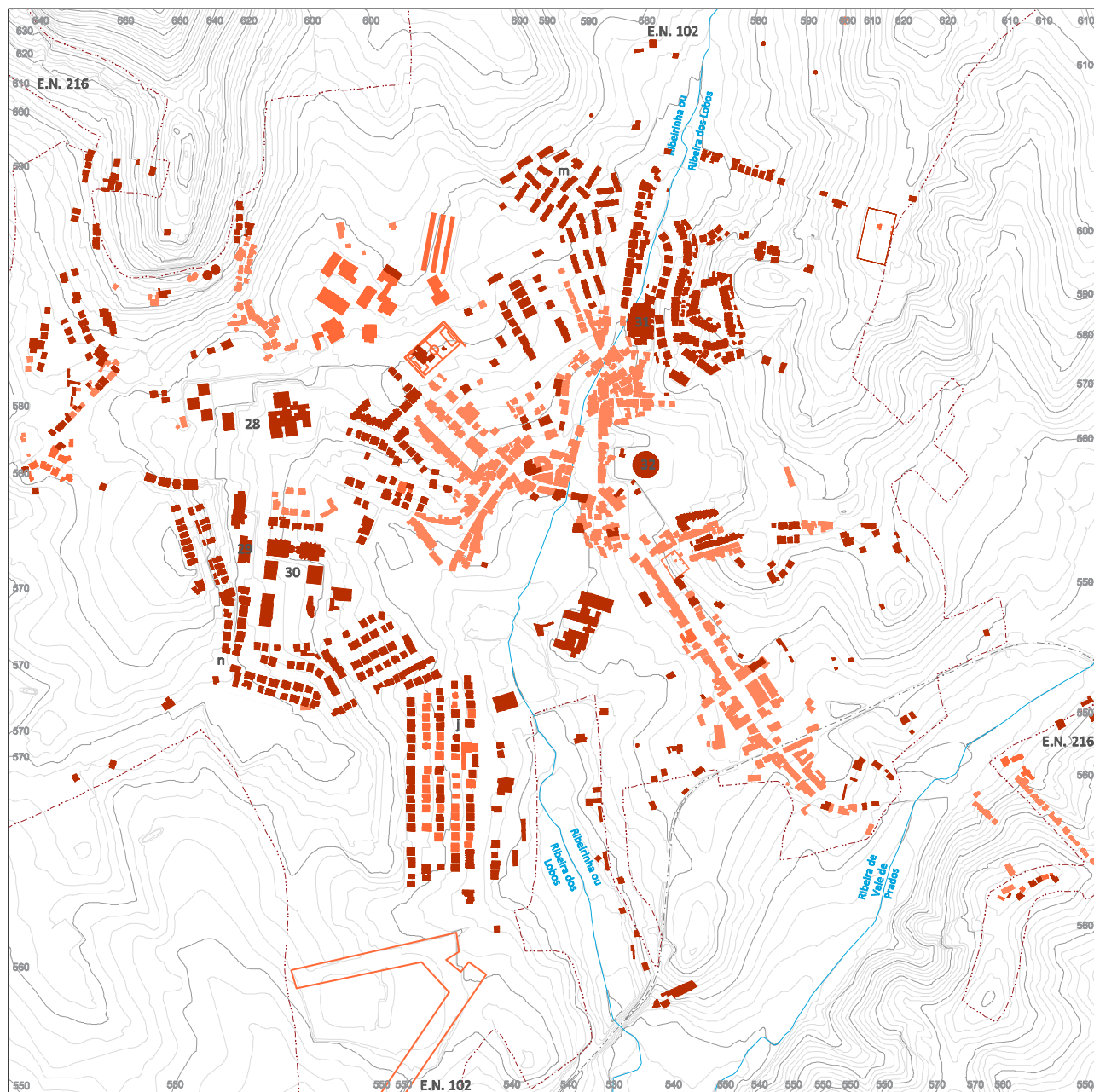
Na década de 1980, foi construído o lar de terceira idade da Santa Casa da Misericórdia. A sua localização venceu a leitura da forma urbana devido ao contraste para com o vizinho Prado de Cavaleiros. A sua dimensão, proporcionalmente superior às da envolvente próxima e a sua configuração retilínea contrastavam com as construções de dimensão modesta implantadas em ruas de traço orgânico do Prado de Cavaleiros. A sua construção envolveu a demolição da antiga central elétrica.

Em 1982 foi elaborado o anteprojeto de ampliação e remodelação do Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros com unidade de internamento para adaptação a unidade de saúde hospitalar.

O presente projeto de ampliação e remodelação do Centro de Saúde pretende dar satisfação às seguintes premissas: (a) conjugar as alterações a introduzir na obra com os trabalhos em curso, (b) evitar que os trabalhos adjudicados sofram interrupção, (c) procurar que o projeto de ampliação e remodelação de Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros com unidade de internamento para a adaptação à unidade de saúde hospitalar possa estar concluído durante o corrente ano. (Correia & Correia, 1982, p. 1)

O projeto incluía a construção de um “corpo novo” na obra, tendo sido elaborado o estudo geral dos arranjos exteriores e planeado um novo sistema viário desenhado na planta de conjunto. Em 2 de Outubro de 1988, foi inaugurado o novo Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros. Atualmente integra o Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- 28 Parque Escolar
- 29 Escola Superior - Piaget | Inst. Provisórias
- 30 Escola Superior - Piaget | Inst. Definitivas
- 31 Lar de Idosos - S.ta Casa da Misericórdia
- 32 Mercado Municipal

- j Loteamento Duarte Moreno
- m Bairro de São Francisco
- n Urbanização dos Merouços

- Ribeiras
- Principais Eixos Viários
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Tecido Edificado até 1970
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1970
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1980

Figura 49. Mancha urbana. Década de 1980.

Entre os anos de 1980 e 1982, foi construída a Barragem do Azibo. Esta barragem em terra batida serviu para o abastecimento de água às populações, utilizada até à atualidade.

A construção da rede de rega incluiu o aglomerado urbano, que foi atravessado por canais de um dos blocos de rega construído a partir da Barragem do Azibo. Tal como referido no Plano de Urbanização de 1976, o traçado dos canais e canalizações teve que ser adaptado às expansões urbanas da década de 1980.

A Barragem do Rio Azibo forma uma albufeira situada entre as freguesias de Salselas, Vale da Porca, Santa Combinha, Vale de Prados e Podence (...) inicialmente utilizada para o abastecimento das áreas agrícolas e abastecimento de água potável às freguesias do concelho. (CMMC, 2014, p. 1)

5.3.3. Equipamentos e elementos de referência

Considerando os edifícios construídos e cuja construção foi iniciada nesta década de 1980, destacam-se:

- Centro Escolar;
- Escola Superior Jean Piaget (Instalações Provisórias e Definitivas);
- Lar de terceira idade da Santa Casa da Misericórdia;
- Mercado Municipal;
- Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros;
- Barragem do Azibo.

Ver Figura 49.



0 100













- | | | | |
|--|---|--------------------------|---|
| Zonas urbanas consolidadas (ZUC) |  | Perímetro Urbano |  |
| Zonas urbanas de preenchimento (ZUP) |  | Caminho de Ferro |  |
| Zonas urbanas de expansão (ZUE) |  | Ribeiras |  |
| Zonas mistas (ZM) |  | Eixos viários existentes |  |
| Zonas de reserva de solo urbano (ZRSU) |  | Eixos viários propostos |  |
| Planos de Pormenor (PP) |  | | |
| Parque Urbano, Espaços Verdes |  | | |

Figura 50. Planta de Zonamento do PU de 1998.

6. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 1990

Na década de 1980, em Macedo de Cavaleiros foram projetados novos arruamentos, para acesso aos novos loteamentos planeados - Capítulo 5. Este facto foi determinante para a alteração de configuração da forma urbana da Vila, durante a década de 1990. O tecido edificado e as pretensões identificadas permitiram o preenchimento e consolidação da mancha urbana, bem como transformar o crescimento de beira de estrada, caracterizada por *Lynch* (2007) como Cidade Linear, abordada no enquadramento teórico da forma urbana no capítulo 1 desta Dissertação.

Até à primeira metade do Século XX, a Vila desenvolveu-se ao longo dos eixos viários principais, tal como é referido por Arménio Losa, no Antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1952, analisado no capítulo 3. Já na década de 1970, no plano de urbanização de 1976 - capítulo 4, foi reconhecida a necessidade da reorganização do território de modo a conter a proliferação da construção de beira de estrada, pelos encargos financeiros que representava para o Município.

Neste capítulo, dedicado à década de 1990, são analisadas, sob a perspetiva de diferentes dimensões espaciais, as características descritivas e correlacionais dos seus elementos morfológicos. Os critérios de análise e a produção dos elementos gráficos do autor consubstanciam-se na compilação do estudo das décadas anteriores, imprescindível na comparação evolucionar e na observação da Orto-foto de 1995. Ver Figura 51, p. 138.

As consultas realizadas no Arquivo Municipal permitiram, de igual modo, complementar e contextualizar cronologicamente equipamentos de referência da Vila, urbanizações e loteamentos, além da análise da sua forma, implantação e correlação entre si.

No início da década de 1990, concretamente em Dezembro de 1991, foi encerrada a ligação ferroviária de Mirandela a Macedo de Cavaleiros, deixando o troço até Bragança isolado da rede ferroviária nacional. Poucos dias depois, um descarrilamento ditou o encerramento, de forma indeterminada, da ligação entre Macedo de Cavaleiros e Bragança. Já em 1992, foi confirmado o fecho a todo o tráfego ferroviário do troço da Linha do Tua que ligava Carvalhais, em Mirandela a Bragança. Este encerramento definitivo ocorreu, durante a noite e sem aviso prévio, de forma simultânea em Bragança e Macedo de Cavaleiros. Foi acautelada a presença de forças policiais para evitar o registo de imagens e afastar a população que, entretanto, se juntou nas duas estações. A conhecida “noite do roubo” coincidiu com a retirada, via rodoviária, do material circulante nesta linha e com um inesperado corte nas telecomunicações. Este encerramento foi caracterizado na seguinte citação, como um fator de colapso da economia do Concelho.

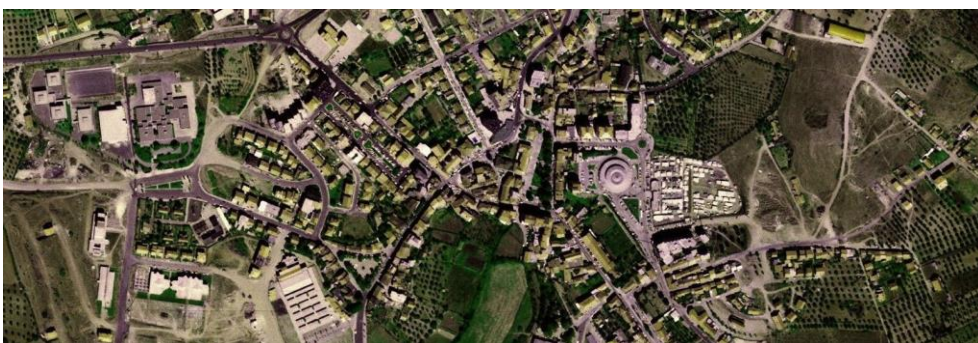


Figura 51. Orto-fotos. 1995.

O funcionamento de Macedo como centro urbano sempre dependeu da dinâmica das suas aldeias. As nossas aldeias estavam para Macedo como as cinturas industriais estavam para as grandes cidades. As aldeias produziam os bens que Macedo consumia ou vendia para fora e dava em troca os bens que as aldeias não tinham: saúde, justiça, ensino, burocracia, bens manufaturados e fotógrafo. A nossa cidade sempre foi o nosso Concelho. Esta lógica orgânica foi o motor que nos conduziu, em trajetória ascendente, até aos anos oitenta do século passado. O desmantelamento do caminho-de-ferro e o colapso da atividade agrícola parou o nosso motor económico. (Rodrigues, 2012)

Também no início desta década entrou em pleno funcionamento o Pólo de Ensino Superior do Instituto Piaget. Como referido na década anterior, a implantação deste equipamento provocou num aumento significativo de população estudantil que resultou na consolidação da macha urbana obtida com o preenchimento estratégico de lotes e parcelas localizadas nas proximidades da Escola Superior. Esta conjuntura teve “um papel motor no desenvolvimento local, nomeadamente no sector imobiliário, comércio e restauração.” (Malheiros, 2011, p. 30)

Na década de 1990, em 1992, foi publicado o antepiano de urbanização de 1952, revogado pelo plano de urbanização de 1998.

Em 1994, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros o primeiro Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDM 1995). Este plano foi ratificado em Resolução de Conselho de Ministros e publicado em Diário da República durante o ano de 1995. O PDM 1995 “constitui o instrumento definidor da política de ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal, tendo em atenção os objetivos de desenvolvimento definidos para o concelho.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/95, publicado em Diário da República n.º 116, Série I-B de 19 de Maio de 1995, p. 3086).

Os objetivos do PDM 1995 são os seguintes:

- a) Racionalizar e programar a expansão urbana;
- b) Proporcionar a oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das atividades económicas do concelho;
- c) Proteger e ordenar a estrutura verde territorial e urbana;
- d) Preservar, recuperar e proteger o património cultural;

- e) Estabelecer as bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas;
- f) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional;
- g) Servir de enquadramento à elaboração de planos de atividade do município.

(Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/95, publicado em Diário da República n.º 116, Série I-B de 19 de Maio de 1995, p. 3086)

O Plano Diretor Municipal é um instrumento de concretização das políticas urbanas, que transpõe a definição de urbanismo, como “a previsão, o projeto, a realização (...) e a gestão de estruturas fixas.” (Portas, 2005, pp. 203-206). Concilia os contributos de natureza física concebidos por técnicos competentes e responsáveis e aplicados por múltiplos agentes com os “de natureza não física, como a organização dos serviços urbanos, a regulação do mercado da habitação ou do transporte, etc.” (Portas, 2005, pp. 203-206)

O PDM 1995 é constituído pelos seguintes elementos: elementos fundamentais - Regulamento e plantas, planta de ordenamento e planta de condicionantes, elementos complementares - o Relatório e planta de enquadramento e por anexos - estudos de caracterização e planta da situação existente. Aplica-se a todo o território municipal, delimitado na planta de ordenamento. É de carácter obrigatório para todas as intervenções de natureza pública, privada ou cooperativa. A sua vigência é por um período de 10 anos.

Este Plano identifica como imóveis de interesse público em Macedo de Cavaleiros os seguintes edifícios: edifício dos Correios, o edifício da antiga Cadeia e o Solar da família Alpoim, atual Casa Falcão, em vias de classificação. Estes elementos estão protegidos, a partir dos seus limites, por uma área de 50 m, onde se aplica um regime de condicionamentos em obras de conservação, restauro e novas construções.

O Plano define zonas do território pelos seus usos dominantes e aplica regimes diferenciados de restrições, condicionamento e edificabilidade, adequados a cada uso.

a) Espaços não urbanos

São os espaços agrícolas, florestais, naturais, de vocação artística e recreativa ou destinados à indústria extrativa.

b) Espaços urbanos e urbanizáveis

Macedo de Cavaleiros foi classificado como nível I, segundo os níveis hierárquicos estabelecidos.

c) Espaços industriais

Trata-se dos espaços industriais existentes e propostos.

d) Espaços verdes de integração

Refere-se aos “espaços públicos integrados na estrutura urbana onde predomina a presença da natureza, devidamente equipados e mantidos para usos compatíveis.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/95, publicado em Diário da República n.º 116, Série I-B de 19 de Maio de 1995, p. 3093)

e) Infraestruturas

Inclui os sistemas de saneamento básico e irrigação e a rede de distribuição de energia elétrica.

O PDM 1995 define as unidades operativas de planeamento e gestão como instrumentos que “demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência e que deverão ser tratados a um nível de planeamento de maior detalhe”. As unidades previstas para aplicação na Vila de Macedo de Cavaleiros e Albufeira do Azibo incluídas no Plano Diretor Municipal de 1995 são as seguintes:

a) Plano de urbanização de Macedo de Cavaleiros (PU 1998)

Este plano é aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 1997 e publicado em Diário da República, um ano depois.

b) Planos de Pormenor

- Área envolvente do Hospital de Macedo de Cavaleiros
- Zona Industrial da Amendoeira

Este plano foi aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 1998, como Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros. Foi publicado em Diário da República em 1999.

- Zona Oficinal de Travanca

c) Plano de Pormenor de salvaguarda e valorização

- Núcleo histórico de Macedo de Cavaleiros

d) Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo

Após acordo das Câmaras Municipais envolvidas (Bragança e Macedo de Cavaleiros) foi publicado em Diário da República em 1993.

A qualidade dos Planos analisados só pode ser avaliada pelo sucesso da sua aplicabilidade. Também a presença de uma política urbanística num Município só pode ser confirmada pela sua ação no mercado, como refere Portas. “Um município só tem uma política urbanística quando influencia o mercado e as tendências dos diferentes agentes que operam no seu território” (Portas, 2005, p. 223).

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

O Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros (PUMC 1998) foi aprovado na Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros a 30 de Maio de 1997. No ano seguinte foi publicado em Diário da República.

O PUMC 1998 define uma organização para o meio urbano. Estabelece o perímetro urbano, a conceção geral da forma urbana, os parâmetros urbanísticos, o destino das construções, os valores patrimoniais a proteger, os locais destinados à instalação de equipamentos, os espaços livres e o traçado esquemático da rede viária e das infraestruturas principais. A sua aplicação está circunscrita à área de intervenção delimitada na planta de zonamento e corresponde à totalidade dos perímetros urbanos do PUMC 1998, incluídos no PDM 1995, ou seja Macedo de Cavaleiros, Nogueirinha, Vale de Prados e Travanca.

Tal como o PDM 1995, o PUMC 1998 é de cumprimento obrigatório para as intervenções de natureza pública, privada ou cooperativa e tem um período de vigência de 10 anos. Neste plano, como antes citado no capítulo 3, “É expressamente revogado o Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1952.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 135/98, publicado em Diário da República n.º 273, de 25 de Novembro, p. 6533)

O PUMC 1998 é composto, à semelhança do PDM 1995, por elementos fundamentais, complementares e anexos. Do primeiro, fazem parte o Regulamento, planta de zonamento e planta atualizada de condicionantes). O Relatório, programa de execução, planta de enquadramento, rede viária proposta, rede de abastecimento de água e rede de drenagem de águas residuais estão incluídos nos elementos complementares. Os elementos anexos incluem os estudos de caracterização, extrato do regulamento do PDM e plantas (extrato da planta do PDM e condicionantes do PDM – RAN e REN, planta do existente (levantamento cartográfico, património construído/valor arquitetónico, estado de conservação, número de pisos, usos do edificado, zonamento, síntese fisiográfica, uso do solo, rede viária – hierarquização, tipo e estado dos pavimentos, rede de abastecimento de água, esgotos residuais e pluviais e rede elétrica).

Neste Plano, PUMC 1998, são assinalados e localizados na Vila de Macedo de Cavaleiros, os seguintes imóveis de interesse público:

- a) Imóveis classificados ou em vias de classificação
 - Solar de Alpoim (Casa Falcão) – em vias de classificação

b) Imóveis de interesse concelhio:

- Edifício dos Correios;
- Edifício da GNR (antiga Cadeia Comarcã);
- Solar Morgado de Oliveira;
- Estalagem O Caçador (antiga Câmara Municipal);
- Igreja Matriz;
- Edifício do Centro de Emprego (antigo cinema);
- Escola primária e fonte da Praça das Eiras;
- Fonte do Prado de Cavaleiros.

À semelhança do PDM de 1995, o PUMC define Zonas da área urbana, definidas pelo perímetro urbano constante no PDM. Foram estabelecidas, na Vila de Macedo de Cavaleiros as seguintes Zonas:

a) Zonas Urbanas Consolidadas (ZUC)

Destinam-se a: habitação unifamiliar e coletiva, comércio e serviços (restauração e hotelaria).

Correspondem às áreas centrais de 5 núcleos urbanos - Travanca, Nogueirinha, Vale prados e Macedo de Cavaleiros. Macedo de Cavaleiros integra três zonas:

ZUC4- Macedo, cimo da Vila;

ZUC5- Macedo, centro da Vila;

ZUC6- Macedo, Avenida D. Nuno Álvares Pereira

b) Zonas Urbanas de Preenchimento (ZUP)

São áreas de construção recente, não consolidadas e com vocação de ocupação predefinida pelas construções existentes. Destinam-se à construção de edificações para habitação. É admitida instalação de comércio, serviços, turismo e equipamentos coletivos, artesanato ou pequena indústria (classe D), em edifícios próprios ou em parte dos edifícios mistos. São classificadas como

ZUP1 — habitacionais coletivas de alta densidade;

ZUP2 — habitacionais de baixa densidade;

ZUP3 — habitacionais de média densidade;

ZUP4 — habitacionais de alta densidade.

c) Zonas Urbanas de Expansão (ZUE)

O objetivo das ZUE é proporcionar áreas para a expansão habitacional, sendo, no entanto, admissível a instalação de outras funções, tais como comércio, serviços, turismo ou outros equipamentos. A ocupação através de planos de pormenor ou operações de loteamento, com exceção para a construção de empreendimentos de manifesto interesse público. São organizadas como:

ZUE1 — habitacionais unifamiliares de baixa densidade;

ZUE2 — habitacionais de média densidade;

ZUE3 — habitacionais de alta densidade;

ZUE4 — habitacionais coletivas de baixa densidade;

ZUE5 — habitacionais coletivas de média densidade.

d) Zonas Mistas (ZM)

É permitido o uso habitacional e oficial (existência de armazéns e pequena indústria compatível com a habitação, das classes C e D) desde que não provoquem qualquer tipo de efeito poluente, incómodo ou insalubre. As edificações habitacionais estão sujeitas a condicionamentos.

e) Zonas a Recuperar e Integrar (ZRI)

São zonas onde a ocupação se fez de uma forma espontânea e não planeada, caracterizada por maus acessos e deficiente infraestruturação e apresentando uma imagem urbana degradada. Ficou estabelecido em plano a necessidade de elaboração de planos de pormenor de reabilitação urbana, para a zona do Padrão e para a zona da Belavista.

f) Zonas de Reserva de Solo Urbano (ZRSU)

Estas zonas deverão manter o seu uso atual até que a Câmara Municipal decida da sua ocupação, apenas se permitindo a construção ao abrigo do disposto no PDM 1995 para os espaços não urbanos.

g) Zonas Industriais (ZI)

São classificadas como ZI, a Zona oficial de Travanca, a Zona de indústria agroalimentar e a Zona de indústria agropecuária.

h) Zonas de Equipamentos Coletivos (ZEC)

São espaços ou edificações destinados à prestação de serviços à coletividade, nomeadamente no âmbito da saúde, educação, assistência social, segurança e proteção civil, à prestação de serviços e à prática, pela coletividade, de atividades culturais, de desporto e de recreio e lazer.

i) Zonas Verdes Urbanas (ZVU)

As ZVU, públicas e privadas, constituem áreas integradas na estrutura urbana onde predomina ou se potencia a presença de elementos naturais e que devem ser mantidos e equipados para usos e funções compatíveis, não sendo permitida a sua desafetação para outras finalidades. São classificadas em zonas de proteção e enquadramento, zonas integradas no tecido urbano, parque urbano e zonas de enquadramento a espaços coletivos e zonas industriais.

Na década de 1990 verificaram-se alterações na prática do planeamento urbano focadas na *“estratégia, programa e desenho”*, resultando numa abordagem de conjunto e sensível aos recursos públicos e privados. No entanto, em Macedo de Cavaleiros, não se verificou a resposta espectável do *“fator tempo”* caracterizado *“pela sua incapacidade de “desenhar” conceitos e formas idóneas dos espaços (sobretudo do espaço coletivo) ao refugiar-se na neutralidade cultural do zonamento de controlo quantitativo”* (Portas, 2005, pp. 255-256).

Em 1993, foi publicado o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, tendo sido classificada como Paisagem Protegida, em 1999.

“Uma vasta área é Rede Natura 2000, com a singularidade única em Portugal do Maciço de Morais, o “umbigo do mundo”, na mira dos geólogos que tencionam criar um ecossistema extraordinário de plantas raras” (CMMC, 2014, p. 1).

Ainda no final desta década, em 1999, foi votada na Assembleia da República a elevação de Macedo de Cavaleiros à categoria de cidade.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 52. Em cima, novos eixos viários. Atual. Em baixo, vistas aéreas. No canto inferior esquerdo, Loteamento Duarte Moreno e canto inferior direito Urbanização dos Merouços.

6.1. A estrutura urbana em 1990

A forma urbana da década de 1990 sugere uma leitura diferente das décadas anteriores. Verifica-se essencialmente a consolidação e preenchimento das áreas consideradas como expectantes e residuais até à década de 1980.

Como se pode analisar na Figura 55, p. 152 os principais eixos mantiveram-se na posição física e hierárquica, mas não na forma. As Estradas Nacionais 216 e 102 foram regularizadas em três troços. Os novos eixos urbanos, que estabeleceram ligações importantes nas rotinas das populações, assumiram características que os distinguem na leitura da forma urbana. Analisando a Figura 55 sob uma perspetiva geométrica e simplista, verifica-se que o prolongamento da Avenida Ilha do Sal, Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça, Rua Comendador Emílio Augusto Pires, Rua dos Merouços e da Avenida Urze Pires, se assemelha a parte de uma circular interna.

Apesar de, nesta década, terem entrado em vigor os principais instrumentos de ordenamento territorial – PDM em 1995 e PUMC em 1998 – os regimes introduzidos não resultaram em alterações significativas na leitura da forma urbana.

6.2. Características, agentes e ações da Transformação Urbana

A transformação urbana deste período caracteriza-se pela consolidação dos loteamentos e urbanizações planeados e definidos, o Loteamento Duarte Moreno e a Urbanização dos Merouços e pelo preenchimento de áreas sobrantes com construções isoladas ou com outros loteamentos que se adaptaram a essas áreas de escala reduzida. São exemplos a Urbanização do Hospital e os Loteamentos Augusto Pires, Lopes e Teixeira, Manuel J. Rodrigues, José Afonso, Manuel A. Rodrigues, Salgado e Cardoso.

A Urbanização dos Merouços, fomentada pela instalação da Escola Superior, contribuiu para a consolidação da Vila a Sudoeste. Nesta zona foi implantado nesta década, um equipamento de referência, o Centro Cultural. Ver Figura 64, p. 164.

Em Macedo de Cavaleiros, a maioria das operações de loteamento foram realizadas por particulares levando a que o crescimento da cidade se verificasse, em grande parte, pela disseminação de loteamentos de cariz habitacional. A este propósito Miranda, explica, em três partes, a importância dos intervenientes particulares na execução dos planos territoriais.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 53. Vistas aéreas. Macedo de Cavaleiros. Atual.

Uma primeira parte sobre o exercício privado de tarefas urbanísticas em geral e sobre uma realidade incontornável dos nossos tempos que é a contratualização do planeamento; uma segunda parte sobre a execução dos planos, (...) uma terceira parte (...) sobre o contributo dos particulares para a execução dos planos. (Miranda, 2003, p. 15)

O parque habitacional de Macedo de Cavaleiros continuou a proliferar graças à iniciativa privada, mesmo quando se verificou a desocupação do mesmo, durante a década de 2000, coincidente com a emigração e o declínio do número de estudantes no ensino superior.

Antunes (2003) tece duras críticas quanto à operabilidade e funcionamento do instrumento Plano Diretor Municipal. O Plano pretende responder, em simultâneo, a dois problemas “*antagónicos*” – ordenar o território regional e classificar e qualificar o solo. Na ótica do autor, os interesses imobiliários impedem uma planificação urbanística com base no “princípio da vinculação situacional” ao invés da “compatibilidade e conformidade”. Refere ainda que “o plano urbanístico deve, sem desnaturar a sua qualidade de instrumento de direito público, matizar a sua faceta dirigística, que tem feito parte do código genético da cultura planificatória moderna” (Antunes, 2003, p. 65).

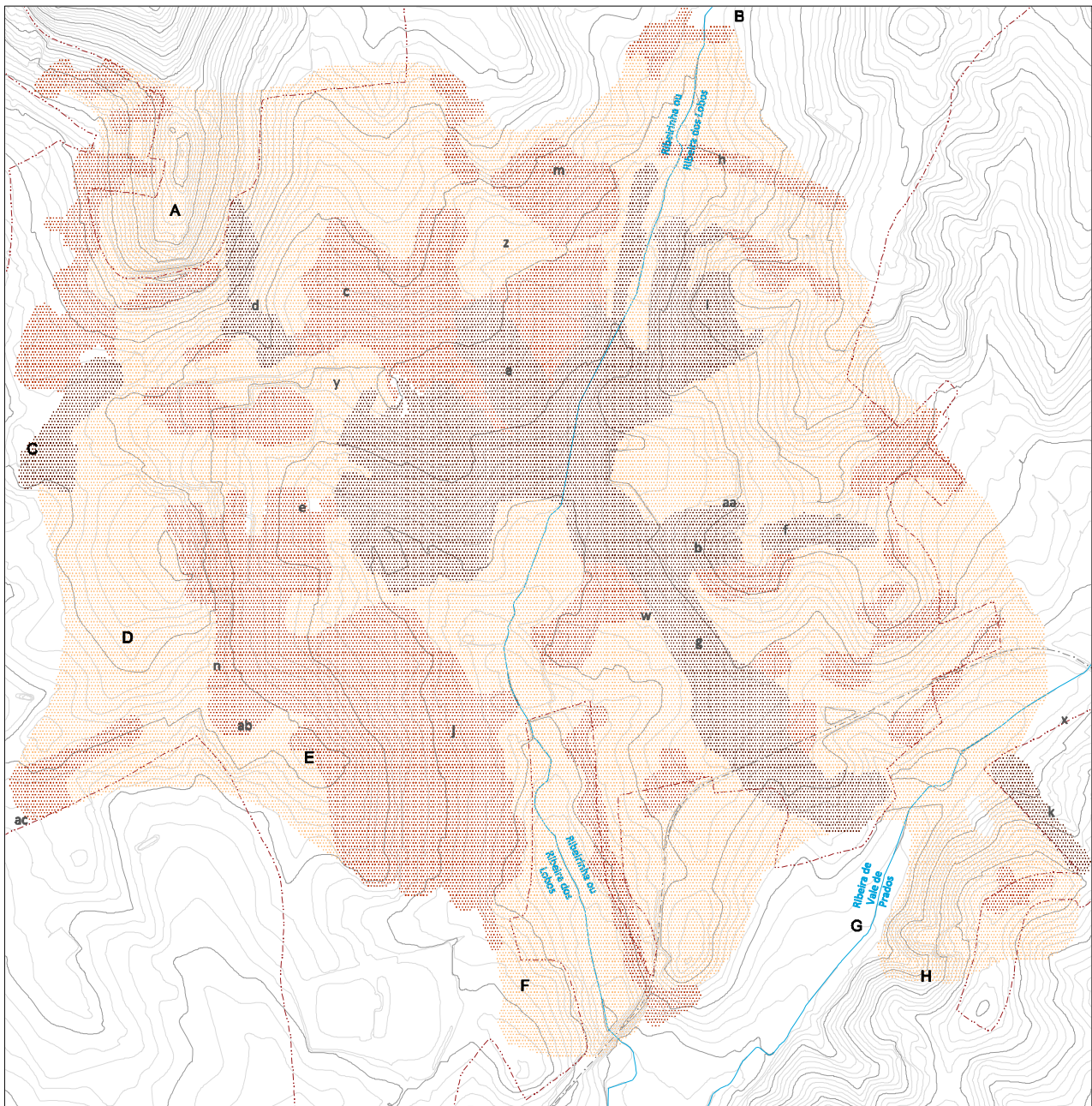
6.3. Análise à forma urbana

6.3.1. Malha viária e infraestruturas

Na década de 1980, as estradas nacionais E.N. 216 e E.N. 102, foram objeto de regularização de traçado. A E.N. 216 foi também sujeita a ampliação em largura. Os espaços sobrantes desta intervenção foram convertidos, a Este em zonas verde e a Oeste em áreas de serviços. Um outro troço da E.N. 216, a Sudoeste da Estação, também foi qualificado. A E.N. 102 foi intervencionada junto ao antigo Campo de Aviação. A desativação do campo na década de 1980 permitiu a correção de traçado ultrapassado que foi, o constrangimento da curva “de contorno”. Ver Figura 35, p. 108.

Foram criados e consolidados novos eixos urbanos que constituíram ligações importantes entre os antigos eixos principais, bem como acessos a equipamentos de referência de Macedo de Cavaleiros, como a Avenida Ilha do Sal, a Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça, a Rua Comendador Emílio Augusto Pires e a Avenida Urze Pires.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- j Loteamento Duarte Moreno
- n Urbanização dos Merouços
- w Urbanização do Hospital
- x Loteamento Augusto Pires
- y Loteamento Lopes e Teixeira
- z Loteamento Manuel J. Rodrigues
- aa Loteamento José Afonso
- ab Loteamento Manuel A. Rodrigues
- ac Loteamento Salgado e Carloto

- A Alto da Curvaceira
- B Vale Pertiga
- C Travanca
- D Casal
- E Cabeço da Santa
- F Revoita
- G Vale do Ginço
- H Corda

- Ribeiras** —
- Cotas de Nível (2 metros)** —
- Caminho de Ferro** - - -
- Área Densa**
- Área Dispersa**
- Área Residual/ Espectante**
- Perímetro Urbano** - - -

Figura 54. Dinâmicas de crescimento urbano. Década de 1990.

“O facto de haver (...) uma avenida com este nome deve-se a que a Câmara de Macedo, nos anos 90 do séc. XX, estabeleceu intercâmbio de colaboração com a Câmara da Ilha do Sal” (Cardoso, 2005, p. 23).

A Avenida Ilha do Sal estabelece ligação entre a E.N. 216 e a E.N. 102 e garante o acesso a ambas as fases do Bairro de São Francisco. Confina com esta, o Complexo da Cooperativa e termina, a meio do eixo, a Avenida Infante D. Henrique.

Na continuidade da Avenida Ilha do Sal, surgiu a Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça, que liga o Centro Escolar à E.N. 216. A designação desta Avenida representou a homenagem ao Eng.º Camilo de Mendonça, visionário transmontano que nas duas décadas anteriores a 1974, foi responsável por grandes projetos de desenvolvimento da Região, entre os quais o projeto do complexo agroindustrial do Cachão, os Planos de Desenvolvimento e Fomento Agrícola do Nordeste, tendo incentivado a construção em Macedo de Cavaleiros da Barragem da Carvalheira e do Grémio da Lavoura, atuais instalações locais da Direção Regional de Agricultura. (Cardoso, 2005, p. 22)

A Rua Comendador Emílio Augusto Pires atravessa a Urbanização dos Merouços e liga à Rua dos Merouços. Estas duas vias são os eixos principais de toda a Urbanização, que é extensa no contexto do aglomerado urbano, como se pode verificar na Figura 55, p. 152. As duas vias ligam o antigo Caminho para Travanca, atual Rua Engenheiro Moura Pegado, à Estrada Nacional 102.

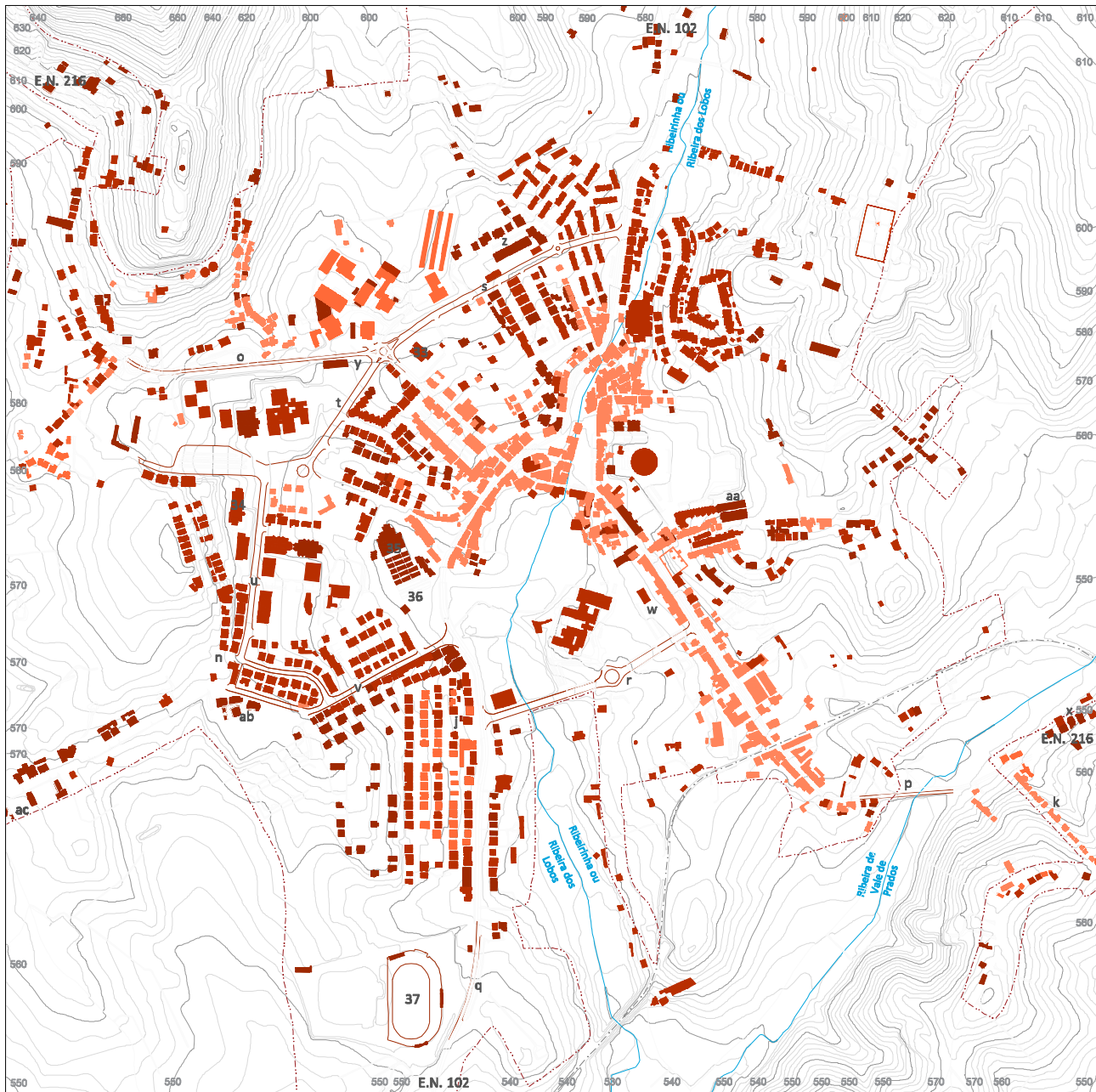
A Avenida Urze Pires liga a E.N. 102 à Avenida D. Nuno Álvares Pereira, antiga Avenida da Estação. É a via de acesso principal ao Hospital de Macedo de Cavaleiros. Esta Avenida marca a forma urbana como um elemento morfológico isolado pela posição que ocupa e pelo espaço envolvente, dotado de pouco tecido edificado.

Estas novas vias constituem elementos morfológicos enquadrados no tecido urbano consolidado ou programado.

6.3.2. Construção do tecido edificado

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela carência de parque habitacional pelo que, as modalidades de habitação predominante foram o Loteamento e a Urbanização, que desenharam a forma da cidade. Macedo de Cavaleiros não se constituiu como uma cidade em altura.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



33 Tribunal	t Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça	0 100
34 Centro Cultural	u Rua Comendador Emílio Augusto Pires	
35 Associação Comercial e Industrial de MC	v Rua dos Merouços	
36 Recinto da Feira de São Pedro	w Urbanização do Hospital	
37 Estádio Municipal	x Loteamento Augusto Pires	
j Loteamento Duarte Moreno	y Loteamento Lopes e Teixeira	
n Urbanização dos Merouços	z Loteamento Manuel J. Rodrigues	
o EN 216 Regularização - troço 1	aa Loteamento José Afonso	
p EN 216 Regularização - troço 2	ab Loteamento Manuel A. Rodrigues	
q EN 102 Regularização - troço 1	ac Loteamento Salgado e Carloto	
r Avenida Dr. Urze Pires	Perímetro Urbano	
s Avenida Ilha do Sal	Novos Eixos Viários década de 1990	
	Eixos Urbanos Consolidados década de 1990	

Figura 55. Mancha urbana. Década de 1990.

O seu desenvolvimento foi obtido pela ocupação alongada, em particular linear ao longo dos seus eixos viários principais e pelo preenchimento das áreas sobrantas. O aglomerado urbano é marcado pela predominância da configuração da habitação em lote.

A partir da Figura 55 pode observar-se que o eixo da E.N. 102 assume outra expressão na leitura da forma urbana. Salvo as devidas exceções, a Este desta estrada nacional predominam as áreas mais densas e antigas, cujas escalas de implantação apresentam maior irregularidade, com maiores e em número superior de áreas expectantes ou residuais. O lado Oeste desta via é marcado pelas extensas manchas de quadrícula ordenada referente a loteamentos e aos principais equipamentos públicos construídos a partir da década de 1950, com exceção do Hospital.

Na década de 1990, em 1998, a Câmara Municipal executa obras de qualificação na Praça do Município. Neste mesmo ano adquire a Casa Falcão, antigo Solar Costa Macedo construído no Século XVIII. O nome advém de Sousa Falcão que comprou o Solar no Século XIX. Este Solar foi depois qualificado e em finais da década de 2000 foi inaugurado o Museu de Arte Sacra.

Macedo de Cavaleiros na década de 1990 está distante, particularmente na hierarquização e distribuição dos principais elementos morfológicos, das propostas de Arménio Losa, incluídas no antepiano de urbanização, em 1952, abordado no capítulo 3.

6.3.3. Equipamentos e elementos de referência

Alguns dos equipamentos a seguir descritos, já são referidos em décadas anteriores contudo, só na década 1990 são edificados:

- Edifício do Tribunal;
- Centro Cultural;
- Sede da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros;
- Recinto da Feira de São Pedro;
- Estádio Municipal;
- Piscinas Municipais.



Figura 56. Alçados existentes e propostos. Plano de Pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha. 2001.

7. MACEDO DE CAVALEIROS NA DÉCADA DE 2000

Na década de 1990, verificou-se a consolidação e preenchimento das áreas consideradas como expectantes e residuais, resultando numa alteração de configuração da forma urbana de Macedo de Cavaleiros. Os novos eixos urbanos, que estabeleceram ligações importantes nas rotinas das populações, assumiram características que os distinguem na leitura da forma urbana. Neste capítulo 7, relativo à década de 2000, é retomado o carácter compilador das análises anteriores, adicionando o desenho do edificado do ano 2003, complementado pela estrutura viária urbana, em formato digital.

Nesta Dissertação, a análise morfológica das transformações urbanas de Macedo de Cavaleiros é concluída na década de 2000. A análise da década de 2010, não terminada tornava impraticável, face à metodologia adotada, a interpretação de dados conclusivos. A análise desta década inclui por isso, alguns aspetos de balanço não obstante o estudo prospetivo abordado na conclusão, capítulo 9.

A análise demográfica desta década prossegue o estudo efetuado no capítulo 2, no âmbito da caracterização de Macedo de Cavaleiros, que inclui os dados estatísticos de 1864 a 1960. Este capítulo final centra-se na evolução demográfica dos últimos 40 anos, entre os anos de 1970 e 2011, que coincidiu com o último recenseamento geral da população.

A população residente de Macedo de Cavaleiros tem vindo a aumentar de forma contínua, nos últimos 40 anos, como se pode verificar na Figura 57.

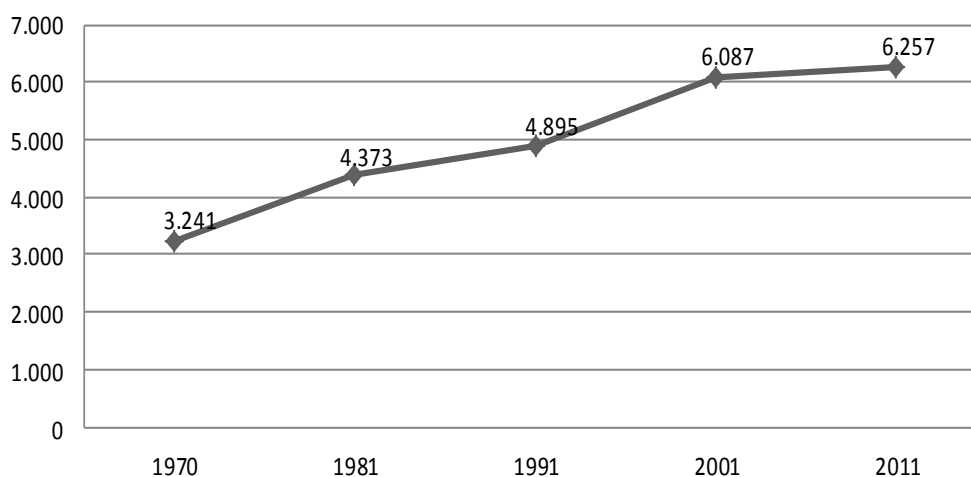


Figura 57. População residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros (1970 e 2011)

Da análise dos dados estatísticos populacionais incluídos no antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1952, “construíram-se os gráficos juntos, que habilitam, grosso modo a um cálculo da população provável da freguesia nos próximos 50

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

anos. Como se vê, deverá ser igual a cerca de 5.000 habitantes, no ano 2000” (PGUMC, 1952, p.31).

Os cálculos dos autores do antepiano, arquiteto Arménio Losa e engenheiro Bonfim Barreiros, previam um valor abaixo do apurado no Recenseamento Geral da População do ano 2001, ou seja -1.087 habitantes.

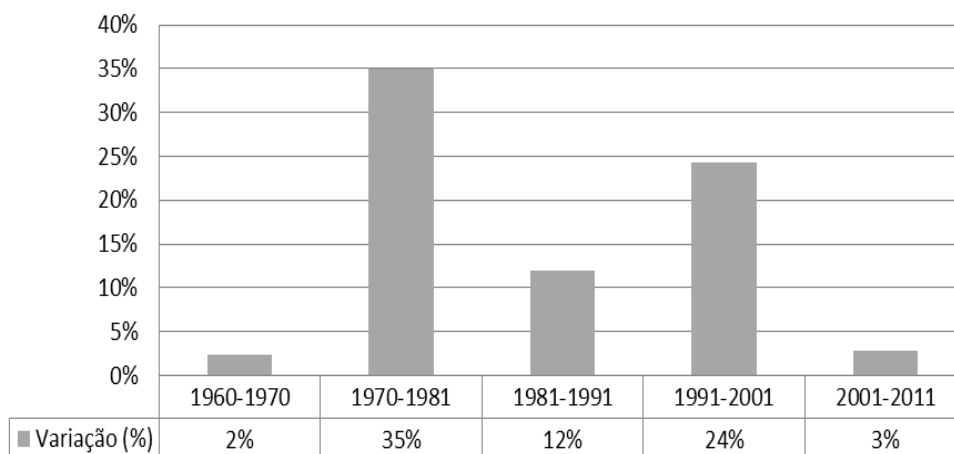


Figura 58. Variação percentual da população residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros por década (1960 e 2011).

Desde a década de 1970, ocorreram variações percentuais díspares, entre 2% e 35%. Entre os anos de 1970 e 1981, a Vila de Macedo de Cavaleiros, teve um acréscimo de 1.132 pessoas, numa população total de 3.241. Esta situação foi justificada por dois fluxos demográficos, o regresso dos portugueses das ex-colónias, em especial na década de 1970, e o êxodo rural, das freguesias para a Vila.

Entre 1960 e 2005 cerca de 2 milhões de portugueses foram viver para o estrangeiro, tendo entre 1960 e 1975 emigrado para França cerca de um milhão e meio. Mas entre 1975 e 2005, um milhão e trezentos mil vieram para Portugal, 650.000 eram “retornados”, provenientes das ex-colónias e 650.000 eram imigrantes. (Mateus, 2008, p. 26)

O impacto deste aumento populacional na forma urbana de Macedo de Cavaleiros foi abordado no capítulo 4 e 5, relativos às décadas de 1970 e 1980. Nos últimos 20 anos, a população aumentou entre 24% e 3%. O acréscimo da população de estudantes do ensino superior refletiu-se positivamente na década de 1990, quando entrou em pleno

funcionamento. Já no final da década de 2000 e início da década de 2010, o declínio da mesma teve um impacto negativo na população residente.

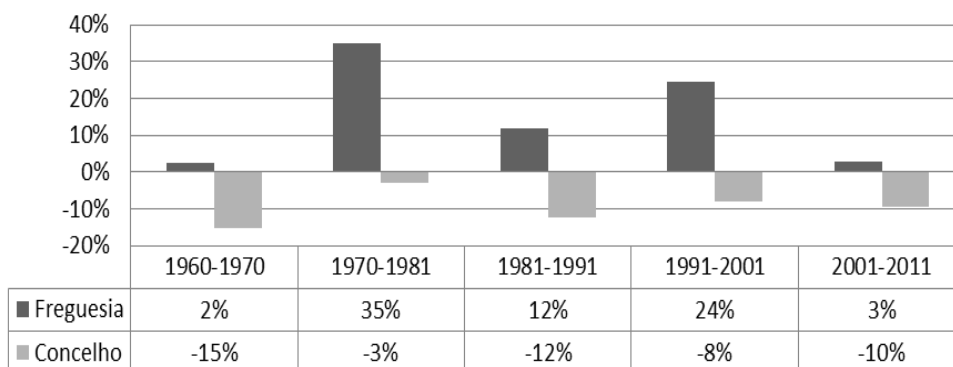


Figura 59. Variação percentual da população residente na Freguesia e no Concelho de Macedo de Cavaleiros por década (1960- 2011).

A preocupação, ao longo de décadas, com a carência de parque habitacional, traduziu-se na década de 2000, numa oferta alargada adequada a diferentes estratos sociais.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, contrariamente aos dados da freguesia, ocorreu nos últimos 40 anos, uma diminuição do n.º total de habitantes de 22.225, em 1970 para 15.776 em 2011. Este decréscimo traduziu-se na diminuição da densidade populacional, como se pode verificar na seguinte figura. Em 2011, a densidade populacional no concelho de Macedo diminuiu, desde 1981, em média 13 habitantes/Km².

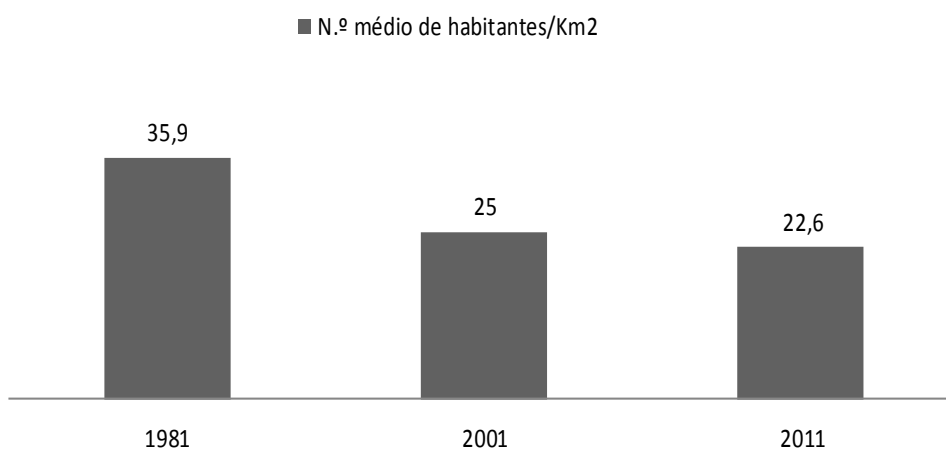


Figura 60. Variação da densidade populacional (n.º médio de habitantes/Km²) no Concelho de Macedo de Cavaleiros (1981, 2001 e 2011).

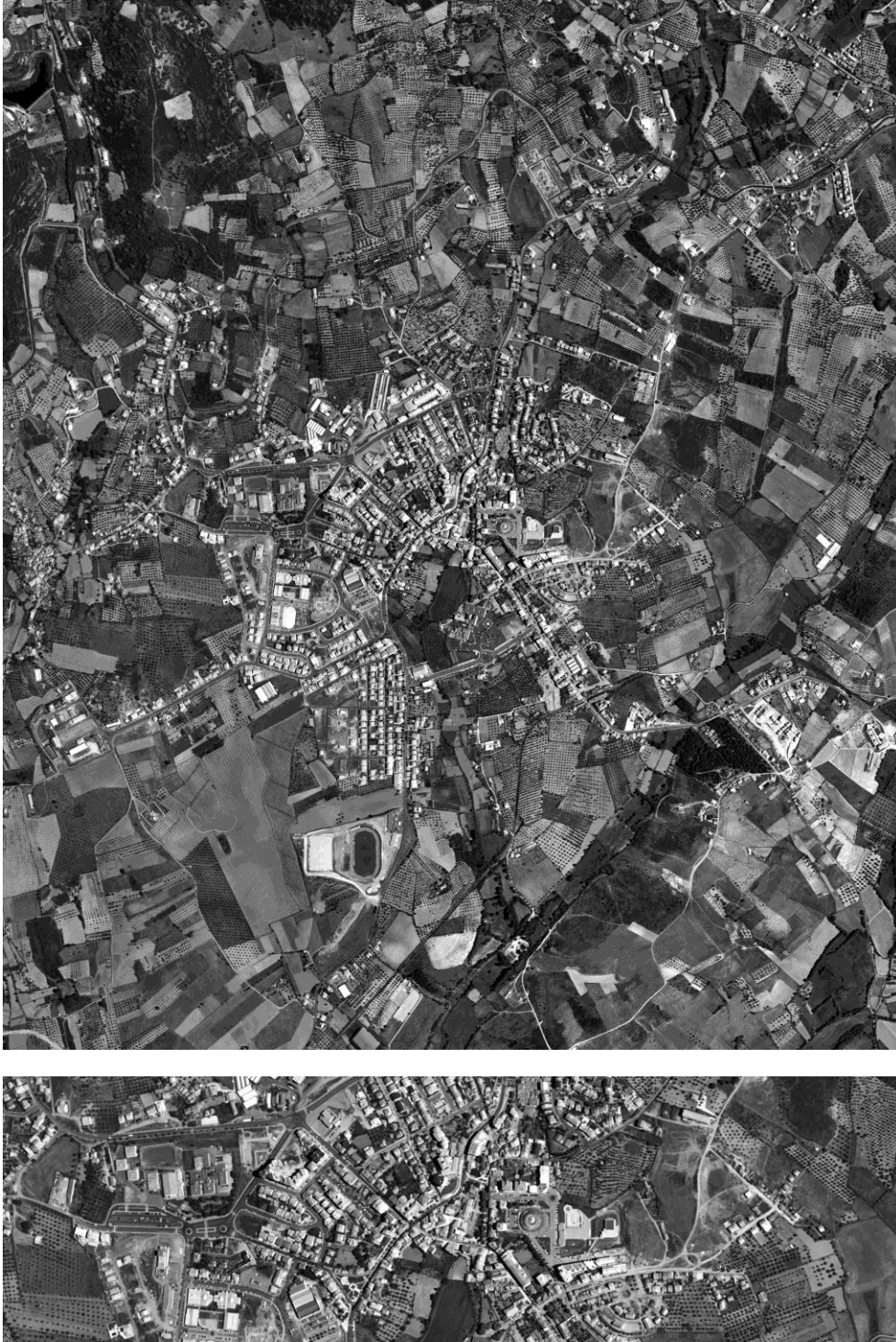


Figura 61. Orto-fotos datadas de 2000.

Da análise da década de 1990, concluiu-se que as transformações urbanas de Macedo de Cavaleiros na segunda metade do Século XX foram essencialmente traduzidas, na forma urbana, pelo desenho da habitação.

“A forma urbana irá decorrer das considerações habitacionais, em detrimento da composição de espaços urbano. O espaço urbano não é considerado como objeto de investigação e torna-se no «resíduo» resultante das exigências habitacionais” (Lamas, 2010, p. 302).

Em Macedo de Cavaleiros, o tipo de habitação predominante é a moradia de 2 pisos apesar da existência de edifícios de habitação coletiva cuja altura está compreendida entre os 4 e 6 pisos. Se a década anterior poderia ser caracterizada pelos novos eixos urbanos estruturantes e pelo preenchimento da malha urbana, a década de 2000 caracteriza-se essencialmente pelo preenchimento, embora se volte a verificar a tendência de crescimento urbano ao longo dos eixos viários. Ver Figura 53, p. 148.

Assume-se a continuidade da propensão aos loteamentos habitacionais justificada, maioritariamente pelo investimento de emigrantes locais, tal como refere Malheiros (2011, p.49): “Nos meios rurais e no interior, em particular, existe uma oferta alargada de espaços habitáveis cujos proprietários são frequentemente emigrantes portugueses que residem no estrangeiro e disponibilizam para locação apartamentos e residências.”

No contexto dos instrumentos de ordenamento do território foram elaborados em 2001, dois planos de pormenor analisados em detalhe no subcapítulo 7.2. Características, Agentes e Ações da Transformação Urbana: o plano pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida e o plano de pormenor para as frentes urbanas das Ruas Fonte do Paço e Viriato Martins. Foram ainda formalizadas as alterações a dois dos planos vigentes em Macedo. Em 2002 é publicada a alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros, localizada na freguesia da Amendoeira. Em 2009 foi publicada a alteração ao Regulamento do PDM de 1995. As alterações introduzidas no PDM de 1995 incidiam em três artigos, referentes a índices de edificabilidade, nomeadamente cêrceas e número de pisos.

7.1. A estrutura urbana em 2000

Na década de 2000 o perímetro urbano encontrava-se consolidado pelo Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros ratificado em 1995, alterado e republicado em 2009 - Diário da República no Aviso n.º 12621/2009 e pelo Plano de Urbanização, publicado em 1998 - Resolução do Conselho do Ministros n.º 135/98, de 25 de Novembro.



Figura 62. Em cima, Quartel dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros. No centro, Piscinas Municipais de Macedo de Cavaleiros. Em baixo, Igreja Santa Maria Mãe da Igreja. Atuais.

Analisando a Figura 68, p. 172 verificaram-se, na década 2000, vazios urbanos. Estas áreas, ao longo das décadas analisadas, foram sempre utilizadas para a atividade agrícola. O vazio localizado e identificado na Figura 68 como Área Residual ou Expectante I, é uma zona onde estava prevista, desde o PGUMC de 1976, o Parque Urbano de Macedo de Cavaleiros. Após concurso público, foi delineado para o local um estudo prévio. Ver Figura 73, p. 195. Esta área encontra-se localizada num vale relativamente plano e atualmente é utilizada para fins agrícolas.

A Área Residual ou Expectante II localiza-se fora do limite do perímetro urbano embora conflitue com a área urbana. É atravessada sensivelmente a meio pela Ribeirinha tornando-a propícia à prática agrícola. Está atualmente incluída em Reserva Agrícola Nacional (RAN).

A Área Residual ou Expectante III localiza-se a Sul da Cidade. Morfologicamente, o relevo denota algum declive e encontra-se programado no zonamento do PU de 1998 para Zona Habitacional de Média Densidade. Faz parte da Zona delimitada para realização de Plano de Pormenor da Zona Sul dos Merouços e da Zona de Reserva do Solo Urbano. Atualmente, o uso predominante é o Olival.

A Área Residual ou Expectante IV prevê o encontro da futura circular com a E.N. 102 e a concentração de Equipamentos de Uso Coletivo, nomeadamente de carácter desportivo e como área de proteção. Estes equipamentos já que encontram parcialmente instalados e implicam modelação do terreno. Para a área sobrance, franjas urbanas estreitas que acompanham os eixos viários, está prevista a instalação da tipologia de Habitação Unifamiliar.

A Área Residual ou Expectante V é uma área desprovida de arruamentos e demais infraestruturas. O PU de 1998 prevê que seja atravessada pela futura circular interna dividindo-a em duas zonas. Nestas, estão previstas um Plano de Pormenor para Expansão Poente e uma Zona Urbana de Expansão de Média Densidade. Esta área, de dimensão considerável, tem um declive de cerca de 7% e é ocupada por Olival.

A Área Residual ou Expectante VI localiza-se a Este do Centro Escolar. É delimitada a Norte pela E.N. 216, a Este pela Avenida Engenheiro de Mendonça, a Sul pela Rua Engenheiro Moura Pegado e a Oeste pela Rua de Santa Bárbara. É uma Zona de Equipamentos Coletivos. Para esta área esteve prevista, no final da década de 2000, a construção da Estação de Camionagem. A obra foi adjudicada, mas entretanto suspensa. Atualmente são terrenos de utilização agrícola.

As Áreas Residuais ou Expectantes VII e VIII localizam-se em topografias acidentadas com declive relevante. São zonas não atrativas para fins edificatórios contudo, constituem Áreas de Reserva de Solo resultando na indefinição de uso, como é referido no artigo 49º do PU 1998 “até que a Câmara decida de sua ocupação”.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura 63. Novo Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros. Atuais.

As Áreas Residuais ou Expectantes IX e X representam os vazios urbanos localizados a Norte das Piscinas Municipais, o novo Pólo Escolar e a Sul do Bairro do Padrão. Morfologicamente verifica-se um declive de cerca de 10% com ocupação essencialmente agrícola. Estas áreas estão classificadas no PU 1998 como Zonas Urbanas de Expansão para Habitação Coletiva. Na área a sul estão previstos, cumulativamente, dois planos de pormenor (PP). Um PP de Recuperação e Integração que inclui o Bairro do Padrão e o outro PP de expansão da Zona da Estação.

7.2. Características, agentes e ações da transformação urbana

Na década de 2000, manteve-se a construção de loteamentos contudo de menor dimensão face aos anteriores.

Nesta década são instalados alguns Equipamentos de Uso Coletivo designadamente as Piscinas Municipais, o Centro de Saúde e a Igreja Santa Maria Mãe da Igreja, nova Igreja Matriz.

As piscinas inserem-se no Programa Desporto 2000 que contempla um projeto-tipo dedicada a terrenos com topografia plana, com implantação do Eixo maior da Nave na orientação Norte/ Sul, por motivos de conforto. O edifício é constituído por dois corpos volumetricamente distintos, o Tanque e os Serviços de Apoio. As Piscinas localizam-se a Este do Mercado Municipal. Ver Figura 62, p. 160.

O novo Centro de Saúde, projetado em 2004, para um espaço próximo da unidade hospitalar, na atual Avenida Dr. Urze Pires, veio libertar uma ala do hospital que funciona atualmente como unidade de cuidados continuados. Ver Figura 63, p. 162.

Apesar do projeto da Nova Igreja Paroquial ter sido elaborado em 1998, a obra de construção decorre durante o início da década de 2000. A inauguração foi realizada em 2005. A Igreja localiza-se “na área Oeste da expansão territorial de Macedo de Cavaleiros, mais precisamente num lote extremo e privilegiado numa ilha de parcelas de grandes dimensões para serviços, cultura e ensino” (Cabrita & Silva, 1998, p.2). Ver Figura 62, p. 160.

Como é possível analisar na planta de Implantação do Centro Cultural, Figura 64, p. 164, a área reservada ao conjunto paroquial chegou a incluir a área atribuída ao campus académico do Instituto Piaget. O novo Centro Paroquial é constituído pelo Templo, Anexos e Capela Mortuária. Enquadra-se numa paisagem urbana não consolidada, pouco cuidada e desprovida de vegetação.

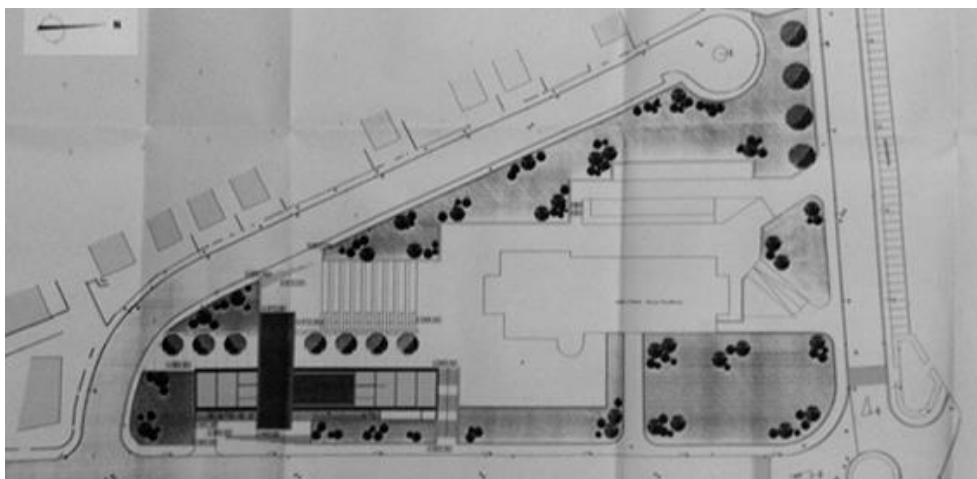


Figura 64. Em cima, Centro Cultural. Atual. No centro e em baixo, proposta para o Arquivo e Biblioteca Municipais. Década de 1980.

É na pouca unidade paisagística que o rodeia que o projeto geral irá buscar a sua maior motivação, o sentido de aglomeração de união (das pessoas e da paisagem) que necessariamente terá de representar, não só pela ideia base que o preside como Igreja, como mais concretamente no conjunto edificado que constitui. (Cabrita & Silva, 1998, p. 5)

Os autores do projeto revelam uma preocupação de enquadramento ambiental e urbanística do edificado e das infraestruturas urbanas da envolvente.

Enquadra-se nesta década a proposta da Biblioteca e Arquivo Municipal, que integrava uma envolvente onde estão instalados os principais equipamentos de âmbito educativo de Macedo de Cavaleiros. Ver Figura 64, p. 164. A Norte, o Centro Cultural seguido do Centro Escolar e a Este as instalações de Ensino Superior, Instituto Jean Piaget. O projeto previa a construção de três pisos com funções distintas: biblioteca e arquivo - cujo funcionamento diferenciado está previsto nos acessos e na localização por pisos, serviços de utilidade comum – bar/cafetaria e Sala Polivalente. O projeto seria implantado em terreno público dando cumprimento a normativas definidas pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas. (Fernandez, 2003, pp. 2-8) Contudo, a obra não chegou a iniciar-se. Atualmente, a Biblioteca Municipal funciona no primeiro da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros.

No contexto dos instrumentos de ordenamento do território foram elaborados em 2001, dois planos de pormenor, que não chegaram a ser publicados: o plano pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha e o plano de pormenor para as frentes urbanas das Ruas Fonte do Paço e Viriato Martins.

- a) Plano de pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha

Este plano definiu como objetivos proporcionar um desenvolvimento coerente e controlado, contribuindo para uma identidade forte e melhoria da imagem das áreas intervencionadas. Na memória descritiva e justificativa foi identificado uma profunda alteração do tecido urbano preexistente, com a substituição das antigas edificações por novos edifícios que “provocam a destruição das referências urbanas, da memória coletiva, da escala de ruas e praças, ameaça identidade e imagem da Cidade e o seu correto funcionamento” (NOVARQA, 2001, p. 2).



Figura 65. Plantas do Plano de Pormenor das Frentes Urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Rua Almeida Pessanha. 2001.

A Rua Almeida Pessanha é uma rua pedonal e um percurso de referência para habitantes e visitantes da cidade, onde se realizam ações culturais, como a feira do artesanato. É visível a partir do Largo Agostinho Valente e da Praça do Município. Tem edifícios variados, em altura, estado de conservação e época de construção. A Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, via de acesso à Praça do Município, objeto de qualificação recente, inclui um conjunto de edifícios relevantes de mancha quase contínua. O edificado da Rua e no seu prolongamento na Rua Dr. Luís Olaio são, à semelhança da Rua Almeida Pessanha variados, em altura, estado de conservação e época de construção. Desde 1975, foram construídos novos edifícios com grande volumetria e permaneceram outros mais antigos, sem transformações relevantes. A proposta incluiu as seguintes intervenções:

Manutenção das fachadas dos edifícios existentes, com aumento de cêrcea em alguns desses; Correção dos seus revestimentos ou dissonâncias por forma a garantir um conjunto mais harmonioso e interligando o seu todo; Manutenção dos materiais, revestimentos e cores primitivas dos edifícios mais antigos e mais baixos; Manter a atividade comercial dos pisos inferiores dos edifícios; Garantir a existência de habitação nos pisos superiores dos edifícios; Controlar o letrig/publicidade e outros elementos de fachada que perturbem a imagem do conjunto; a ligação pedonal direta por escadaria a criar, entra a Praça do Município e o Largo do Mercado. (NOVARQa, 2001, pp. 7 e 8)

Plano de pormenor para as frentes urbanas das Ruas Fonte do Paço e Viriato Martins, 2001 “A Rua Fonte do Paço e Rua Viriato Martins, embora ligadas, são em termos de imagem urbanística bem diferentes, ao nível dos edifícios e do tratamento do espaço público-arruamentos” (NOVARQb, 2001, p. 4). Este plano de pormenor prossegue os seguintes objetivos: proporcionar um desenvolvimento coerente e controlado no desenvolvimento urbano, contribuindo na melhoria e dignificação da sua imagem.

Nestes arruamentos interligados da Rua do Paço, com a Rua Viriato Martins em relação ao lado poente em estudo, tem-se assistido à completa renovação urbana do edificado, com novas construções de linguagem arquitetónica atual, a partir do gaveto com a Avenida Infante D. Henrique, mas com interrupção, dada a falta de iniciativa dos particulares, a que acresce o facto da não existência de diretrizes, que agora se pretendem implementar através do presente plano. (NOVARQb, 2001, p. 2)



Figura 66. Largo Manuel Pinto de Azevedo. Atuais.

O edificado novo contrapôs a anterior estrutura física existente, já que se antes existiam edifícios isolados (moradias), foram desenvolvidos projetos com execução no local, de edifícios coletivos em banda, encostados uns aos outros, em sintonia com o edificado na parte mais central da Cidade. Processo urbano normal, em consequência do crescimento da Cidade. Na Rua Viriato Martins, o alargamento das vias de circulação automóvel com alargamento das áreas de passeio público permitiu ainda a criação de lugares de estacionamento público, apenas no lado nascente do arruamento.

Como proposta, mantém os princípios do anterior plano de pormenor, acrescentando os seguintes aspetos: Alargamento dos passeios públicos, com correção da implantação das novas construções; Criação de estacionamento automóvel público neste lado dos arruamentos; Recomendar uma solução regulamentar ao edifício do início da Rua Viriato Martins

Na Rua do Paço pretende-se “criar uma imagem de continuidade de leitura urbana, a partir do edificado mais recente” (NOVARQb, 2001, p. 4). Já na Rua Viriato Martins localizam-se “um conjunto de edifícios antigos, e outros que têm vindo a ser demolidos, com os seus escombros visíveis para o arruamento, sem definição de alinhamento, exatamente conforme foram construídos há muitos anos” (NOVARQb, 2001, p. 5).

Os dois planos propõem a correção dos alinhamentos no desenvolvimento dos dois arruamentos e na área de intervenção, tendo em conta os definidos pelos edifícios recentes. Nos termos do PU 1998 e para a zona em estudo, “as construções deverão integrar-se harmoniosamente no tecido urbano construído, mantendo as características de alinhamento, cêrcea, volumetria e ocupação do lote tradicional do núcleo urbano onde se inserem” (NOVARQb, 2001, p. 7).

7.3. Análise à forma urbana

7.3.1. Malha viária e infraestruturas

Na década de 2000 não se verificaram alterações profundas na malha viária da Cidade que alterasse a forma urbana. No entanto, registaram-se as seguintes intervenções:

- a) Infraestruturação e construção de novas vias na Urbanização dos Merouços
- b) Arruamento da ligação entre a Urbanização dos Merouços e o Loteamento Duarte Moreno
- c) Arruamento e arranjo urbanístico do Largo da Bela Vista
- d) Qualificação Urbana no Largo Manuel Pinto de Azevedo. Ver Figura 66.



Figura 67. Requalificação dos arruamentos do Prado de Cavaleiros.

- e) Arruamentos em Bairros (Cortinha do Moinho, Padrão, Lamela, Alegria e S. Francisco)
- f) Beneficiação da Biblioteca Municipal e do Parque Municipal de Exposições
- g) Requalificações (Prado de Cavaleiros, Avenidas Comendador António Joaquim Ferreira, D. Nuno Álvares Pereira e Alameda N.sa Sra. de Fátima). Ver Figura 67.

Nesta década, foi privilegiada a valorização do património histórico da Cidade, que incluiu a qualificação urbanística e paisagística do Prado de Cavaleiros “onde predominam habitações desocupadas e extremamente degradadas, algumas em estado de ruína” (GATMC, 2004, p.1). Este local coincide com o núcleo antigo ilustrado na Figura 9, p. 62. Sendo a origem do povoado de Macedo de Cavaleiros a sua requalificação representou a preservação da memória coletiva, potenciou a vertente turística e devolveu o orgulho aos atuais habitantes.

Em suma, a intervenção incidiu nos seguintes objetivos (GATMC, 2004, p. 4):

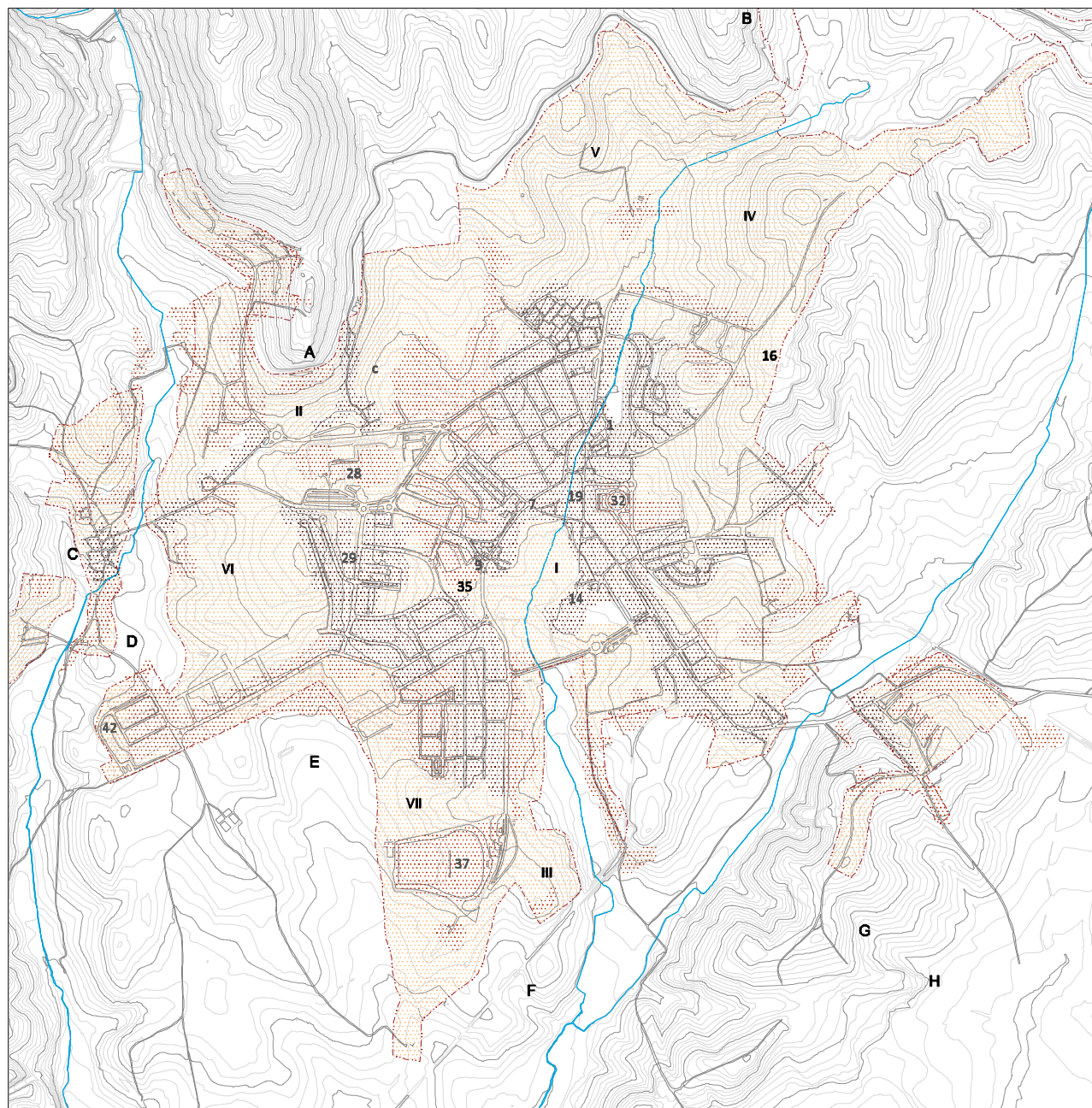
- A redefinição das zonas de circulação viária e pedonal;
- A criação de bolsas de estacionamento;
- A distribuição de mobiliário e equipamento urbano, nomeadamente bancos, papeleiras, caldeiras para as árvores, candeeiros, etc.;
- A criação de áreas de estadia nas zonas de alargamento;
- A atualização da sinalização rodoviária (vertical e horizontal), que será objeto de projeto específico;
- A remodelação de todas as infraestruturas (rede de drenagem de águas pluviais, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais e rede de iluminação pública), que serão objeto de projetos específicos.

7.3.2. Construção do tecido edificado

A leitura da forma urbana da Cidade não indica a configuração predominante de cidade linear, embora essa leitura seja perceptível no desenvolvimento recente da Cidade a Noroeste, acompanhando a E.N. 102.

Como é possível observar na Figura 69, p. 174, o preenchimento dos lotes e parcelas pequenas e engavetadas foi um facto continuado pelo que o tecido edificado da Cidade se apresenta mais denso.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



- 1** Prado de Cavaleiros
- 7** Núcleo Comercial | Praça Agostinho Valente
- 9** Largo das Eiras
- 14** Hospital de Macedo de Cavaleiros
- 16** Cemitério
- 19** Núcleo Administrativo
- 28** Parque Escolar
- 29** Escola Superior - Instituto Piaget
- 32** Mercado Municipal
- 35** Recinto da Feira de São Pedro
- 37** Núcleo Desportivo
- 42** Zona Oficial
- c** Complexo da Cooperativa

- A** Alto da Curvaceira
- B** Vale Pertiga
- C** Travanca
- D** Casal
- E** Cabeço da Santa
- F** Revolta
- I** Área Residual/ Espectante I
- II** Área Residual/ Espectante II
- III** Área Residual/ Espectante III
- IV** Área Residual/ Espectante IV
- V** Área Residual/ Espectante V
- VI** Área Residual/ Espectante VI
- VII** Área Residual/ Espectante VII

- Ribeiras
- Cotas de Nível (2 metros)
- Caminho de Ferro
- Área Densa
- Área Dispersa
- Área Residual/ Espectante
- Perímetro Urbano

0 100



Figura 68. Dinâmicas de crescimento urbano. Década 2000.

O traço dos antigos eixos viários principais continua a ter uma presença marcante na leitura do desenho da Cidade, mantendo-se como o elemento mais perceptível na forma urbana. Garantindo a relatividade intrínseca ao crescimento do aglomerado urbano, em constante mutação, verifica-se que a forma da Cidade, objeto estudo esta Dissertação, se foi transformando ao longo do tempo, com tendências distintas. Avaliando as características descritivas dos elementos morfológicos, sobretudo a forma, a posição, a organização das ruas, quarteirões e loteamentos verifica-se que o traçado da E.N. 102 forma uma fronteira informal.

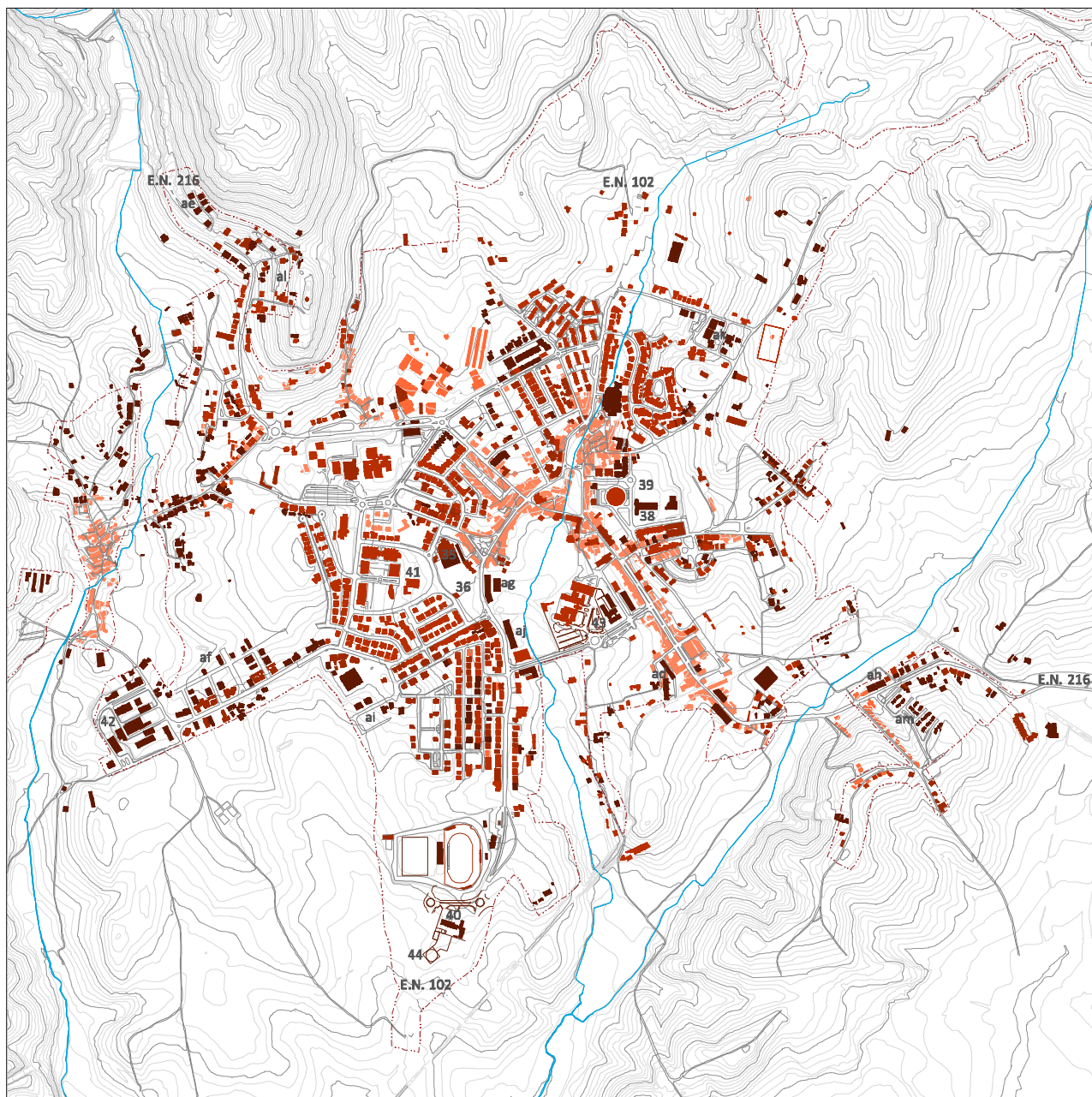
A Este da E.N. 102, concentra-se o tecido Edificado mais antigo correspondente às Fases de Expansão até ao início do Século XX. Este estrato da Cidade é marcado por um desenho orgânico no Prado de Cavaleiros e no núcleo envolvente à Igreja de São Pedro. A antiga Avenida da estação desenvolve-se ao longo de um eixo retilíneo, todavia apresenta edificado denso e com implantação diferenciada. Nesta área, os loteamentos que se destacam não se guiam por arruamentos ortogonais, designadamente o Bairro da Cortinha do Moinho e o Bairro do Padrão.

A oeste da E.N. 102 estão instalados a maioria dos loteamentos de maior dimensão, caracterizados por arruamentos ortogonais e implantações reticulares de proporções idênticas. Os equipamentos de utilidade pública, de dimensão relevante e providos de espaço exterior, revelam semelhanças que permitem a análise equilibrada dos mesmos num desenho à escala do apresentado na Figura 69, p. 174, nomeadamente o Centro Escolar, o Instituto Piaget, o Centro Cultural e a sede da Associação Comercial e Industrial integrada no recinto da Feira de São Pedro. Os edificados contrastantes, quando observados em conjunto, desenharam uma mancha equilibrada inserida numa malha ordenada.

Na década de 2000, o edifício do antigo Cinema, construído na década de 1930, abordado nos dois primeiros planos de urbanização de Macedo de Cavaleiros, de 1952 e 1976, foi objeto de obras de qualificação. No capítulo 2 desta Dissertação é feita uma referência à necessidade da sua qualificação “Os centros de atividade recreativa são muito poucos, não havendo nenhum, especialmente dedicado a este fim. Existe um cinema, que necessita de ampliação e melhoramentos” (PGUMC, 1952, p. 15). O Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1976, referido no capítulo 4, considerou o Cinema, como um dos edifícios e construções de interesse público mais importantes e em funcionamento à época.

Este equipamento, após obras de qualificação, foi inaugurado em 2004, como Centro de Emprego de Macedo de Cavaleiros.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



0 100



- 35** Associação Comercial e Industrial de MC
- 36** Recinto da Feira de São Pedro
- 38** Piscinas Cobertas
- 39** Piscinas Descobertas
- 40** Novo Quartel dos Bombeiros
- 41** Igreja S.ta Maria Mãe da Igreja
- 42** Zona Oficial
- 43** Centro de Saúde
- 44** Heliporto
- ad** Loteamento Imoazibo
- ae** Loteamento Guilherme Afonso

- af** Loteamento da Trave
- ag** Loteamento Oliveira e Ribeiro
- ah** Loteamento Fernando Batista
- ai** Loteamento Moreno e Prada
- aj** Loteamento António Vaz
- ak** Loteamento Salgado e Carloto
- al** Loteamento Nordalfer
- am** Urbanização Bairro da Alegria

Eixos Urbanos Consolidados

Perímetro Urbano

Ribeiras

Cotas de Nível (2 metros)

Caminho de Ferro

- Tecido Edificado até 1970
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1970
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1980
- Tecido Edificado e Pretensões década de 1990
- Tecido Edificado e Pretensões década de 2000

Figura 69. Mancha urbana. Década de 2000.

Nos finais da década de 2000, em 2009 foi, após obras de qualificação do edifício Casa Falcão, do Século XVIII, também inaugurado o Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros.

7.3.3. Equipamentos e elementos de referência

Nesta década, os edifícios construídos e elementos relevantes, concretizados são os seguintes:

- Transladação do antigo cemitério;
- Ampliação da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros (nave);
- Piscinas Municipais Cobertas e Descobertas;
- Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros;
- Igreja Santa Maria Mãe de Deus;
- Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros;
- Heliporto Municipal.

Ver Figura 69.

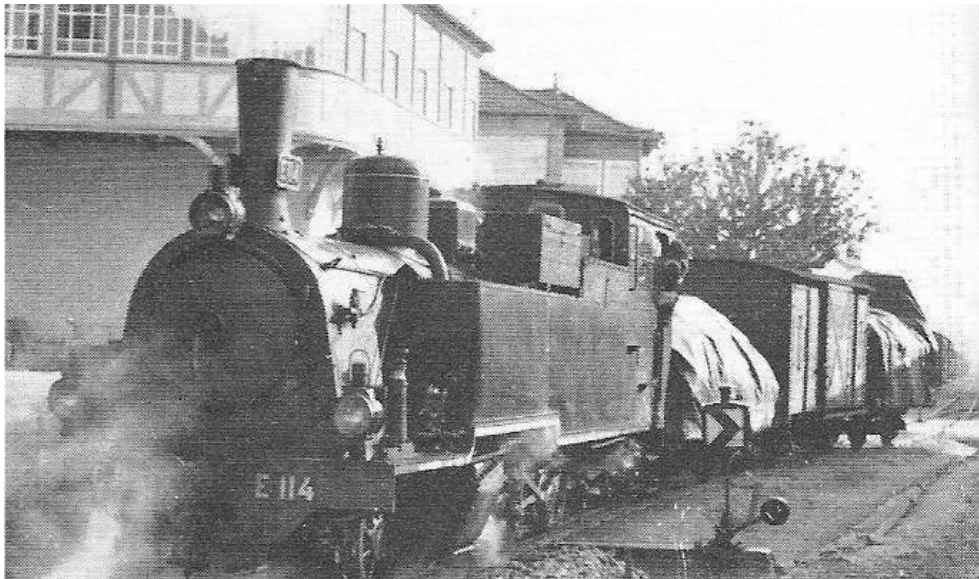


Figura 70. Em cima, “Vista de Macedo nos anos sessenta a partir do cimo da Cortinha do Moinho.” (Cardoso, 2005, 26). No centro, partida de um comboio de mercadorias. Década de 1920. Em baixo, Jardim Dr. Oliveira Salazar. Atual Largo 1.º de Maio. Década de 1970.

8. SISTEMATIZAÇÃO

8.1. Análise do processo de transformação da estrutura urbana

O tema desta Dissertação é o processo de transformação da estrutura urbana de Macedo de Cavaleiros, utilizando os conceitos abordados no estado de arte. A evolução da forma urbana foi analisada em épocas distintas, até à década de 2000. Foi realizada a contextualização socioeconómica, a análise demográfica e seus impactos na forma, tendo em vista a identificação das características, agentes e ações da transformação urbana do presente caso de estudo.

Para cumprir o **primeiro objetivo** deste trabalho - identificar a formação e processos de transformação da morfologia urbana de Macedo de Cavaleiros, foram relacionados diferentes contextos - dinâmicas e tendências demográficas e características socioculturais, que enquadram a análise morfológica do aglomerado urbano, seguindo uma sequência temporal. No capítulo 2, até à década de 1960 e nos seguintes, da década de 1970 até 2000. A realização do primeiro objetivo é indissociável do **segundo objetivo** - indicar os elementos estruturadores da expansão urbana da cidade, dada a complementaridade de ambos. Os principais elementos morfológicos que determinaram alterações na leitura urbana da Cidade convergem na interpretação das peças desenhadas que refletem essas mudanças de forma e integram a análise do processo de transformação da estrutura urbana. Foram elaboradas peças desenhadas relativas a quatro fases de expansão, entre o Século XVIII e a década de 1960 e às dinâmicas urbanas verificadas nas restantes décadas. Estas ferramentas gráficas permitiram a visualização, por época, do crescimento urbano.

A evolução da forma urbana de Macedo de Cavaleiros, como na globalidade dos aglomerados, está relacionada com várias condicionantes provenientes de outras áreas do conhecimento como história, geografia, demografia, economia e sociologia. Esta contextualização, recorrendo a diferentes fontes de informação, permitiu identificar os impactos das alterações políticas, socioeconómicas e demográficas na transformação morfológica do aglomerado urbano ocorridos desde a sua origem. A forma da cidade, como refere *Rossi*, é sempre a forma de um tempo da cidade e existem muitos tempos na forma da Cidade.

O início da contagem do tempo de vida de Macedo de Cavaleiros remonta ao Século XII. Na origem, o nome de *Masaedo* esteve relacionado com culturas agrícolas locais, que se destacavam na paisagem. O núcleo de casas, atualmente denominado Prado

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

de Cavaleiros, situava-se próximo de um ribeiro e de um Moinho. Localizava-se num ponto de convergência de rotas que atravessavam a Região. No Século XIII, o território pertencia, segundo as inquirições de D. Afonso III, a dois Cavaleiros. O nome de Macedo de Cavaleiros surge pela primeira vez em documentos oficiais no Século XIV, provavelmente pelos seus principais donatários serem Cavaleiros.

No Século XVII, surgiu outro núcleo próximo da Igreja de São Pedro e no seu seguimento foi construído, já no Século XIX, o cemitério. A Sudoeste do Prado, localizou-se o Solar dos Morgados de Macedo. A primeira expansão de Macedo de Cavaleiros foi materializada neste “triângulo” – Prado de Cavaleiros, Igreja de São Pedro e Solar dos Morgados, atravessado pela ribeira. A Eira dos Morgados, atual Praça das Eiras era usada pela população para a realização de lides agrícolas e posteriormente de feiras.

Entre o Século XVIII e XIX, o crescimento da povoação de *Masaedo* justificou a transformação da “Quinta de Macedo” a sede de Concelho, em 1853 e dez anos depois a Vila. Durante o Século XIX, com a mudança de estatuto político, foram instalados serviços públicos, regularizados arruamentos, redes de abastecimento de água, novas construções e melhoramentos no edificado existente. O sustento das populações residia na agricultura, pelas produtividades conseguidas nos terrenos férteis do Vale. A indústria – moagens, lagares, celeiros, entre outros – estava ligada fundamentalmente com a transformação dos produtos agrícolas. A Vila abastecia-se com as produções das freguesias rurais. As feiras representavam o rendimento económico das famílias, mas também eram o ponto de encontro das populações do Concelho. As distâncias entre os aglomerados rurais e a sede de Concelho e as más condições das estradas e caminhos, dificultavam a mobilidade das populações. Neste final de século a Vila registou, para a época, um apreciável crescimento populacional. Entre 1864, data do primeiro recenseamento geral da população em Portugal e 1890, Macedo de Cavaleiros aumentou de 727 para 1.234 habitantes.

No final do Século XIX, Macedo de Cavaleiros consolidou os seus primeiros núcleos urbanos: o núcleo religioso – na envolvente à Igreja de São Pedro; o núcleo administrativo – os primeiros Paços do Concelho; e os núcleos comerciais – Praça das Eiras e o “Centro da Vila”, atual Praça Agostinho Valente. Estes foram pontos nodais e impulsionadores do crescimento urbano. Esta **primeira expansão**, do Século XVII ao XIX, é representada graficamente na Figura 10, p. 64.

Na viragem de Século (XIX – XX), a chegada da linha férrea (1905) e a localização da Estação, afastada do Centro da Vila – a Sul depois do cemitério – constituiu um novo eixo

e impulsionou novas dinâmicas. Aqui, instalaram-se armazéns, comércios e habitações. A Estação representou, na transição de século, uma nova área de desenvolvimento urbano, a **segunda fase de expansão** de Macedo de Cavaleiros que pode ser observada na Figura 11, p. 66. À época, para além dos três núcleos primitivos, é possível localizar no desenho gráfico o cemitério Velho, o Largo das Eiras e a Escola Primária, os Paços do Concelho, a primitiva Cadeia de Comarca, o Solar Costa Macedo, o Largo do Toural e a Estação do Caminho-de-ferro. O Largo do Toural complementava a Praça das Eiras. Neste realizava-se a feira de animais, antes localizada nas Eiras, mas transferida por motivos de higienização e de espaço. A feira era realizada no terreiro do Toural permanecendo neste local até à década de 1960, sendo transferida, nesta altura, para as imediações da Cooperativa. A viragem de século foi marcada pela inauguração do Antigo Edifício da Cadeia de Comarca localizada no atual Jardim 1.º de Maio. A Cadeia foi depois transferida, na década de 1940, para novas instalações localizadas na entrada norte da Vila, na Estrada Nacional 216.

No início do Século XX, entre as décadas de 1910 e 1930, decorreram obras de abastecimento de água, pavimentação de estradas, foi instalado o Campo de Aviação, nas imediações a Sul da E.N. 102 e construído o Hospital Civil. Na rua que ligava o Centro Administrativo – Paços do Concelho – ao novo edifício da cadeia, foram construídas novas habitações. Foi implantado um Bairro residencial, no alçado posterior do cemitério, o Bairro do Trinta. Este crescimento urbano constituiu a **terceira fase de expansão** de Macedo de Cavaleiros, representada na Figura 12, p. 68.

O rápido crescimento da Vila, nestas décadas, deveu-se a três condições principais: a natureza do solo constituído, na sua maioria, por vales férteis; um sistema de comunicações composto por duas estradas nacionais e pela linha de caminho-de-ferro e o crescimento do comércio.

A Vila situava-se no cruzamento de duas estradas nacionais, a E.N. 102 e a E.N. 216, que uniam a Norte, com a Estrada Nacional 15, que ligava o Porto a Bragança. Ao contrário das ligações com as capitais de distrito, as comunicações entre a sede e as aldeias do concelho mantiveram-se deficientes.

Entre as décadas de 1930 e 1960 realizaram-se um vasto conjunto de obras. Destacou-se o novo edifício dos Paços do concelho, com maior visibilidade e impacto dado pela nova localização. Implantaram-se novas construções, infraestruturas e procedeu-se à canalização e cobertura do ribeiro que atravessava a Vila, coincidindo com a **quarta fase de expansão** de Macedo de Cavaleiros, representado na Figura 13, p. 70. Neste desenho é possível visualizar a implantação do Cinema e dos Correios, da nova Cadeia e dos novos Paços do Concelho.

A localização do novo hospital – Hospital da Santa Casa da Misericórdia, da Associação de Socorros Mútuos, do Matadouro, do Quartel dos Bombeiros e da Casa dos Magistrados, do Campo de futebol, próximo da nova Cadeia na entrada norte da Vila, o novo cemitério, a Escola Primária do Trinta, a Escola do Tournal, convergiram em alterações da morfologia urbana. A localização dos novos Paços do Concelho foi determinante na formação de um novo núcleo de desenvolvimento urbano e na disposição de ruas e edifícios na envolvente. O Jardim Dr. Oliveira Salazar, atual Jardim 1.º de Maio, constituiu uma zona verde de encontro e convívio da população. Entre 1930 e 1960, a população cresceu em média cerca de 20%. Num século, a Vila teve um crescimento populacional considerável, de 727 habitantes para cerca de 3.200. O aumento populacional na Vila, ao longo destas décadas, originou as necessidades habitacionais referidas por Arménio Losa, no Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de 1952.

Os distintos contextos demográficos e sociais relacionados com a situação socioeconómica e a construção de novos equipamentos e instalação de serviços tiveram impactos diretos sobre os processos de transformação urbana. A população, na sua maioria dedicada à atividade agrícola, desde a origem do povoado, utilizava para cultivo grandes áreas do território, atualmente ocupadas por tecido edificado.

Na leitura morfológica do aglomerado, os principais eixos viários que confluíam no interior da Vila foram os elementos morfológicos que estruturaram o desenvolvimento urbano, até ao final da quarta fase de expansão - entre 1930 e 1960. O modelo de crescimento concretizado foi de carácter linear ao longo das Estradas Nacionais 102 e 216, sustentado pelo tecido edificado implantado. Estas vias proporcionaram fluxos populacionais dinamizadores de Macedo de Cavaleiros como é o caso de um troço da estrada nacional 216 que constituía a Rua da Estação.

A E.N. 102 tinha um traçado sinuoso dentro da Vila, em sentido Norte-Sul, passando próxima do Jardim Dr. Oliveira Salazar e ladeando a Praça das Eiras. Nas imediações desta Estrada a Sul, iniciou-se em 1948, a pavimentação das pistas do Campo de Aviação. A E.N. 216, com troço muito irregular, atravessava a Vila, de Noroeste a Sudeste. A área central designou-se como Rua Almeida Pessanha, próxima do antigo Largo Dr. Oliveira Salazar. O extremo noroeste da E.N. 216 formou a Rua Alexandre Herculano, adjacente do Largo do Tournal. “ A primeira construção que a margina (e em situação de evidência) é a cadeia, uma das melhores e mais recentes construções da Vila” (PGUMC, 1952, p.12). Mais a sul, a Casa dos Magistrados, uma escola primária, a Igreja Matriz e Cinema, o Posto da Guarda Nacional Republicana e os Celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT), continuando para além da Estação do caminho-de-ferro.

Em 1958, a instalação da Central Elétrica da Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal criou um novo Pólo de crescimento, com a localização do Bairro da CHENOP, inicialmente destinada aos funcionários e suas famílias. Esta situação proporcionou a expansão de Macedo de Cavaleiros no sentido Oeste.

Até 1952, não existia qualquer regulamento urbanístico no entanto foi elaborado por Arménio Losa, nesta data, o Antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, que incidiu particularmente na capacidade de resposta às necessidades habitacionais e na reestruturação viária, bem como a reorganização funcional da Vila.

A partir da década de 1960, Macedo de Cavaleiros cresceu gradualmente à volta de um novo núcleo num processo de densificação, decorrente da instalação de novos equipamentos de utilidade pública, em particular de âmbito educativo. Entre 1960 e 1970, Portugal registou um aumento dos fluxos emigratórios, em particular para França.

Em Macedo de Cavaleiros, particularmente no Concelho, apesar de ser evidente a emigração, na década de 1960, a instalação da Cooperativa Agrícola na Vila, ocasionou um novo núcleo de desenvolvimento urbano. A construção do Bairro da Bela Vista, nas proximidades do complexo foi de crescimento aleatório ou orgânico e serviu de alojamento, numa primeira fase, aos trabalhadores da Cooperativa.

Em Macedo de Cavaleiros, praticamente até meados do Século XX, a manutenção da frente de rua foi uma prática dominante. Porém, na segunda metade do mesmo século, apresentaram-se destacados da articulação com a malha urbana os edifícios do Complexo da Cooperativa, a Cadeia e o Hospital Civil, todos equipamentos de utilidade pública.

A **quinta fase de expansão**, entre as décadas de 1970 e 2000, inicia-se com a elaboração de um novo instrumento de ordenamento do território. O Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros de Barbosa de Abreu, orientava as propostas de planeamento urbanístico focado nas necessidades habitacionais e na reorganização territorial tendo em vista a contenção do edificado disperso e linear. Na década de 1970, as necessidades habitacionais resultaram do regresso de muitos portugueses de África e do êxodo rural – das freguesias para a sede de concelho – provocando um aumento populacional de 35%.

Neste período ocorreu a instalação de novos loteamentos, em grupos construtivos de vivenda unifamiliar e bifamiliar em banda – o Loteamento Duarte Moreno e o Bairro da Cortinha do Moinho – ainda que com tipologias de implantação distintas.

A concentração dos edifícios escolares, de implantação paralela à estrada nacional 102, teve implicações a nível socioeconómico e morfológico. A sua localização determinou

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

a formação, na década de 1970, de um novo pólo de crescimento urbano. Na década seguinte, foi estrategicamente instalada a Urbanização dos Merouços, que formava um conjunto habitacional relevante para a escala do aglomerado. Nas proximidades foram construídos o Centro Cultural e o Instituto Piaget, um equipamento dinamizador da Cidade até meados da década 2000. O ensino superior teve efeitos diretos na economia local e na morfologia urbana. O mercado do arrendamento a estudantes desencadeou um novo período de novas necessidades construtivas de cariz habitacional.

Na década de 1980, foi planeado e construído o Bairro de S. Francisco. Um bairro habitacional estruturado e marcante na forma urbana. No início da década de 1990, foi encerrada a linha férrea. Hoje é uma área abandonada e sem qualquer utilização. Este período foi marcado pela implementação de novas vias estruturantes, como a Avenida Ilha do Sal, a Avenida Engenheiro Camilo de Mendonça a Rua Comendador Emílio Augusto Pires, que atravessa a Urbanização dos Merouços, a Avenida Urze Pires, principal acesso à Unidade Hospitalar.

Os instrumentos de ordenamento do território vigentes foram publicados ao longo da década de 1990. O Plano Diretor Municipal de 1995, alterado em 2009 e o Plano de Urbanização de 1998. Os planos apresentam composições semelhantes, contudo enquanto o PDM de 1995 classifica o uso do solo e incide nos regimes diferenciados de restrições inerentes a cada uso, o PUMC de 1998 define uma organização para o meio urbano com recurso ao zonamento ocupacional e densimétrico.

Gradualmente, foi abandonado o desenho do quarteirão e da rua desenhada pelas fachadas. Foi adotada a quadrícula dos loteamentos caracterizada pelas manchas de implantação proporcionais e equivalentes, providas de jardins e logradouros. Os equipamentos de referência já não foram instalados junto aos eixos viários principais, como se verificava até à década de 1950. Os equipamentos de utilidade pública passaram a ser grandes volumes pousados no território. Exemplo disso foram os seguintes edifícios: Mercado Municipal, Tribunal, Centro Cultural, sede da Associação Comercial e Industrial, Estádio e Piscinas Municipais, a Igreja Santa Maria Mãe da Igreja e o Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros.

Registaram-se múltiplas intervenções de infraestruturação, requalificação e construção de arruamentos, que indicam a expansão de loteamentos já implementados. Foi realizada a Requalificação Urbana do Prado de Cavaleiros. Esta intervenção urbanística e paisagística representou a valorização de um estrato do património histórico da Cidade.

No final da quinta expansão, a forma urbana encontrava-se disciplinada aos requisitos habitacionais e à organização territorial e funcional estabelecida nos instrumentos de ordenamento do território vigentes. Informalmente assinala-se um elemento limítrofe entre duas tendências de crescimento, a Estrada Nacional 102. A Este desta fonteira informal, o edificado é antigo e correspondente à expansão do aglomerado até ao início do Século XX. O Prado de Cavaleiros e o núcleo envolvente à Igreja de São Pedro registam um desenho orgânico. A antiga Avenida da Estação, embora desenvolvida ao longo de um eixo retilíneo, caracterizava-se pelo edificado denso e com implantação diferenciada. A Oeste, foram instalados os Loteamentos caracterizados por arruamentos ortogonais e implantações reticulares de proporções idênticas. Os equipamentos de referência e dimensão relevantes foram implantados isoladamente e bem expostos, providos de espaço exterior abundante e servidos por acessos estratégicos.

Macedo de Cavaleiros apresentava, no Censos de 2011, uma população de 6.257 habitantes, com uma densidade populacional de 22,6 habitantes/Km². Na década de 1960, a densidade populacional era de 37,5 habitantes/Km². Trata-se de um território desertificado, sob ponto de vista humano.

Em 2011, a população mais jovem - a classe etária até aos 14 anos de idade, é a menos representativa de todos os grupos etários da população residente no concelho. A população do Concelho de Macedo de Cavaleiros está envelhecida, característica partilhada com outros concelhos do Distrito de Bragança, registando um índice de envelhecimento (IE) de 240, em oposição aos 18,5 da década de 1960. Considerando para o cálculo do IE o n.º de residentes com 65 anos ou mais que existem por cada 100 jovens, menores 15 anos, no total da população, em 2011 por cada 100 jovens residentes em Macedo de Cavaleiros existem 240 idosos.

O crescimento populacional verificado em Macedo de Cavaleiros, durante praticamente todo o seu tempo de vida resultou na expansão do espaço urbano, fruto das necessidades habitacionais mas também de novos contextos políticos. Até ao presente, a Cidade cresceu sempre, como sinal de desenvolvimento e progresso.

No início do Século XXI, o contexto socioeconómico e político marcado por graves dificuldades económicas e sociais têm tido e terão no futuro efeitos na evolução da forma urbana. O Concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta-se desertificado sob o ponto de vista humano e envelhecido. Um ciclo demográfico negativo, com consequências diretas na futura evolução da forma urbana da Cidade.

A análise morfológica da expansão urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros até à década de 2000 permite a identificação de indicadores relativos ao crescimento da

estrutura urbana, verificando prospectivamente contextos morfológicos, abordados no Capítulo 9 - Conclusão. Este **terceiro objetivo** que integra a análise prospetiva da forma urbana tem como ponto de partida os resultados obtidos na realização do primeiro e segundo objetivos deste trabalho.

8.2. Verificação do estado de arte a partir do caso de estudo

Até ao início do Século XX não se pode afirmar uma influência do pensamento urbanístico da época. Contudo, o crescimento de Macedo de Cavaleiros é justificado com as premissas da cidade linear. *Kevin Lynch* foi um defensor teórico deste conceito, sendo utilizado em situações reais por *Arturo Soria y Mata* e *Frank Lloyd Wright*. A sua evolução urbana traduz o processo histórico que lhe está inerente.

Durante a primeira metade do Século XX, o entusiasmo pelo progresso está patente no desenvolvimento e dinamismo característicos da antiga Avenida da Estação cujo expoente é o edifício do Cinema. A arquitectura modernista e as novas tecnologias construtivas acompanharam e serviram os novos programas de equipamentos urbanos que ansiavam por modernizar os aglomerados onde se inseriam. Ver Figura 26, p. 92.

No mesmo intervalo cronológico a Vila é pontuada por arquitectura neo-tradicionalista, *Português Suave*. Apesar da conotação negativa dos críticos dos “verdes anos 40” (Tostões, 1997, p. 94), também designados por “décadas duras de 1940-1950” (Frenandes, 2005, p. 83), este “estilo” foi usado e repetido em diversos equipamentos, nomeadamente na nova Cadeia da Comarca - Figura 20, p. 80, na Escola primária localizada na Rua Alexandre Herculano – Largo do Toural, Escola do Padrão, bem como na nova Câmara Municipal e o edifício dos Correios. As Câmaras Municipais e os Tribunais representavam o Poder. Estes edifícios são, necessariamente, obras de arquitectura solene, pesada e “cinzenta”. A dimensão histórica obrigava à monumentalidade com recurso a formas tradicionalistas, frequentemente com pendor regionalista. Ascética simplicidade aliada à austeridade dos materiais aplicados. São obras cuja dimensão ultrapassa a escala dominante da habitação formalizando marcas no território e constituindo-se como referências no desenho da cidade.

A meio do Século XX, o PGU 1952 é um instrumento de ordenamento do território cujas influências estão definidas. Apesar de não publicado, algumas matizes do plano são detetáveis, pontualmente, no contexto de Macedo de Cavaleiros. A sua composição incidente no zonamento funcional denota verosimilitudes com o Urbanismo Formal que lança em Portugal “a visão urbanística de que a política de Duarte Pacheco necessitava”

(Lamas, 2010, p. 281). A cidade seria provida de equipamentos e especializações funcionais sustentada num esquema de traçados, localizações funcionais, disposições edificadas, regras e regulamentos. O desenho da estrada implica o desaparecimento da rua. A paisagem urbana é orientada para a velocidade do automóvel. Porém, a pedestrialização é contemplada em caminhos e zonas independentes onde seriam realocizadas as atividades “de rua dos peões” (Relp, 1990, p. 142).

Na segunda metade do Século XX, os Planos de ordenamento aplicáveis na Cidade denotam influência da “cidade moderna” no sentido em que incidem na classificação do uso do solo; na definição do zonamento funcional e densimétrico (são exemplo as Zonas dedicadas exclusivamente a serviços, tais como a Zona do Centro Escolar, a Zona do Pólo de Ensino Superior e Centro Religioso, ou ainda, a Zona Cultural dedicada ao Centro Cultural, Biblioteca e Arquivo Municipal); na “destruição” e abandono do quarteirão; na tradução das necessidades habitacionais em novas tipologias, tais como habitação em Banda e em Bloco circundadas por espaços verdes (perceptível no Bairro de São Francisco). Até à década de 1950 a cidade revelava características da cidade tradicional, no sentido em que a forma urbana gerava a implantação. A partir de então, as tipologias determinam a forma urbana. A preocupação obsessiva com a organização e distribuição dos usos do solo resultam na monotonia visual da implantação dos Loteamentos e na falta de significação dos espaços. Os equipamentos instalados neste período caracterizam-se por “volumes e objetos pousados no território” (Lamas, 2010, pp. 302 e 307).

A cidade antiga é retomada como referência e revelam-se pertinentes as políticas de restauro e conservação. É retomado o debate sobre os centros históricos e antigos fruto do reinteresse e valorização da cidade antiga. Novos conceitos como “património cultural, arquitectónico e urbanístico” tecem novo pensamento urbano. (Lamas, 2010, p. 421) O PDM 1995 contempla um regime de salvaguarda dos núcleos antigos.

8.3. Contribuição do caso de estudo de Macedo de Cavaleiros para o estado de arte

São escassos os trabalhos publicados sobre o processo de transformação da estrutura urbana nas cidades transmontanas. A presente Dissertação pretende dar um contributo para a sua compreensão sob uma perspetiva urbanística, teórica e analítica e utilizando como objeto de estudo a Cidade de Macedo de Cavaleiros.

O encorpamento do presente trabalho consubstancia-se na produção de inúmeros elementos de autoria própria, nomeadamente as pontes estabelecidas entre o estado de arte e as respetivas influências no contexto da Cidade, as comparações fotográficas a partir dos registos captados ao longo da sua história e a atualidade, bem como a produção de elementos cartográficos que acompanham e ilustram o desenvolvimento e crescimento do edificado desde o período correspondente à fundação da nação.

Pelo exposto, a presente Dissertação reveste-se de características e conteúdos que nunca haviam sido reunidos e estudados, tornando-a num contributo importante para o atual estado de arte da matéria.

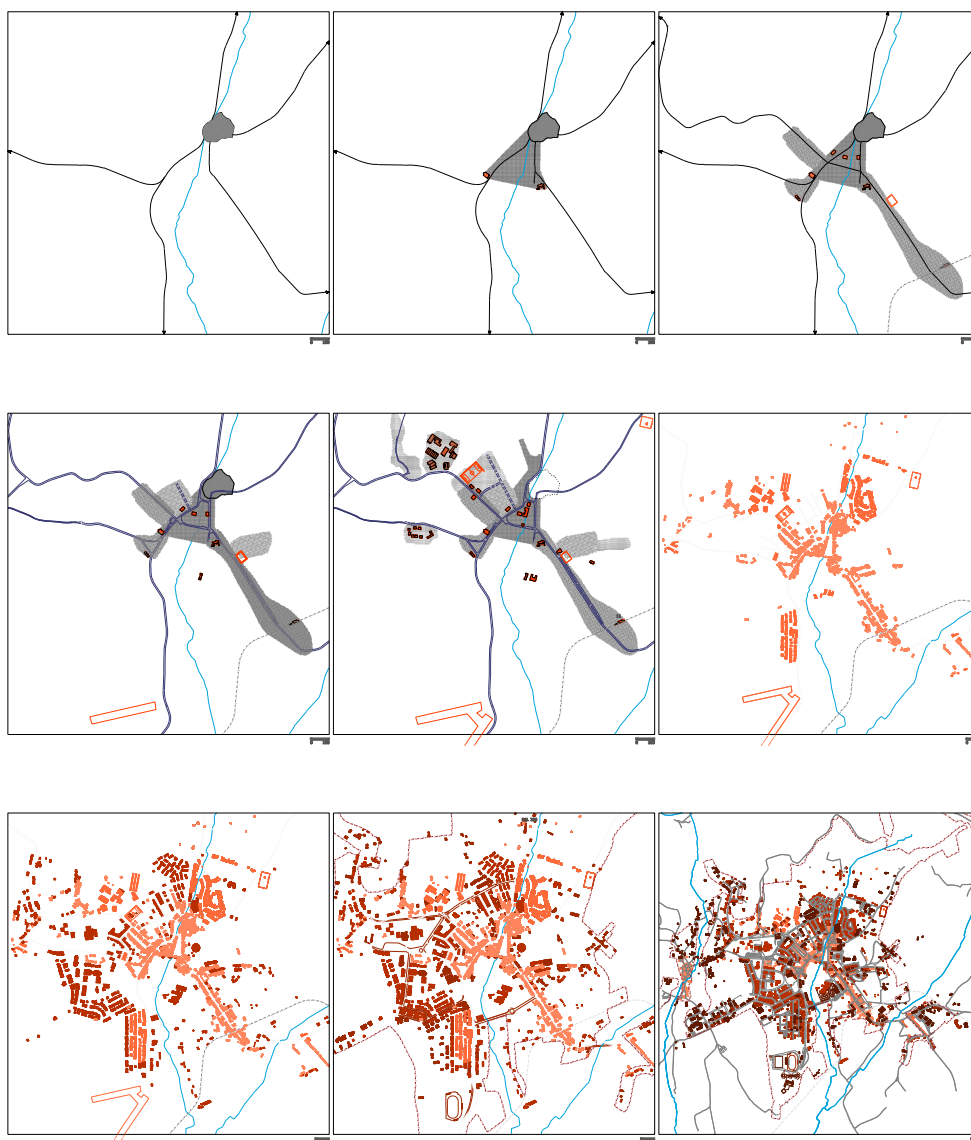


Figura 71. Dinâmicas de crescimento urbano de Macedo de Cavaleiros até ao ano 2000.

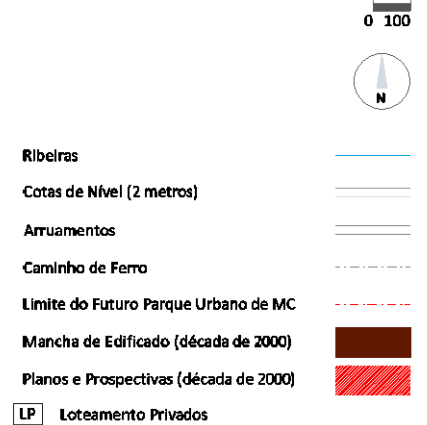
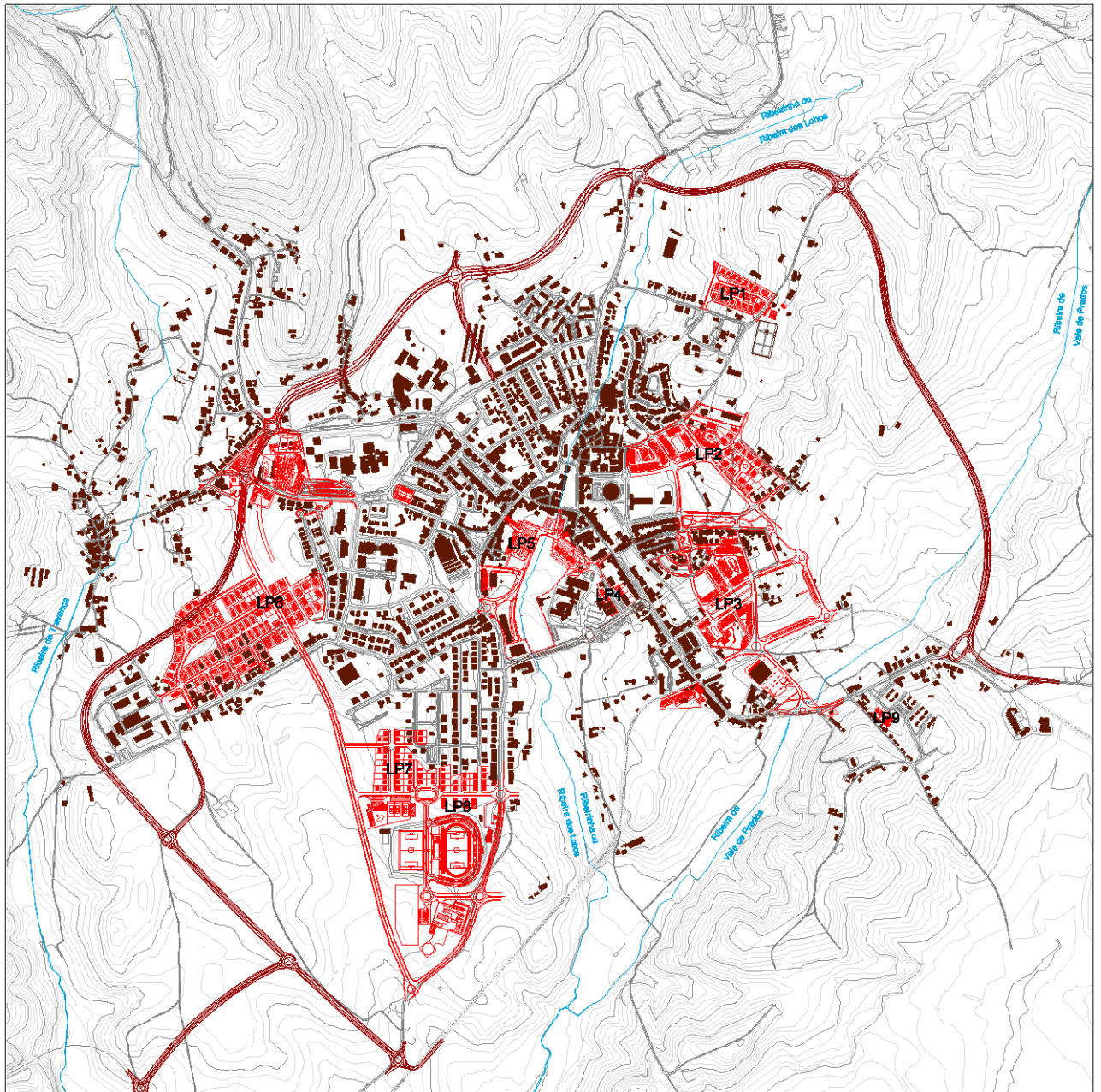


Figura 72. Intenções e prospetivas para Macedo de Cavaleiros.

9. CONCLUSÃO

Esta Dissertação definiu como caso de estudo as transformações morfológicas ocorridas na Cidade de Macedo de Cavaleiros ao longo da sua história. No estado de arte, foram abordados diferentes autores e escolas de pensamento urbanístico e estudados conceitos teóricos sobre morfologia urbana. Este enquadramento foi a base teórica para a realização do caso de estudo. Partindo de análises, utilizações práticas e princípios, tratados por urbanistas em diferentes épocas foi possível correlacionar o conhecimento teórico com os processos de transformação da estrutura urbana.

Até ao Século XVII, Macedo de Cavaleiros era um pequeno aglomerado urbano cingido ao Prado de Cavaleiros. A sua localização central no distrito de Bragança e na intersecção dos principais caminhos que serviam a região possibilitaram o seu lento e gradual crescimento, até ao final do Século XIX. As populações dedicavam-se quase exclusivamente à atividade agrícola, produtiva nos terrenos férteis do vale.

A centralidade geográfica e viária justificou a elevação de Macedo de Cavaleiros a sede de Concelho em 1853. Nas cinco décadas seguintes, a então Vila cresceu rapidamente ao longo dos seus eixos viários principais, justificada por um aumento populacional.

No início do Século XX, o acentuado crescimento populacional e urbano foi enfatizado pela infraestruturação e instalação de equipamentos na Vila. A construção da Estação do Caminho-de-Ferro propiciou o preenchimento urbano entre esta e o centro de Macedo de Cavaleiros, revestindo-se de atratividade e dinâmica comercial.

No final da primeira metade do Século XX a Vila apresentava um crescimento linear sustentado pelo tecido edificado implantado ao longo das suas principais vias. A ocupação da mancha urbana ocorreu com a instalação de equipamentos de referência de utilidade pública e com a infraestruturação da Vila. Em meados do mesmo Século foi elaborado por Arménio Losa, o Antepiano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, que projetava para a Vila conceitos inovadores à época. O antepiano incidiu particularmente na capacidade de resposta às necessidades habitacionais e na reestruturação viária, concebida para a era do automóvel.

Em 1976, foi elaborado o Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, da autoria de Barbosa de Abreu. A necessidade deste plano resultou do aumento populacional na vila e conseqüente proliferação de construções de génese ilegal desprovidas, muitas vezes, de requisitos mínimos de habitabilidade. Este plano, pese embora nunca ter sido publicado foi utilizado durante mais de duas décadas como um importante instrumento de orientação das decisões urbanísticas.

Nas décadas de 1970 e 1980, a economia local ainda era suportada maioritariamente pela atividade agrícola. Contudo, a Vila de Macedo de Cavaleiros, conheceria durante as duas décadas seguintes, de 1990 e 2000, um período de crescimento populacional e urbano, pela entrada em funcionamento do Pólo de Ensino Superior do Instituto Piaget.

No início da década de 1990, foi encerrado o troço de Mirandela a Bragança da Linha do Tua. Toda a área envolvente à Estação perdeu numa década, todo o dinamismo que a caracterizava. Atualmente é uma área periférica, abandonada e desprovida de qualquer interesse económico e ocupacional. Contudo, a década de 1990 foi também marcada pela implementação de novos eixos urbanos estruturantes. Os instrumentos de ordenamento do território vigentes foram publicados ao longo desta década. O Plano Diretor Municipal de 1995, alterado em 2009 e o Plano de Urbanização de 1998. Os planos apresentam composições semelhantes, contudo enquanto o PDM de 1995 classifica o uso do solo e incide nos regimes diferenciados de restrições inerentes a cada uso, o PU de 1998 define uma organização para o meio urbano com recurso ao zonamento ocupacional e densimétrico.

Na segunda metade do Século XX é abandonado o desenho do quarteirão e da rua desenhada pelas fachadas. É adotada a quadrícula dos loteamentos caracterizada pelas manchas de implantação proporcionais e equivalentes, providas de jardins e logradouros. Os equipamentos de referência já não são instalados junto aos eixos viários principais, como se verifica até à década de 1950. Os equipamentos de utilidade pública passaram a ser grandes volumes pousados no território, “objetos isolados, albergando as suas funções e bem orientados pelo sol, arejados e afastados uns dos outros” (Lamas, 2010, p. 307). Registaram-se múltiplas intervenções de infraestruturação, requalificação e construção de arruamentos. Foi realizada a Requalificação Urbana do Prado de Cavaleiros e elaborados dois Planos de Pormenor, nunca publicados, que visavam um desenvolvimento coerente e controlado nas áreas de intervenção, pela manutenção da identidade dessas frentes urbanas. Ambos assinalaram a acentuada descaraterização urbana justificada pela alteração e substituição do tecido edificado preexistente.

No final do Século XX a forma urbana encontrava-se disciplinada aos requisitos habitacionais e à organização territorial e funcional estabelecida nos instrumentos de ordenamento do território vigentes, antes referidos. Informalmente assinala-se um elemento limítrofe entre duas tendências de crescimento, a Estrada Nacional 102. A Este desta fonteira informal, o edificado é antigo e correspondente à expansão do aglomerado até ao início do Século XX. O Prado de Cavaleiros e o núcleo envolvente à Igreja de São Pedro registam um desenho orgânico. A antiga Avenida da Estação, embora desenvolvida

ao longo de um eixo retilíneo, caracteriza-se pelo edificado denso e com implantação diferenciada. Os novos Bairros da Cortinha do Moinho e do Padrão não se regem por arruamentos ortogonais. A oeste, estão instalados os loteamentos caracterizados por arruamentos ortogonais e implantações reticulares de proporções idênticas.

Os equipamentos de referência e dimensão relevantes estão implantados isoladamente e bem expostos, providos de espaço exterior abundante e servidos por acessos estratégicos.

A análise morfológica da evolução urbana da Cidade de Macedo de Cavaleiros até à década de 2000 possibilita a identificação de indicadores relativos ao crescimento da estrutura urbana, perspetivando intenções e prospetivas. Ver figura 72, p. 187.

Sem nunca perder de vista o princípio de que “a transformação da cidade tem como propósito a satisfação plena das necessidades e pretensões da Comunidade” (Lamas, 2010, p. 144) é possível estruturar a evolução urbana de Macedo de Cavaleiros.

Um novo fragmento de trabalho incide no desenvolvimento urbano que pretende melhorar o desempenho da cidade em simultâneo com a provisão de maior atratividade e operabilidade. Os novos modos e estilos de vida refletem-se no modo de habitar e trabalhar o território. O processo de planeamento sustentável deverá garantir uma maior satisfação das necessidades da população, uma mais eficiente gestão dos recursos renováveis e não renováveis e uma garantia da sua monitorização através da participação da população.

Contudo, uma estratégia de crescimento estruturado exige sólidas políticas urbanas, muitas vezes dependentes de decisões regionais e ministeriais. Os elevados níveis de endividamento fragilizam a prossecução dos planos. Num contexto incerto, débil e cuja resolução dos problemas está dependente de respostas e resultados de projetos e planos decorrentes, é difícil mas possível traçar uma prospetiva sobre a tendência do crescimento urbano.

O espaço urbano está em constante reconfiguração espacial e social. Tratando-se de uma tarefa sempre inacabada permite uma reflexão sobre as políticas que orientam e organizam o desenvolvimento das cidades.

Nas várias áreas de intervenção política, o paradigma é necessariamente diferente e mais exigente, convergindo num esforço comum e partilhado entre cidadãos e responsáveis. O planeamento estratégico é fundamental para o cumprimento de objetivos ambiciosos que passarão inevitavelmente pela correta aplicação dos fundos comunitários, no novo quadro comunitário de apoio de 2014 a 2020.

Em Macedo de Cavaleiros, à semelhança da globalidade dos territórios, é inevitável a consolidação de políticas de gestão territorial, assentes em ferramentas objetivas e monitorizáveis.

No Regulamento orgânico do Município de Macedo de Cavaleiros, publicado em Maio de 2013, a Divisão de Gestão Territorial, tem competências na área da Urbanização e Edificação e do Ordenamento e Ocupação do Território, entre outras. Nas atribuições da Urbanização e Edificação destacam-se, no âmbito deste trabalho, a conservação, reabilitação e promoção do património arquitetónico e a gestão e aplicação dos planos municipais de ordenamento do território. Na área do Ordenamento e Ocupação do Território, a elaboração, alteração e suspensão de planos municipais de ordenamento do território - antes referidos, projetos específicos de desenvolvimento estratégico ou estruturante, desenvolver e implementar propostas e métodos de planificação e gestão do território, incluindo a programação de equipamentos e infraestruturas urbanas e elaborar projetos e estudos que visem a proteção e defesa do património natural e biodiversidade, bem como a valorização e requalificação ambiental, paisagística e urbanística dos lugares. O Município dispõe ainda de um Sistema de Informação Geográfica (SIG), iniciado em 2004 e em constante atualização. Desde 2011, conta com uma plataforma com novas funcionalidades. A identificação das unidades orgânicas, dos atores chave e suas funções, no âmbito da implementação de políticas públicas urbanísticas é fundamental para a concretização de projetos e planos de desenvolvimento urbano para a Cidade no futuro.

No desenho gráfico incluído na análise prospetiva - Figura 72, p. 187, é possível observar novas áreas de instalação de loteamentos projetados, a proposta para o Parque Urbano - Figura 73, p. 195 e a Circular da Cidade.

O estudo prévio para o Parque Urbano contemplava uma zona verde, com uma área considerável e dotada de equipamentos de lazer e convívio. A circular permitiria a fluidez do tráfego e o acesso facilitado a equipamentos e serviços de utilidade pública. Nas proximidades do Centro Cultural e do Centro escolar está programada nos Planos de Urbanização de 1976 e no de 1998, a construção da Central de Camionagem, que ficaria com acesso direto à nova circular urbana e nas proximidades dos principais eixos viários.

A prospetiva urbana, agora apresentada, procura estabelecer uma relação de equilíbrio com a cidade, fundamentada em critérios racionais decorrentes dos usos e funcionalidade dos espaços existentes.

Deverão ser consolidadas estratégias que diferenciem os equipamentos coletivos, fazendo-os atuar em rede, sustentados por uma base de complementaridade, abrangendo distintas atividades, nomeadamente aquelas associadas ao ambiente e à natureza – o Ecoturismo.

Equaciona-se o desenvolvimento de atividades de considerável dinâmica promocional para o território, através do desenvolvimento de planos e projetos que possam integrar rotas associadas ao património paisagístico e cultural. Paralelamente, os equipamentos existentes e a conceber deverão estar integrados numa dinâmica, também, de criação de condições à atracção de investimentos decorrentes de novas infraestruturas. A proximidade com a natureza e o reforço dos espaços naturais complementam os fluxos existentes e potenciam a articulação dos diferentes espaços do território.

Este estudo prospetivo centra-se em duas vertentes: a qualificação e estruturação da mancha urbanizada, em particular em zonas e bairros antigos e no património edificado e a valorização dos recursos ambientais e paisagísticos. Esta abordagem pretende atender às necessidades da população e aos novos modos e formas de habitar e viver o território respeitando o contexto histórico e cultural da Cidade.

O processo de qualificação urbana foi iniciado pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, particularmente a partir da década de 1990. Incluiu a Praça das Eiras, o Jardim 1.º de Maio, e mais recentemente o Prado de Cavaleiros e o Largo do Toural. Foram também objeto de intervenção, entre outros, a Casa Falcão, a Casa dos Magistrados e o Solar dos Morgados – investimento privado e a funcionar como unidade turística. Na qualificação de zonas e bairros antigos foram intervencionados pelo Município o Bairro da Bela Vista, o Bairro da Cortinha do Moinho e o Bairro do Padrão onde foi implantado o novo Centro Escolar de Macedo de Cavaleiros. Apesar do esforço de recuperação e revitalização de zonas e construções antigas, existem na Cidade edifícios de referência que poderiam ser qualificados e adaptados a novas utilizações.

As intervenções, a seguir assinaladas decorrem do estudo, análise e vivências do autor em Macedo de Cavaleiros.

Atualmente o edifício, onde funcionou a Estalagem, convertida no passado em residência de estudantes, encontra-se sem qualquer utilização. A sua localização central, no Largo Manuel Pinto de Azevedo, na envolvente da Casa Falcão, ocupada com o Museu de Arte Sacra, permitiria desenvolver um novo espaço de alojamento turístico de baixo custo.

Também a Estação do caminho-de-ferro e área envolvente, atualmente abandonada, poderia ser intervencionada. Neste âmbito e indo de encontro às necessidades e pretensões da comunidade, propõe-se a instalação de um alojamento turístico, complementado com um centro de apoio à prática de ciclismo de montanha ou BTT. O crescente interesse pela prática desta variante do ciclismo é um setor em forte expansão no País e com crescente número de praticantes em Macedo de Cavaleiros. A proposta de instalação de um centro de apoio à prática do ciclismo de montanha com a conversão da linha de caminho-de-ferro em ecopista permitiria a qualificação de toda a área envolvente, estimuladora de novas dinâmicas sociais, económicas e territoriais. A prática desta variante do ciclismo alia a atividade desportiva, com o ambiente e a economia, representando uma potencial fonte de rendimento.

A proximidade de Macedo de Cavaleiros à Barragem do Azibo poderia proporcionar e valorizar as atividades associadas ao Turismo Natureza, pela atração de novos públicos, os percursos pedestres existentes, promover atividades desportivas como a pesca, passeios turísticos e observação de aves e espécies autóctones. Também a “singularidade única em Portugal do Maciço de Morais, o “umbigo do mundo” na mira dos geólogos” (CMMC, 2014, p.1).

Em complementaridade com as novas dinâmicas territoriais da Estação, o Parque Florestal poderia ser beneficiado para um equipamento de cariz educativo e ambiental, com a adaptação de um centro interpretativo no edificado existente, em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

A Sul do território, propício para a atividade agrícola, poderia ser desenvolvido um projeto de hortas comunitárias, privilegiando a ligação à terra da população da cidade. Nesta zona, o complexo desportivo atualmente dotado de estádio de futebol beneficiaria com a implantação dos equipamentos planeados, um campo de jogos e um hotel. Este edifício poderia ser convertido, ainda em fase de projeto, num centro de estágios.

Por outro lado, a dinamização do recinto da Feira de São Pedro, com atividades regulares, aberto à comunidade e dotado com um parque de desportos radicais e outros equipamentos e mobiliário urbano apropriado, bem como espaços de convívio e lazer. Esta área poderia ser beneficiada com espaços verdes e ajardinados. A sua localização privilegiada, próxima do núcleo escolar, de acesso e estacionamento facilitado proporcionaria um espaço de lazer e convívio da população. A construção, já projetada da Biblioteca e Arquivo Municipais junto ao Centro Cultural e às escolas ofereceria um novo espaço de cultura.

No vazio do antigo cemitério, próximo do Centro de emprego, classificada no PUMC 1998, como Zona de Equipamento Coletivo, poderia localizar-se um Centro de Fotografia, com a vertente da preservação do património fotográfico local e regional e para a realização de exposições, galerias, cursos e *ateliers* de fotografia.

Dado o declive acentuado do terreno, a implantação do mesmo seria semienterrada, favorecida por uma cobertura ajardinada, constituindo uma zona verde neste espaço urbano. Este equipamento responde às pretensões do aumento de entusiastas pela fotografia na cidade.

As formas urbanas permitem analisar a cidade como um todo e são o resultado da sociedade que nela habita. São as condições sociais, económicas e políticas bem como a compreensão e aceitação dos erros materializados no passado que permitem compreender o processo de formação e desenvolvimento, a compreensão do traço e o aspeto da forma que a cidade alcançou permitirá intervir futuramente sem desrespeitar o antigo isto é, em estreito diálogo com o passado permanente.

Esta Dissertação não representa o final de um percurso de estudo da Cidade. Antes, um lugar de partida.



Figura 73. Estudo prévio para Parque da Cidade de Macedo de Cavaleiros.

Enfim, o homem não é só o homem daquele país ou daquela cidade, mas é o homem de um lugar preciso e delimitado, e não há transformação urbana que não signifique também a transformação da vida dos seus habitantes. (Rossi, 2001, p. 242)

BIBLIOGRAFIA**Referências Bibliográficas**

Afonso, A. & Gaspar, D. (2002). *A Construção de uma Identidade: Trás-os-Montes e Alto Douro*. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança.

Amado, M. (2009). *Planeamento Urbano Sustentável*. (2.ª ed.). Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Andrade, A. & Guimarães, M. (2008) *Carção - A capital do Marranismo*. Vimioso: Associação Cultural dos Almocreves de Carção, Associação Caramigo, Junta de freguesia de Carção e Câmara Municipal de Vimioso.

Antunes, L. (2003). A Ideologia do Plano Urbanístico. *Planeamento*, (n.º 4), 63-66.

Aragão, S. (2006). *Espaços livres urbanos*. (Tese de Doutoramento não publicada), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil.

Ascher, F. (2001). *Novos princípios do urbanismo* (2.ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.

Barbosa, P. & Mendes, C. (2006). *De Macedo a Macedo dos Cavaleiros (Via Aljubarrota) A figura de Martins Gonçalves de Macedo*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.

Cabral, J. & Marques, T. (1996). *Do planeamento estratégico ao desenvolvimento sustentável: experiência em Portugal*. Inforgeo n.º 11. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.

Cabrita, R. & Silva, M. (1998) *Nova Igreja Paroquial de Macedo de Cavaleiros – Memória Descritiva e Justificativa*. Aljós: Rui Pedro Cabrita e Miguel Ângelo Silva, Arquitetos Lda.

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (2012). O Rio Azibo. Acedido em <http://www.azibo.org/rioazibo.html>, em 23/05/2014.

Capel, H. (2002). *La morfologia de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano*, 1, Barcelona: Ediciones del Serbal.

Cardoso, M. (2005). *Macedo de Cavaleiros – rua a rua*. Vila Real: Minerva Transmontana.

Correia, J. & Correia, D. (1974) *Hospital Concelhio de Macedo de Cavaleiros. Memória descritiva. Obras de Conservação e Beneficiação*. Porto: Gabinete 5. Centro de Estudos de Arquitectura e Especialidades, Lda.

Correia, J. & Correia, D. (1978) *Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros. Projeto. Arquitectura. Memória Descritiva*. Porto: Gabinete 5. Centro de Estudos de Arquitectura e Especialidades, Lda.

Correia, J. & Correia, D. (1982) *Hospital Concelhio de Macedo de Cavaleiros. Anteprojeto. Arquitectura. Memória descritiva e Justificativa*. Porto: Gabinete 5. Centro de Estudos de Arquitectura e Especialidades, Lda.

Domingues, Á. et al. (2006). *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana*. Lisboa: Argumentum.

Faludi, A. (2000). The performance of spacial pllanning. *Planning Praticce & Research (Journal)*, 15 (4), 299-318.

Fernandes, M. (2005). *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal*. Porto: FAUP Publicações.

Fernandez, A. (2003) *Biblioteca Municipal – Anteprojeto - Memoria Descritiva e Justificativa*. Guarda: Bernardo & Bernardo, Consultores Associados Lda.

Fernández, J. (2012). *Allariz – Transformación Morfológica*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Escola Superior Gallaecia.

Fernandez, S. (1988). *Percurso da Arquitectura Portuguesa 1930/1974* (2.ª ed.). Porto: FAUP.

Flores, J. (1998) *Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos urbanos: Universidade Técnica de Lisboa.

Flyvbjerg, B. (2001). *Making Social Science Matter*. Cambridge: University Press

Fonte, B. (2003). *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Duriense*, (Vol. 3). Guimarães: Editora Cidade Berço.

GAT (2005) *Prado de Cavaleiros. Qualificação Urbana e Remodelação de Infraestruturas*. Mirandela: Gabinete de Apoio Técnico à Terra Quente Transmontana.

Goitia, F. (2008). *Breve História do Urbanismo* (7.ª ed.) Lisboa: Editorial Presença.

González, J. (2013). *Transformación Morfológica – Rianxo (1956-2012)*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo: Escola Superior Gallaecia.

Grande, N. (2002). *O Verdadeiro Mapa do Universo*. Coimbra: e|d|arq.

Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

Hillier, B. (2007). *Space is the Machine*. London: Space Syntax.

Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (2014). Portal da Habitação. Acedido em <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/habitacao/planeamento/planos.html>, em 11/07/2014.

Instituto Nacional de Estatística. *População Residente por Sexo e Concelho*. Acedido em <http://censos.ine.pt/>, em 30/05/2014.

Jacobs, J. (2009). *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Koolhaas, R. (2010). *Três Textos Sobre a Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili.

- Lacaze, J. (1998). *O Ordenamento do Território*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lamas, J. (2010). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (5.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Larkkam, P. (1996). *Conservation and the City*. London: Routledge.
- Lôbo, M. (1995). *Planos de Urbanização – A Época de Duarte Pacheco*. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico: Universidade Técnica de Lisboa. Porto: FAUP.
- Lynch, K. (1989). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Lynch, K. (2007). *A boa forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Malheiros, J., et al. (2011). *Diagnóstico da população imigrante no Concelho de Macedo de Cavaleiros: desafios e potencialidades para o desenvolvimento local*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
- Mateus, M. (2008). *Fluxos migratórios no Concelho de Macedo de Cavaleiros – Distrito de Bragança*. Instituto Politécnico de Bragança: Investigação Financiada.
- Mendes, C. (2005). *Macedo de Cavaleiros. Cultura, Património e Turismo*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
- Menezes, M. & Tavares, M. (2004). *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano*. Lisboa: LNEC.
- Miranda, J. (2003). O Papel dos Particulares na Execução dos Planos Territoriais. *Planeamento*, (n.º 4). 15-22.
- Mitchell, W. (1992). *Landscape and Power*. Chicago: The University of Chicago Press
- Neto, M. (2001). *Memória, Propaganda e Poder, O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.
- NOVARQa (2001) *Plano de Pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha*. Mirandela: Gabinete de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo, Lda.
- NOVARQb (2001) *Plano de Pormenor para as frentes urbanas das Ruas Fonte do Paço e Viriato Martins*. Mirandela: Gabinete de Arquitectura, Engenharia e Urbanismo, Lda.
- Oliveira, V. (2011). *Avaliação em Planeamento Urbano*. Porto: Universidade do Porto.
- Oliveira, V. (2013). *A evolução faz formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Universidade do Porto.
- Pereira, M. (1998). *Transformações Urbanas em Áreas Periféricas*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano – Opção Planeamento: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Pinto, A. (1975) *Cópia de parte da Ata da reunião da Comissão Integradora dos Serviços de Saúde Locais de Macedo de Cavaleiros, no que respeita à reestruturação e ampliação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia*. Macedo de Cavaleiros.

Pinto, T. (1972) *Sobre a problemática da forma urbana: o método de pesquisa de Kevin Lynch*. *Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. 2.ª Série, n.º 33, Vol. 9. Lisboa: ISCUL.

Pires, A. (1963). *O Concelho de Macedo de Cavaleiros*. Junta Distrital de Bragança. Porto: O Primeiro de Janeiro.

Portas, N. (1985). *Notas sobre a Intervenção na cidade existente* *Sociedade e Território*, n.º 2. Porto: Edições Afrontamento.

Portas, N. (2005). *Os tempos das Formas, A Cidade Feita e Refeita*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho.

Portas, N. (2007). *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de métodos e crítica*. Lisboa: Livros Horizonte.

Portas, N., et al. (2003). *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.

Rebelo, D. (2008). *Bragança: Transformações Urbanas de uma Cidade*. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura: Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Recordar Macedo de Cavaleiros (2014). [Publicação do Facebook] Acedido em <https://www.facebook.com/macedo.cavaleiros.5>, em 23/05/2014.

Relph, E. (1990). *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70.

Ribeiro, M. & Fernandes, A. (2008). *Desenvolvimento Local no Distrito de Bragança*. Artigo apresentado no Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, 7 CIER – Cultura, Inovação e Território, Coimbra.

Ribeiro, O. (1993). *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: edições João Sá da Costa.

Rodrigues, A. (2012). *Decifrar Macedo*. Acedido em <http://adelinoarg.wordpress.com/>, em 13/12/13.

Rodrigues, A. (2012). *Matriz Singular*. Acedido em <http://adelinoarg.wordpress.com/>, em 13/12/13.

Rodrigues, H. (2011). *Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo: Escola Superior Gallaecia.

Rossa, W. (2002). *A Urbe e o Traço – uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.

Rossi, A. (2001). *A arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

Sales, F. (2005). *Januário Godinho: Arquitectura, Paisagem e Cultura Urbana, Aspetos a reavaliar*. Porto: ESAP.

Santos, C. (2009). A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. 5 (1), 177-190.

Souza, M. (2003). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Tostões, A. (1997). *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50* (2.ª ed.). Porto: FAUP.

Vergara, A. & Rivas, J. (2004). *Territórios Inteligentes*. Madrid: Fundación Metrópoli.

Vergara, A. (2009). *Territorios inteligentes*. La Revista Ambienta n.º 89. Madrid: Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente.

Vicente, A. (2004). *Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lampaças ao Concelho, Os forais e a sua época*. Lisboa: Âncora Editora.

Vilagrassa, J. (1991). *El estudio de la morfología urbana: una aproximación*. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Año XVI n.º 92. Barcelona: Universidade de Barcelona.

Índice de figuras

Figura 1. Fotografias. *Vistas aéreas. Macedo de Cavaleiros. Década de 1930. Década de 2000.* Cardoso, 2005, p. 13 e *A Terceira Dimensão.* Em portugalfotografiaaerea.blogspot.com. p. 18.

Figura 2. Gráfico esquemático. *Bases metodológicas.* De autor, 2014, p. 20.

Figura 3. Fotografias. *Vista da Cidade a partir do Bairro da Bela Vista. A primeira, “Perspetiva de 1929-30 tirada a partir da Bela Vista. Postal (...) a mancha arborizada que se vê “por cima da igreja” ficava na estação de caminho-de-ferro que se nota em contraste e era um eucaliptal. Quase em primeiro plano, à esquerda, estão os medeiros das eiras que ficavam onde é hoje a cooperativa.”* (Cardoso, 2005, p. 12) e de autor; p. 53.

Figura 4. Mapa. *Povoações nas inquirições de D. Afonso III. 1258.* Vicente, 2004, p. 86. p. 54.

Figura 5. Fotografia. *Vista geral. Núcleo habitacional. Década de 1900.* (Cardoso, 2005, p. 10) p. 54.

Figura 6. Fotografias. *Antiga Rua da Cadeia. Atual Rua Dr. Francisco Sá Carneiro. Capela de S. Pedro. Solar Prado do Prado de Cavaleiros. Antigos Paços do Concelho. Atual Largo Manuel Pinto de Azevedo. Década 1910.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 56.

Figura 7. Fotografias. *Praça das Eiras. Década de 1900. Hospital Civil. Década de 1910. Chegada do primeiro avião. Década de 1920.* (Cardoso, 2005, pp. 63, 48, 35). p. 58.

Figura 8. Fotografias. *Estação e linha do caminho-de-ferro. Década de 1900. Prado de Cavaleiros. Década de 1920.* (Cardoso, 2005, p. 43) e arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 60.

Figura 9. Desenho interpretativo. *Dinâmicas do crescimento urbano. Núcleo Antigo.* De autor, 2014, p. 62.

Figura 10. Desenho interpretativo. *Dinâmicas do crescimento urbano. 1.ª Fase de Expansão. Entre Séculos XVII e XIX.* De autor, 2014, p. 64.

Figura 11. Desenho interpretativo. *Dinâmicas do crescimento urbano. 2.ª Fase de Expansão. Transição do Século XIX para o Século XX.* De autor, 2014, p. 66.

Figura 12. Desenho interpretativo. *Dinâmicas do crescimento urbano. 3.ª Fase de Expansão. Décadas 1910 a 1930.* De autor, 2014, p. 68.

Figura 13. Desenho interpretativo. *Dinâmicas do crescimento urbano. 4.ª Fase de Expansão. Décadas 1930 a 1960.* De autor, 2014, p.70.

Figura 14. Gráfico Linear. *População residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros (1864 e 1960).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 72.

Figura 15. Gráfico de Barras. *Variação percentual da população residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros por década (1890 e 1960).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 72.

Figura 16. Gráfico de Barras. *Variação percentual da população residente na Freguesia e no Concelho de Macedo de Cavaleiros por década (1890- 1960).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 73.

Figura 17. Gráfico de Barras. *População empregada segundo os Censos por sector de atividade económica no Concelho de Macedo de Cavaleiros (1960).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 73.

Figura 18. Desenho. *Anteplano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros. 1952.* Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. p. 76.

Figura 19. Fotografias. *Vista aérea. Década de 1950. Terrenos agrícolas. Atual recinto da Feira S. Pedro. Década 1970.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 78.

Figura 20. Fotografias. *Jardim Dr. Oliveira Salazar. “Centro administrativo da Vila em fins dos anos quarenta, século XX. Este espaço é atravessado, subterraneamente, por um ribeiro que foi tapado em aqueduto durante as décadas de vinte, trinta e quarenta. O edifício dos Correios foi inaugurado em 1947”. Estrada Nacional 216. Nova Cadeia. Década 1940.* Cardoso, 2005, p. 14 e arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 80.

Figura 21. Fotografias. *Troço da Estrada Nacional 102. Colégio. Solar dos Vasconcelos. Externato Trindade Coelho. Década de 1950 e 1980.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 82.

Figura 22. Fotografias. *Paços do Concelho. Jardim Dr. Oliveira Salazar. Década de 1950. “Praça Central”. Atual Largo Agostinho Valente. Década de 1930. Vista do atual Largo Manuel Pinto de Azevedo a partir da Rua Infante D. Henrique. Década 1950.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 84.

Figura 23. Fotografias. *Zona comercial. Antiga Rua Direita. Atual Rua Pereira Charula. Década de 1940 e entre meados de 1950 e meados de 1960.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 86.

Figura 24. Fotografias. *Centro hospitalar. Vista aérea. Hospital após ampliação. Em baixo, Pavilhão de Isolamento. Dispensário antituberculoso. Anos de 1957 e 1937.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Cardoso, 2005, p. 133. p. 88.

Figura 25. Fotografias. *“O Largo numa vista clássica de cerca de 1929, portal ilustrado da Coleção Casa Parente.” (Cardoso, 2005, p.52). Antigos Paços do Concelho. Década de 1940. Atual Estalagem do Caçador. Vista dos Antigos Paços a partir do Largo Agostinho Valente. Década de 1970.* Cardoso, 2005, p. 52 e arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 90.

Figura 26. Fotografias. *Antigo edifício da Associação dos Socorros Mútuos. Década de 1950. Em baixo, Salão de Cinema de 1930. “Dessas “arquitecturas de cinema”, [...]. Mais do que todos, é o singelo corpo de envidraçado cilíndrico, rematado por ampla pala de betão, da frente do Cinema de Macedo, que simboliza a urgência de “poética de futuro” que fazia nascer estas obras provincianas. Sobre uma anónima “avenida da Estação”, gélida de Inverno ou escaldante no Verão - mas sempre deserta - erguia-se este esforço, este hino ao cinema e ao “sonho das imagens”, em plena serrania transmontana!” (Fernandes, 2005, p. 109) Década de 1980.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Fernandes, 2005, p. 130. p. 92.

Figura 27. Desenho interpretativo. *Sobreposição/coincidência entre os principais eixos viários do antepiano de 1952 e atual base edificada (2003).* De autor, 2014, p. 94.

Figura 28. Desenho interpretativo. *Sobreposição/coincidência entre os atuais eixos viários principais e o antepiano de urbanização de 1952.* De autor, 2014, p. 96.

Figura 29. Desenho. *Plano Geral de Urbanização. Barbosa de Abreu 1976.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 98.

Figura 30. Orto-fotos. *Orto-fotos datadas de 1965 e da década de 1970.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 100

Figura 31. Desenho. *Estudos para o Plano Geral de Urbanização 1971.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 102.

Figura 32. Fotografias. *Rua Infante D. Henrique. Década de 1970 e atual.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 104.

Figura 33. Vista aérea. *“Foto aérea do início dos anos setenta, provavelmente de 1973. [...] Um circo estava acampado nos terrenos do Campo de Futebol, estando a tenda sobre o local onde houve um pavimento de cimento para ténis e hóquei.” (Cardoso, 2005, p.17.)* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 104.

Figura 34. Fotografias. *Subestação elétrica e Bairro da Chenop.* De autor, 2014. p. 106.

Figura 35. Fotografias. *Estradas e Arruamentos. “A poente na saída da Vila para Moncorvo”. Década de 1970 e atual. “A nascente, seria utilizado o traçado existente da E.N. 216, a caminho de Mogadouro”. Rua da Estação. Década de 1970.* Cardoso, 2005, p. 45, de autor, 2014 e Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 108.

Figura 36. Fotografias. *Complexo da Cooperativa Agrícola. Década de 1970. Em baixo e atual.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 110.

Figura 37. Fotografia e Desenhos. *Vista Geral. “Talhonamento” relativo ao Bairro da Cortinha do Moinho. Arq. A. Cabral. Década 1970.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 112.

Figura 38. Fotografias e Desenhos. *Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Projeto Remodelação e Ampliação. Décadas de 1970 e 1980.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 114.

Figura 39. Desenho. *Planta de Zonamento. Plano Geral de Urbanização de Macedo de Cavaleiros. 1976.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 116.

Figura 40. Desenho Analítico. *Dinâmicas de crescimento urbano. Década de 1970.* De autor, 2014, p. 118.

Figura 41. Desenho Analítico. *Mancha urbana. Década de 1970.* De autor, 2014, p. 120.

Figura 42. Fotografias. *Centro de Macedo de Cavaleiros. Década de 1970 e atual.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 122.

Figura 43. Fotografias. *Vista geral. Zona envolvente da Estação do Caminho-de-ferro. Década de 1970 e Atual. Vista panorâmica a partir dos Serviços Florestais. Década de 1970. Campo de aviação. Década de 1970. Encerrado na Década de 1980.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 122.

Figura 44. Orto-foto. *Orto-foto datado de 1985.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 124.

Figura 45. Fotografias e Desenho. *Vista Geral. Planta de implantação do Centro Escolar. Escola Secundária e Projeto Pavilhão Gimnodesportivo.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 126.

Figura 46. Fotografias e Desenho. *Vista geral. Bairro de S. Francisco. Planta de implantação.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 128.

Figura 47. Fotografias e Desenho. *Mercado Municipal. Planta geral. Escola Superior Jean Piaget. Instalações Definitivas.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e de autor, 2014. p. 130.

Figura 48. Desenho Analítico. *Dinâmicas de crescimento urbano. Década 1980.* De autor, 2014, p. 132.

Figura 49. Desenho Analítico. *Mancha urbana. Década de 1980.* De autor, 2014, p. 134.

Figura 50. Desenho de Síntese. *Planta de Zonamento do PU de 1998.* De autor, 2014, p. 136.

Figura 51. Orto-foto. *Orto-foto. 1995.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 138.

Figura 52. Fotografias e Vista Aérea. *Novos eixos viários. Vista aérea. Loteamentos. Duarte Moreno e Urbanização dos Merouços.* De autor e MDA Produções, 2014. P. 146.

Figura 53. Vistas Aéreas. *Vistas aéreas. A Terceira Dimensão.* Em <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.com>. p. 148.

Figura 54. Desenho Analítico. *Dinâmicas de crescimento urbano. Década de 1990.* De autor, 2014, p. 150.

Figura 55. Desenho Analítico. *Mancha urbana. Década de 1990.* De autor, 2014. p. 152.

Figura 56. Desenhos Técnicos. *Alçados. Plano de Pormenor para as frentes urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha. Alçados existentes e propostos.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 154.

Figura 57. Gráfico Linear. *População residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros (1970 e 2011).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 155.

Figura 58. Gráfico de Barras. *Variação percentual da população residente na Freguesia de Macedo de Cavaleiros por década (1970 e 2011).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 156.

Figura 59. Gráfico de Barras. *Variação percentual da população residente na Freguesia e no Concelho de Macedo de Cavaleiros por década (1970- 2011).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 157.

Figura 60. Gráfico de Barras. *Variação da densidade populacional (n.º médio de habitantes/Km²) no Concelho de Macedo de Cavaleiros (1981, 2001 e 2011).* INE, 2011. De autor, 2014, p. 157.

Figura 61. Orto-foto. *Orto-foto datada de 2000.* Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 158.

Figura 62. Fotografias. *Quartel dos Bombeiros Voluntários de Macedo de Cavaleiros. Piscinas Municipais de Macedo de Cavaleiros. Nova Igreja Matriz, Igreja Santa*

Maria Mãe da Igreja. De autor, 2014, de autor, 2014 e mw2.google.com [Consulta 26 Jul. 2014]. p. 160.

Figura 63. Fotografias. *Novo Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros*. De autor, 2014, p. 162.

Figura 64. Fotografias. *Centro Cultural. Décadas de 2000 e 1980. Proposta para o Arquivo e Biblioteca Municipais. Década de 1980*. De autor, 2014 e arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 164.

Figura 65. Desenhos Técnicos. *Plantas do Plano de Pormenor das Frentes Urbanas das Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Rua Almeida Pessanha. 2001*. Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 166.

Figura 66. Fotografias. *Largo Manuel Pinto de Azevedo*. De autor, 2014, p. 168.

Figura 67. Fotografias. *Requalificação dos arruamentos do Prado de Cavaleiros*. De autor, 2014, p. 170.

Figura 68. Desenho. *Dinâmicas de crescimento urbano. Década 2000*. De autor, 2014, p. 172.

Figura 69. Desenho. *Mancha Urbana. Década de 2000*. De autor, 2014, p. 174.

Figura 70. Fotografias. *“Vista de Macedo nos anos sessenta a partir do cimo da Cortinha do Moinho.” (Cardoso, 2005, 26) Chegada da locomotiva à estação. Década de 1920. Jardim Dr. Oliveira Salazar. Década de 1960*. Cardoso, 2005, p. 26 e Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. p. 176.

Figura 71. Desenho analítico. *Dinâmicas de crescimento urbano de Macedo de Cavaleiros até ao ano 2000. Intenções e prospetivas*. De autor, 2014, p. 186.

Figura 72. Desenho técnico. *Intenções e prospetivas de Macedo de Cavaleiros*. De autor, 2014, p. 187.

Figura 73. Desenho técnico. *Estudo prévio para Parque da Cidade de Macedo de Cavaleiros*. Arquivo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. De Proengel, projetos de engenharia e arquitetura, 2002, p. 195.

ANEXOS

Fotografias comparativas. 1976 e Atual.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

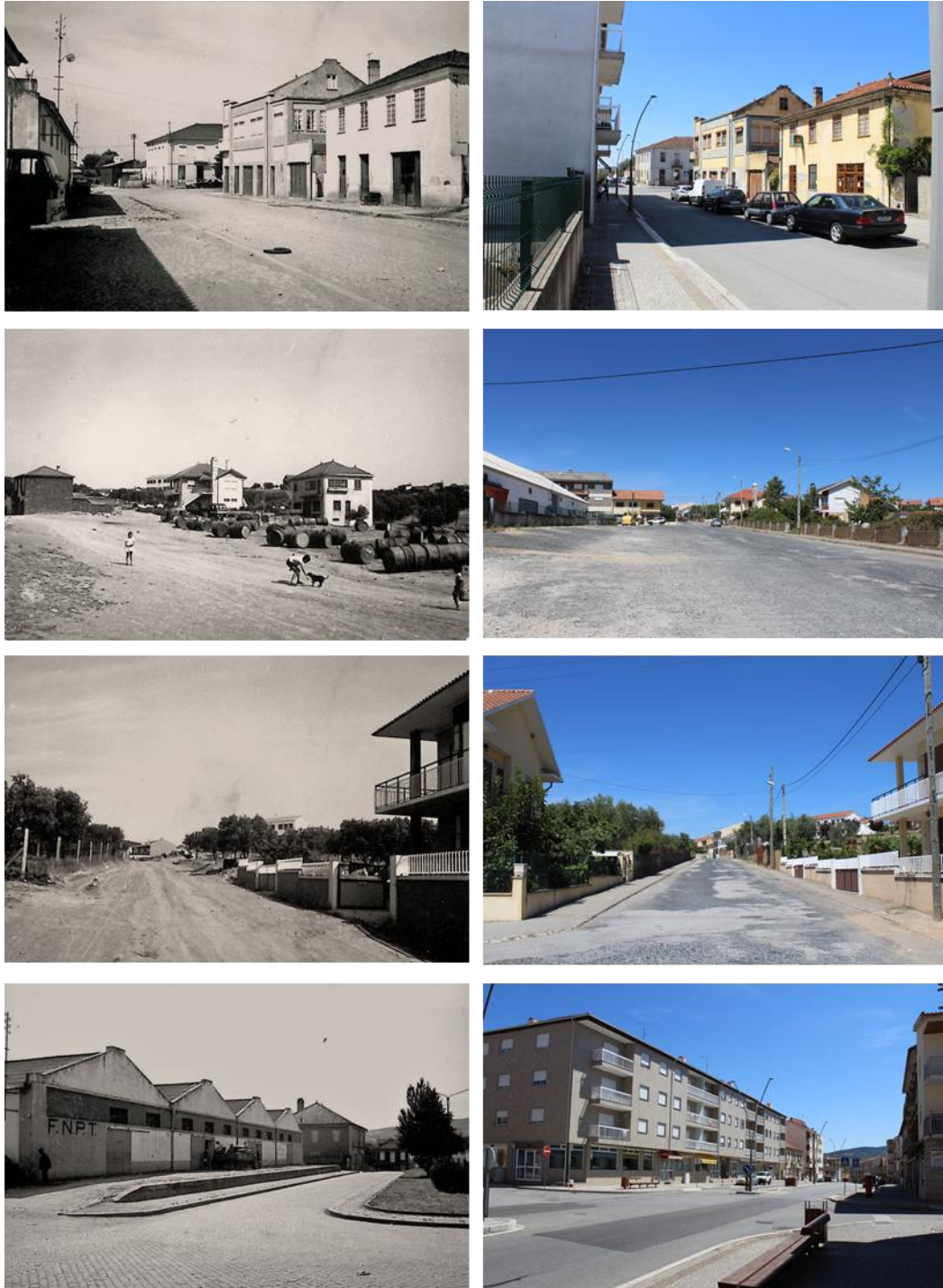


Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor. Em baixo, década de 1970 (PGUMC de 1976).

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

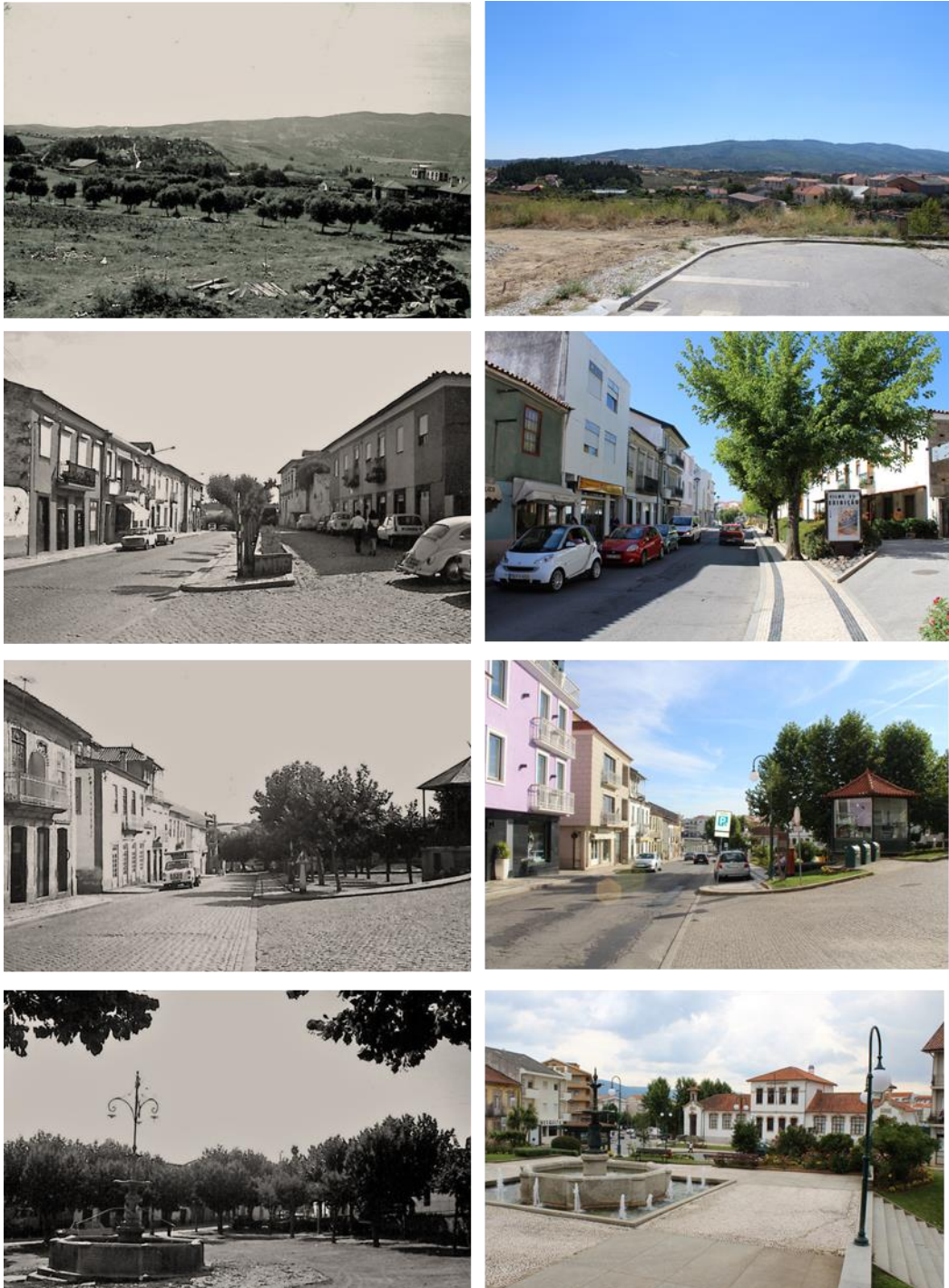


Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.



Figura: À esquerda, década de 1970 (PGUMC de 1976). À direita, ano de 2014 do autor.

Cronologia

Século	Década	Ano	Descrição
XII			Terra de Maceda. João Gomes de Vidal.
XIII			Povoado em Macedo.
XIII	1250	1258	Terras Maceda. Cavaleiros. D. Nuno Martins. D. Mendes Gonçalves. Inquisições D. Afonso III.
XIV			Masaedo. Macedo de Cavaleiros
XVI	1510	1517	Forais Novos. Sezulfe (1504). Vale Prados (1510). Chacim (1514). Cortiços (1517).
XVII		1631	Igreja Matriz.
XVII	1670	1674	Solar Morgados de Macedo.
XVIII	1720	1722	Carta de Reguengos da Casa de Bragança. Rei D. João V.
XVIII			Solar Costa Macedo. Atual Casa Falcão.
XIX			Igreja Matriz. Ampliação.
XIX	1830	1835	Concelho. Cortiços, Chacim, Nozelos, Sezulfe e V. Prados.
XIX	1830	1836	Concelho. Cortiços, Chacim. Extinção Forais. Reforma Mouzinho da Silveira.
XIX	1850	1853	Concelho. Macedo de Cavaleiros. Extinção de Cortiços e Chacim.
XIX	1860	1860	Praça Central. Atual Praça Agostinho Valente.
XIX	1860	1863	Vila. Macedo de Cavaleiros. Rei D. Luís.
XIX	1870	1870	Cadeia. Antiga. Local: Praça do Município.
XIX	1870	1878	Cemitério. Antigo. Local: Rua da Estação.
XIX	1880	1880	Rua de Camões. Atual Rua Clara Vaz.
XIX			Sousa Falcão. Aquisição Solar Costa de Macedo. Atual Casa Falcão.
XIX	1890	1892	Fonte central. Local: Praça das Eiras.
XIX	1890	1890	Fonte do Paço. Atual Fonte do Cipreste. Local: Prado de Cavaleiros

Figura: Cronologia. Primeira fase de expansão. Entre Século XVII e XIX.

Século	Década	Ano	Descrição
XX	1900	1905	Rua da Estação. Qualificação. Alargamento.
XX	1900	1905	Linha Férrea.
XX	1900	1907	Escola Praça das Eiras.
XX	1910	1910	Rua dos Talhos. Atual Almeida Pessanha.
XX	1910	1910	Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros. Antigo.
XX	1920	1920	Central Elétrica. Antigo. Atual: Abandonado. Local: Junto cooperativa.
XX	1920	1921	Campo de Aviação.
XX	1920	1922	Aterra 1.º Avião.
XX	1920	1923	Santa Casa Misericórdia, Associação Bombeiros e Associação de Socorros Mútuos. Fundação.
XX	1920	1929	Hospital Civil de Macedo de Cavaleiros. Funcionamento em permanência.
XX	1930	1930	Cadeia. Antigo. Demolição. Local: Praça do Município.
XX	1930	1930	Campo de Aviação. Qualificação.
XX	1930	1930	Cinema. Atual: Instalações do Centro de Emprego.
XX	1930	1933	Bairro do Fogueteiro.
XX	1930	1934	Depósitos de água. Antigos. Rua da Cooperativa.
XX	1930	1935	Dispensário Antituberculoso.
XX	1930	1937	Hospital . Pavilhão de isolamento.

Figura: Cronologia. Segunda fase de expansão. Transição entre Séculos XIX e XX. Terceira fase de expansão. Décadas de 1910 a 1930.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Século	Período	Década	Ano	Descrição
XX	1940-1949	1940	1943	Paços do Concelho. Antigo. Ardeu. Atual Estalagem do Caçador.
XX	1940-1949	1940	1945	Cadeia. Nova. Local: junto ao campo de futebol. Atual GNR.
XX	1940-1949	1940	1947	Paços do Concelho. Novo. Local: Praça do Município.
XX	1940-1949	1940	1947	Correios. Local: Praça do Município.
XX	1940-1949	1940	1947	Jardim Dr. Oliveira Salazar. Jardim 1.º de Maio. Atual Praça do Município.
XX	1950-1959	1950	1950	Externato Trindade Coelho. Solar dos Vasconcelos.
XX	1950-1959	1950	1952	Anteplano de Urbanização. Arménio Losa e Bonfim Barreiros.
XX	1950-1959	1950	1953	Hospital Sub-Regional de Macedo. Ampliação.
XX	1950-1959	1950	1955	Avenida Infante D. Henrique.
XX	1950-1959	1950	1955	Casas dos Magistrados. Atual Associação de Agricultores.
XX	1950-1959	1950	1958	Central Elétrica. Companhia Hidroelétrica do Norte de Portugal. CHENOP.
XX	1950-1959	1950	1958	Bairro CHENOP.
XX	1960-1969	1960	1960	Armazém de Peixe. Antiga Central elétrica. Atual: Abandonado. Local: Junto cooperativa.
XX	1960-1969	1960	1960	Serviços Florestais.
XX	1960-1969	1960	1961	Cooperativa Agrícola.
XX	1960-1969	1960	1961	Feira. Deslocalização do Largo do Toural. Atual Alameda N. S. Fátima.
XX	1960-1969	1960	1967	Quartel dos Bombeiros Voluntários. Rua Alexandre Herculano.

Figura: Cronologia. Quarta fase de expansão. Décadas de 1940 a 1960

Século	Período	Década	Ano	Descrição
XX	1970-1979	1970	1970	Escola Preparatória Eng. Moura Pegado. Externato Trindade Coelho. Solar dos Vasconcelos.
XX	1970-1979	1970	1970	Igreja Matriz. Qualificação.
XX	1970-1979	1970	1971	Anteplano da Cortinha do Moinho.
XX	1970-1979	1970	1976	Plano de Urbanização. Barbosa de Abreu.
XX	1970-1979	1970	1977	Complexo Escolar. Pavilhão Gimnodesportivo. Projeto.
XX	1980-1989	1980	1980	Campo de Aviação. Desativação. Atual: Estádio Municipal, Quartel Bombeiros e Heliporto
XX	1980-1989	1980	1980	Solar dos Vasconcellos. Demolição. Atual edifício Translande.
XX	1980-1989	1980	1980	Lar de Terceira Idade. Santa Casa da Misericórdia.
XX	1980-1989	1980	1982	Mercado Municipal. Projeto.
XX	1980-1989	1980	1982	Barragem do Azibo.
XX	1980-1989	1980	1985	Cineteatro. Casa da Cultura. Centro cultura. Projeto.
XX	1980-1989	1980	1988	Hospital. Novo.
XX	1990-1999	1990	1990	Instituto Piaget. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1990	Casa Falcão. Aquisição pela Câmara Municipal. Atual: Museu de Arte Sacra.
XX	1990-1999	1990	1991	Zona Oficinal de Travanca - aditamento 4.
XX	1990-1999	1990	1991	Campo de jogos. Estádio Municipal. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1992	Bombeiros. Antigo. Ampliação.
XX	1990-1999	1990	1992	Linha Férrea. Encerramento do troço Carvalhais Bragança.
XX	1990-1999	1990	1992	Anteplano de 1952. Publicação.
XX	1990-1999	1990	1993	Albufeira do Azibo. Plano de Ordenamento.
XX	1990-1999	1990	1994	Piscinas Municipais. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1994	PDM. Aprovação na Assembleia Municipal.
XX	1990-1999	1990	1995	PDM. Publicação em Diário da República.

Figura: Cronologia. Quinta fase de expansão. Décadas de 1970 a 1990.

A FORMA URBANA DE MACEDO DE CAVALEIROS

Século	Período	Década	Ano	Descrição
XX	1990-1999	1990	1997	Bairro Social da Alegria. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1998	Casa Falcão. Aquisição pela Câmara Municipal. Atual: Museu de Arte Sacra. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1998	Plano de Urbanização.
XX	1990-1999	1990	1998	Igreja de Santa Maria. Rua de S. Pedro. Projeto.
XX	1990-1999	1990	1998	Praça do Município. Qualificação.
XX	1990-1999	1990	1999	Cidade. Macedo de Cavaleiros.
XX	1990-1999	1990	1999	Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.
XX	1990-1999	1990	1999	Bairro Social da Alegria. Construção.
XXI	2000-2009	2000	2001	Plano Pormenor. Ruas Fonte do Paço e Viriato Martins.
XXI	2000-2009	2000	2001	Plano Pormenor. Ruas Dr. Francisco Sá Carneiro e Almeida Pessanha.
XXI	2000-2009	2000	2003	Biblioteca e Arquivo Municipal. Projeto. Não construído.
XXI	2000-2009	2000	2004	Centro de Emprego. IEF. Antigo cinema. Depois Armazém da CMMC
XXI	2000-2009	2000	2004	Cemitério Velho. Deslocalização. Atual Cemitério de Santa Bárbara
XXI	2000-2009	2000	2005	Prado de Cavaleiros. Qualificação. Projeto.
XXI	2000-2009	2000	2005	Igreja de Santa Maria. Rua de S. Pedro. Inauguração.
XXI	2000-2009	2000	2005	Quartel dos Bombeiros Voluntários. Local do antigo campo de aviação.
XXI	2000-2009	2000	2009	PDM. Alteração Regulamento .
XXI	2000-2009	2000	2009	Museu de Arte Sacra. Casa Falcão. Inauguração.

Figura: Cronologia. Quinta fase de Expansão. Décadas de 1990 a 2000